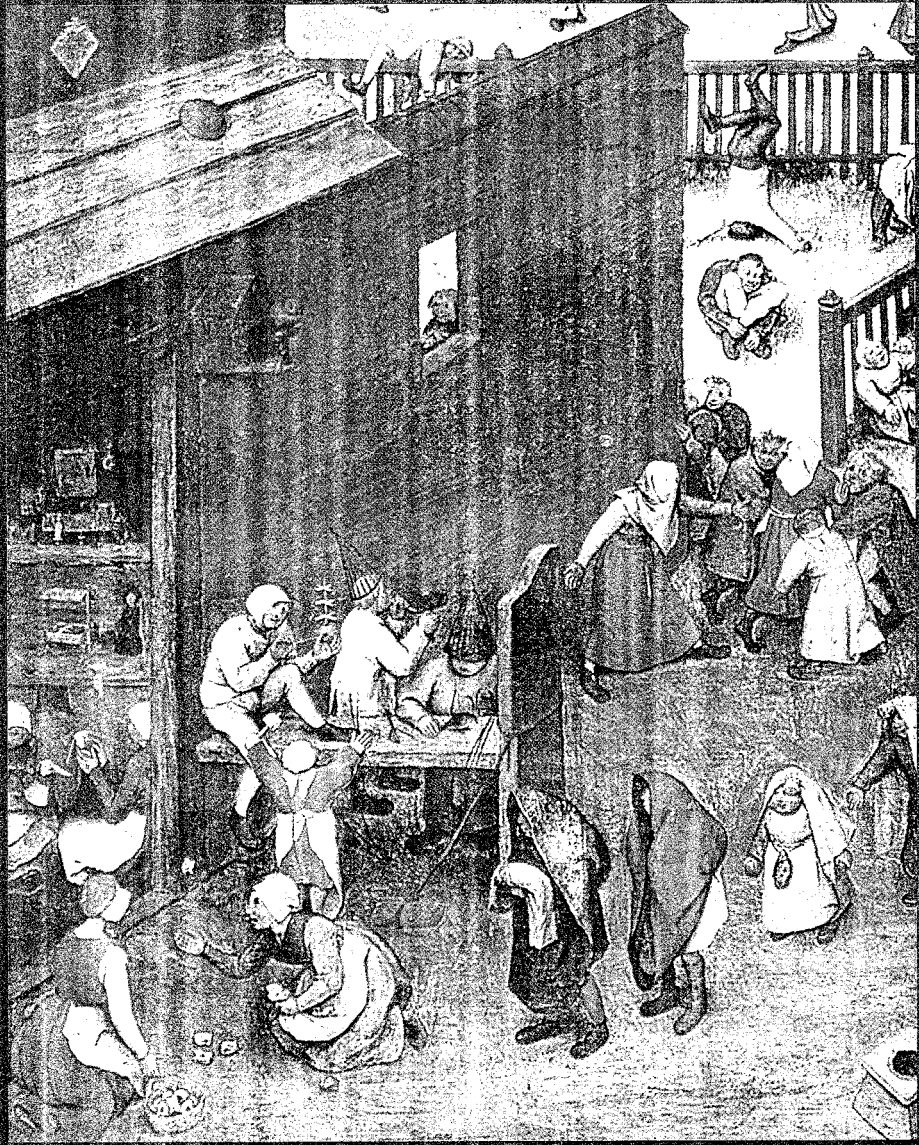




Vol. 8 - n° 1
Jan/jun 1996

PSICOLOGIA & SOCIEDADE

Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO



ISSN 0102-7182

PSICOLOGIA & SOCIEDADE

volume 8 número 1

janeiro/junho 1996

ISSN 0102-7182

Índice

- 3 Entrevista com Silvia T. M. Lane
- 16 CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
- 43 CROCHÍK, J.L. "Notas sobre a psicologia social de T. W. Adorno"
- 63 FREITAS, M.F.Q. "Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária"
- 83 GENTIL, H.S. "Individualismo e modernidade"
- 102 MONTERO, M. "Paradigmas, corrientes y tendencias de La psicología social finisecular"
- 120 OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina"
- 144 PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social"
- 174 SPINK, P. K. "Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho"

Capa: Arte de Roberto Temin a partir de detalhe do quadro "Jogos infantis", de Peter Bruegel (1560)

PSICOLOGIA & SOCIEDADE

Vol. 8 n° 1 janeiro/junho de 1996

ABRAPSO

PRESIDENTE: Zulmira Bonfim

VICE-PRESIDENTES: Cecília P. Alves, Karin E. Von Smigay, M. de Fátima Q. de Freitas, Neide P. Nóbrega, Pedrinho Guareschi.

CONSELHO EDITORIAL

Celso P. de Sá, César W. de L. Góes, Clélia M. N. Schulze, Denise Jodelet, Elizabeth M. Bonfim, Fernando Rey, Karl E. Scheibe, Leôncio Camino, Luis F. R. Bonin, M. de Fátima Q. Freitas, M. do Carmo Guedes, Marília N. da M. Machado, Mario Golder, Maritza Monteiro, Mary J. P. Spink, Pablo F. Christieb, Pedrinho Guareschi, Regina H. F. Campos, Robert Farr, Silvia T. M. Lane, Sylvia Leser de Mello.

EDITOR

Antonio da Costa Ciampa

COMISSÃO EDITORIAL

Cecília P. Alves, Helena M. R. Kolyniak, J. Leon Crochik, Marcos V. Silva, Marlito de S. Lima, Mônica L. B. Azevedo, Omar Ardans, Salvador A. M. Sandoval, Suely H. Satow.

PRODUÇÃO EDITORIAL E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Hacker Editores

ARTE DE CAPA

AREA

IMPRESSÃO

Gráfica Circulo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Suely Harumi Satow (MTb 14.525)

APOIO EM BIBLIOTECONOMIA

Sérgio Tadeu G. Santos

A revista Psicologia & Sociedade é editada pela Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO. Correspondência:

Rua Ministro Godói, 969 - 4° andar - sala 415 - CEP 05015-000 São

Paulo SP fone/fax: (011) 873 2385

E-mail: zupra@exatas.pucsp.br

Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião da revista.

"PARAR PARA PENSAR ... E DEPOIS FAZER!"

Entrevista com Silvia Tatiana Maurer Lane

(por Antonio da Costa Ciampa, Omar Ardans e Suely Satow)

Silvia Tatiana Maurer Lane completou, em 1995, trinta anos de dedicação à psicologia social, metade dos quais postos também ao serviço da criação e consolidação da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO, fundada por ela e outros pesquisadores e estudiosos em 1980, associação que, desde sua origem, é um espaço privilegiado para a discussão dos grandes temas da sociedade e dos esforços teóricos e de pesquisa que contribuem para sua transformação desde a perspectiva da psicologia social.

Neste momento em que retomamos a edição da revista *Psicologia & Sociedade*, o Comitê Editorial quer homenageá-la pela longa e fecunda trajetória como cidadã, pensadora, pesquisadora e formadora de numerosas gerações de profissionais, pesquisadores e docentes no Brasil e no exterior. Ao mesmo tempo queremos, na sua pessoa, fazer extensiva essa homenagem a todos os membros fundadores da ABRAPSO cuja iniciativa e anseios fazemos nossos.

PERGUNTA: Gostaríamos que você falasse, para começar, a respeito da palavra "social" posta junto à palavra "psicologia". O que isso quer dizer para você?

SILVIA: Costuma-se dizer que toda psicologia é psicologia social. Pelo menos a psicologia que estuda o ser humano (não estou dizendo que estuda o "organismo"). Toda a psicologia que estuda o ser humano é, por natureza, histórica: o essencial do homem é social. Muitas vezes, inclusive na ABRAPSO, tem sido levantada essa questão: "então, vamos acabar com essa subdivisão da psicologia 'social'?". Eu digo não. Ela tem uma função histórica que é a de estimular a reflexão crítica da prática do psicólogo, seja onde for: seja psicólogo do desenvolvimento, no trabalho com a criança, seja o psicólogo clínico que trabalha em seu consultório, seja o psicólogo do trabalho, dentro da empresa, subordinado à empresa... Eu acho

que, simplesmente, nesse momento temos que estimular essa reflexão crítica. Quem é o psicólogo dentro de uma sociedade? O que ele está fazendo? O que ele está produzindo? O que ele faz com seu semelhante? O quanto ele é preventivo? O quanto ele é curativo? O que significa ser preventivo e ser curativo? Uma vez levantei uma questão para um grupo de estudantes do pós. Eu falei: escuta, na hora em que a gente for mais gente, mais humanos, nós nos relacionarmos melhor entre nós (seja família, amigos, seja o que for) não vai ter mais a necessidade do psicólogo clínico. Sinto muito. O clínico vai ser, assim, uma raridade dentro de uma sociedade que seja mais igualitária, mais justa e tudo o mais, porque o relacionamento entre os seres humanos será outro. Então, o psicólogo não terá que estar lá para curar. Ele terá um papel fundamental dentro da sociedade, o papel da prevenção, exatamente, de formação, de educação. É por isso que estou achando hoje, na minha visão, que a psicologia tem dois caminhos que não se excluem (ao contrário), que são o da ética e o da estética.

PERGUNTA: Poderia explicar esses dois caminhos?

SILVIA: Acho que a arte, para mim, foi algo que me aproximou do mundo como um todo. E historicamente. Acho que os valores éticos nos aproximam do mundo atual, como mundo universal. Nós somos todos irmãos, somos todos iguais, não importa raça, cor, sexo, etc. Há uma igualdade, apesar das diferenças, mas isso torna a ética um produto histórico atual. A arte, para mim, foi o momento universal histórico de eu ser capaz de entender tanto a arte do primitivo, como o abstracionismo, de me emocionar com o abstracionismo do mesmo jeito que me emocionava com o Fra Angélico, com o Da Vinci, ou com a arte primitiva. Quer dizer, a emoção que suscita é a mesma. A emoção me identifica com o resto da humanidade, de certa forma. E outra coisa: sem dúvida alguma, até concordo com Agnes Heller, acho que a grande revolução vai ser uma revolução ética. Na hora em que mudarmos nossa maneira de nos relacionarmos, gente com gente, vamos mudar esse mundo. Na hora em que eu respeitar profundamente o outro como um igual a mim, apesar das diferenças existentes, a relação será outra. É nesse sentido que eu estou vendo os caminhos da psicologia hoje. Acho que é função da psicologia social (e não abro mão do "social", por enquanto,

por isso) estimular a reflexão crítica das práticas da psicologia e das teorias psicológicas e suas consequências.

PERGUNTA: Aproveitando que ao falar de ética e estética, você fala da Heller: há um texto dela alertando para o fato de não se psicologizar a ética. Isso por um lado. Por outro lado, quando você fala da estética, há um tema dos frankfurtianos em que falam que provavelmente o Último recurso emancipatório do Homem esteja na arte. Gostaríamos que você aprofundasse um pouco mais, principalmente para não se perder o perfil do que seja psicologia social.

SILVIA: Acho que Heller tem razão quando diz que não podemos psicologizar a ética. Claro que não. Porque psicologizar seria exatamente atribuir ao indivíduo e só ao indivíduo os seus valores, quando seus valores são construídos histórica e socialmente. É gozado, agora me lembrei de um curso que fiz em Filosofia. Estudei a história das religiões, onde estudei o que vem a ser uma ética e a base religiosa dessa ética. O curso discutiu o que é o bem, a bondade, o bem que você faz para o outro, o bem que o outro te faz, até que o professor chegava à noção de bem supremo. Será que esse bem supremo é a perfeição? É Deus, acabava em Deus. Excluindo Deus dos valores éticos, começando do valor moral, individual, você ia acabar nessa idéia de perfeição, de Ser Supremo, etc. Enfim, acabava se confundindo com a religião, sem dúvida alguma. Nessa concepção, o homem como produto histórico, social, é um ser genético, fundamentalmente; apesar de não negar jamais a filogênese, ele vai ter que enfrentar essa questão ética dos valores: o que é o bem, o que é o mau, o que é o certo e o que é errado, sem cair em nenhum extremismo, obviamente. Acho que a psicologia vai ter que enfrentar isso e, para mim, via emoção. Porque quando a gente chegou à conclusão de que a consciência não era meramente racional, mas ela era também constituída de emoções e afetos, não adiantava você trabalhar a consciência no nível da racionalidade, se você também não trabalhasse no nível da afetividade, porque a afetividade, às vezes, é até mais forte para fragmentar a consciência, do que a racionalidade. Nesse sentido, a meu ver, a arte também tem essa função. Ela pode fragmentar, mas ela pode fazer avançar a consciência.

PERGUNTA: Como vê a estética nisso? Como poderia tornar mais clara a importância da estética nessa perspectiva?

SILVIA: Eu não sei se é um pouco a minha história. Sempre gostei muito de arte, desde a minha época de faculdade. Tive um professor, Gilles G. Granger, que mexeu comigo em dois caminhos distintos: um da lógica, outro da arte. Esse homem me deu, acho, a coisa mais bonita que há no ser humano. Estudei toda a História da Arte e senti que eu absorvia um universo muito mais amplo. A arte vai nos dando um caráter de universalidade, de não fronteiras, vamos dizer assim, onde você é capaz de apreciar uma arte grega, clássica, extremamente perfeita, mas também é capaz de vibrar com o impressionismo, que quebrava todo esse classicismo; do mesmo modo você é capaz de vibrar com um desenho numa pedra, feito por um primitivo, sem nenhuma idéia do século em que ele estava fazendo isso. Um exemplo clássico que toda hora dou é Guernica, do Picasso. Eu entendi a revolução espanhola olhando para o quadro do Picasso e todos os valores que estavam implícitos naquela revolução. Minha emoção artística, minha sensibilidade artística, a arte como algo que mexe com a gente profundamente, algo que tem, eu acho, um caráter universal, uma outra linguagem.

PERGUNTA: Voltando para a psicologia social, para juntar essas coisas, pegando um gancho da própria Agnes Heller. Quando ela fala em valores universais, fala na verdade, no bem e no belo. O belo poderia ser visto no estético, o bem na ética e a verdade na ciência. Pensando na psicologia social, como você a vê como ciência? Como fica a distinção entre fazer ciência, ética ou estética? Há uma nova maneira de fazer ciência, de fazer psicologia social considerando esses aspectos?

SILVIA: Verdade, bem e belo são produções do ser humano. Estão em nós. São produtos históricos, são produtos sociais, são produtos do homem, do homem na relação histórica com o mundo, com a natureza, com os outros homens. As noções de bem e de belo se transformaram ao longo do tempo. A ciência muitas vezes não admite que sua noção de verdade é uma noção transitiva, relativa. Não posso dizer que o que eu sei de psicologia hoje vale para o grego do seco N, V a.C., e nem que é definitivo. Como estou aprendendo que não vale para o xavante, não vale para o bororo. As nossas

psicologias são diferentes. A ciência psicológica pode ser uma verdade hoje, aqui, agora, localizada e ela tem que assumir isso.

PERGUNTA: Isso dá alguma especificidade para a psicologia social? Dá para responder à pergunta: qual o papel fundamental do psicólogo social hoje, na academia?

SILVIA: Você não é professor à toa. Você tem que influenciar a realidade social na qual você está inserido. Intelectual orgânico? Adoro! Intelectual orgânico do Gramsci. Mas eu acho que tudo é fruto de uma reflexão crítica que você faz em cima da realidade. Acho que a academia não tem feito isso; vejo na Psicologia Social, principalmente na ação da ABRAPSO, esse potencial, de realmente democratizar a academia, democratizar o saber antes de qualquer coisa. Dar o saber a quem de direito.

PERGUNTA: No fundo você está querendo dizer que a academia, mais que mero transmissor de informação, deveria fazer com que as pessoas que compartilham seu saber, se tomem capazes de refletir sobre si mesmas e sua própria realidade? Em Última análise, desenvolver a capacidade de reflexão para que o indivíduo se torne autônomo?

SILVIA: Exatamente. Por exemplo, veja aquela discussão de que na sociedade capitalista, todo cidadão é alienado. Você se considera alienado? Você não é capaz de dizer que você é alienado. Eu não sou capaz de dizer. Eu não me considero alienada. Por que não me considero alienada? Porque adquiri um conhecimento, adquiri uma visão, uma reflexão crítica, que me permite ter uma outra dimensão do mundo em que vivo. Então eu quero isso para todo mundo. Grupo é importantíssimo para mim por causa disso. Porque um se encontra no outro. Somos iguais, na medida em que somos grupo. Diferente, mas somos iguais. Historicamente, temos determinações iguais. Extrapolo do meu individualismo e chego a uma visão universalista, que é isso que Habermas quer, que Heller quer, a maioria dos neomarxistas acho que procura isso, essa visão mais universal do ser humano. Sem discriminações. Martin Baró foi a meu ver a grande reflexão dentro de um pequeno país como El Salvador, maltratado, explorado, explorado não só por uma ditadura, explorado pelo mundo inteiro, de fato. Esse homem estava lá naquele

meio, naquele foguetório todo, procurando exatamente aceitar até o mais universal do ser humano, ajudando o guerrilheiro a refletir um pouco mais para lutar, não por si mas para o pequeno país deles ou por uma humanidade melhor, sem dúvida alguma.

PERGUNTA: Como você responderia à eventual crítica de que essa sua perspectiva de levar as pessoas a se tornarem mais gente, desenvolvendo esta reflexão, é uma utopia irrealizável, diante do poder do Capital, da influência da tecnologia, do mundo sistêmico?

SILVIA: Estou me lembrando do núcleo de psicologia comunitária, de um grupinho de meninas de famílias tradicionais se chocando horrivelmente ao entrar em contato com a pobreza de Osasco, a favela em Osasco e em outros lugares. Foi um conflito de valores violento. Então elas me perguntaram: "mas, afinal, então todo psicólogo tem que ir para a periferia, trabalhar na periferia?" Eu não tive dúvida: "gente, o que eu estou fazendo dentro dessa sala de aula? Eu não estou na periferia, eu estou trabalhando com vocês!, classe média alta, então, o que é que eu estou fazendo? Que significa isso?" O mal-estar das meninas desse grupo era o choque de valores. Estavam se deparando com a diferença de valores em classes sociais diversas e era muito natural pararem para pensar um pouquinho. Por que esta diferença de valores? Havia um aluno que chegava e dizia "bom, Sílvia, então você está propondo a revolução?" Respondia: "Não. Estou propondo que cada um reflita sobre a realidade que está vivendo - o seu dia-a-dia, o que é o país, o que é o Brasil, o que nós somos, o que é história - e opte por uma ação política que ache que deve optar. Se a grande maioria decidir por uma revolução, a revolução vai acontecer. Se a grande maioria decidir pela não revolução, a revolução não vai acontecer. E é por aí que nós vamos". Foi isso mesmo que eu respondi na época dura da repressão. É por isso que eu acredito no indivíduo. E, se o psicólogo lida com o indivíduo, a grande responsabilidade dele é essa, sem dúvida alguma. Dar a esse indivíduo exatamente a recuperação de sua individualidade integral, universal. Há mais alguém que lida com o indivíduo dentro das ciências humanas? Com o indivíduo, com a pessoa humana? É só o psicólogo, o que lhe dá uma grande obrigação. Por isso venho me preocupando com a comunicabilidade científica. Temos que falar uma linguagem simples, simples e verdadeira. Você tem de ser capaz de comunicar esse

conhecimento e comunicar para todo mundo. Não é só entre nós na academia, não. No mundo todo somos muito semelhantes. Nós falamos a mesma língua, seja inglês, português, francês, nós falamos a mesma língua. Agora, quando é que nós vamos conseguir falar, transmitir todo nosso conhecimento a quem de direito? A grande obrigação nossa como cientistas, antes de mais nada, principalmente como cientistas sociais, é com o grosso da população e não com a academia. Quanto eu posso ajudar uma população a ter conhecimento de si mesma? E assumir!

PERGUNTA: Como evitar o risco de transformar esta posição na afirmação de um discurso hegemônico da academia? Ela é a fonte do conhecimento? É isso?

SILVIA: Calma. Uma vez na França falei para o Moscovici: "escuta, vocês fizeram a Revolução Francesa contra a Monarquia, mas eu acho que vocês não fizeram, não. A Monarquia está presente na academia. Os donos da verdade são os cientistas, são os que estão dentro da academia, são os nobres atuais. Vou num outro pólo que é o Martin Baró. A autoridade, o poder é um fato, existe, está aí. Desde a era primitiva até hoje, sempre a sociedade se organizou em torno do poder. A grande questão é o que eu faço com minha autoridade e meu poder. Se eu estou na academia, tenho que dividir meu poder com o restante da população. Enquanto eu mantiver esse poder só para mim, ou só restrito, estou sendo autoritária, estou explorando o outro, estou explorando o sujeito que eu pesquiso. Então, a academia deve se tornar democrática abrindo esse espaço para todo mundo, para quem quiser aprender e mais: fazendo o esforço de falar a linguagem de todo o mundo. Transmitir nosso saber numa linguagem do cotidiano. É um desafio. Mas é uma briga entre o poder autoritário e o poder democrático. Acho que esta é a questão fundamental da academia.

PERGUNTA: A reflexão para a emancipação e o poder democrático na academia, então, são essenciais no trabalho científico?

SILVIA: Às vezes corremos o risco de sermos filósofos demais, com uma visão ampla demais. No trabalho científico o importante é o conhecimento que você adquire, que você corrobora e que você transmite. Às vezes digo: "gente, estamos falando em afetividade

como categoria, mas cuidado!· Isso é uma idéia que está na nossa cabeça; vamos pesquisar e vamos ver como isso emerge." Para mim, como psicóloga social, a coisa fundamental é a pesquisa, não é o saber filosófico. Cabe a nós, como pesquisadores, mostrarmos por a + b, demonstrarmos claramente uma realidade que está aí. Elaboramos a teoria a partir da demonstração. Partir para o empírico para fazer a análise do concreto. É pesquisar. É nisso que acho que está o trabalho científico.

PERGUNTA: Além dos já mencionados, você vê outros desafios para a psicologia social?

SILVIA: A criatividade. Criatividade sempre foi um tema que muitos psicólogos tentaram estudar, tentaram entender. É uma condição essencialmente individual, num certo sentido. E da qual nunca deram conta: Acho que pelo caminho que estamos trilhando agora, com a questão da estética, vamos conseguir jogar alguma luz nesse processo que leva alguém a criar alguma coisa. Por exemplo, no meu curso de emoção e linguagem temos entrevistado artistas. Não só, mas principalmente artistas; está ficando claro o que Vigotski tinha dito sobre a percepção estética como um processo catártico, quando você se depara com a contradição entre forma e conteúdo na obra de arte. Então haveria uma catarse diante dessa contradição. E pelo que tenho visto na produção artística, está parecendo isso também. Vários exemplos estão aparecendo. É um processo que ocorre no indivíduo. Então, por que a psicologia não dá conta disso? É um desafio que está aí e que a psicologia tem que dar conta. Agente está começando com artistas, porque a gente acha que o artista fala mais facilmente das emoções.

PERGUNTA: O que impede a psicologia de dar conta disso?

SILVIA: Eu acho que é a velha fragmentação do ser humano. Sabe, você vê o ser humano como percepção, então você tinha todo um estudo da percepção estética, você tinha todo um estudo da criação artística. Então, você fragmentou o ser humano de tal forma que não juntava emoção com percepção. Você não juntava o fazer algo com a percepção ou com a emoção de qualquer coisa. À medida que nós estamos captando o homem como totalidade histórica, social, biológica, essas coisas estão emergindo como coisas

que pertencem a esse ser humano, que tem suas raízes em processos psíquicos fundamentais. Por exemplo, a emoção passa a ser algo que tinha que estar presente, por exemplo, não só nos valores estéticos, mas também nos valores éticos.

PERGUNTA: Haveria uma criatividade no sentido mais geral ou a estética sempre seria uma forma de, escamoteadamente, colocar uma questão de poder?

SILVIA: Não, ao contrário. Eu acho que a criatividade surge quando ela recusa o poder estabelecido. Volto a lembrar de Bachelard. Bachelard falando do cientista. Ele diz que o cientista só dá um salto quando ele questiona: "por que não o contrário?" Igualmente, o artista vai criar uma nova forma na hora que ele rejeita a imposição do existente e quer inventar algo de novo ou quer criar um objeto novo.

PERGUNTA: Quando você diz criar algo novo, dar um salto e não aceitar o estabelecido, significa que a estética estaria sempre nessa coisa de vanguarda, criando um novo e instituindo um novo poder, ou a gente pode pensar numa beleza...

SILVIA: Universal?

PERGUNTA: Não universal. Existe uma beleza de dominação e existe uma beleza de emancipação?

SILVIA: Existe uma beleza de emancipação, mas acho que a beleza é histórica. Quer dizer, na medida em que você compreende o ser humano historicamente inserido, você é capaz de compreender a obra de arte deste e se sensibilizar com a obra de arte. Pela beleza de conseguir transpor todo um movimento de dentro de uma determinada época para uma pedra, por exemplo. É a impressão daquele momento histórico. A criação artística é sempre um processo histórico, um produto histórico. Vigotski chega a falar nisso. Que o artista não cria do nada, ele cria daquilo que o momento histórico está lhe oferecendo. Mas ele tem que criar algo de novo. O desafio da arte é o novo, tanto que quem reproduz não faz arte, não é considerado artista.

PERGUNTA: Quando você fala da fragmentação, parece que o texto

de Vigotski sobre o significado histórico da crise da psicologia poderia ser escrito até mesmo hoje, não é?

SILVIA: Ele é de uma atualidade! Porque essa fragmentação continua existindo e não é por acaso que Vigotski tinha uma grande preocupação estética, de como a experiência do homem podia, pela experiência estética, superar sua própria condição. E, de certa forma, contribuir para um mundo novo, inventar um mundo novo. Eu acho que a arte tem muito essa função.

PERGUNTA: Falando agora em desafios, como você vê a questão da prática da psicologia? A Comissão, discutindo o tema do próximo encontro da ABRAPSO regional, levantou muito a questão da violência, da barbárie. Mais que nunca a violência em todos os sentidos: violência urbana, violência simbólica, violência racial, etc. A violência está explodindo entre grupos, entre pessoas nas condições mais diversas possíveis. Como você vê a prática da psicologia social a partir dessas considerações?

SILVIA: (suspiro)

PERGUNTA: Você concorda que a violência pode ser, talvez, o ponto de partida para analisar os grandes desafios?

SILVIA: Lembrando de vários estudos, por exemplo sobre gagueira, em que qualquer distúrbio parece decorrer de um paradoxo... Estudos sobre esquizofrenia sugerindo que ela surge de um paradoxo que está na família do esquizofrênico... A natureza social da doença mental, tendo um paradoxo na origem, sempre um paradoxo não resolvido. São estudos indicando que a violência é fruto de um paradoxo. A relação é muito estreita. Eles localizam um paradoxo, que uma criança foi criada dentro de um paradoxo. É um processo de anos, um paradoxo inconsciente da situação familiar geral. Quando você pega os pequenos pontos, os pequenos problemas, as pequenas neuroses, talvez fique até mais fácil detectar os paradoxos. Agora, para isso, deveríamos estar pesquisando muito.

PERGUNTA: Pesquisar muito, certo! Mas pensando como alguém que está se iniciando na psicologia e que se entusiasma pela

psicologia social, perguntaríamos: o que fazer? Qual é o caminho? Há possibilidade?

SILVIA: A noção de identidade como metamorfose que Ciampa desenvolve abre portas para isso. Se eu me assumo como alguém que posso me transformar no dia-a-dia, posso ser alguém que vai inventar uma obra, vai criar alguma coisa, vou questionar valores que estão estabelecidos... Sabe, eu não me atenho à mesmice. Por isso é que eu acho que a separação da identidade como categoria é fundamental, porque ela vai, vamos dizer assim, de certa forma, coordenar na relação com o outro, a consciência, a atividade, e a afetividade. É ela que torna a imbricação destas três uma relação com o outro, ao mesmo tempo em que se constitui nas três também. E é exatamente a identidade como metamorfose: eu aceito que eu tenho o direito de me transformar, de ser outro, eu assumo o direito de votar, de criar, etc.

PERGUNTA: Há espaço, há possibilidade concreta, histórica, do indivíduo construir uma realidade, uma identidade, escapar dessa máquina social que destrói?

SILVIA: Há toda uma discussão dizendo que o homem consciente é impossível numa sociedade capitalista, que a própria característica da sociedade capitalista é o homem alienado. Tudo bem, quando você olha no seu genérico. Agora, quando você olha no seu cotidiano, você como pessoa, você acha isso impossível? Você mais consciente ou menos consciente? Você acha que não avançamos enquanto consciência histórica?

PERGUNTA: Gostaríamos de saber que argumentos você acrescentada para defender essa tese.

SILVIA: Exatamente a capacidade que o ser humano tem de analisar, de pensar, de refletir criticamente, e de sentir.

PERGUNTA: Aproveitando o intervalo para fazer propaganda do próximo encontro regional da ABRAPSO, a Comissão definiu o tema: "Emancipação e/ou barbárie?". Gostaríamos de chamar a atenção para a expressão "e/ou" que sugere um dilema a ser discutido na possibilidade de emancipação...

SÍLVIA: Eu acho impossível uma emancipação sem uma revolução. Agora, não precisa ser uma revolução armada. Mas é preciso mexer com valores, é preciso mexer com pensamentos estabelecidos, é preciso cutucar o ser humano para que ele pense diferente do que ele vinha pensando. Então, isso é uma revolução. Quando falamos numa revolução ética, a revolução ética não é um indivíduo que a vai produzir. É uma sociedade, é uma cultura. Falei da revolução ética, porque Agnes Heller, analisando bem a questão do Leste europeu e as revoluções comunistas que ocorreram, descobre que elas não resolveram os grandes problemas sociais. A luta de classes, por exemplo, não resolveu absolutamente nada, ao contrário. Caiuse num marasmo, numa negação do ser humano, numa negação da identidade. Então, o que transformaria? Transformaria, exatamente, valores outros que não esses que estão imperando na nossa sociedade. Como dizia o Claude Lefort: "meia dúzia de católicos bem dispostos muda o filme da história"; agora, cá entre nós, você precisa de algo semelhante.

PERGUNTA: Se, em vez de meia dúzia de católicos, falarmos em meia dúzia de psicólogos sociais bem dispostos, como eles poderiam estar contribuindo para mudar a história que mostra esta crescente violência? Sabemos que é uma resposta que você não daria em dois minutos, mas como você provocaria os leitores desta entrevista?

SÍLVIA: Refletir criticamente sobre a sua prática cotidiana. Sinto muito! Eu acho que essa é a questão fundamental: pensar no que é que eu estou fazendo no dia-a-dia; óbvio, você não vai fazer isso todos os momentos da vida, porque você não agüenta. Mas há momentos em que você pára e você vê criticamente o que está construindo, o que está fazendo e isso vale para qualquer pessoa. Eu acho que é a única forma de eu superar uma alienação imposta pela minha sociedade. É refletir criticamente. Então, o psicólogo pode parar para pensar: por que está usando o teste? Será que se ele parasse e conversasse com o sujeito, ele não aprenderia muito mais a respeito, do que aplicando o teste? Se ele conhecesse as condições de vida desse sujeito? Você vai por aí afora. Eu tenho exemplos disso, de psicólogos na indústria.

PERGUNTA: Quando você deu a resposta, usou uma expressão muito brasileira: "parar para pensar". Ora, "parar para pensar", sempre

tem um peso forte. Parar com o circuito da inconsciência da vida cotidiana e pensar. É isso?

SÍLVIA: Vocês fizeram isso comigo. Vocês me obrigaram a parar para pensar.

PERGUNTA: Você aceita que o nome da entrevista seja: Parar para pensar?

SÍLVIA: Eu acho que sim, porque sem isso não há a emancipação. Parar para pensar e depois fazer, fazer. Eu acho que é por aí.

Entrevista realizada nos dias 15 e 22 de novembro de 1995

UMA ABORDAGEM "PSICOSSOCIOLÓGICA" NO ESTUDO DO COMPORTAMENTO POLÍTICO¹

Leoncio Camino

RESUMO: Neste artigo analisa-se a evolução da perspectiva teórica do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político da Universidade Federal da Paraíba. Para tanto apresenta-se a conjuntura político-cultural dos anos 60 e 70 e o modelo de psicologia social que o Grupo de Pesquisa se propunha desenvolver nesse período. Reflete-se sobre as mudanças político-culturais do Brasil entre 1985 e 1988 e as consequências destas mudanças na maneira do Grupo de Pesquisa pensar a Psicologia Social. Apresenta-se a perspectiva psicossociológica atualmente utilizada pelo grupo na análise do comportamento político. Finalmente apresentam-se os projetos de pesquisa desenvolvidos pelo Grupo e os resultados mais importantes obtidos até o presente.

PALAVRAS-CHAVE: psicologia social, comportamento político, identidade política, análise psicossociológica.

Considerando de um lado que nos encontramos festejando os 15 anos da fundação da ABRAPSO e de outro lado que os pesquisadores precisam em certos momentos fazer um balanço de sua trajetória científica, pretendo dar ao tema uma perspectiva histórica e de auto-análise. Começo apresentando brevemente o contexto histórico e cultural dos 60 e 70, que precedeu a formação de nosso Grupo de Pesquisa sobre o Comportamento Político, e o modelo de psicologia social que nos propusemos desenvolver nesse momento. Num segundo momento, reflito sobre as mudanças do cenário político e cultural no Brasil entre 1985 e 1988 e as influências que estas mudanças trouxeram na maneira de pensar a psicologia social. Terceiro, apresento brevemente a perspectiva em que hoje postulo e descrevo como a abordagem psicossociológica pode ser

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 16-42; jan./jun.1996

utilizada na análise do comportamento político. Por último apresento brevemente os projetos de pesquisa que estamos desenvolvendo e os resultados mais importantes obtidos até o presente.

A CRISE NA PSICOLOGIA SOCIAL

Nossa formação em psicologia social remonta ao final dos anos 60, quando fizemos nosso doutorado na Bélgica. Posteriormente, na Paraíba, trabalhando no curso de Psicologia da UFPb (974), descobrimos que não estávamos sós nas insatisfações e dúvidas desenvolvidas durante a década passada. Pelo mundo inteiro surgiam críticas à abordagem individualista dominante na psicologia social e aos experimentos em laboratório. O cerne dessas críticas era a idéia de que, ao retirar os fenômenos sociais de seu meio próprio, terminava-se por abstrair-lhes a natureza social. Quão social era esta ciência que se denominava psicologia social?

Vivia-se nesse período uma situação que tem-se denominado de crise da psicologia social. Seja ela real ou pretensa como alguns autores sustentam², será suficiente para os objetivos deste trabalho assinalar brevemente algumas características novas que a psicologia social foi adquirindo na América Latina e no Brasil, entre os anos 60 e 70, e que influenciaram nosso trabalho. Deve-se observar que a psicologia social começou a desenvolver-se na América Latina nos anos 60, sob o impulso de alguns pesquisadores, como A. Rodrigues e J. Varela entre outros, formados nos Estados Unidos e que se congregaram na Associação Latino Americana de Psicologia Social - ALAPSO.

Nesse período a situação na América Latina era bastante singular. Viviam-se os movimentos de resistência e oposição às ditaduras militares que tinham chegado ao poder com apoio aberto dos Estados Unidos, sufocando as reformas e reivindicações populares dos anos 60. Em consequência, os movimentos de luta pela democracia estavam impregnados de forte anti-americanismo. Durante a década do 70, com a crise econômica, houve um aumento da pressão popular.

Durante os anos 70 cresce, praticamente em toda América Latina, um forte descontentamento em relação à psicologia social americana. Além das críticas ao mecanicismo e à falta de relevância social dessa perspectiva, levantavam-se fortes críticas ao caráter ideológico do

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 16-42; jan./jun.1996

positivismo. Apontava-se igualmente a necessidade de se construir uma psicologia em consonância com a problemática social de nosso continente³. Acrescente-se que, nesse período, começam a ser traduzidos para o espanhol e para o português pesquisadores importantes da psicologia soviética, como Leontiev, Luria e Vigotski, que terão uma influência considerável no pensamento dos psicólogos latinoamericanos.

No Brasil, o crescimento desse posicionamento crítico levou um grande grupo de psicólogos sociais ao rompimento, em 1980, com a ALAPSO, e a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO, que se propunha construir uma psicologia voltada aos interesses das classes mais desfavorecidas. Todos nós, fundadores e participantes da ABRAPSO, considerávamos não só que os conhecimentos da psicologia social deveriam ser colocados a serviço dos movimentos e lutas populares, mas também que a base da construção teórica deveria ser constituída por uma reflexão filosófica que sustentasse a unidade da teoria científica e da luta popular. Em geral, encontravam-se os fundamentos desta psicologia nos princípios do materialismo histórico e dialético⁴. Os encontros da ABRAPSO desempenharam um papel importante na tentativa de construir uma nova psicologia que respondesse a essas preocupações sociais.

Nessa conjuntura política, vários profissionais adicionaram às tarefas de ensino e de pesquisa tarefas político-sindicais, consideradas necessárias para a reconstrução de um Brasil mais justo e democrático. Vivia-se intensamente a dicotomia de ser, simultaneamente e em tempo integral, militantes e pesquisadores. Nesta conjuntura a pesquisa participante converte-se na prática dominante no âmbito de ABRAPSO.

No início dos anos 80 muitos psicólogos sociais latino-americanos compartilhavam a concepção de que a melhor maneira de elaborar teorias sobre os movimentos sociais era inserir-se neles e acumular, através da prática, os conhecimentos teóricos necessários para fazer avançar o movimento popular simultaneamente à obtenção de seus objetivos e à compreensão de sua própria natureza.

Nosso Grupo de Estudo encontrava-se totalmente identificado a esta perspectiva. Participávamos como educadores do Centro de Educação e Cultura dos Trabalhadores Rurais (CENTRU), instituição cujo objetivo era formar o trabalhador rural e colaborávamos com a Secretaria de Formação Sindical da Central Única dos Trabalhadores – CUT⁶. Ao mesmo tempo, no âmbito do Mestrado em Psicologia

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 16-42; jan./jun.1996

Social da UFPb, procurávamos planejar nossa intervenção nos movimentos, sob a forma de pesquisa-ação⁷.

A TRANSIÇÃO-TRANSAÇÃO DEMOCRÁTICA E A CRISE DE PERSPECTIVA

Mas os anos 85-88 trouxeram para o Grupo de Pesquisa sobre o Comportamento Político um conjunto de insatisfações e dúvidas que o levaram a uma parada para refletir sobre a sua própria identidade e sobre os novos caminhos a seguir. As insatisfações relacionavam-se a dois aspectos de nossa atividade.

Primeiro, questionamos a forma de inserção no movimento social, que pretendia converter-se num projeto de pesquisa participante com os companheiros da CUT e do Centru, constatando que este projeto nunca fora realizado.

Apenas conseguimos reconstruir, com o método de histórias de vida, alguns elementos do desenvolvimento da consciência sindical de lideranças urbanas⁸ e mrais⁹ desse período. Mesmo assim, consideramos este saldo bastante decepcionante.

Segundo, questionamos criticamente as concepções teóricas que nos tinham guiado. Estas reflexões, apresentadas num encontro de Psicologia Marxista em Cuba¹⁰, apontavam a impossibilidade de deduzir categorias psicológicas diretamente do materialismo histórico.

Aliás, hoje, com a perspectiva que dá o passar do tempo, conseguimos entender melhor tanto as condições políticas e sociais daquele período como as suas consequências em nossa prática científica e política. Entendemos agora que apesar do fracasso das Diretas Já abriu-se na prática, com a eleição indireta (transição-transada) de Tancredo e Sarney um espaço democrático rapidamente aceito por grande parte da sociedade civil. Esta situação não era vivida por nós com a compreensão que hoje nos é possível. Mesmo assim, a própria conjuntura nos levou a revisar nossa prática.

De um lado começamos a perceber que não se colocava mais, ao menos com a urgência anterior, a necessidade da participação direta de intelectuais nas organizações populares. Por outro lado, chegamos à conclusão de que a idéia subjacente à nossa forma de inserção direta no movimento não era correta.

Uma melhor reflexão sobre a práxis¹¹ nos levou a concluir que os critérios da verdade do conhecimento são construídos no interior de cada ciência particular e não são deduzíveis diretamente das

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 16-42; jan/jun.1996

concepções teóricas do materialismo. Deduz-se desta reflexão a necessidade de construir uma psicologia social que fosse compatível com estas concepções sobre o homem e a sociedade e que, ao mesmo tempo, permitisse construir um conjunto de conhecimentos científicos sobre os processos subjetivos subjacentes às relações sociais no interior de uma sociedade determinada.

Percebíamos claramente que nossa estratégia de pesquisa, a qual consistia em escolher certas noções psicológicas e retirá-las de seu contexto individualista e mecanicista, para utilizá-las como sinônimos de conceitos do materialismo dialético, não se havia mostrado eficaz para construir uma teoria psicológica diferente. Não tínhamos à mão nenhuma teoria completa de psicologia social que fosse ao mesmo tempo articulável com as nossas visões básicas do homem e da sociedade, que tivesse capacidade heurística no estudo dos fenômenos sociais e que fosse operacionalizável no planejamento de estudos empíricos.

Mas havia na psicologia social européia perspectivas teóricas que nos pareceram úteis para a tentativa de construir uma teoria adequada a nossos pressupostos e expectativas. Devemos lembrar que na Europa dos anos 60 viveu-se a necessidade de independizar-se política, econômica e culturalmente da influência americana, exercida no pós-guerra através do plano Marshall.

No que se refere à psicologia social, deve-se observar que a procura de uma identidade européia não implicou, como foi o caso da América Latina, numa ruptura nem com a produção científica da psicologia social americana nem com o método experimental empregado por ela. Na Europa esta procura de identidade implicou numa reflexão mais filosófica sobre a natureza da psicologia social. Esta reflexão centrou-se sobre a oposição clássica entre o indivíduo e a sociedade, sobre a interdisciplinaridade inerente ao estudo do social e, finalmente, sobre a própria natureza da psicologia social¹².

Nesta procura por uma identidade própria destacam-se Serge Moscovici e Henri Tajfel, os quais colocam-se à frente do movimento de formulação de uma psicologia social européia¹³. Para Vala o novo paradigma da psicologia social se apóia em três conceitos essenciais: a representação social¹⁴, a identidade social¹⁵ e a influência das minorias ativas¹⁶. Finalmente Doise¹⁷ aprofundará esta concepção propondo como campo específico da psicologia social a articulação psicossociológica.

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 16-42; jan./jun.1996

UMA PSICOLOGIA POLÍTICA NA PERSPECTIVA PSICOSSOCIOLÓGICA

Foi a esta psicologia européia que nos dirigimos a fim de redirecionar nossa pesquisa. Desde 1988 nossa preocupação dirigiu-se à elaboração de uma teoria capaz de explicar o conjunto de dados obtidos e permitir a compreensão de novos fenômenos na área do comportamento político. Neste sentido situamos nosso projeto na área da pesquisa básica, sem deixar de acreditar que um melhor conhecimento dos aspectos subjetivos do comportamento político pudessem ajudar nos processos de organização popular, sem abandonara compromisso de construir uma ciência a serviço das causas populares.

A fim de que se possa entender melhor o tipo de reflexão e de pesquisa que estamos desenvolvendo apresentaremos primeiro os pressupostos básicos e a perspectiva teórica que orientam e dão base as nossas pesquisas.

1. A nossa concepção de política

A Ciência Política refere-se fundamentalmente ao estudo das relações de poder no interior da sociedade¹⁸. Estas relações podem ser analisadas a partir de duas perspectivas teóricas¹⁹. A sistêmica²⁰ concebe a sociedade como um sistema integrado cuja existência é mantida por relações complementares entre seus elementos. Estas relações são sustentadas sobre um conjunto de objetivos e crenças comuns²¹.

O modelo alternativo, a dialética, toma como ponto de partida a existência de contradições e conflitos em todos os sistemas sociais e considera a existência destes antagonismos como conseqüência da formação de grupos dominantes e subordinados na processo econômico²². A perspectiva dialética pressupõe que as relações sociais e os grupos constituídos nestas relações estabelecem-se em torno da produção da subsistência e constituem a trama da sociedade. Os antagonismos seriam inerentes aos vários modos de produção da subsistência.

Nesta abordagem não se pode entender uma sociedade sem analisar as relações sociais que se estabelecem no seu interior. Da mesma maneira, não se pode entender relações sociais específicas sem entender a sociedade em sua totalidade. Esta visão implica que ,3

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 16-42; jan./jun.1996

as maneiras de pensar, sentir e agir das pessoas devem ser examinadas a partir das relações sociais básicas: "A vida não é determinada pela consciência e sim a consciência pela vida"²³.

Adotamos, em nosso estudo do comportamento político, a perspectiva dialética, com a visão de homem e de sociedade que ela implica.

2. A nossa concepção de psicologia social

Não tínhamos à mão nenhuma teoria completa de psicologia social que por um lado fosse articulável com as nossas visões básicas do homem e da sociedade e por outro lado tivesse capacidade heurística no estudo dos fenômenos sociais e fosse operacionalizável no planejamento de estudos empíricos. Mas no decorrer do projeto fomos construindo nossa própria visão a partir da análise de algumas perspectivas hoje presentes no campo da psicologia social.

A cognição social, perspectiva dominante neste campo²⁴, deve ser entendida como uma forma ampla de abordar e analisar os fenômenos sociais. Nela os processos mentais são vistos não através do modelo S-R behaviorista mas como um processo ativo que se desenvolve em seqüências definidas. Considera-se também que, por causa das limitações inerentes ao aparelho psíquico no processamento de informações concretas, o indivíduo desenvolve estruturas de conhecimento relativamente abstratas que lhe permitem enfrentar a enorme variedade de estímulos e situações. Neste sentido, as informações processadas não são uma cópia da realidade mas uma construção pessoal do indivíduo²⁵.

A cognição social americana tem-se limitado à análise do processo individual²⁶. Sob nossa perspectiva é essencial considerar que o conhecimento do indivíduo não se processa no vazio. A sociedade produz seu próprio conhecimento social e a construção do conhecimento individual se insere nesse processo²⁷. Trata-se de entender a maneira em que as diversas sociedades constroem suas representações sociais e como os indivíduos e grupos se apropriam dessas representações²⁸.

A perspectiva das relações intergrupais²⁹ oferece a possibilidade de fundamentar esta perspectiva dialética do conhecimento humano. A partir da perspectiva cognitiva, a pertença ao grupo pode ser considerada não só como forma de relação, mas principalmente

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 16-42; jan./jun.1996

como forma de consciência ou categorização social. As relações intergrupais estudam portanto as relações sociais na medida em que estas são afetadas pela consciência da pertença a um grupo³⁰. Esta visão pressupõe que toda relação interpessoal efetua-se no horizonte das relações intergrupais³¹.

A importância do papel da categorização social tem sido colocada em relevo por Tajfel, Billig, Bundy e Flament³², que constataram a existência do fenômeno de diferenciação grupal mesmo em situações onde só existe pura categorização sem interação nem real nem antecipada entre os dois grupos. Tajfel³³ explica a existência deste fenômeno utilizando o conceito de identidade social, que se refere tanto à consciência de pertencer a um determinado grupo social como a carga afetiva que esta pertença traz para o sujeito. O pressuposto fundamental é que os indivíduos procuram, diferenciando-se positivamente do outro grupo, realizar uma identidade social que contribua para obter uma imagem positiva de si mesmo. Desse modo, quanto maior for o senso de pertença a um grupo, maior será a tendência a diferenciar favoravelmente seu próprio grupo dos outros.

A identidade social é um processo dialético, na medida em que por um lado muda o sujeito, facilitando a incorporação de valores e normas do grupo social, mas por outro lado, implica numa participação ativa do sujeito na construção da identidade grupal e portanto na transformação contínua do grupo. Mas a propriedade dialética dos processos de identidade não se limita à relação entre o indivíduo e seu grupo.

Ela aplica-se às relações dos grupos entre si e com o sistema social. Deve-se considerar que, segundo Tajfel³⁴, o processo de identidade social não ocorre no vácuo social mas num contexto histórico onde os diversos grupos mantêm relações concretas entre si, mediadas pela identidade social. O processo de identidade social afetaria não só a maneira como indivíduos e grupos percebem a organização da sociedade, sua estrutura, estabilidade e legitimidade, mas também o modo como nela atuam, procurando modificá-la em função de seus interesses sociais. Por sua vez, as estruturas sociológicas influenciariam de alguma maneira as representações que os indivíduos fazem de si mesmos e da sociedade.

Consideramos que as relações entre grupos desenvolvem-se sempre no interior de formações sociais, econômicas, políticas e ideológicas com características específicas. Estas características influenciam

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 16-42; jan./jun.1996

as relações intergrupais, mas também são conseqüências dessas relações.

Sendo assim, como pode considerar-se simultaneamente aspectos subjetivos (psicológicos) e aspectos estruturais (sociológicos)? Consideramos que as interações entre os dois níveis (o psicológico e o sociológico) são fenômenos de mão dupla. Numa direção, os processos subjetivos são influenciados pelas formas concretas que adota uma formação social. Na direção oposta, as formações sociais são construídas dinamicamente pelo conjunto de representações e ações dos indivíduos que as constituem. Qualquer articulação psicossociológica deverá ter em conta a natureza dialética dos processos de influência social³⁵.

Esta articulação dialética, não mecanicista, só é possível a partir da integração da perspectiva cognitiva com a perspectiva das relações intergrupais. Segundo Vala³⁶, articulando-se a idéia de um sujeito-ator com a idéia de um sujeito indissociável do social, a cognição será entendida como uma atividade não só individual mas social, uma vez que os indivíduos estão necessariamente ligados a outros indivíduos em todos os planos. Entretanto, graças a esta articulação, o indivíduo será concebido como agente ativo, dotado de uma atividade cognitiva própria, essencial à criação dos laços sociais onde está inserido, laços estes decorrentes da atividade sócio-cognitiva dos atores sociais.

A perspectiva acima descrita permite construir uma psicologia social que tenha em conta nossas concepções sobre o homem e a sociedade.

3. Análise psicossociológica das formações sociais

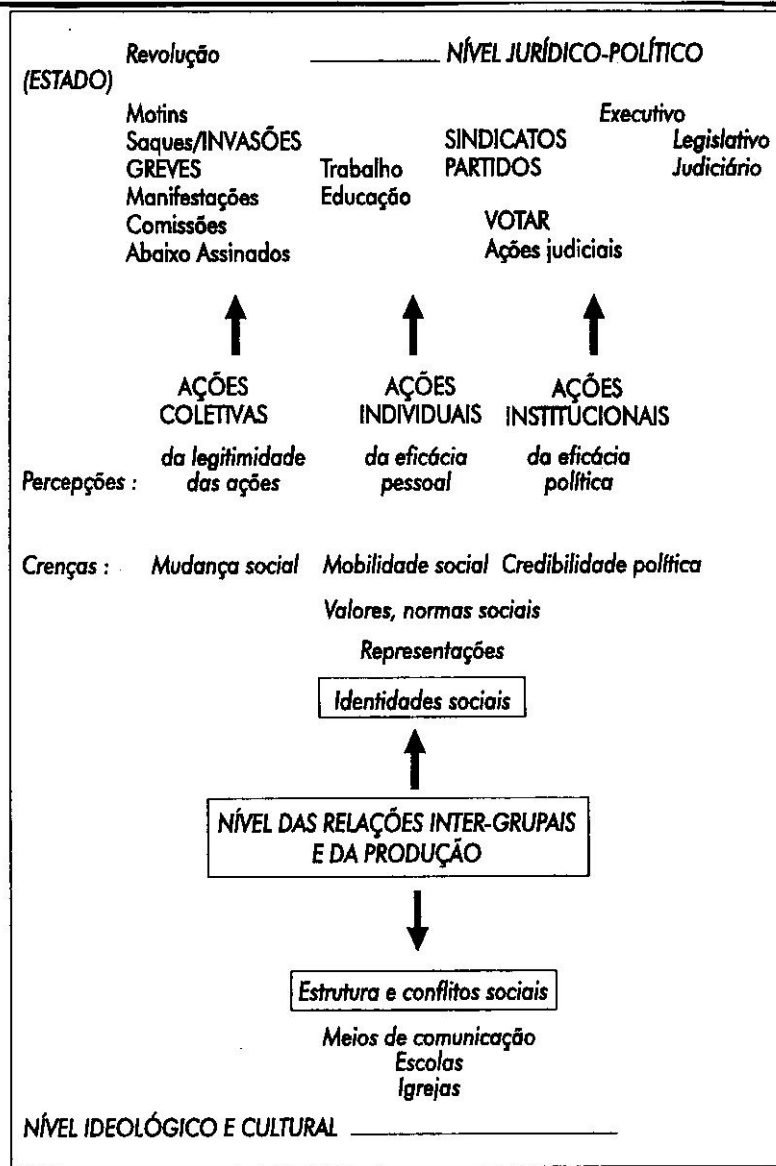
Em concordância com nossa perspectiva básica que postula a impossibilidade de entender as relações sociais existentes sem analisar as características concretas da sociedade específica onde se situam as ações a serem analisadas, descreveremos brevemente um esquema das formações sociais, onde situaremos as diversas ações políticas e as experiências subjetivas que lhes podem ser relacionadas. Este esquema coloca no centro das formações sociais os processos de produção, considerando-os base última, mas não única das relações e conflitos sociais (Figura 1).

A sociedade civil é constituída pelo conjunto de grupos e insti-

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 16-42; jan./jun.1996

Figura 1 : Representação esquemática da sociedade e de seu funcionamento institucional (jurídico-político, ideológico e cultural) com destaque para os conflitos intergrupais e as alternativas de ação.

SOCIEDADE CIVIL



CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
 Psicologia & Sociedade; 8(1): 16-42; jan./jun.1996

tuições que mantêm relações sistêmicas (de cooperação e conflito) entre si. A unidade deste sistema é garantida pela estrutura jurídico-política do Estado, que possui poder coercitivo para tanto. Esta unidade sustenta-se também num conjunto de concepções, valores e normas sociais que possuem uma certa homogeneidade no sistema, conjunto este que é denominado estrutura ideológica e cultural.

No interior deste sistema os indivíduos se educam e trabalham, a fim de garantir a subsistência, entendida aqui num sentido amplo. Estas ações individuais/grupais, embora se efetuem num sistema político e sejam afetadas por ele, não possuem caráter político expresso.

O comportamento político é constituído pelas ações de indivíduos e grupos que se dirigem a pressionar ou controlar o Estado. O acesso ao Estado pode ser direto e as ações que se desenvolvem através desses canais instituídos para este fim são denominadas de ações institucionais. A alternativa institucional fundamental nas sociedades democráticas é o voto, embora as ações judiciais estejam ocupando cada vez mais um espaço importante na vida dos cidadãos.

Nos casos em que as ações institucionais não produzam os resultados esperados, os diversos grupos têm como alternativa ações coletivas que, independentemente dos agentes que as realizam e de seus destinatários, não fazem parte do conjunto de ações previstas na estrutura jurídico-política do Estado. Enumeramos na Figura 1 várias formas de ação coletiva em ordem crescente de ilegalidade, que vão desde o simples abaixo assinado até a revolução.

Todo o conjunto de ações, tanto institucionais como coletivas, desenvolvem-se no quadro institucional do Estado. Portanto, faz-se necessário analisar a estrutura jurídico-política do Estado para entender melhor a natureza das atividades políticas. Mas na sociedade civil distingue-se igualmente a estrutura ideológico-cultural, constituída pelo conjunto de idéias existentes numa sociedade sobre sua origem, o valor de suas instituições, sua estrutura social etc. Este conjunto de idéias gera-se basicamente das relações sociais estabelecidas no processo de produção e difunde-se através de instituições da sociedade civil: meios de comunicação de massa, escolas, igrejas, família, etc.

Neste processo, a psicossociologia da política estuda tanto as diversas formas de consciência que os indivíduos adquirem nos diferentes processos do sistema político como as ações que eles efetuam a fim de modificá-lo.

PROJETO DE PESQUISA SOBRE O COMPORTAMENTO POLÍTICO

Desde 1988 iniciamos um projeto de pesquisa sobre o comportamento político. Duas formas de atividade política atraíram inicialmente nossa atenção. Um primeiro interesse foi o comportamento eleitoral, pois ficava claro desde 1988 que o voto deveria ocupar um espaço essencial no desenvolvimento político do país. As invasões urbanas foram uma outra atividade política que atraiu nossa atenção, devido à sua grande incidência nesse período.

No aprofundamento destes dois aspectos do comportamento político sentimos a necessidade de entender o desenvolvimento político dos indivíduos em termos de pertença a organizações, instituições e redes sociais. As identidades e afinidades que se desenvolvem nestes grupos a partir do sentimento de pertença a eles constituem-se em parâmetros que modulam a vida política dos cidadãos.

Este tipo de preocupação nos tem levado ultimamente a estudar os aspectos cognitivos da socialização política, principalmente o modo como as crianças desenvolvem suas concepções de classe social. Descreveremos agora brevemente nossos avanços em cada um desses tópicos: comportamento eleitoral, ações coletivas de invasão de terras e desenvolvimento das percepções das diferenças sócio-econômicas.

1. Análise do comportamento eleitoral

Desde 1988 temos acompanhado através de um projeto de pesquisa todas as eleições realizadas em João Pessoa. Para guiarnos elaboramos um mapeamento do conjunto de variáveis susceptíveis de intervir no comportamento eleitoral³⁷.

Procurávamos organizar a diversidade de variáveis comumente relacionadas com o voto a partir de alguns critérios. Utilizamos inicialmente como primeiro eixo organizador a distinção introduzida por Fisichiella³⁸ entre variáveis concernentes à existência na sociedade de alternativas políticas concretas e variáveis ligadas ao ato individual de escolher pelo voto uma destas alternativas.

Por outro lado, as diversas variáveis pertencentes a cada uma dessas duas dimensões mostravam possuir naturezas heterogêneas,

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 16-42; jan./jun.1996

necessitando ser organizadas em diferentes níveis de análise. As diversas perspectivas de análise constituíram um segundo critério de organização dessas variáveis, formando assim três níveis: conjuntural-comportamental, cultural- disposicional e psicossociológico.

Assim, para classificar as variáveis intervenientes no processo eleitoral usamos duas dimensões independentes. A primeira constituída pelo fato das variáveis poderem referir-se ao desenvolvimento objetivo da sociedade política assim como ao desenvolvimento das disposições subjetivas de seus membros; esta distinção metodológica sustenta-se em várias maneiras de pensar a construção da realidade social³⁹.

A segunda dimensão é constituída por três níveis de análise da realidade localizados horizontalmente no Quadro 1.

a) O nível conjuntural-comportamental, constituído pelas variáveis observáveis que se referem às atividades da campanha eleitoral e à participação dos eleitores nessas atividades;

b) O nível cultural-disposicional, onde por um lado existe um conjunto de atitudes, normas, crenças e estereótipos largamente partilhado pelos membros de uma formação social e por outro lado existem as formas individuais de inserção nesse conjunto;

c) O nível psicossociológico, constituído pelos aspectos subjetivos subjacentes às estruturas políticas. Em tomo das relações sociais estabelecidas nas atividades de produção desenvolvem-se simultaneamente tanto estruturas sociais concretas e formas de consciência social dos indivíduos.

Mas o fato de termos situado inicialmente o processo eleitoral entre dois pólos, não implica na aceitação do dualismo sujeito-sociedade. Esta distinção, localizada no Quadro 1 em forma de coluna e restrita aos dois primeiros níveis de análise, expressa a necessidade metodológica de diferenciar entre as matrizes ideológicas e normativas pré-existentes na sociedade e as disposições cognitivas e afetivas dos sujeitos.

A disposição gráfica horizontal do terceiro nível tenta, por sua vez, traduzir a relação dialética entre os dois aspectos da mesma realidade. A distinção portanto possui apenas uma função didática, uma vez que existe uma dialética fundamental entre fatores objetivos referentes às alternativas políticas e fatores subjetivos referentes a decisão de votar⁴⁰.

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 16-42; jan./jun.1996

Quadro 1

Relevamento do conjunto de fatores que intervem no comportamento eleitoral em função dos níveis de análise

ALTERNATIVAS POLÍTICAS	VOTO	DECISÃO INDIVIDUAL
NÍVEL 1		
<p>Conjuntural A Campanha Eleitoral - Candidatos - Propaganda eleitoral - Ações coletivas</p>		<p>Comportamental A participação na campanha - Procura de informações - Conhecimento das candidaturas - Atividades na campanha</p>
NÍVEL 2		
<p>Cultural Cultura e tradições políticas - Opiniões políticas - Estereótipos políticos - Normas sobre utilidade da política - Ideologias programático-partidárias - Ideologias sociais - Hierarquias sociais de valores</p>		<p>Disposicional Disposições cognitivo-afetivas - Atitudes políticas - Credibilidade no sistema - Eficácia política - Simpatias partidárias - Valores, filosofias de vida - Centralidade do político</p>
NÍVEL 3		
<p>Consciência de pertença a grupos e organizações sociais - Ações coletivas / Atividades institucionais - Identidades sociais</p>		
<p>Psico sociológico</p>	<p>Relações de produção - Conflitos sócio-econômicos e ideológicos - Estruturas sócio-econômicas e ideológicas</p>	
<p>Relações sociais, intergrupais</p>		

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
 Psicologia & Sociedade; 8(1): 16-42; jan./jun. 1996

Procura-se descrever esta relação dialética no terceiro nível. Situase em cima o aspecto psicológico, constituído pela consciência da pertença a grupos e organizações sociais e em baixo localiza-se o aspecto sociológico, referente às relações sociais inter-grupais. A pertença social constitui a base formadora do conjunto de disposições subjetivas que se relacionam com a escolha eleitoral. Das relações intergrupais e seus conflitos de interesses, desenvolvem-se as alternativas políticas existentes.

Propõe-se neste nível uma articulação psicossociológica na qual ambos aspectos se originariam de uma mesma realidade: a natureza social do modo como o homem produz sua subsistência⁴¹.

O modelo proposto no Quadro 1 tem sido fundamental no conjunto de pesquisas que realizamos desde 1988, fornecendo inicialmente um roteiro para a investigação de variáveis relevantes ao comportamento eleitoral⁴² e posteriormente mostrando-se Útil na interpretação do conjunto de resultados obtidos⁴³.

Nesta série de pesquisas entrevistamos estudantes da UFPb e eleitores de João Pessoa poucos dias antes das eleições, indagando basicamente sobre sua intenção de voto, atitudes políticas e, nas Últimas pesquisas, sobre sua participação nas diversas organizações da sociedade civil. Do vasto conjunto de dados obtidos⁴⁴ nos limitaremos a descrever brevemente os mais importantes.

Em primeiro lugar, constatamos níveis muito baixos de participação na campanha eleitoral tanto em estudantes da UFPb como nos eleitores de João Pessoa. Faltava conhecimento e interesse pelas campanhas e coerência nas opiniões políticas. Mais da metade dos entrevistados não possuía simpatia por um partido⁴⁵.

Análises mais aprofundadas com os dados dos eleitores que se identificavam com um partido mostraram que estes possuíam maior coerência política e escores mais elevados em todos os índices que utilizamos para avaliar o grau de participação política⁴⁶. Esta constatação nos motivou a estudar a relação entre simpatia partidária e representação política atribuída aos partidos, com o objetivo de determinar a natureza da identificação partidária.

Estudamos a representação política a partir do cruzamento entre a percepção que o eleitor tem dos setores sociais defendidos ou representados por seu partido de simpatia e a percepção dos setores sociais representados pelos partidos opostos à sua visão política. Os resultados mostraram que a visão que o sujeito possui da estrutura social, implícita nas atribuições de representação política, relaciona-

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 16-42; jan./jun.1996

se com as posições políticas fundamentais do seu partido de simpatia.

Nos interessamos, a partir desta constatação, em estudar como se desenvolvem estas visões sócio-políticas. Procurando responder a esta questão, deduzimos do modelo proposto no Quadro 1 que a participação do indivíduo em organizações da sociedade civil ajudaria na construção de sua identificação partidária e de sua visão sociopolítica⁴⁷.

Um de nossos estudos, realizado durante as eleições de 1990 com estudantes universitários, mostrou que a visão social em termos de classes sociais se desenvolvia entre aqueles estudantes que, tendo ingressado jovens na UFPb e estando próximos ao fim do curso, destacavam-se pela participação ativa no movimento estudantil⁴⁸. Isto significa que a participação nas organizações estudantis da UFPb relaciona-se com o desenvolvimento de uma visão classista.

No estudo realizado durante as eleições de 1992 com os eleitores de João Pessoa, observamos que a visão sócio-política do eleitor era influenciada pelo tipo de organização da Sociedade Civil na qual participava⁴⁹. Assim, um terço dos participantes em organizações trabalhistas considerava que seu partido representava a classe trabalhadora e que os partidos opostos representavam a classe alta. Por sua vez mais de 40% dos participantes em organizações de bairro de cunho assistencialista consideravam que seu partido de simpatia defendia os interesses do povo enquanto que os partidos opostos representavam os interesses egoístas dos políticos, seja de direita ou de esquerda⁵⁰.

Este conjunto de dados sobre a representação política confirma nossa hipótese teórica, a qual afirma que no processo de participação nas diversas organizações da sociedade civil desenvolvem-se tanto visões da estrutura social como sentimentos de pertença a um dos grupos dessa estrutura. Nós temos denominado este complexo cognitivo-afetivo de identidade política e temos considerado que ele funciona como uma matriz ideológica que orienta a escolha eleitoral do sujeito⁵¹.

Entretanto, não afirmamos que esta escolha apóia-se exclusivamente em considerações ideológicas. Nossos dados desde 1988 mostram claramente que a grande maioria dos eleitores é despolitizada no sentido clássico que se dá ao termo.

Não nos referimos pois a uma identidade política que implique identidade programática e doutrinária com alguma força política. O que afirmamos é que muitos cidadãos possuem uma visão elementar

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 16-42; jan./jun.1996

da estrutura social, desenvolvida em sua inserção nas redes sociais. Esta visão lhes serve como marco de orientação em boa parte de suas atividades intergrupais. Particularmente no período das eleições esta visão estaria relacionada à escolha de um partido ou candidato.

Denominamos este complexo de informações e avaliações de identidade política porque sua característica principal é localizar o sujeito através do sentimento de pertença a um setor social na arena política⁵². Resta ainda saber como articulam-se as disposições subjetivas de um eleitor com as propostas políticas de setores sociais.

Postulamos que as identidades sociais (entre as quais situa-se a identidade política), ao dar significado à posição social do sujeito, orientam-no a escolher politicamente de acordo com a compreensão que tem de sua inserção na estrutura social. Por outro lado, na medida em que as identidades sócio-políticas inserem ativamente os indivíduos na estrutura social, podem por sua vez transformá-lo em agente da construção de alternativas políticas⁵³.

2. Análise das ações coletivas de invasão de terrenos

A proliferação de invasões urbanas em João Pessoa no ano de 1988 levou a estudar esse fenômeno. Em nosso primeiro contato com uma invasão, uma constatação casual mostrou a influência que a participação em organizações da sociedade civil possui na escolha de alternativas não institucionais de ação social. Lima⁵⁴ constatou que a maioria dos invasores de um terreno morava antes numa rua vizinha, da qual a metade dos moradores não participara da invasão e desenvolvia uma certa rivalidade com os invasores.

As entrevistas com este grupo de não-invasores mostraram que, além de possuir os mesmos problemas de moradia, tinham sido convidados a participar da invasão desde o início. Mostraram também que mais de 60% deles pertencia à Assembléia de Deus e compartilhava as mesmas idéias sobre a falta de moradia ("existe muita gente para pouco espaço") e sobre a ilegalidade das invasões. O ato de invadir agredia suas concepções religiosas, o que produzia a hostilidade contra os baderneiros.

Os invasores por sua vez culpavam os políticos pela falta de moradia, acreditavam na legalidade da ação e percebiam os não-invasores como acomodados. Estes dados permitiram supor que ações coletivas como invasões ou outras estão relacionadas com

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 16-42; jan./jun.1996

certas formas de consciência social que se desenvolvem na participação dos indivíduos em grupos ou instituições. De fato, no estudo de outra invasão, usando a mesma estratégia de comparar invasores com não-invasores, verificou-se que os invasores possuíam menor crença no sistema de mobilidade social baseada no esforço pessoal e maior crença na mudança social realizada coletivamente⁵⁵.

Estas concepções mostraram-se bastante úteis não só para entender o engajamento de pessoas em ações coletivas mas também para analisar as dificuldades encontradas no desenvolvimento dessas ações coletivas. Membros do grupo de pesquisa, observando um assentamento agrícola constituído durante a ocupação de uma fazenda, constataram as dificuldades que as lideranças do Movimento dos Sem Terra (MST) encontravam, após a ocupação, em implementar os objetivos de produção coletiva⁵⁶.

Entrevistas com os participantes do assentamento permitiram comparar as diferentes representações sobre o que a terra significava para eles. Observou-se que todos os dirigentes do MST atribuíam caráter ideológico à posse da terra, enquanto que os simples participantes e os ativistas informais representavam a terra seja como mãe mística e generosa, seja como um instrumento de subsistência. Não é de estranhar que o sistema de produção coletiva, ligado ao projeto socializante do MST, seja totalmente aceito pelos dirigentes, cujas representações da terra são ideológicas, e praticamente ignorado pela maioria dos outros participantes, que possuem representações ligadas ao caráter fecundo da terra e à relação individual com ela.

A influência da inserção em organizações sócio-políticas tinha já aparecido em nossos estudos sobre o comportamento eleitoral quando constatamos que a visão dos eleitores sobre a estrutura da sociedade relaciona-se não só com a definição ideológica do partido de simpatia mas principalmente com a participação em certas organizações da sociedade civil. Isso nos levou a supor que a visão sócio-política e a disposição em participar de atividades políticas desenvolveriam-se na participação dos jovens nas diversas organizações da sociedade civil⁵⁷.

Recentemente Moreland, Levine e Cini⁵⁸ têm analisado a influência do engajamento do sujeito nas atividades de um grupo em relação às suas disposições quanto a este grupo. Para estes autores, o grau de comprometimento com os objetivos do grupo seria ao mesmo tempo causa e consequência do processo de socialização no grupo.

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 16-42; jan./jun.1996

3. Estudos de socialização política em termos de identidade

Este conjunto de constatações e reflexões nos dirigiu ao estudo do desenvolvimento político de jovens e adultos. Concretamente, voltamos ao estudo da formação da identidade política do sujeito através da sua participação em organizações da sociedade civil. Mais especificamente procuramos analisar como as diversas visões da estrutura social se desenvolvem juntamente com as identidades sócio-políticas.

Iniciamos esta abordagem num estudo realizado com filhos de trabalhadores antes de seu ingresso no mercado de trabalho⁵⁹. Observamos que a participação em organizações sociais prediz o contato prévio com sindicalistas e o conhecimento do mundo sindical. Este conhecimento correlaciona-se com as opiniões favoráveis sobre sindicatos, variável que é a melhor preditora da disposição afiliar-se futuramente a um sindicato (Quadro 2).

Os resultados parecem sugerir a existência de dois processos diferentes (mas não antagônicos) de socialização sindical. Um processo desenvolve-se no âmbito das organizações da sociedade que o jovem frequenta e influencia seus contatos e seus conhecimentos sindicais. O outro se processa na família e relaciona-se especificamente com aspectos mais avaliativos da socialização sindical, como as opiniões etc.

Embora fique difícil avaliar a importância de cada processo isoladamente, outros dados confirmaram a influência da inserção ativa do jovem na estrutura social sobre suas concepções do mundo. Constatamos que os jovens que se identificam com a classe trabalhadora, embora possuam os mesmos conhecimentos e as mesmas opiniões sobre sindicatos que os outros, são os que têm maior disposição a filiar-se e os que acreditam mais na ascensão de classe através do processo coletivo da mudança social.

Mas de que maneira as diferentes formas de visão da estrutura social seriam afetadas pelo nível de participação nas diversas organizações da sociedade civil? Como se processa esta influência?

Para responder a esta pergunta, decidimos estudar em crianças e jovens de 7 a 16 anos de idade, em João Pessoa, o desenvolvimento das visões da estrutura social, supondo que elas originam-se na percepção das desigualdades socioeconômicas numa sociedade.

Postulamos a existência de dois fatores na evolução destas formas de representação social. O primeiro fator seria o desenvolvimento

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 16-42; jan./jun.1996

Quadro 2

Coefficientes de correlação, obtidos através de um conjunto de correlações múltiplas efetuadas pelo método gradual, testandoos melhores preditores da disposição de jovens trabalhadores a filiar-se num sindicato.

de estruturas cognitivas cada vez mais complexas, o qual vai capacitando a compreensão das diversas perspectivas presentes nas relações socio-econômicas⁶⁰. O segundo fator seria a aquisição, a partir da inserção ativa do indivíduo no seu meio social, das visões sociais concretas próprias desse meio.

Estudamos crianças e adolescentes de três meios sociais totalmente diferentes: uma escola particular muito bem conceituada

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 16-42; jan./jun.1996

socialmente, uma escola pública de um bairro da periferia e famílias de sindicalistas da CUT. Dividimos cada uma das três amostras em três grupos de idade: 8 a 9, 11 a 12 e 15 a 16 anos, idades cronológicas que contemplam diversas fases do desenvolvimento cognitivo⁶¹.

No que diz respeito ao desenvolvimento dos critérios de categorização social constatamos uma evolução em função da idade. As crianças mais novas utilizaram critérios concretos de posse ou de aparência para caracterizá-los e nenhuma delas utiliza critérios mais complexos. Os adolescentes, por sua vez, utilizaram critérios sociocêntricos que têm em conta a perspectiva social, o que permitiu encontrar nesse grupo uma boa percentagem de respostas em termos de classe social.

Entretanto, as imagens dos grupos sociais foram influenciadas pelo meio social. A maioria dos alunos da escola particular caracterizam os pobres como miseráveis e necessitados ou como marginais e só 10% os percebeu como cidadãos. Já entre os alunos do colégio público, um terço deles os considerou cidadãos trabalha-dores e nenhum deles os qualificou de marginais. Observamos igualmente que mais de 50% dos filhos de sindicalistas atribuíam a existência da pobreza à estrutura social. Este tipo de explicação mal chegou a 10% nas outras amostras⁶².

Finalmente observamos que entre os que se identificaram com a classe baixa mais de 33% considerou os pobres como cidadãos bons, trabalhadores e sofridos. Estes jovens e crianças foram igualmente os que com maior frequência expressaram espontaneamente afetos positivos para com os pobres e negativos para com os ricos.

Desejando aprofundar o estudo das consequências, na visão da estrutura social, da identificação dos jovens com uma classe social, entrevistamos 362 jovens de João Pessoa que cursavam a 3ª série do 2º Grau, distribuídos nas três classes sociais. Pudemos observar inicialmente que a identificação com a própria classe aumentava com o decréscimo do status grupal. Os que identificavam-se com a classe trabalhadora possuíam maiores índices de identificação com sua própria classe que os jovens de classe média e de classe alta⁶³.

Não é de estranhar que se possa observar nos jovens que identificaram-se com a classe trabalhadora o efeito da diferenciação grupal, a tendência a favorecer o próprio grupo e diminuir os grupos opostos⁶⁴. De fato, aqueles que em nossos estudos identificaram-se com a classe trabalhadora avaliaram positivamente as características sociais de sua classe e negativamente as da classe alta e média⁶⁵.

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
Psicologia & Sociedad; 8(1): 16-42; jan./jun.1996

Neste grupo constatamos correlações significativas entre o grau de identificação com seu próprio grupo e a avaliação do grupo, o que indica que quanto mais um jovem se identifica com a classe trabalhadora mais ele a avalia positivamente. Ao contrário, não foi observada esta relação nos jovens que se auto-classificaram nas outras classes sociais.

Os dados que estamos obtendo nas pesquisas sobre desenvolvimento político ajustam-se mal aos modelos clássicos de socialização. Na perspectiva funcionalista a socialização política servi-ria para dar continuidade à sociedade pela aprendizagem gradual das normas, atitudes e comportamentos aceitos e praticados pelo sistema⁶⁶. Este modelo, como observaram Moscovici e Faucheux⁶⁷, limitase a explicar a tendência ao continuísmo, não dando conta das mudanças que se produzem numa sociedade.

As pesquisas que atualmente realizamos sobre o desenvolvimento político mostram a importância do meio onde estas crianças e jovens vivem. Mas este meio só é influente na medida em que eles identifiquem-se com a sua categoria social⁶⁸, identificação que processase principalmente através da participação em organizações sociais próprias desta categoria⁶⁹.

Nossos dados sugerem um modelo de socialização que, além de apontar a importância do desenvolvimento de certas estruturas cognitivas como condições prévias da aprendizagem social clássica, mostra a necessidade de se estudar a participação dos jovens nas diversas organizações da sociedade. É através dessa participação ativa num grupo que eles constroem conjuntamente com os outros membros desse grupo, tanto um sistema grupal de valores e normas como representações sociais sobre si mesmos e seus grupos.

Concluimos afirmando que os jovens não só adaptam-se a grupos já existentes (modelo clássico de socialização) mas também participam de grupos onde ativamente constroem suas normas e valores e suas identidades sociais. Pensamos que na dinâmica social não são os indivíduos que se socializam individualmente mas os grupos que se auto-definem nas relações que mantêm com os outros grupos⁷⁰.

Diversos estudos têm mostrado que à medida em que um grupo se engaja em atividades competitivas com outros grupos aumenta a nitidez de sua própria imagem e a coesão dos membros entre si⁷¹. Pode-se então afirmar que os grupos, ao engajarem-se em relações intergrupais, socializam-se no âmbito da sociedade,

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 16-42; jan./jun.1996

diferenciando-se dos outros e adquirindo sua identidade. Os grupos e movimentos sociais definem-se com maior clareza nas situações de conflito intergrupais. É evidente pois que a participação ativa do sujeito nos conflitos intergrupais tanto reforça seu sentimento de pertença ao grupo como colabora na construção da nova identidade do grupo.

Leoncio Camino é professor doutor da Universidade Federal da Paraíba. Correspondência para: Caixa Postal 5069 – Cidade Universitária - João Pessoa - PB - CEP 58051-970

ABSTRACT: (A psychosociological approach to the study of political behavior). In this paper we present the theoretical development of the Research Group on Political Behavior of the University of Paraíba during the last 20 years. In order to accomplish this aim we analyse the political context of the 1960s and 1970s and the theoretical approach that the Research Group intended to develop in that period. Special attention is given to Brazil's political changes between 1985 and 1988 and its consequences on the scientific activities of the Research Group. The Psychosociological approach, currently adopted, is described together with the research projects that are being developed and the data already obtained.

KEY WORDS: social psychology, political behavior, political identity, psychosociological analysis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ¹ As idéias deste artigo foram apresentadas na Mesa Redonda: "Pesquisa, Ensino e Extensão na ABRAPSO", durante o 8º ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO. Fortaleza, julho de 1995.
- ² RODRIGUES, A. Aplicações da psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 1983.
- ³ MONTERO, M. Ideología, alienación e identidad nacional. Caracas: EBUC, 1984.
- ⁴ LANE, S. Psicologia social. São Paulo, Brasiliense, 1981., LANE, S. e CODO, W. Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo, Brasiliense, 1983., MARTIN-BARO, I. Un psicólogo social ante la guerra civil en El Salvador. Revista de la Asociación Latinoamericana de Psicología Social V. 2, p. 91-112, 1983. e CAMINO, L. Psicologia dialética: novos horizontes na psicologia. Conferência dada no I Seminário de Pesquisa, Natal, 08 a 11 de maio de 1984.
- ⁵ CAMINO, L. "O movimento dos trabalhadores rurais do estado da Paraíba". Proposta Experiência Educação Popular, n. 26, p. 29-32, 1985. e CAMINO, L. Psicologia e

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 16-42; jan./jun.1996

educação popular. *Revista de Psicologia*, v. 5, p. 21-8, 1987.

⁶ CAMINO, L. e VERAS, R. Formação de quadros: propostas para um trabalho de educação popular no sindicalismo rural da Paraíba. *Cadernos do CENTRU*, n. 2, 1985.

⁷ Comunicação realizada na I JORNADA NORDESTINA DE PSICOLOGIA, por CAMINO, L. intitulada "Objetivos e natureza da linha de pesquisa participante", Natal, outubro de 1984.

⁸ AMADO, V. O engajamento nos movimentos sociais: origem de Zé Pião, movimento de oposição sindical da construção civil de João Pessoa. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade da Paraíba, 1988. e CAMINO, L. e AMADO, V. Análise psicossocial dos engajamentos nos movimentos sociais. In: XXII Congresso Interamericano de Psicologia, Buenos Aires, 25 a 30 de junho de 1989.

⁹ NOBRE, G. F. O desenvolvimento do sindicalismo rural na Paraíba. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal da Paraíba, 1988.

¹⁰ CAMINO, L.; MENDONZA, R.; AMADO, V. e COSTA, J. B. A construção de uma linha marxista de pesquisa em psicologia: um estudo de caso. In: Intercâmbio de experiências práticas y teoricas. Havana, Editora da Universidade de la Havana, 1988, v. 1, p. 139-45. e MARX, K. Teses sobre Feuerbach. São Paulo, Hucitec, 1986.

¹¹ SANCHEZ VASQUEZ, A. Filosofia da práxis. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

¹² MOSCOVICI, S. Preface. In: JODELET, D; VIET, J. e BERNARD, P. (eds.) *La psychologie sociale: une discipline en mouvement*. La Haye, Monton, 1970.

¹³ JESUÍNO, J. C. A psicologia social europeia. In: VALA, J. e MONTEIRO, M. B. (eds) *Psicologia social*. Lisboa, Fundação Calouste Gulberikian, 1993.

¹⁴ MOSCOVICI, S. (op. cit. nota 12).

¹⁵ TAJFEL, H. *Human groups and social categories*. New York, Cambridge University Press, 1981.

¹⁶ MOSCOVICI, S. e FAUCHEUX, C. Social influence, conformity bias and the study of active minorities. In: BERKOWITZ, L. (ed.) *Advances in experimental social psychology*. New York, Academic Press, v. 6, p. 150-202, 1972.

¹⁷ DOISE, W. *L'articulation psychosociologique et les relations entre groupes*. Bruxelas, De Boeck, 1976.

¹⁸ BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. e PASSQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, p. 954-62, 1986 e HELLER, A. The concept of political revisited. In: HELD, D. (ed). *Political theory today*. California, Stanford University Press, p. 330-43, 1991.

¹⁹ BOTTOMORE, T. *Political sociology*. London, Hutchinson e Co, 1979.

²⁰ EASTON, D. *A system analysis of political life*. Wiley, 1965.

_____ A re-assessment of the concept of political suport. *British Journal of Political Science*, v. 5, 1975, p. 435-57.

²¹ MERTON, R. *Social of theory and social structure*. Glencoe, Free Press, 1975.

²² MARX, K. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. In: GIANNOTTI, J. A. (ed). *Karl Marx*. São Paulo, Abril Cultural, 1974. (Pensadores)

²³ MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo, Hucitec, 1986.

²⁴ SCHENEIDER, D.J. Social cognition. *Annual Review of Psychology*, New York, v. 42, p. 527-61, 1991 e MARKUS, H. e ZAJONC, R. B. The cognitive perspective in social psychology. In: LINDZEI, G. e ARONSON, E. (eds). *Handbook of social psychology*. 3th ed. Massachussets, Addison e Wesley, 1985.

²⁵ Ver HIGGINS, E. T. e BARGH, J. A. Social cognition and social perception. *Annual Review of Psychology*, New York, V. 38, p. 369-425, 1987.; HOLYOAK, K. J. e GORDON, P. C. Information processing and social cognition. In: WYER, R. S. e SRULL, T. K. (eds). *Handbook of socialcognition*, New Jersey, Lawrence Erlbaun, 1984. v. 1. ;

- HUNTT J. M. Traditional personality theory in the light of recent evidence. In: HOLLANDER, E. P. e HUNT, R. G. Ceds). Current perspectives in social psychology. 2nd ed. New York, University Press, 1967.; LANDMAN, J. e MANIS, M. Social cognition: some historical and theoretical perspectives. In: Advances in experimental social psychology. New York, Academic Press, 1983. v. 16.; MARKUS, H. e ZAJONC, R. B. (op. cit. nota 24); SCHENEIDER, D. J. (op. cit. nota 24). e STHEPHAN, W. G. Intergroup relational In: LINDZEY, G. e ARONSON, E. Ceds). The handbook of social psychology. New York, Random House, 1985. v. 2.
- ²⁶ SAMPSON, E. E. Social psychology and contemporary society. New York, John Wiley & Sons, 1971. e MOSCOVICI, S. (op. cit. nota 12).
- ²⁷ BERGER, P. L. e LUCKMAN, T. A construção social da realidade. Petrópolis, Vozes, 1973.
- ²⁸ MOSCOVICI, S. Le psychanalyse, son image et son publico Paris: Presses Universitaires de France, 1961.
- ²⁹ STEPHAN, W. G. (op. Cit. nota 25). BREWER, M. B. e KRAMER, RM. The psychology of intergroup attitudes and behavior. Annual Review of Psychology, New York, V. 36, p. 219-43, 1985.
- ³⁰ STEPHAN, W. G. (op. Cit. nota 25).
- ³¹ TAJFEL, H. (op. cit. nota 15), TAJFEL, H. e TURNER, J. C. An integrative theory of intergroup conflict. In: AUSTIN, W. G. e WORCHEL, S. Ceds). The social psychology of intergroup relations. Monterrey, Brooks/Cole, 1979. e TURNER, J. C. e GILLES, H. Intergroup behavior. Chicago, The University of Chicago Press, 1981.
- ³² TAJFEL, H., BILLIG, M., BUNDY, R e FLAMENT, C. Social categorization and intergroup behavior. European Journal of Social Psychology, 2, p. 149-78. 1971.
- ³³ TAJFEL, H. Experiments in vacuum. In: ISRAEL, J. e TAJFEL, H. Ceds). The context of social psychology: a critical assessment London, Academic Press, 1972.
- ³⁴ _____ op. cit. nota 15.
- ³⁵ Comunicação realizada no 4º SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA E INTERCÂMBIO DA ANPEPP, por CAMINO, L. intitulado "Uma articulação psicossociológica na análise do comportamento político" Brasília, de 07 a 09 de maio de 1992.
- ³⁶ VALA, J. As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. Análise Social, 27, p. 887-919, 1993.
- ³⁷ CAMINO, L. Mediadores psicossociais do comportamento eleitoral. In. XXII CONGRESSO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA, Buenos Aires, 25 a 30 de junho de 1989.
- ³⁸ FISICHIELLA, D. Comportamento eleitoral. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. (eds). Dicionário de política. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1986. p. 189-92.
- ³⁹ BERGER, P. L. e LUCKMAN, T. (op. cit. nota 27). e VALA, J. (op. cit. nota 36).
- ⁴⁰ CAMINO, L. Análise psicossociológica do comportamento eleitoral: a construção de um modelo empírico. In: XLV REUNIÃO ANUAL DA SBPC. Recife, 11 a 16 de julho de 1993.
- ⁴¹ Idem nota 35.
- ⁴² Idem nota 37.
- ⁴³ Idem nota 35.
- ⁴⁴ O Grupo de Estudos está preparando o livro Voto, participação e democracia, com o conjunto de pesquisas sobre comportamento eleitoral realizadas desde 1988.
- ⁴⁵ CAMINO, L. (op. cit. nota 37). e TORRES, A.; BURITY, M.H.; BUSSOLETTI, D. e CAMINO, L. O comportamento eleitoral dos estudantes da UFPb nas eleições de 1988: vota-se politicamente? In: I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE COMPORTAMENTO

POLÍTICO, Florianópolis, 12 a 14 de março de 1990.

⁴⁶ Comunicação apresentada no XXV INTERNATIONAL CONGRESS OF PSYCHOLOGY, por CAMINO, L. , intitulada "Intergroup relationship and political behavior: ideological innocence revisited". Bruxelas, de 19 a 24 de julho de 1992.

⁴⁷ CAMINO, L. Participation in civil society's organizations and electoral behavior. Cadernos de texto, v. 4, p. 1-27, 1992 e Comunicação realizada no CONGRESSO IBEROAMERICANO DE PSICOLOGIA, por CAMINO, L.; COSTA, J.B. e TORRES, A., intitulada "Voto, identificación partidária, identidad social y construcción de la ciudadanía". Madrid, de 05 a 10 de julho de 1992.

⁴⁸ TORRES, A. Uma análise psicossocial da identificação partidária dos estudantes da UFPb nas eleições de 1988, 1989, 1990. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal da Paraíba, 1992 e CAMINO, L. e TORRES, A. Social identity, participation in civil society's organization and political orientation. In: XVII ANNUAL MEETING OF THE INTERNATIONAL SOCIETY OF POLITICAL PSYCHOLOGY, Santiago de Compostela, 12 a 15 de julho de 1994.

⁴⁹ Comunicação realizada no I ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPb, por ARRUDA, A.S. e CAMINO, L. intitulada "Análise psicossocial das eleições municipais de 1992: III a participação nas organizações de bairro". João Pessoa, agosto de 1993.

⁵⁰ Comunicação realizada na XLV REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, por ARRUDA, A.S., GOMES, O. e LIMA, M.E. , intitulada: "Análise psicossociológica do comportamento eleitoral: ações pró-melhoria de bairro, participação nas suas organizações e as eleições municipais de 1992". Recife, 11 a 16 de julho de 1993 e ARRUDA, A. S. e CAMINO, L. (op. cit. nota 49).

⁵¹ CAMINO, L. (op. Cit. nota 46).

⁵² DUPREEZ, P. The politics of identity: ideology and the human image. New York, St Martin's Press, 1980., GAMSON, W. Talking politics. Cambridge, Cambridge University Press, 1992 e MEISTER, R. Political identity: thinking through Marx. Oxford, Basil Blackwell, 1990.

⁵³ CAMINO, L. (op. cit. nota 47), CAMINO, L.; COSTA, J.B. e TORRES, A. (op. cit. nota 47) e CAMINO, L. e TORRES, A. (op. cit. nota 48).

⁵⁴ LIMA, M.L. Uma análise psicossociológica da ação coletiva de invadir terrenos urbanos: o caso da Rua das Missões. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal da Paraíba, 1993.

⁵⁵ PEREIRA, T. Invasões urbanas e sua relação com o sistema de crenças na mobilidade e na mudança social: o caso da favela Beira-Molhada. Mestrado (Dissertação em Psicologia) - Universidade Federal da Paraíba, 1993.

⁵⁶ Comunicação realizada na XLV REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, por FREITAS, S. e AMADO, V. intitulada "Análise psicossocial da capacidade de mobilização e das contradições internas do MST Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em termos de identidades sociais", Recife, de 11 a 16 de julho de 1993 e Comunicação realizada na II INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOCIAL REPRESENTATIONS, por AMADO, V. e FREITAS, S., intitulada "Occupy, resist and produce: ideology and social representation of the movement of the peasants without land in Paraíba". Rio de Janeiro, 29 de agosto a 01 de setembro de 1994.

⁵⁷ CAMINO, L.; COSTA, J.B. e TORRES, A. (op. cit. nota 47). e TORRES, A. (op. cit. nota 48).

⁵⁸ MORELAND, R.; LEVINE, J. e CINI, M. Group socialization: the role of group commitment. In: HOGG, M. A. e ABRAMS, D. (eds) Group motivations: social psychological perspectives. New York, Harvester Wheatsheaf, 1993.

- ⁵⁹ TORRES, A.; SILVA, J.P.; AVELAR, T. e CAMINO, L. Determinantes de jovens ainda não empregados em se filiar a um sindicato. In: Relatório de pesquisa ao CNPq, 1993.
- ⁶⁰ LEAHY, R. L. The development of the conception of economic inequality I - Description and comparisons of rich and poor people. *Child development*, v. 52, p. 523-32, 1981, LEAHY, R. L. The development of the conception of economic inequality II : explanations, justifications and conceptions of social mobility and social change. *Development Psychology*, v. 19, p.111-125, 1983 e LEAHY, R.L. The development of the conception' of social class. In: LEAHY, R. L. (ed) *The children construction of inequality*, p. 80-107, 1988.
- ⁶¹ CAMINO, L.; ISMAEL, E.C.; OLIVEIRA, L. e BRANDÃO, C. S. The development of the social class concept social cognition approach. In: XVII ANNUAL MEETING OF THE INTERNATIONAL SOCIETY OF POLITICAL PSYCHOLOGY, Santiago de Compostela, 12 a 15 de julho de 1994.
- ⁶² Comunicação realizada na II INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOCIAL REPRESENTATIONS, por CAMINO, L.; ISMAEL, E. C.; e BRANDÃO, C. S. intitulada: "The social representation of social class differences". Rio de Janeiro, 29 de agosto a 01 de setembro de 1994.
- ⁶³ Comunicação realizada no II SEMINÁRIO NACIONAL. SOBRE COMPORTAMENTO POLÍTICO, por TORRES, A.; OLIVEIRA, J.A.; COSTA, J.C.; RIBEIRO, M.; TECCHIO, E.M. e CAMINO, L., intitulada "Diferenças entre sociedades individualistas e coletivistas relacionadas com o fenômeno de diferenciação grupal". Florianópolis, de 02 a 05 de maio de 1995.
- ⁶⁴ TAJFEL, H. et al. (op. cit. nota 33). ABRAMS, D. e HOOG, M. A. Social motivation, self-esteem and social identity. In: ABRAMS, D. e HOOG, M. A. (eds.) *Social identity theory constructive and critical advances*. New York, Harvester/Wheatsheat, 1990.
- ⁶⁵ TORRES, A. et al. (op. cit. nota 63).
- ⁶⁶ SIEGEL, R. Assumptions about the learning of political value. *Annual of the American Academy of Political and Social Science*, 361, p. 1-9, 1965.
- ⁶⁷ MOSCOVICI, S. e FAUCHEUX, C. (op. cit. nota 16)
- ⁶⁸ CAMINO, L. et al. (op. cit. nota 61)
- ⁶⁹ TORRES, A. et al. (op. cit. nota 59) e COSTA, J. B.; TORRES, A.; BURITY, M. H.; CAMINO, L. Universidade: espaço institucional para o desenvolvimento político. *Temas de Psicologia*, V. 1, p. 17-36, 1994.
- ⁷⁰ CAMINO, L. e COSTA, J. B. Participação política dos adolescentes: indicação de uma abordagem psicossocial a partir da noção de identidade. *Temas de Psicologia*, V. 1, p. 1-16, 1994.
- ⁷¹ SHERIF, M e SHERIF, C. W. *Social psychology*, New York, Harper & Row, 1969. e BLAKE, R. R. e MOUTON, J. S. Reactions to the inter-group competition under winlos conditions. *Management Sel*, v. 2, p. 420-35, 1961.

NOTAS SOBRE A PSICOLOGIA SOCIAL DE T.W. ADORNO

José Leon Crochík

RESUMO: o objetivo deste ensaio é o de refletir sobre a psicologia social analiticamente orientada proposta por T.W. Adorno em seu texto "Acerca de la relación entre sociología y psicología". O objeto de estudo e alguns dos pressupostos teóricos desta disciplina são expostos e refletidos, assim como a sua delimitação quer em relação à psicanálise quer em relação à sociologia

PALAVRAS-CHAVE: psicologia social analiticamente orientada, psicanálise, ideologia, consciência.

Embora a psicologia social analiticamente orientada seja sugerida explicitamente por Adorno em seu texto "Acerca de la relación entre sociología y psicología"¹, ele a utiliza em seu trabalho realizado em conjunto com outros cientistas sociais no estudo sobre a personalidade autoritária². Na verdade, como a cisão entre objetividade e subjetividade perpassa sua obra, a importância desta disciplina não é secundária em seu pensamento.

As afirmações de que as modificações referentes às esferas da cultura são mais lentas do que as da esfera da produção e de que o indivíduo, em nossos dias, encontra-se impotente frente à irracionalidade objetiva, levam-no a voltar-se para o sujeito como possibilidade de resistência àquela irracionalidade. Desta forma, a psicologia social deve buscar os elementos que impedem o indivíduo de perceber a irracionalidade social e resistir à adesão aos apelos sociais regressivos. Para isso, deve se utilizar de todos os métodos científicos mais avançados para entender seu objeto. Como, porém, esses métodos contêm internamente elementos da irracionalidade a ser combatida - a quantificação que anula o particular, a frieza científica-

sua produção deve ser a todo momento refletida para tentar devolver ao objeto o que lhe foi retirado.

Essa contradição, que é da realidade, apresenta-se imanentemente na disciplina, mas também em seu objeto. Segundo a discussão que Adorno faz sobre a tipologia em "A personalidade autoritária", a tipificação dos indivíduos na realidade não é fruto das categorias científicas, mas da própria transformação social: os indivíduos tomaram-se propícios a ser tipificados. Isso não implica, contudo, que as críticas ao método científico devam deixar de ser feitas, mas sim que elas tenham de ser direcionadas também ao objeto. A psicologia social, neste sentido, é uma disciplina proposta visando à compreensão e ao mesmo tempo à superação do objeto que estuda.

No texto acima citado³ Adorno dá elementos para se entender o porquê de os indivíduos agirem contra os seus interesses racionais mais imediatos, incluído entre estes o da própria autoconservação. Para isso, segundo ele, não bastam as explicações sociológicas e nem tampouco a de que os meios de comunicação de massa dominam a priori o desejo de seus consumidores. É necessário o esclarecimento de como os homens introjetam a irracionalidade objetiva. Assim, a psicanálise é evocada como sendo a Única a estudar seriamente esta introjeção.

Entretanto, Adorno não propõe a psicanálise como psicologia social, mas a utilização de suas categorias para explicar a adesão dos indivíduos às ideologias irracionais, que possibilitaram, entre outros fenômenos, não o surgimento do fascismo, que tem causas objetivas, mas a sua realização.

Se no livro sobre a personalidade autoritária se buscava a relação entre configurações de personalidade e ideologia, em "Acerca de la relación entre sociología y psicología" o autor tenta delimitar o objeto da psicologia social dentro de uma relação epistemológica. A relação entre sujeito e objeto que Adorno investiga neste Último texto é permeada pela relação sociedade - indivíduo. Esta, que deveria representar um objeto Único, ao se cindir, fortalece outra cisão, a do sujeito-objeto.

A teoria da sociedade e a psicologia social analiticamente orientada são tanto sujeitos como objetos da relação indivíduosociedade. São sujeitos quando legitimam e justificam os seus objetos parciais como tendo o direito a uma análise isolada em níveis de abstração distintos. São objetos no quanto têm de a posteriori em relação ao seu objeto. Ou seja, o sujeito (a disciplina científica)

surge em função do objeto constituído, e ao mesmo tempo é produzido por este objeto, embora não se confunda com ele. O sujeito (quer enquanto teoria, quer enquanto subjetividade) não é só objeto como poderia se pensar a partir de uma perspectiva marxista, nem tampouco senhor do objeto, como quer a postura idealista.

Aquilo que surge não é menos verdadeiro do que a fonte da qual surgiu. Assim, nem o sujeito é inferior ao seu objeto, nem a teoria é inferior à práxis. Desta forma, o ideal iluminista que coloca o homem como senhor de seu destino a partir da razão é afirmado. Adorno se insurge contra a postura positivista que reduz a realidade aos fatos, anulando a possibilidade de perceber a sua construção humana, e contra a postura idealista que anula o objeto; procura pelos elementos que impedem a consciência de perceber e enfrentar a realidade que nega o indivíduo. Assim é que os objetos privilegiados da psicologia social analiticamente orientada são a consciência e o ego, naquilo que apresentam, simultaneamente, de determinações sociais e psíquicas.

Quando ambas as ciências - a psicologia e a sociologia - podem falar em nome de seu objeto e representá-lo, a cisão já está estabelecida, assim como a necessidade de mantê-la. Contudo, percebe-los isoladamente não é menos ilusório que percebê-los caminhando rumo à integração. A possibilidade que resta é confrontá-los para que expressem a realidade da cisão.

Os momentos objetivos e estruturais que marcam a sociedade e os momentos psicológico-sociais que marcam o indivíduo têm racionalidades distintas e, no entanto, interagem. Assim é que o motivo para o lucro pode ser entendido como a sobreposição do homo oeconomicus ao homo psychologicus; não há nenhum comportamento inato que leve ao lucro, antes, tal comportamento já se configura como deformação. A energia pulsional dirigida ao lucro, assim como aos bens da cultura, é amor compulsivo e invertido no seu sentido inicial. Se é na infância que os desejos do homem se definem, os bens da civilização são externos a eles. Se o amor objeto deve conflitar com a autoconservação, é esta última que se afirma para evitar a ameaça física que assume a forma de ameaça de exclusão. Assim, em Última instância, o que mantém a sociedade coesa é a ameaça da violência física.

Como o autor pontua em outro texto ⁴ o sofrimento é físico. É o corpo que se contrai sob a ameaça psíquica representada também

pelo superego. Tal interpretação psicanalítica não reduz a sociedade ou o comportamento economicamente racional às categorias da psicanálise, antes, aponta para a separação entre os comportamentos individuais voltados diretamente à autoconservação e os comportamentos individuais que refletem aquilo que teve que ser negado para que aquela se desse.

Freud e Parsons, autores examinados em "Acerca de la relación entre sociología y psicología" por terem uma perspectiva da realidade que pede a análise de especialistas, recebem críticas de Adorno, mas por motivos diferentes. No caso de Freud, o seu texto "O Malestar na civilização", no seu último capítulo em específico, recusa a síntese entre a esfera individual e a esfera social, apontando para a necessidade de quem tenha conhecimentos específicos na área social e cultural para falar sobre a sanidade ou não da cultura. Contudo, o interessante neste caso é que Freud mantém a ambigüidade frente ao uso de categorias psicanalíticas que possam definir se uma sociedade é ou não normal frente aos critérios de seu desenvolvimento:

"Se o desenvolvimento da civilização possui uma semelhança de tão grande alcance com o desenvolvimento do indivíduo, e se emprega os mesmos métodos, não temos nós justificativa em diagnosticar que, sob a influência de premências culturais, algumas civilizações ou algumas épocas da civilização - possivelmente a totalidade da humanidade - se tomaram 'neuróticas'? .. Mas teríamos de ser muito cautelosos e não esquecer que, em suma, estamos lidando apenas com analogias e que é perigoso, não somente para os homens mas também para os conceitos, arrancá-los da esfera em que se originaram e se desenvolveram"⁵.

A perspectiva de Freud é criteriosa: deve-se poder pensar a racionalidade ou a ausência da racionalidade social e os sacrifícios que a sociedade exige de seus membros sob a ótica da necessidade; contudo, ele não deixa de fortalecer a existência da divisão parcelar no trabalho intelectual presente na ciência. Além disso, Freud também é criticado por Adorno por ter insistido na concepção da mônada psicológica. A tentativa de se explicar o indivíduo através de considerações existenciais e subjetivas colabora para a manutenção da mútua alienação entre indivíduo e sociedade. Quanto mais o indivíduo se afasta da sociedade, menos ele se configura enquanto indivíduo.

A análise que se direciona à integração, quer de conceitos, como

CROCHÍK. J.L. "Notas sobre a psicologia social de T. W. Adorno"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 43-62; jan./jun.1996

a proposta de Parsons, quer a de objetos, como a defendida pelos neofreudianos, não liberta o impasse descrito acima:

"Mientras que Parsons, formado en Max Weber, descubre sagazmente el carácter inadecuado de muchas de las explicaciones psicológicas habituales de lo social, no sospecha detrás de esta inconveniencia ningún antagonismo real entre lo particular y lo general, ninguna contradicción entre el proceso vital que es en sí y lo individual que meramente es para sí, sino que el antagonismo se convierte para él en un problema de organización científica que se resolvería armónicamente con el constante progreso"⁶.

Adorno aponta para a determinação da diferença para expressar adequadamente a relação entre indivíduo e sociedade. Mas essa determinação pode ser entendida segundo modos distintos: tanto a localização da diferença, isto é, a diferenciação de seus objetos, como aquilo que a originou. Essa diferença é historicamente determinada. Disto decorre a sua afirmação de que a separação entre indivíduo e sociedade é simultaneamente falsa e verdadeira. Verdadeira, porque os indivíduos não se reconhecem na sociedade e esta neles, falsa, porque tal separação não pode ser absolutizada.

A percepção incompleta e naturalizada da realidade, a qual aponta para a verdade dos domínios separados, não deixa de ser a marca da ideologia contemporânea. O entendimento de que os homens são naturalmente assim, e não podem ser modificados pertence já a uma consciência reificada. Em "Educação após Auschwitz"⁷, Adorno mostra isso, o que nos leva a ressaltar a importância das conceituações teóricas que apontam para a flexibilidade do vir-a-ser humano, que se contraponham às posturas naturalistas. Essas últimas entendem o destino já pronto e configurado, a liberdade que propõem é dada como questões de alternativas múltiplas como quer a astrologia, e não como algo a ser configurado com aquilo que se tem.

Como pode ser visto no prefácio da Dialética do esclarecimento⁸, o desencantamento do mundo feito pelo esclarecimento traz como contrapartida a irracionalidade da magia disfarçada em cientificidade. A subjetividade que é expulsa do pensamento se oculta e se vinga. Ela media a neutralidade científica tomando-a o seu oposto. As criações teóricas irracionais, que não podem ser chamadas de teoria devido ao caráter mitológico de suas afirmações, tentam calcar-se nos moldes da ciência tanto para ganhar credibilidade como para

CROCHÍK, J.L. "Notas sobre a psicologia social de T. W. Adorno"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 43-62; jan./jun.1996

mostrar a insuficiência daquela. Ou seja, o método da ciência é mantido, O círculo mágico criado ao redor dos fatos não; as explicações têm a marca do fantástico. Uma das afirmações da Escala F criada para o estudo de a personalidade autoritária aponta para isso: "As ciências tais como a química, a física e a medicina têm levado muito longe o homem, mas há muitas coisas importantes que a mente humana jamais poderá compreender"⁹.

Em tal afirmação, encontra-se presente a porta aberta para as explicações sobrenaturais e um certo repúdio à limitação humana e à tentativa de sua superação. Se a ciência pode ser criticada por criar um Único método que toma-se mais importante que os objetos que procura explicar, ganhando com isso uma marca totalitária, a limitação contida na afirmação devolve o homem ao seu destino inexorável. A distinção é tênue e faz-nos remontar à dialética do esclarecimento. A ânsia totalitária da ciência encontra-se com o totalitarismo do mito. Nada deve ser deixado sem explicação, ou, como expressam os autores, nada deve ser deixado de fora, porque o exterior é fonte de angústia¹⁰.

O caráter mitológico que se encontra quer nas explicações naturalizadoras quer nas sobrenaturais oculta a ameaça sobre o corpo que é a base da angústia social, que, por sua vez, precisa do mito para se apaziguar. Pela pressão coletiva, essa angústia social se fortalece:

"El superyó, la instancia de la conciencia moral, no sólo le pone delante al individuo lo socialmente prohibido como lo malo-en-sí, sino que fusiona irracionalmente la vieja angustia ante la aniquilación física con la muy posterior de dejar de pertenecer a la unidad social que abarca a los hombres en lugar de la naturaleza. Esta angustia social- nutrida en fuentes atávicas y a menudo hartamente exagerada -, la cual ahora, por cierto, puede convertirse nuevamente, en cualquier momento, en angustia real, ha acumulado tal poder que quien se deshiciera de ella tendría que ser en verdad un héroe moral, por muy a fondo que discerniese lo demencial de ella"¹¹.

Se foi necessária a presença de um herói para liberar o homem da natureza e criar uma psicologia individual, a cultura do herói é tão ameaçadora quanto a natureza, de cuja ameaça de desintegração aquela visa proteger, o que reflete a ambigüidade da racionalidade da cultura.

Tal ambigüidade surge novamente quando o autor, ao afirmar o predomínio dos fatores econômicos sobre os psicológicos no

comportamento do indivíduo, além de mostrar a impotência cada vez maior deste em relação à sociedade, aponta para a necessidade cada vez maior da totalidade irracional de forças individuais irracionais:

"La doctrina del comportamiento racional lleva a contradicciones. Así como es inmanentemente irracional lo que la razón del sistema exige de sus miembros, en tanto que la totalidad de las acciones económicamente convenientes de todos promueve el colapso juntamente con la reproducción del todo, de la misma manera, a la inversa, trascendería el tólos absoluto de la racionalidad, la realización, la racionalidad misma. La racionalidad es siempre una medida de sacrificio inútil y con ello tan irracional como lo sería un estado sin sacrificio que ya no necesitará ninguna ratio"¹².

Só a realização e a consequente superação da racionalidade permitiriam um estado no qual os sacrifícios não seriam mais necessários. Contudo, parece paradoxal a existência de uma coletividade humana que não exija nenhum sacrifício de seus membros inclusive para a socialização. Mas se a socialização se dá com a marca da ameaça, o vínculo que une os homens não é racional. Como pode ser visto na análise da Odisséia de Homero feita por Adorno e Horkheimer¹³, a astúcia que tem como base o logro do sacrifício, na troca enganadora para apaziguar a divindade, é a base da constituição do eu, e, assim, a racionalidade tem como contrapartida a renúncia, mas esta é feita sob a ameaça. Contudo, a renúncia só é racional quando se volta para a liberdade e para a felicidade individuais:

"La idea de la superación de la antinomia entre lo general y lo particular es mera ideología en tanto la renuncia pulsional exigida socialmente del individuo no se legitime objetivamente en su verdad y necesidad, Di le proporcione al sujeto posteriormente el objetivo pulsional aplazado"¹⁴.

No entanto, Adorno afirma, neste texto, que é a pulsão original que adoeceu na civilização moderna, o que nos leva a supor que ela pudesse ter livre fluxo em uma sociedade não repressiva. Freud, em sua primeira teoria, conflita de fato as pulsões libidinais com as de autoconservação e coloca claramente o preço a pagar pela abstinência sexual exigida aos jovens, duvidando se os sacrifícios exigidos são compensados¹⁵. Ora, a pulsão é mediada pelas represen-

CROCHÍK. J.L. "Notas sobre a psicologia social de T. W. Adorno"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 43-62; jan./jun.1996

tações do objeto, não é imediata. Essas representações se referem a um objeto originário que se perdeu, marcando o surgimento do desejo de restabelecer uma situação satisfatória que contrapõe o imaginário ao real, mas os objetos que se colocam no lugar daquele têm uma relação imediata com a pulsão. Disto resulta a frase de Adorno, em "Educação após Auschwitz", de que não adianta predicar o amor, pois este é imediato, isto é, espontâneo.

Ainda em relação ao amor, em "O Mal-estar na civilização", Freud mostra a injustiça contida nas máximas religiosas que pregam um amor indiferenciado a todos, pois com isso se faz injustiça ao objeto amado, que deve ser particularizado. Adorno, por sua vez, mostra a contradição a que essa análise de Freud leva:

"Cuando un famoso pedagogo analítico sienta el principio de que a niños asociales y esquizoides se les debe asegurar que se les quiere, la pretensión de amar a un niño repugnantemente agresivo se mofa de todo aquello que representaba el psicoanálisis; justamente Freud rechazó el mandamiento del amor indistinto al prójimo"¹⁶.

O conselho do psicanalista para que se dê afeto a uma criança repelente contém um ato moral ligado à piedade burguesa: é o consolo para a exclusão, a aceitação daquele que foi desfigurado; com isso, não há nenhuma possibilidade de redenção, de pacificação, esconde-se o verdadeiro sentimento frente a uma atitude falsamente conciliatória tal como Freud pôde demonstrar em "O Mal-estar na civilização". Por trás do amor incondicional, esconde-se a agressão incondicional, e esta deve ser chamada pelo seu nome.

Se a cordialidade é máscara superficial de fortes tendências destrutivas, é porque o mundo foi desfigurado, quer nesta atitude cordial, quer no objeto que é alvo dela. Pois se o amor é imediato, a reflexão e as relações sociais não o são, e estas deveriam permitir buscar a essência na diferença, e, portanto, reencontrar no estranho o familiar e como contrapartida o novo, não como um movimento totalitário semelhante ao da psicanálise que foi criticado por Adorno, mas como esclarecimento.

A doutrina da compaixão é criticada por Adorno e Horkheimer:

"Proclamando a identidade da dominação e da razão, as doutrinas sem compaixão são mais misericordiosas do que as doutrinas dos laicos morais da burguesia. "Onde estão os piores perigos para ti?", indagou um dia

CROCHÍK. J.L. "Notas sobre a psicologia social de T. W. Adorno"
Psicología & Sociedad; 8(1): 43-62; jan./jun.1996

Nietzsche. "Na compaixão". Negando-a, ele salvou a confiança inabalável no homem, traída cada vez que se faz uma afirmação consoladora"¹⁷.

Semelhante ao clamor de Freud, os esclarecidos pedem pela verdade, pela nomeação do terror, que qualifica a vida feliz na sua falsidade. Para se ser feliz em um mundo de horror, a insensibilidade já ultrapassou os limiares do humano. Se a criança repulsiva deve ser aceita, a repulsão, enquanto semente da dominação, deve ser excluída, mas isso não se faz por decretos, e sim pela possibilidade de se viver a própria dor e poder se reconhecer na dor alheia. Se o amor incondicional esconde a frieza reinante, a postura de frieza indicada pela psicanálise não só a expressa como a fortalece. Sob tal frieza não deixa de estar presente a incapacidade de amar.

A morte do analista é a recomendação da morte do paciente, na negação dos sentimentos que devem ser atrelados à razão, ao ego. A neutralidade do analista não é distinta da neutralidade científica, a não ser por ser uma negação consciente.

Se Freud critica o amor indiferenciado, Adorno critica a indiferenciação de objetos que ocorre quando a psicanálise deixa o seu domínio específico, o que indica o seu ímpeto totalitário ao pretender explicar a esfera sociológica pelas categorias desenvolvidas através da análise do indivíduo. Ao fazer isso, Freud elimina os limites que ele mesmo apontou na configuração do ego, que é instância mediadora, e que pela mediação permite a diferenciação, quer a interna, por sua ação sobre os desejos, através do redirecionamento das pulsões e pela substituição de objetos, quer a externa, pela modificação da realidade.

O ego é ao mesmo tempo representante das pulsões e responsável pela adaptação do indivíduo à realidade. Na sua ausência, perde-se a mediação, e, portanto, a possibilidade da diferenciação; passa-se a responder imediatamente aos estímulos externos. A adesão aos estímulos externos explicitamente irracionais anula a distância entre o consciente e o inconsciente e pede para que o homem aja com base em reflexos:

"Oportunos son aquellos tipos que no tienen un yo ni actúan de manera propiamente inconsciente, sino que reproducen el rasgo objetivo a manera de reflejo" ¹⁸.

A primeira psicanálise de Freud pedia pela elucidação do

conteúdo do inconsciente e para isso o paciente devia se aliar ao ego do analista; já a Última faz a apologia do inconsciente e, assim, determina limites que são considerados intransponíveis. Mas além de essa ciência da psique considerar o indivíduo de forma a-histórica devido ao caráter atemporal que dá ao inconsciente, ela também é anacrônica por descrever os conflitos individuais que correspondem a uma época na qual o desenvolvimento do indivíduo autônomo era importante para a constituição do pensamento burguês, desconsiderando que no capitalismo dos monopólios a instância egóica torna-se cada vez menos necessária, uma vez que o controle sobre o indivíduo se dá diretamente.

Uma outra contradição da psicanálise apontada por Adorno refere-se aos dois tipos de atendimento indicados a neuróticos e a psicóticos - a psicanálise e a terapia de apoio, respectivamente. Caso sejam enfraquecidas as defesas do ego do neurótico, esse se torna presa fácil dos ditames da sociedade totalitária; caso sejam fortalecidas as defesas do psicótico, esse é aprisionado a uma falsa vida. Há encaminhamentos distintos que levam a resultados diferentes quando se vê a psique desatrelada da sociedade. A psicanálise toma-se adaptativa por buscar soluções diversas para cada tipo de estrutura psicológica e não considerar a mediação social presente na constituição dessa estrutura. A suposta particularização existente na definição de cada tipo deveria ser contraposta àquilo que a neurose e a psicose respondem: a ameaça social, que se é singularizada não perde o seu caráter social.

Adorno também se afasta de Freud em nome da espontaneidade.

A imediatez da pulsão se dirige também para o novo e não só para o já conhecido. Ao remeter todas as experiências para o Édipo, Freud referenda a fantasia da castração e a infância, para a qual o psicanalista remete os seus pacientes para entender a vida adulta, não apontando outros caminhos possíveis de desenvolvimento. Assim, a estrutura aprisionada é feita modelo e os homens devem reverenciá-la:

"La psique desprendida de la dialéctica social, tomada en sí abstractamente y bajo la lupa, se adecua muy bien, como 'objeto de investigadón', a la sodedad que 'instala' a los sujetos como meros puntos de referenda de la fuerza de trabajo abstracta"¹⁹.

Adorno está apontando para uma visão mecanicista e naturalizadora

de Freud que dispensa a introdução de eventos históricos já na infância:

"En contraposición a la cruda doctrina freudiana de la intemporalidad del inconsciente, componentes históricos concretos ingresan ya ciertamente en la experiencia infantil temprana. Pero no son del yo las formas miméticas de reacción de los niños que descubren que el padre no les garantiza la protección que anhelan. Precisamente frente a ellas la misma psicología de Freud es demasiado 'yoica'. Su grandioso descubrimiento de la sexualidad infantil sólo se deshará de lo violento cuando se aprenda a comprender los impulsos infinitamente sutiles, pero enteramente sexuales, de los niños. Su mundo perceptivo es tan diferente del de los adultos que en él un olor fugaz o un gesto posee aquel orden de magnitud que el analista, según la medida del mundo adulto, quisiera adjudicar únicamente a la observación del coito de los padres.

"20 .

Este longo trecho ilustra a distinta concepção de infância de Adorno e Freud. Este último não afirmou de forma suficiente a sexualidade infantil que cede frente à adulta. Quando Freud defende o inconsciente e as forças do id, Adorno aponta para a sua subestimação do ego; quando Freud atribui ao ego as funções de repressão, Adorno lega para as pulsões essas funções. Esta última atribuição se dá na modernidade, quando o ego regride ao id, pelo abandono constante do objeto: a felicidade perdida aponta para a influência direta sobre as pulsões; estas são estimuladas e ameaçadas diretamente, o que permite a falsa felicidade através de um desejo continuamente suscitado, mas nunca realizado, pois o preço de sua realização não é a ruptura com a ordem, mas a adesão a ela. Podese expressar os desejos proibidos desde que a lealdade à ordem seja assegurada. A ameaça vigia a consumação do prazer, para que este não se volte contra ela. Desta forma, nem o ego pode resistir, ao representar os desejos do id contra uma realidade de terror, nem apresentar ao id modelos de realidade que levem à identificação, o que possibilitaria a conciliação.

A mimese, protótipo de desejo primitivo, diz respeito tanto a um desejo antigo de fundir-se com a natureza, mas também de representá-la, quanto à defesa frente ao ataque, observada no reino animal. No fascismo e nas sociedades modernas de massa, é utilizada para fortalecer o status quo. Com ela é possível se pensar a afirmação de Adorno de que os consumidores não seguiriam uma propaganda claramente enganosa, se algo dentro deles não estivesse mobilizado

para tal. Os próprios artistas - profissionais da mimese - perseguidos em outras épocas por realizarem o proibido, são utilizados para a transmissão de modelos a serem seguidos.

A sexualidade infantil aponta para mais longe do que a renúncia e a vida em cultura que essa permite, aponta para o novo e liberta a esperança de ser outro. Freud quando elege o modelo adulto e traça a sua constituição desde a infância, fortalece a lógica da identidade que vê na alteridade a ameaça; aquilo que é negado na constituição do ego continua como fruto proibido. À memória da infância que Freud relevou se adiciona a disciplina.

Nos sonhos, nos dizem Adorno e Horkheimer²¹ somos felizes porque conseguimos abandonar o eu idêntico, que nos aprisiona, assim como no carnaval a libertação da mimese e permite a este eu representar outros papéis, outras possibilidades que tiveram que ser anuladas na formação do ego. Os sonhos e o carnaval prometem a vivência de vidas diferentes, com regras diferentes.

Mas o mundo moderno é mitológico por sustar as possibilidades de sua transformação e afirmar a consciência reificada, e assim para entendê-lo precisamos da interpretação que mostre o desejo que expressa. A alusão ao mito, que faz Adorno no posfácio do texto *Acerca de la relación entre sociología y psicología*, reporta à realidade que vende a si mesma como o objeto de desejo e, portanto, como indestrutível e insubstituível; superá-la significaria a possibilidade daquilo que é mais desejado pelo indivíduo - a conciliação - expressa pela ausência de tensão, ou nas palavras de Marcuse: o prazer sem culpa. De outro lado, como a conciliação existente é falsa, o indivíduo deve sempre reintrojetar os seus fracassos, ou seja, procurar nele mesmo a culpa do insucesso, da infelicidade. Com isso contribui a psicanálise, que toma o inconsciente e o homem a-históricos.

Ao atentar para a intenção subjacente ao discurso, a psicanálise desconsidera a sua verdade e, assim, refere-se imediatamente ao ser desejante. A sua impossibilidade de trabalhar simultaneamente a gênese e a validade das afirmações dos pacientes, das obras de artes, da religião, desfigura a verdade e sustenta a verdade individual, que não tarda a se converter em um universal naturalizado, tomando aquelas indiferenciadas. A análise da ideologia desaparece sob a análise quer da racionalização quer da sublimação do desejo.

Quando Adorno faz a crítica de Freud no que se refere à extrapolação da mônada psicológica, à falta de dialetização do conceito do ego, à apologia do superego, à sobrevalorização do inconsciente

sobre o ego e, ao mesmo tempo, o elogia por descobrir os movimentos do inconsciente sobre a consciência burguesa, por tentar liberar as pulsões de seus adereços burgueses, e quando ainda nos remete para a necessidade de uma psicologia social analiticamente orientada, capaz de lançar luz sobre a irracionalidade quer do indivíduo quer do grupo, ele aponta para uma psicologia social que, de um lado, busque explicar a irracionalidade dos comportamentos individuais, cuja origem se encontra fora do indivíduo, e, de outro lado, que não reduza o seu objeto às categorias sociológicas, o que pode ser verificado, tanto no final do texto acima citado, quanto nas críticas que endereça a Parsons. O objeto se situa entre a psique e a sociedade, é criado nesta cisão; em outras palavras, no divórcio entre indivíduo e sociedade se constitui um novo objeto, que no posfácio de "Acerca de la relación entre sociología y psicología" é remetido a comportamentos padronizados, indiferenciados.

Se a psicanálise é criticada por Adorno, salienta esse autor que é através dos tropeços de Freud nos agentes sociais, na sua investigação sobre os conflitos individuais (o complexo de Édipo, a interdição do incesto, os valores representados pelo superego), que se pode pensar em uma psicologia social, apesar do desacerto pressuposto que anuncia o seu nome composto e que de alguma maneira fora examinado por Freud. Assim, se os conflitos individuais devem ser procurados no indivíduo pela psicanálise, uma psicologia social analiticamente orientada deve estudar a uniformização que estes conflitos assumiram, que permitem a sua utilização como forma de dominação:

“Así es como ingresan en la psicología, en el inconsciente subjetivo, los más importantes, o sea los más amenazadores y por ende reprimidos ingredientes de la realidad social. Transformados empero en imágenes colectivas, tal como lo demostró Freud con el 'Zeppelin' en las Lecciones (de 'Introducción al psicoanálisis'), Lo incorporó a las imágenes arcaicas cuyo descubrimiento tomó de él Jung para desenlazarlas totalmente de la dinámica psicológica y darles un viraje normativo”²².

Apontando para a mediação social que constitui o indivíduo, Adorno tenta retirar do inconsciente o seu caráter natural, que já aparece no conceito de Freud de herança arcaica e que se transforma em Jung em inconsciente coletivo, um conceito que coloca o indivíduo à mercê de sua espécie. Mas aquela mediação desmente

a separação entre sociedade e indivíduo que os sustenta como objetos puros da sociologia e da psicologia respectivamente.

No entanto, deve ser lembrado, o que permite a individuação é a cultura e uma vez constituída, ela assume uma outra lógica que não a de sua criadora. Assim, a relação indivíduo-sociedade não pode prescindir quer da análise sociológica quer da análise psicológica. Mas como a relação entre indivíduo e sociedade não é simétrica e sim marcada pela supremacia da sociedade sobre o indivíduo, não basta o jargão que a expressa como dialética para compreendê-la.

O objeto da psicologia social é derivado do conceito liberal de indivíduo, no que se refere, principalmente, ao seu comportamento racional e ao senhorio de suas emoções. Aquele apresentava uma integridade e coerência na sua vida, e o comportamento racional era derivado e propulsor de uma sociedade racional. Voltado para si, com a sua lucidez, o indivíduo contribuía com a lucidez do todo. Este paradoxo aparente se dava com o pressuposto da racionalidade; a apropriação da razão enquanto universal deveria conduzir todos a ter uma conduta ponderada, e como a autonomia e o combate a qualquer intervenção sobre as decisões individuais balizavam aquele pressuposto, não se percebia nem os limites da consciência individual e nem as contradições sociais. Aquilo que há de problemático na consciência burguesa e os desvios de sua racionalidade são denunciados por Sade, Marx e Freud, através de ângulos distintos.

A pretensa amoralidade da razão é desmentida por Sade, que mostra a presença da dominação inerente àquela, que particulariza o universal aos desejos individuais e justifica a irracionalidade²³. Marx, embora imbuído de valores morais não tão distantes dos valores da burguesia que criticou, mostra que a neutralidade da ratio presente na tecnologia serve a interesses específicos da classe social que detém os meios de produção, mas serve também aos interesses emancipatórios da humanidade²⁴. Freud aponta para a gênese dos procedimentos racionais nos processos secundários que respondem em Última análise a desejos pessoais. Ainda Freud mostra o desejo da onipotência presente no desenvolvimento tecnológico que ilude o sofrimento humano e de certa maneira impede de enfrentá-lo²⁵.

A consciência não é livre em nenhum dos dois sentidos: o de percepção e ação frente ao mundo e o de sua moralidade. A moral assume o papel de justificação e, assim, traz a marca da ideologia. Como sustentáculo da sociedade, a moral, enquanto não peça pela

reflexão de sua universalidade, ajuda a mantê-la. A moral não necessariamente condiz com a verdade, o que torna a razão e a experiência necessárias tanto para a análise dos fatos científicos como para a vida social. Neste sentido, Kant é elogiado por Adorno:

"La gran filosofía idealista de Kant y Hegel, al desvalorizar como casual e irrelevante la esfera que hoy es denominada psicología frente a la trascendental, objetiva, del Espíritu, comprendió mejor la sociedad que el empirismo, el cual se tiene por escéptico, pero se atiene a la fachada individualista"²⁶.

Kant, no entanto, é criticado em outro texto de Adorno²⁷ por não confrontar os imperativos categóricos com os homens de carne e osso, sem os quais a sua doutrina moral cairia no vazio. Quanto ao elogio, Kant preserva os valores racionais de uma sociedade irracional, ou seja, os homens tais como estão constituídos não são dignos de tal racionalidade, quanto à crítica, são esses homens que podem validá-los na empiria.

Toda imagem de homem, a não ser aquela que é negada, é ideológica, nos diz Adorno. Tanto o caráter genital quanto a harmonia entre as três instâncias psíquicas remetem a um ideal de homem que traz consigo um caráter moral. Moral esta ou naturalizada ou remetida às necessidades sociais. Contudo, se Adorno e Horkheimer apontam na Dialética do esclarecimento a dificuldade da "pequena empresa psicológica" existir numa sociedade administrada, Adorno mostra que Freud não deixou de apontar para o homem negado:

"The emancipation of man from the heteronomous role of his unconscious would be tantamount to the abolition of his 'psychology'. Fascism furthers this abolition in the opposite sense through the perpetuation of dependence instead of the realization of potential freedom, through expropriation of the unconscious by social control instead of making the subjects conscious of their unconscious"²⁸.

O ideal negativo apresentado pela psicanálise é apropriado de forma a perpetuar aquilo que o impede de se concretizar: a sua psicologia, a sua motivação inconsciente. Este ideal negativo não deixa de ser negação determinada no sentido hegeliano e, assim, serve de crítica à ideologia. O objetivo da psicologia social deve ser o de entender o homem que surge no lugar daquele ideal e o

impede de se realizar, pelo menos ao nível da tomada de consciência e resistência possível em um mundo administrado, uma vez que a sua gênese é determinada externamente. O seu objetivo é o seu fim. O seu limite é a negatividade presente em seu objetivo. Quando torna-se afirmativa, reifica-se, apropriada que é pelos interesses sociais dominantes do momento, esquecendo que o seu objeto é produto da reificação;

O fato de Adorno ter-se utilizado do ideal freudiano do equilíbrio entre as três instâncias psíquicas em seu trabalho sobre a personalidade autoritária e considerar este modelo ideológico no texto "Acerca de la relación entre sociología y psicología" mostra a contradição entre aquilo que a realidade é e aquilo que ela poderia ser. Em outras palavras, na atual sociedade, a autonomia da razão representada por um ego maduro significa a possibilidade de resistência à heteronomia; mas em uma sociedade livre, o que foi negado em nome do progresso que está presente nos sacrifícios exigidos deve se representar no indivíduo livre. O conflito presente no eu burguês deve ser explicitado para se contrapor a uma sociedade que propõe a falsa conciliação entre o universal e o particular. Assim, o modelo freudiano é afirmado enquanto possibilidade de crítica à heteronomia existente, e negado como sendo o protótipo de homem livre, que só pode existir em uma sociedade não repressiva.

A gênese do objeto da Psicologia Social deve ser buscada nas transformações sociais e, também, nas modificações que o indivíduo sofre ao ser introduzido num grupo organizado, que foram descritas por Freud em "Psicología de grupo e análise do ego"²⁹. Este texto parece servir de modelo para a psicologia social proposta por Adorno, pois se em "Acerca de la relación entre sociología y psicología" propõe uma disciplina que estude o núcleo social da psicologia sem dar-lhe explicações marcadamente sociológicas, em seu estudo sobre a propaganda fascista³⁰ realça que Freud, atendo-se à esfera individual sem utilizar-se de categorias sociológicas, mostrou o ponto decisivo de que a psicologia abdicou - a desindividualização devida a processos sociais.

Na sua análise, Freud não psicanalisa a sociedade e nem permite a criação de conceitos, tais como o de instinto gregário, que se sobreponham ao indivíduo. O fenômeno composto pelos comportamentos irracionais dos indivíduos na massa é explicado pela regressão da relação do eu com o objeto à identificação, ou seja, o

movimento realizado pela pulsão que se desloca do objeto para o ego. Este movimento, que permitiria o fortalecimento do ego, quando não encontra neste uma constituição sólida, no que diz respeito à sua função de prova da realidade, submete-o à heteronomia.

A psicanálise contribui com o estudo e o conhecimento dos mecanismos psíquicos que dão a base de sustentação quer para o comportamento economicamente racional quer para os comportamentos claramente irracionais, que segundo Adorno são também utilizados para a lubrificação do maquinário social, e assim, ela pode auxiliar a entender a constituição atual do ego. Mas caberia a uma análise social entender o movimento da sociedade e a sua racionalidade frente aos indivíduos, que não podem ser reduzidos às categorias da psicanálise. Por isso, torna-se ridícula a psicologia do vendedor:

"Mientras que las leyes sociales no pueden ser 'extrapoladas' a partir de los hallazgos psicológicos, el individuo, en el polo contrario, no es simplemente individuo y sustrato de la psicología, sino siempre y a la vez - en tanto se comporta racionalmente de alguna manera - portador de las determinaciones sociales que lo sellan"³¹.

No entanto, a autoconservação está condenada à irracionalidade, uma vez que a humanidade fracassou em seu projeto racional, no qual a sociedade deveria ser a soma de todas as necessidades individuais. O comportamento economicamente racional não se volta para a felicidade e para a liberdade individuais, mas traz presente o cálculo necessário para a sobrevivência. As opções que o indivíduo têm são restritas e, em geral, apresentam variantes de uma mesma tonalidade. Com a independência cada vez maior das leis objetivas em relação aos interesses e necessidades individuais, a cisão entre os comportamentos economicamente racionais e os comportamentos psíquicos propriamente ditos se acentua, tornando os primeiros irracionais sob o prisma individual, aumentando a contradição interna entre o que o indivíduo gostaria de ser e o que ele é obrigado a ser. Em outras palavras, à medida que a contradição entre a sociedade e o indivíduo se amplia, a contradição interna ao indivíduo também aumenta. Os comportamentos psicológicos propriamente ditos, por sua vez, não se restringem a ser o protesto contra a repressão, mas também são apropriados pela totalidade, conforme ilustra a utilização da mimes e para a adesão à sociedade descrita anteriormente.

Contudo, se é necessária a racionalização para justificar os atos individuais que são contrários aos princípios morais introjetados, é porque existe uma consciência latente, ou uma má consciência, que critica os atos realizados por serem contrários aos interesses racionais individuais. Essa consciência latente, segundo analisa Adorno em seu texto "Sobre a música popular"³², não se encontra distante da percepção consciente, o que permite a auto crítica a todo o momento. Mas para se evitar o conflito que se estabelece, se acentua a justificação do comportamento irracional, e assim, quanto menos fé o indivíduo tem naquilo em que acredita e no que faz, mais fé ele precisa para evitar a tensão. Um dos objetivos da psicologia social proposta por Adorno deve ser o de lançar luz sobre essa consciência latente que não se confunde com o inconsciente freudiano.

Cabe ressaltar que a racionalidade percebida por aquela consciência indica a dialética do progresso, ou seja, só pôde se constituir por aquilo que é percebido como emancipatório no movimento da cultura. Ou seja, não pode ser atribuída à Adorno uma visão social não dialética que privilegiasse os aspectos regressivos do progresso.

Adorno examina as possibilidades de real conciliação entre o particular e o universal, mas para isso é necessário tanto frisar o primado da sociedade sobre o indivíduo, o que mostra esse último em uma situação de desamparo real, como fazer a crítica à falsa conciliação, que recebe o nome de integração.

Neste exame, o ego é, entre as três instâncias, a que Adorno mais enfatiza para a realização do indivíduo autônomo, mas isto não implica que ele não teça críticas sobre as exigências que Freud faz a essa instância em nome da realidade. Contudo, a possibilidade de mediação se dá pela consciência, possibilitada pelo ego; sem ela, se dá a dominação imediata no sentido que Adorno descreve. A perda da consciência é, para Adorno, o mais alto sacrifício:

"Con la trasposición del yo al inconsciente se transforma, además, la calidad de la pulsión, la cual por su parte es desviada hacia objetivos yoicos propiamente dichos que contradicen aquello hacia lo que se dirige la libido primaria. La figura de la energía pulsional, que apuntala el yo - según el tipo anaclítico freudiano - cuando procede al más alto sacrificio, el de la conciencia, es el narcisismo"³³.

CROCHÍK. J.L. "Notas sobre a psicologia social de T. W. Adorno"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 43-62; jan./jun.1996

A consciência e o ego se estabelecem pela relação com os objetos; na medida em que a libido deve retomar para o ego para se defender de ameaças internas ou externas, o indivíduo regride e passa a se alimentar de si mesmo em um movimento autofágico.

A psicologia social de Adorno propõe a utilização da psicanálise para o esclarecimento sobre os processos e resultados da "psicanálise às avessas", ou seja, sobre o controle que é feito diretamente sobre aquilo que foi descoberto por ela. Deve se ater ao núcleo social da psicologia individual para não se confundir nem com a própria psicanálise, que por vezes despreza em demasia o ego em função das forças inconscientes, e nem com os neo-freudianos, que se desfazem daquelas forças tecendo uma aproximação direta entre o indivíduo e a sociedade.

Ao contrário da psicologia social que tenta estudar os determinantes que levam o indivíduo a tomar-se social, Adorno pede por uma disciplina que entenda como os processos sociais podem possibilitar ou impedir a individuação. Mas para isso ela deve se voltar para o indivíduo, para aquilo que abandona e transforma na aquisição do comportamento economicamente racional regido pelas leis do equivalente geral.

José Leon Crochik é Prof do Instituto de Psicologia
da Universidade de São Paulo

ABSTRACT: (Notes on the social psychology of T. Adorno) This essay is meant to reflect about the "analytically oriented social psychology" presented by T.W.Adorno in his essay "Sociology and Psychology". The objective of the study, as well as some of the theoretical presuppositions of this discipline are dealt with in their relationship to psychoanalysis and sociology.

KEY WORDS: analytically oriented social psychology, psychoanalysis, ideology, conscience.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹ Adorno, T.W. "Acerca de la Relación entre Sociología y Psicología". In: Vários, Teoría Crítica del Sujeto. Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 1986, p.36-83.

CROCHÍK, J.L. "Notas sobre a psicologia social de T. W. Adorno"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 43-62; jan./jun.1996

- ² Adorno,T.W.; Frenkel-Brunswik, E.; Levinson, D.J.; e Sanford, R.N. La Personalidad Autorit ria. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1965.
- ³ Adorno, T.W. "Acerca de la Relación entre Sociología y Psicología", op. cit.
- ⁴ Adorno, T.W. Dialética Negativa. Madrid: Taurus, 1975.
- ⁵ Freud,S."O Mal-estar na civiliza o".In: Freud (col.Os Pensadores). São Paulo: Ed. Abril, 1978,p.192-193.
- ⁶ Adorno,T.W. "Acerca de la Relación entre Sociología y Psicología", op. cit., p.38
- ⁷ Adorno, T.W. "La Educación después de Auschwitz". In:Adorno, T.W. Consignas.Buenos Aires: Amorrortu ed., p.80-95.
- ⁸ Adorno,T.W. e Horkheimer, M. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ⁹ Adorno,T.W.; Frenkel-Brunswik, E.; Levinson,D.J.; e Sanford, R.N. La Personalidad Autorit ria, op. Cit.
- ¹⁰ Adorno,T.W. e Horkheimer, M. Dialética do Esclarecimento, op. cit.
- ¹¹ Adorno,T.W. "Acerca de la Relación entre Sociología y Psicología", op. cit., p.41.
- ¹² Adorno, T.W. "Acerca de la Relación entre Sociología y Psicología"op. cit., p.42.
- ¹³ Adorno,T.W. e Horkheimer, M. Dialética do Esclarecimento., op. cit.
- ¹⁴ Adorno,T.W. "Acerca de la Relación entre Sociología y Psicología", op. cit., p.60.
- ¹⁵ Freud, S. "Moral Sexual Civilizada e Doen a nervosa Moderna". In: Obras Completas de Freud.Rio de Janeiro: Imago ed., p.32-55.
- ¹⁶ Adorno.,T.W. "Acerca de la Relación...", op. cit, p.75-76.
- ¹⁷ Adorno,T.W. e Horkheimer, M. Dialética do Esclarecimento, op. cit., p.112.
- ¹⁸ Adorno,T.W. "Acerca de la Relación ", op. cit., p.74.
- ¹⁹ Adorno,T.W. "Acerca de la Relación ", op. cit., p54.
- ²⁰ Adorno,T.W. "Acerca de la Relación ", op. cit., p.66.
- ²¹ Adorno,T.W. e Horkheimer, M. Dialética do Esclarecimento, op. cit.
- ²² Adorno,T.W. "Acerca de la Relación...", op. cit., p.82.
- ²³ Adorno,T.W. e Horkheimer, M. Dialética do Esclarecimento, op. cit.
- ²⁴ Marx, K. Elementos Fundamentales para la crítica de ta economia política. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1973,v.2,p.216-239; e Marx,K. O Capital. São Paulo: DIFEL, 1984, V.1, p.423-579.
- ²⁵ Freud, S."O Mal-estar na civiliza o". In: Freud, op. cit., p.192-193.
- ²⁶ Adorno,T.W. "Acerca de la Relación entre Sociología y Psicología", op. cit., p.36-83, p.61
- ²⁷ Adorno,T.W. Dialética Negativa. Madrid: Taurus,1975.
- ²⁸ Adorno, T.W. "Freudian Theory and the Pattem of Fascist Propaganda". In: Adorno, T.W. Gesammelte Schrijten 8.Frankfurt: Suhrkamp,1972, p.431.
- ²⁹ Freud, S. Psicología de grupo e a análise do ego. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- ³⁰Adorno,T.W. "Freudian Theory and the Pattem of Fascist Propaganda" . In:Adorno, T.W. Gesammelte Schrijten 8.Frankfurt: Suhrkamp,1972,p.408-433.
- ³¹ Adorno, T.W. "Acerca de la Relación entre Sociología y Psicología", op. cit., p.43.
- ³² Adorno, T.W. "Sobre música popular". In :Adorno (Cole o Grandes Cientistas Sociais). São Paulo, editora  tica, 1986.
- ³³ Adorno,T.W. "Acerca de la Relación entre Sociología y Psicología", op. cit., p.34

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL E PSICOLOGIA POLÍTICA AO DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA OS PARADIGMAS DE SILVIA LANE, IGNÁCIO MARTÍN-BARÓ E MARITZA MONTERO

Maria de Fatima Quintal de Freitas

RESUMO: Este trabalho discorre a respeito de possíveis paradigmas presentes na prática da psicologia em comunidade, durante o seu processo de desenvolvimento no Brasil, a partir dos anos 60. São apresentadas informações que permitem caracterizar as chamadas práticas em psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia comunitária. São recuperadas as vertentes teóricas que tiveram influência na construção desse tipo de prática: a educacional e a sociológica. São descritas as principais contribuições de três teóricos latino americanos - Sílvia Lane (Brasil), Ignacio Martín-Baró (El Salvador) e Maritza Montero (Venezuela) - respectivamente, no campo da psicologia social, psicologia política e psicologia social comunitária. Ao final, são apontados alguns elementos, teóricos e meto do lógicos, considerados importantes para caracterizar os trabalhos da psicologia social comunitária.

PALAVRAS-CHAVE: psicologia social comunitária, práticas da psicologia em comunidade, psicologia e comunidade, paradigmas em psicologia comunitária, psicologia comunitária, teorias em psicologia em comunidade.

A TÍTULO DE INTRODUÇÃO

Escutar hoje algum noticiário, seja na televisão ou no rádio, assim como acompanhar os últimos acontecimentos em nossas cidades e espaços de moradia e de trabalho, através dos jornais de grande

FREITAS, M.F.Q. "Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 63-82; jan./jun.1996

circulação, pode dar a impressão de que estamos vivendo tempos mais calmos e tranquilos, se comparados com os períodos das décadas de 60, 70 e parte dos anos 80. Pouco se menciona sobre conflitos sociais, reivindicações populares, problemas que atingem a grande maioria da população, ou mesmo formas diversas dos setores populares de manifestarem suas insatisfações cotidianas. Pode-se, inclusive, chegar a pensar hoje que não existem tantos problemas sociais e econômicos, ou mesmo a acreditar que as necessidades básicas dos setores mais pobres em nosso país estão sendo finalmente atendidas. Seria isto verdade e estaria a retratar fielmente a realidade cotidiana, vivida pelas pessoas nos mais diferentes municípios, estados ou regiões? Infelizmente, parece-nos que não.

Não faz muito tempo, no início dos anos 90, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, encabeçou uma campanha em prol da 'Ação pela Cidadania e pela vida, e contra a miséria e a fome'. Cifras alastraram-se a respeito da fome e dos famintos: hoje, estamos à beira dos 30 milhões de brasileiros vivendo em quase total penúria, sem ter muito o que comer, e nem o que fazer. Os índices de pauperização social- desemprego, analfabetismo e evasão escolar, doenças ligadas à deficiência protética, falta de moradia, escassez de transporte, e a quase inexistência de uma rede de saneamento básico para a maioria da população - infelizmente, não foram reduzidos de maneira significativa nestas últimas décadas embora tenhamos nos livrado de um sistema de governo de exceção, e nestes últimos dez anos, estejamos vivendo o chamado processo de redemocratização, em que estiveram presentes vários pleitos eleitorais que, de um modo ou de outro, permitiram a expressão dos interesses e necessidades dos diferentes setores da sociedade civil. Temos hoje quase 15 milhões de desempregados, e em torno de 47% das crianças entre 10 e 14 anos que estão trabalhando não recebem qualquer remuneração. Os índices do crescimento da pobreza em nosso continente são alarmantes: na América Latina, em 1980, a pobreza estava presente em 33% dos lares, aumentando para 39% em 1990; sendo que este acréscimo toma-se maior quando se trata dos lares urbanos (de 24% para 34%); e a intensidade da pobreza, através do seu lado da indigência, também cresce de 8% em 1980, para 13% em 1990².

Embora muitos possam indagar qual a relação da psicologia com este quadro impressionante de miséria, pobreza e falta de perspectivas, a construção e o fortalecimento de uma profissão faz-se também pelo grau de vinculação e de comprometimento que ela passe a ter

FREITAS, M.F.Q. "Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 63-82; jan./jun.1996

com a realidade concreta do cotidiano. da sua gente. Trabalhar em psicologia, em nossa perspectiva, é buscar formas na vida concreta que maximizem uma saúde melhor para a população, e esta saúde emana diretamente das possibilidades reais que esta população possa ter para estudar, comer, morar, fazer cultura, e, pelo menos, para transformar as coisas do seu cotidiano ou seja, para trabalhar. Ao poder fazer isto, a vida das pessoas e suas relações - consigo mesmas, com o outro e com o mundo que as cerca - poderão se tornar mais dignas, mais solidárias e eticamente humanas, considerando-se uma perspectiva psicossocial de compreensão da realidade humana. Parece-nos que é neste contexto que se forjam as possibilidades concretas para a psicologia social comunitária, tomando-se possível refletir sobre as práticas que a psicologia em comunidade tem tido, compreendendo-seque toda e qualquer prática, profissional e humana, é dimensionada e adquire significação em sua relação direta com o contexto social do qual se origina.

SOBRE A PRÁTICA DA PSICOLOGIA EM COMUNIDADE NESTAS ÚLTIMAS DÉCADAS³

Ao final da década de 40 e início dos anos 50 no Brasil a expressão "trabalhos em comunidade" aparece no seio das mudanças acontecidas no terreno produtivo, quando o país estava saindo do modelo agropecuário e ingressando no agroindustrial. Nessa década de 50, no período do chamado desenvolvimentismo, em diversas cidades são realizados trabalhos, de caráter social, junto aos setores mais desfavorecidos da população, quase todos com fortes elementos assistencialistas e paternalistas⁴.

Na década de 60, instalam-se em vários países da América Latina formas de governo autoritário, quando não militar, como o que acontece a partir de março de 1964 no Brasil⁵. Pioram as condições de vida da sociedade civil, assim como vão diminuindo as liberdades individuais e os direitos de manifestação, acompanhados de um grave descenso na qualidade de vida da população.

1. A entrada da psicologia na vida das comunidades: a psicologia na comunidade: Em alguns setores voltados para a periferia em geral, inicia-se a partir de meados da década de 60, a inserção dos futuros psicólogos⁷, com o objetivo de somar esforços e de colaborar para tomar a psicologia mais próxima da população, e mais com-

FREITAS, M.F.Q. "Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 63-82; jan./jun.1996

prometida com a vida dos segmentos menos privilegiados; buscava-se com isso uma deselitização da profissão, ao mesmo tempo em que as práticas foram ganhando uma significação política de mobilização e de transformação sociais. Nesses anos, começaram a ser preparadas as primeiras turmas de psicólogos que haviam ingressado nas faculdades e universidades brasileiras. É neste contexto que se vê o início do emprego do termo "Psicologia na Comunidade". Uma das primeiras vezes em que ele é utilizado oficialmente, sendo posteriormente publicado em revista e/ou periódicos da área, é nos trabalhos comunitários desenvolvidos junto às populações de baixa renda, sob a responsabilidade de um grupo de investigadores sociais e professores, liderados pelos professores Sílvia T. Maurer Lane e Alberto Abib Andery, pertencentes ao Departamento de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tendo também a participação de alguns estudantes de psicologia, na época⁸. Também em Belo Horizonte, no início dos anos 70, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a disciplina Psicologia Comunitária passava a fazer parte do currículo do curso de psicologia.

Nesses trabalhos, o psicólogo desenvolvia suas atividades de uma maneira voluntária, não remunerada e firmemente convicto do seu papel político e social junto a esses setores da população. Os referenciais teóricos e metodológicos da sociologia, da antropologia, da história, da educação popular e do serviço social tomaram-se conhecidos pelos psicólogos, que passaram a empregá-los com certa prioridade nos trabalhos desenvolvidos em comunidade. A preocupação dirigia-se à postura de colocar a psicologia a serviço dessas populações, ao mesmo tempo em que era comum o compromisso de colaborar para que as pessoas se organizassem e reivindicassem em torno de suas necessidades básicas e da melhoria das suas condições de vida. Objetivava-se descaracterizar a psicologia como uma profissão elitista, de tal modo que os trabalhos dirigidos a fornecer algum tipo de colaboração à população, seja sob a forma de serviços psicológicos, seja ajudando-a a se organizar politicamente, eram aceitos e incentivados. Discussões a respeito de como tais trabalhos eram desenvolvidos e segundo que orientações teóricas e metodológicas, eram quase inexistentes naquele período. Era o momento político e histórico em que esses trabalhos foram se configurando como necessários, em termos de irem sendo construídas novas frentes de atuação.

FREITAS, M.F.Q. "Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 63-82; jan./jun.1996

2. Construção de práticas diferentes: a psicologia comunitária. Durante a década de 70, o país ainda era governado por militares, ao mesmo tempo em que a população ia aprendendo a construir canais de reivindicação e de mobilização sociais. Os movimentos populares, já contando com a colaboração de intelectuais e profissionais de diferentes áreas de conhecimento, foram timidamente se organizando e fortalecendo. Os profissionais de psicologia começaram a marcar novos espaços através de práticas diferentes das tradicionalmente desenvolvidas até então, saindo dos consultórios, das empresas e das escolas, e indo para os bairros populares, para as favelas, para as associações de bairros, para as comunidades eclesiais de base. Os trabalhos defendiam não só o caráter da deselitização da psicologia, como também um claro envolvimento e participação política junto aos movimentos populares. Desenvolviam-se diferentes atividades, desde a promoção de reuniões e discussões em torno das necessidades vividas pela população; passando por levantamentos de dados e descrições das condições de vida e das deficiências educacionais, culturais e de saúde da população; assim como oferecendo algum tipo de assistência psicológica gratuita; até a participação conjunta em passeatas, mobilizações e abaixo-assinados, dirigidos às autoridades.

Os trabalhos em comunidade via de regra eram voluntários, e os profissionais engajados normalmente desenvolviam outras atividades, geralmente ligadas à academia. Isto propiciou o início do debate sobre a prática do psicólogo em comunidade e do seu compromisso social e político.

Em fins dos anos 70 e no início dos 80, a discussão e divulgação sobre os trabalhos desenvolvidos em comunidade passaram a ter mais atenção, de modo que foram sendo criados mais espaços para repensar e discutir a problemática em torno do trabalho comunitário como sendo não remunerado e voluntário. Iniciaram-se, também, os debates a respeito dos aspectos metodológicos presentes na prática do psicólogo em comunidade.

A denominação "psicologia comunitária" passa a ser um termo mais utilizado por vários profissionais, inclusive em debates e reflexões. Um dos primeiros momentos em que se tem notícia, no Brasil, sobre o termo "psicologia comunitária", sob a forma de publicação, acontece no trabalho "A psicologia comunitária: considerações teóricas e práticas", de autoria de D'Amorim⁹. Após isso, a expressão é empregada¹⁰, em setembro de 1981, na conferência "Psicologia

FREITAS, M.F.Q. "Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 63-82; jan./jun.1996

Comunitária na América Latina", proferida pela professora. Dra. Sílvia T. Maurer Lane, durante o I Encontro Regional de Psicologia na Comunidade, na PUC-SP; O emprego desta expressão parece indicar um tipo de prática da psicologia social, em que há a explicitação de um compromisso político favorável aos setores populares, além de apontar para as críticas que têm sido feitas às teorias reducionistas e a-históricas em psicologia.

Em meados dos anos 80, as questões relativas à falta de definição e de especificidade da prática da psicologia em comunidade começam a aparecer em alguns debates travados em reuniões científicas e em encontros promovidos pela Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). A ABRAPSO - criada oficialmente em julho de 1980, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (DERJ), durante a 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), tendo como um dos fundadores a professora dra. Sílvia T. Maurer Lane - no contexto da psicologia no Brasil, constituiu-se em um marco importante para a construção de uma psicologia social crítica, histórica e comprometida com a realidade concreta da população.

Em diferentes regiões do país foram sendo criados Núcleos e Regionais da ABRAPSO, que passaram a realizar os seus Encontros Regionais (desde 1981) e os Encontros Nacionais (desde 1985)¹¹ com uma certa regularidade, com a finalidade de reunir profissionais, professores e pesquisadores de áreas afins em torno de temáticas e problemáticas relacionadas à vida concreta da população, como trabalhos sobre violência, ecologia, delegacias de mulheres, sexualidade, sindicatos, saúde e trabalho, educação, psicologia e comunidade; movimentos' sociais; psicologia política; e história da psicologia social, entre outros.

3. Os espaços de atuação adquirem reconhecimento institucional: a psicologia da comunidade. No início dos anos 90, presencia-se em nível nacional a expansão dos trabalhos dos psicólogos junto aos diversos setores e segmentos da população.

O termo "psicologia da comunidade" passa a ser uma expressão de maior utilização em diferentes meios. São trabalhos desenvolvidos quando o psicólogo está no posto de saúde, na secretaria do bemestar social ou quando ocupa um cargo dentro de alguma instituição - normalmente pública - que tem como objetivos ampliar e democratizar o fornecimento dos serviços, de diversas áreas, para

FREITAS, M.F.Q. "Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 63-82; jan./jun.1996

a população em geral. Trata-se, dessa maneira, de uma atuação que passa a ser desenvolvida como uma demanda solicitada por uma instituição. É uma atividade que surge associada ao contexto do trabalho social na área de saúde, havendo o surgimento de problemáticas/questões ligadas à saúde e à saúde coletiva, em que é esperado do psicólogo que ele tenha um papel de trabalhador social dentro dos movimentos de saúde.

Nesses trabalhos têm sido encontradas influências da Análise Institucional, do Movimento Instituinte e de formas de atuar baseadas em Intervenções Psicossociológicas. A existência destas práticas, com esta orientação em específico, já ocorria em meados dos anos 80. No mesmo sentido, as outras práticas - denominadas aqui de psicologia na comunidade ou mesmo psicologia comunitária continuaram existindo e sendo desenvolvidas concomitantemente. Na realidade, estes primeiros anos da década de 90 têm presenciado uma diversidade teórica, epistemológica e metodológica no desenvolvimento desses trabalhos, apontando para a necessidade de serem identificados, discutidos e analisados os paradigmas que estão presentes nos trabalhos desenvolvidos em comunidade pelos profissionais de psicologia.

VERTENTES QUE INFLUENCIARAM A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA NO BRASIL

Neste momento, pode-se refletir sobre os aspectos teóricos que lançaram as bases ou as orientações para o desenvolvimento dos trabalhos em comunidade. À semelhança de outras Ciências Sociais e Humanas, também no caso da Psicologia, pode-se falar em duas vertentes¹² presentes no desenvolvimento de tais trabalhos: uma, vinda da Educação, e outra decorrente de influências e reflexões ocorridas no campo sociológico.

1. Formação de consciência política e alfabetização. Os trabalhos desenvolvidos em comunidade por psicólogos, pelo menos no início de seu aparecimento, na década de 60, apresentam certa semelhança com aqueles ligados à pesquisa participante, em termos de seu compromisso político-ideológico. Na realidade, isto mostra uma certa coerência, uma vez que ambos os tipos de trabalho assumem, pelo menos em suas origens, um compromisso com as populações menos favorecidas, procurando realizar intervenções que maximizem mu-

FREITAS, M.F.Q. "Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 63-82; jan./jun.1996

danças nas condições de vida desses setores. Concretamente, poder-se-ia falar de uma (a pesquisa participante) incluída na outra (a psicologia comunitária),

Considerando que tais trabalhos iniciaram-se através de um compromisso explícito com as problemáticas e dificuldades vividas pelos setores desprivilegiados, verifica-se que a inserção e a participação do psicólogo em comunidade aconteceu tendo como proposta contribuir para a formação de uma consciência política na população. Assim, a despeito de poder ser realizado em lugares os mais diferentes possíveis e com populações e problemáticas distintas, poder-se-ia dizer que, nessa época, nas décadas de 60 e 70, os trabalhos tinham um mesmo objetivo político. O canal para que esse processo de formação de consciência tivesse mais condições de ocorrer era a alfabetização, uma vez que havia - e ainda há - um grande índice de pessoas que não conseguiam ter acesso ao mundo letrado e, conseqüentemente, ficavam distantes da história e das decisões políticas às quais também pertenciam. Esta situação trazia à baila a possibilidade de pensar e discutir sobre as condições políticas e culturais que haviam anteriormente impedido ou dificultado a entrada, a aceitação e a participação dos não letrados no mundo dos alfabetizados e dos mandatários do poder e das decisões políticas.

Os países latino americanos encontram-se, na década de 60, no chamado período da modernização geral e ampliada, conforme Cunha e Góes. Para atingir seus objetivos políticos e econômicos, esses países necessitavam de uma mão-de-obra mais qualificada e numerosa. São então implementados programas de educação mais extensivos à população e que procuram, ao mesmo tempo, atingir a faixa etária adulta e produtiva, que se viu expulsa, quando jovem, do sistema educacional formal. A educação é vista neste período como mola propulsora do progresso econômico e social. No entanto, tal progresso não aconteceu, pelo menos na amplitude divulgada e muito menos atendendo às populações que se deixaram seduzir por tais promessas. Ao contrário, as contradições inerentes à oposição capital - trabalho materializavam-se a cada dia, criando mais e mais setores marginalizados da produção, da cultura e da vida social.

Ao lado dessas populações marginalizadas colocaram-se vários intelectuais que não mais concordavam com as explicações funcionalistas, neutras, a-históricas e universalizantes dos seus campos profissionais. Provenientes de várias áreas de conhecimento, unia-os a preocupação em encontrar novos modelos de interpretação

e de ação sociais que resgatassem o papel histórico dessas populações e que contribuíssem para que elas recuperassem sua consciência social.

É neste contexto que a cultura e a educação passam a ser entendidas como veículos através dos quais podem ser forjados os processos de conscientização. Dentro desta vertente de sustentação dos trabalhos em comunidade - a Educação - é que encontramos a filosofia e o método de Paulo Freire como os grandes baluartes de tais práticas. Os trabalhos de educação popular³ tomam-se sinônimos de trabalhos em prol dos desprivilegiados. Como bem assinala Andery¹⁴, o método Paulo Freire teve significativa contribuição no desenvolvimento de trabalhos em comunidade sob a responsabilidade de psicólogos:

"O método Paulo Freire não é só uma técnica pedagógica de alfabetização, mas constitui-se num modelo de trabalho de aproximação às classes populares, Mostra para o psicólogo o que se pode fazer em prol da conscientização e da redescoberta do valor dos indivíduos submetidos a processos seculares de dominação e alienados de sua própria cultura, "¹⁵ (itálicos nossos).

2, Insatisfação com o positivismo e adoção da pesquisa participante. A segunda vertente - que dá também orientação aos trabalhos realizados em comunidade pelos psicólogos - provem das críticas que, a partir dos anos 50, começaram a ser feitas no campo das Ciências Sociais. Estas críticas dirigiram-se à rigidez que existia no interior desta área de conhecimento, que tinha a postura de considerar qualquer prática que implicasse em transformação da realidade, como uma fonte de erro para a pesquisa científica. Esta posição levava a uma dicotomia entre a teoria e a prática, e à defesa de uma postura de neutralidade e de isenção político-social para o profissional e para o seu trabalho. Entretanto, a realidade vivida pelos povos da América Latina - de miséria, fome, analfabetismo, altos índices de mortalidade infantil, desemprego e falta de emprego, falta de moradia, escassez de transportes coletivos, inexistência de serviços básicos de saneamento - colaborou para fortalecer essas críticas.

Esse fortalecimento decorre do fato de que os modelos explicativos, existentes nas ciências sociais, se apoiavam no positivismo lógico e no empirismo estrito, não dando mais conta

FREITAS, M.F.Q. "Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 63-82; jan./jun.1996

nem de explicar essas situações da realidade latina, e muito menos de indicar caminhos para transformá-las.

Neste quadro, as críticas tiveram ressonância uma vez que se formaram grupos de intelectuais engajados nas lutas populares em seus países e comprometidos em unir a atividade científica aos processos de transformação social. Cria-se a necessidade de serem constituídos métodos que permitam - ao conhecer - transformar e agir sobre a realidade investigada¹⁶. Isto levou a mudanças nas concepções sobre o processo de pesquisar, de tal modo que o trabalho de produção de conhecimento e de realização de investigações científicas adquiriu conotações claramente políticas.

À medida que os diferentes países da América Latina foram caminhando em seus processos históricos emancipatórios, nestes últimos 20 anos, pudemos também acompanhar as discussões a respeito dos tipos de participação dos profissionais na realidade concreta das populações e também sobre a produção de um conhecimento politicamente comprometido com isso.

Surgiram novas propostas metodológicas, como a do colombiano Orlando PaIs Borda, considerado um dos pioneiros na criação de um enfoque metodológico (iniciado no conhecido grupo "La Rosca de Investigación y Acción Social" em 1970, tendo também a participação de Castillo e Libreros) - a chamada pesquisa ativa¹⁷ visivelmente comprometido com os processos populares de organização e participação políticas.

Nos anos 80, em países como Venezuela, El Salvador, Chile, Brasil, Porto Rico, Costa Rica, entre outros, encontramos trabalhos realizados e alicerçados na pesquisa participante (para a literatura brasileira) ou na investigação-ação-participante (para a literatura castelhana). É neste campo que as discussões sobre as relações da teoria e da prática, sobre o significado político e social dos conhecimentos e sobre as metodologias empregadas para tais finalidades, tomaram-se decisivas para podermos pensar a prática da psicologia em comunidade.

"Durante los ochenta la investigación-acción-participante (IAP) fue propuesta por la nueva psicología social latinoamericana como una metodología apropiada a sus planteamientos críticos y al énfasis en una práctica intelectual comprometida con la realidad de sus pueblos y procesos emancipatórios, y se planteaba como una clara ética de compromiso social y político..."¹⁸

FREITAS, M.F.Q. "Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 63-82; jan./jun.1996

Entretanto, as desafias provenientes das exigências teóricas e metodológicas, quando do desenvolvimento dos trabalhos em comunidade, transformaram-se em temas de discussão constante para aqueles que acreditavam ser necessária também produzir conhecimentos a respeito dessas práticas de intervenção. As polêmicas referentes à delimitação de campos, temáticos e trabalhos que garantissem uma espécie de identidade para o psicólogo que trabalha em comunidade tornaram-se mais fortes, já em meados dos anos 80, ao mesmo tempo em que se tornava cada vez mais premente aprofundar os debates relativos aos paradigmas dominantes nessa prática de trabalho¹⁹.

CONTRIBUIÇÕES DE SÍLVIA LANE, IGNÁCIO MARTÍN- BARÓ E MARITZA MONTERO:

Falar da psicologia social comunitária leva-nos a considerar os aspectos teóricos que orientam esse tipo de prática. Na história de construção deste tipo de atuação, na Brasil e na América Latina, a psicologia social, enquanto campo de produção de conhecimentos relativos à intersecção homem-sociedade, tornou-se a linha mestra em torno da qual as diferentes práticas dos psicólogos em comunidade foram acontecendo.

À medida que tais atuações foram revelando, de maneira mais ou menos clara, as próprias contradições e incoerências à luz das visões de homem implícitas, a psicologia política, interessada em compreender como se dá a formação da consciência maximizando ou não uma participação política, passou a ocupar um espaço nos debates e nas investigações dos estudiosos preocupados com a realidade concreta.

A prática dos psicólogos em comunidade, comprometidas com a formação de uma consciência crítica da própria população, vai adquirindo contornos claros e diferenciadores em relação às outras maneiras individualizantes de trabalhar em psicologia, de tal moda que os embasamentos teóricos de uma psicologia social crítica tornam-se imprescindíveis para esse tipo de atuação que possa a ser conhecida como de uma psicologia social comunitária.

É com esta preocupação que são apresentados, a seguir, as influências de três pesquisadores e trabalhadores sociais da psicologia latinoamericana, que se constituem em elementos

FREITAS, M.F.Q. "Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 63-82; jan./jun.1996

paradigmáticos para a psicologia social, psicologia política e psicologia social comunitária.

1. Paradigma de Sílvia Leme: psicologia social. No Brasil, os trabalhos realizados nas décadas de 60 e 70, em especial tendo a participação de uma "escola" de psicologia social, na PUC-SP, liderada por Sílvia T. Maurer Lane, imprimem uma marca decisiva na construção de uma psicologia social e comunitária, nativa e afeita aos problemas e à realidade brasileira²⁰. Expressões como psicologia libertadora, psicologia crítica, psicologia socialmente comprometida, psicologia do cotidiano, entre outras, foram termos que revelaram posturas daqueles que trabalhavam de acordo com os princípios norteadores, presentes nesta linha de atuação. Os trabalhos e os esforços de Sílvia Lane trouxeram inúmeros frutos que se estenderam, até os dias atuais, para além das fronteiras de nosso país, gerando continuadores e colaboradores no Chile, no Peru, na Venezuela, apenas para citar alguns países da América Latina; assim como vários intercâmbios têm sido estabelecidos com pesquisadores na França, Espanha e Portugal.

A proposta paradigmática de Sílvia Lane, presente na concepção de uma "psicologia social crítica", pressupõe o trabalho com categorias analíticas como consciência, identidade e atividade, entre cruzadas numa triangulação dialética.

Dentro desta perspectiva, Sílvia Lane propõe:

- analisar a consciência socialmente construída, eliminando-lhe os aspectos estritamente reducionistas e naturalizantes, presentes nas teorias psicodinâmicas;

- empregar a categoria identidade, em substituição ao conceito personalidade, e considerando-a como parte necessária de um processo dialético de construção da subjetividade humana;

- encontrar na categoria atividade, advinda de Leontiev, o correlato para a psicologia social do conceito trabalho da proposta marxista;

- acrescentar às análises microestruturais dos processos psicossociais os elementos emocionais, como mediações fundamentais presentes no processo de construção da identidade e da consciência sociais

- lidar com fenômenos de base empírica, através da linguagem, utilizando-a como um elemento de mediação entre o objetivo e o subjetivo, entre a atividade e a consciência, entre o sentido pessoal

FREITAS, M.F.Q. "Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 63-82; jan./jun.1996

do saber-se pertencente a um momento histórico e a um processo grupal e a significação social do estar sendo participante de um processo grupal;

- compreender o processo de construção dos fenômenos psicossociais, como identidade e consciência, objetivando fortalecer as possibilidades de participação crítica das pessoas no seu cotidiano concreto, dentro de parâmetros éticos voltados, para a construção da cidadania.

2. Paradigma de Ignacio Martín-Baró: psicologia política. Na América Latina, já no final dos anos 80, passa-se a ouvir a denominação "psicología de la liberación" empregada por Ignacio Martín-Baró, da Universidade Centroamericana de El Salvador, e por Maritza Montero, da Universidade Central da Venezuela²¹.

Em Ignacio Martín-Baró encontramos uma proposta fundamentada em uma análise macrossocial convergindo para uma compreensão do indivíduo historicamente determinado de tal modo que se tome possível a (re)construção de um homem novo na sua prática concreta de vida, objetivando a construção de um novo poder social através de práticas cotidianas transformadoras²². Nessa direção, Martín-Baró em seu paradigma para a "psicología de la liberación":

- propõe uma análise sobre o papel social da psicologia na América Latina em contraposição a uma psicologia social- aplicada à sociedade anglosaxônica;

- considera fundamental uma avaliação dos aspectos epistêmicos e "práticos" presentes no contato do homem concreto com a sua realidade;

- defende a reunião de aportes derivados da teologia da libertação e das discussões sobre a construção de uma ciência comprometida com as problemáticas sociais;

- recupera os aspectos processuais (históricos, coletivos, construcionistas, dialéticos) presentes na construção desse homem novo através da compreensão de fenômenos como identidade, consciência e poder sociais; e

- analisa a transformação de uma psicologia popular em uma psicologia política, através da práxis transformadora cotidiana que se materializa na recuperação da memória histórica, na potencialização das capacidades populares e na construção de novas formas de consciência, possibilitando uma análise sobre o poder social e o desenvolvimento de um novo poder histórico;

FREITAS, M.F.Q. "Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 63-82; jan./jun.1996

3.Paradigma de Maritza Montero. · psicologia social comunitária.

Em Maritza Montero encontramos uma proposta também preocupada com os aspectos relativos à construção de um conhecimento politicamente comprometido com a realidade concreta dos nossos povos²³. Entretanto, esta autora coloca a ênfase nos aspectos psicossociais, em termos de buscar uma compreensão sobre o que se passa com o indivíduo em seu cotidiano, em termos de processos psicossociais e de conduta derivados deles, procurando desnudar que elementos transformam-no em um ser mais ou menos participante e crítico .da sua realidade, mais ou menos alijado do seu processo histórico, mais ou menos submisso ou inconformado às ações da ideologia em seu cotidiano psicossocial.

Maritza Montero busca maneiras de estudar cientificamente, sem deixar de se comprometer politicamente, os efeitos da colonização, da pobreza, da dependência, da miséria, da violência e da opressão sobre a identidade e a consciência das pessoas, com vistas à transformação político-social materializada nas relações da vida cotidiana²⁴.

Em sua proposta paradigmática para a "psicología de a liberación" Maritza Montero:

- propõe a análise das condições concretas de vida dos indivíduos e suas influências tanto ao nível da conduta como cognitivo,

- aponta para uma análise em termos de ganhos e de afiliações, acontecidas nos planos pessoais e comunitários, de modo que seja possível identificar a existência ou não de situações de participação, solidariedade e planificação;

- identifica processos ligados à aprendizagem, à busca cognitiva e à motivação para a ação, propondo a análise em termos. de processos psicossociais presentes nas relações com a ideologia, materializando-se no cotidiano das pessoas;

- defende a necessidade da evolução sistemática, presente na investigação~ação-participativa, a respeito das ações concretas do sujeitos, da realidade social e do momento histórico vivido;

- aponta para a análise da consciência, enquanto processo em si e para si, e da identidade social e individual, como momentos necessários. para uma compreensão sobre as possibilidades de desideologização e de desalienação do indivíduo no seu contexto concreto, o que contribuiria para a construção de ações sociais transformadoras, afetando diretamente o nível de participação, de solidariedade e de planificação das ações individuais e sociais.

FREITAS, M.F.Q. "Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 63-82; jan./jun.1996

o que une e aproxima estes pesquisadores e psicólogos sociais latinoamericanos centra-se, basicamente, no fato deles tentarem construir modelos explicativos, originários da prática concreta vivida pelas pessoas em seu cotidiano, que permitam compreender e apreender os processos pelos quais o indivíduo passa quando da (des)construção de uma consciência crítica e participativa, percebendo-se como um ser singular e genérico, social e historicamente constituído.

Captar estes processos pode contribuir para encontrar caminhos de construção de redes de participação mais efetivas no cotidiano das pessoas. Estes são elementos que deveriam servir de norte para o desenvolvimento dos trabalhos em psicologia social comunitária.

ALGUMAS PROPOSIÇÕES PARA UMA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

Pensar hoje a prática dos profissionais de psicologia em comunidade e verificar que o número destes profissionais tem aumentado, parece-nos ser um aspecto valioso. Poderíamos dizer que é promissor o fato de a cada dia encontrarmos mais psicólogos trabalhando fora dos ambientes tradicionais, lidando com problemáticas concretas da vida das pessoas, como as relacionadas à violência urbana e doméstica, às formas de (des)organização familiar e interpessoal perpassadas por um cotidiano sem emprego e sem moradia; às possibilidades de (des)construção de uma consciência crítica e participativa para indivíduos que não têm acesso ao mundo letrado; aos caminhos para a (des)construção de identidades sociais e individuais, à chamada banalização do mal individual e coletivo; enfim, aos desafios ao fortalecimento da ética e da cidadania.

Entretanto, o simples fato de estarem lidando com temas que estejam ligados ao contexto concreto não nos autoriza a dizer que se trata de um trabalho típico de uma psicologia (social) comunitária, como aqueles para os quais os paradigmas apresentados anteriormente (em Sílvia Lane, em Ignacio Martín-Baró e em Maritza Montero) apontam.

Em verdade, o fato de hoje serem mais divulgados os trabalhos dos psicólogos que se denominam psicólogos comunitários permite-nos indicar ao menos dois aspectos positivos sobre isso. Um deles

FREITAS, M.F.Q. "Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 63-82; jan./jun.1996

mostra-nos que não está sendo mais possível distanciar-se da realidade concreta vivida pelas pessoas. Tentar manter-se à margem desses acontecimentos é, no mínimo, transformar nossa profissão em algo asséptico e extemporâneo. O outro aspecto positivo poderia ser considerado quase uma redundância, ou seja, revela que a vida psicológica de qualquer ser humano é socialmente determinada, que o homem só se faz como tal no contexto e dinamismo históricosocial em que vive e estabelece as suas relações cotidianas.

Cabe-nos, todavia, retomar às preocupações principais deste artigo: do que necessitamos para dirimir dúvidas sobre os diferentes tipos de trabalho realizados em comunidade e para identificarmos o quadro epistemológico e paradigmático desta prática.

Defendemos, aqui, o emprego de uma terminologia que inicie uma diferenciação, ou seja, a utilização do qualificativo "social" para indicar a necessidade de um quadro de referência teórica específico para o desenvolvimento dos trabalhos em comunidade por psicólogos (as). Na verdade, propõe-se uma diferenciação da prática de uma psicologia social comunitária das outras possibilidades de práticas da psicologia em comunidade. Esta denominação vem sendo utilizada há pelo menos duas décadas por grupos de psicólogos sociais comunitários latino-americanos, que vêm trabalhando junto aos setores populares dos seus países, em busca do desenvolvimento de formas mais solidárias de convivência humana, como é o caso dos pesquisadores já citados no corpo deste trabalho.

Assim, em nossa perspectiva, falar de psicologia social comunitária exige que falemos de alguns aspectos que deveriam estar sendo garantidos:

- a referência teórica na qual a prática se insere está demarcada pelo campo de produções da psicologia social, crítica e histórica, que concebe o homem em uma perspectiva sócio-histórica e dialeticamente construído e em movimento;

- a própria diversidade do contexto e das problemáticas de trabalho apresenta necessidades que estão ligadas a habilidades e domínios provenientes de várias áreas do conhecimento, apontando assim para o fato deste tipo de trabalho dever se caracterizar por um trabalho inter, multi e transdisciplinar;

- conseqüentemente, este tipo de trabalho adquire conotações de um trabalho, por excelência, coletivo;

- é preciso trabalhar dentro de uma perspectiva microestrutural,

sem perder sua vinculação com a necessária perspectiva macroestrutural, estabelecendo liames e sínteses entre categorias conceituais como consciência, identidade, atividade-trabalho, afetividade emoção, grupo e poder;

- é preciso garantir um trabalho rigoroso e científico, que retome à sua fonte geradora, a realidade concreta, colaborando para que aconteçam avanços nos processos psicossociais, e contribuindo para diminuir a separação entre os trabalhos qualitativos e os trabalhos quantitativos em pesquisa, entre os trabalhos "teóricos" e os trabalhos "práticos";

- há a necessidade de desenvolver o trabalho dentro de uma proposta de pesquisa ação investigativa ou de pesquisa participante, dentro da qual há a pressuposição de que não é possível simplesmente observar e descrever a realidade. Há também que intervir para mudar, na direção da construção da cidadania dentro das relações cotidianas concretas;

- isto significa que o tipo de compromisso, enquanto cidadãos e enquanto profissionais, nestes trabalhos, toma-se mais explícito, não sendo mais possível furtarmo-nos a ele.

Maria de Fátima Quintal de Freitas é doutora em Psicologia Social pela PUC-SP e professora na Universidade Federal do Espírito Santo

ABSTRACT: (Contribution of social psychology and political psychology to the development of social community psychology: the paradigms of Silvia Lane, Ignacio Martin-Baró and Maritza Montero) This work discusses existing possible paradigms in the practice of psychology in community during its process of development in Brazil, since the decade of the 1960s. Informations presented make it possible to characterize the practices in psychology in community, psychology of community and community psychology. The two theoretical approaches - educacional and sociological- which have influenced the construction of that "kind of practice, are recovered. The principal contribution of three Latin-American theorists - Silvia Lane (Brazil), Ignacio Martin-Baró (El Salvador) and Maritza Montero (Venezuela) - respectively in the fields of social psychology, political psychology and social community psychology, are described. At least, some theoretical and methodological elements, which are considered important to characterize the works of social community psychology, are pointed out.

FREITAS, M.F.Q. "Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 63-82; jan./jun.1996

KEY WORDS: social community psychology, practices of psychology in community, psychology and community, paradigms in community psychology, community psychology.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ¹ Cadernos do 3º Mundo. Rio de Janeiro, Ed. Terceiro Mundo, n° 188, 44 pp., 1995.
- ² INFANTE, R. "Mercado de trabalho e pobreza urbana no processo de ajuste". São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 184-96, 1994.
- ³ Detalhamentos a respeito desta temática podem ser encontrados na Dissertação de Mestrado da autora, intitulada: "O Psicólogo na comunidade: um estudo da atuação de profissionais engajados em trabalhos comunitários", PUC-SP, 1986, sob orientação do Prof. Dr. Salvador A. M. Sandoval; e na Tese de Doutorado intitulada: "Psicologia Comunitária: Professores de Psicologia falam sobre os modelos que orientam a sua prática", PUC-SP, 1994, sob orientação da profa. dra. Sílvia T.M. Lane.
- ⁴ WANDERLEY, M. B. Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade. São Paulo, Cortez Editora, 1993.
- ⁵ BASBAUM, L. História sincera da República de 1961 a 1967. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- ⁶ FREIRE, P. Multinacionais e trabalhadores no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1979. Para maiores informações a respeito do que acontecia no país nesta década, quando se implanta o regime político de exceção, assim como para conhecer os trabalhos desenvolvidos nas áreas educacional e social ver, entre outros: IGLESIAS, F. Trajetória política do Brasil - 1500 a 1964. São Paulo, Cia das Letras, 1993; e BASBAUM, op. cit..
- ⁷ Em 27 de agosto de 1962, dá-se o reconhecimento oficial da profissão de psicólogo no Brasil e são criadas as disposições legais - Lei N. 4119 de 27.08.62 - para a regulamentação e criação dos cursos de psicologia .
- ⁸ Esta experiência é relatada em conferência proferida e publicada sob o título de "Psicologia na Comunidade no Brasil", de Alberto Abib Andery, pp.11-13, Anais do I Encontro Regional de Psicologia na Comunidade. PUC-SP e Regional São Paulo/ ABRAPSO. O referido encontro foi realizado em setembro de 1981, nas dependências da PUC-SP. Em 1984, é comercializada a primeira edição do livro Psicologia Social. O Homem em Movimento, da Editora Brasiliense, São Paulo, obra sob organização de Lane, S.T.M. e Codo, W., onde na Parte 4, referente à "Práxis do Psicólogo" encontra-se o artigo intitulado "Psicologia na Comunidade"(pp.203-220) de autoria de Alberto Abib Andery.
- ⁹ D'AMORIM, M. A. "A psicologia comunitária: considerações teóricas e práticas". Arq. Brasileiros de Psicologia, v. 32, n. 3, p. 99-105, 1980.
- ¹⁰ LANE, S. T. M., "Psicologia comunitária na América Latina." Anais do I Encontro Regional de Psicologia na Comunidade/ABRAPSO. p. 5-9, 1981.
- ¹¹ Com a realização do I Encontro Nacional de Psicologia Social / ABRAPSO, no Paraná, em 1985, dá-se início ao primeiro número desta revista, publicada pela ABRAPSO: Psicologia & Sociedade, Para maiores informações sobre os trabalhos apresentados neste evento ver Psicologia & Sociedade, Centro de Ciências Humanas da PUC-SP, ano I, Janeiro de 1986, n° 1.
- ¹² GAJARDO, M. "Pesquisa participante: propostas e projetos". In: BRANDÃO, C. R. (Org). Repensando a pesquisa participante. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 15-50.

GAJARDO, M. Pesquisa participante na América Latina. São Paulo, Brasiliense, 1986.
BRANDÃO, C. R. "A participação da pesquisa no trabalho popular". In: BRANDÃO, C. R. (org.) Repensando a pesquisa participante. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 223-92.

¹³ BRANDÃO, C. R. A questão política da educação. São Paulo, Brasiliense, 1980.

¹⁴ ANDERY, A. A. "Psicologia em comunidade". In: LANE, S.T.M. e CODO, W. (orgs.) Psicologia social - o homem em movimento. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 203-20.

¹⁵ idem. p. 207

¹⁶ BONILHA, V. D.; CASTILLO, G.; FALS BORDA, O. e LIBREROS, A. "A causa popular, ciência popular: uma metodologia do conhecimento científico através da ação". In: BRANDÃO, C. R. (org.) Repensando a pesquisa participante. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 131-57.

¹⁷ GAJARDO, M. op. cit. (ver nota 12).

¹⁸ JIMENEZ-DOMINGUEZ, Bernardo. "Investigación acción participante: una dimensión desconocida". In: MONTERO, M. (org.) Psicologia social comunitária-teoria, método y experiencia. México, Universidad de Guadalajara, 1994, p. 103-37.

¹⁹ MONTERO, Maritza. Un paradigma para la psicología social." Reflexiones desde el que hacer en America Latina". In: MONTERO, M. (org.) Construcción y critica de la psicología social. Barcelona, Editorial Anthropos, 1994, p 27-48. FREITAS, M. Quintal de. "Psicologia comunitária: professores de psicologia falam sobre os modelos que orientam a sua prática". Tese (Doutorado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994. WIESENFELD, Esther. "Paradigmas de la psicología social comunitária latinoamericana" In: MONTERO, M. (org.) Psicologia social comunitária - teoria, método y experiencia. México, Universidad de Guadalajara, 1994, p. 47-74.

²⁰ LANE, Sílvia T. M. & SAWAIA, Bader B. "La psicología social comunitária en Brasil". In: WIESENFELD, e. & SÁNCHEZ, E. Psicologia social comunitária - contribuciones latinoamericanas. Caracas, Fondo Editorial Tropykos, 1994, p. 27-67.

²¹ JIMENEZ-DOMÍNGUEZ, Bernardo. op. cit. (ver nota 18).

²² MARTÍN-BARÓ, Ignacio. "Psicología política del trabajo en America Latina". Revista de Psicología de El Salvador, El Salvador, UCA, v. 8, n. 31, p. 5-26, 1989.

_____. "El papel del psicólogo en el contexto centroamericano". Boletín AVESPO, Caracas, v. 12, n.3, p. 6-17, 1989.

_____. Sistema, grupo y poder - psicología social dabajo en America Latina. esde centroamerica II. San Salvador, UCA Editores, 1989.

_____. "Retos e perspectivas de la psicología latinoamericana". In: JIMENEZ-DOMINGUEZ, B. e PACHECO, G. (orgs.) Ignacio Martin-Bará (1942-1989): psicología de la liberación para America Latina México, Universidad de Guadalajara, 1990, p. 45-68.

_____. "Métodos em psicología política". In: MONTERO, M. (org.) Acción y discurso - problemas de psicología política en America Latina. Venezuela, Eduven, 1991, P. 39-58.

²³ MONJERO, Maritza. "Alcance y roles de la psicología comunitária en Venezuela". Boletín AVESPO, Caracas, v. 11, N. 3, P. 3-7, 1988.

_____. "Perspectiva de la psicología comunitária en America Latina". Psicologia/Escuela de Psicologia - UCV. Caracas, v. 15, n. 1-2, p. 91-108, 1990.

_____. "La justicia del mundo, el autoritarismo y la necesidad de torturar. Análisis de una expresión ideológica". In: MONTERO, M. (org.) Acción y discurso - problemas de psicología política en America Latina. Venezuela, EDUVEN, 1991, p. 275-98.

_____. "Conscientización, conversión y desideologización en el

FREITAS, M.F.Q. "Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária" Psicologia & Sociedade; 8(1): 63-82; jan./jun.1996

trabajo psicossocial comunitário". Boletín AVEPSO, Caracas, v. 14, n. 1, p. 3-12, 1991.

_____. "Crítica a la sección de práctica comunitaria". In: SERRANO-GARCIA, L & COLLADO, Wayne R. (eds.) Contribuciones puertorriqueñas a la psicología social-comunitaria. Puerto Rico, Editorial de la Universidad de Puerto Rico, 1992, p. 595-601.

_____. "Procesos de influencia social consciente e inconsciente en el trabajo psicossocial comunitário: la dialéctica entre mayorías e minorías activas". In: MONTERO, M. (org.) Psicología social comunitaria - teorías, métodos y experiencia. México, Universidad de Guadalajara, 1994, p. 239-58.

_____. "Vidas paralelas: psicología comunitaria en Latinoamérica y en Estados Unidos". In: MONTERO, M. (org.) Psicología social comunitaria - teoría, métodos y experiencia, México, Universidad de Guadalajara, 1994, p. 19-46.

²⁴ JIMENEZ-DOMINGUEZ, Bernardo. op. cit. (ver nota 18).

INDIVIDUALISMO E MODERNIDADE¹

Hélio Saltes Gentil

RESUMO: Inserido na problemática das relações entre formações sociais e formações da subjetividade, o trabalho examina a categoria 'indivíduo' como (a) própria das formações ocidentais modernas e (b) significativa na constituição da subjetividade nessas sociedades. Além disso, mostrando como a forma literária própria dessas mesmas sociedades - o romance - também se articula com essa categoria 'indivíduo', estabelece a possibilidade de torná-la como via de acesso privilegiada às questões dessa forma de subjetividade.

PALAVRAS-CHAVE: psicologia social, identidade, modernidade, indivíduo, individualismo, romance.

Para Carlos Henrique S. Gerken

A psicologia social tem se definido como disciplina específica não apenas por seus objetos de conhecimento e espaços próprios de intervenção, como também por oferecer uma perspectiva singular para a compreensão da realidade humana. Uma de suas vertentes mais ricas diz respeito à investigação da articulação entre os fenômenos da psique e os processos sociais. Em outros termos, ela tem nos mostrado que as formações da subjetividade não podem ser compreendidas desligadas da formação social na qual se constituem como tal: tanto os fenômenos "normais" quanto os "patológicos", bem como a determinação das fronteiras entre uns e outros, dizem respeito a uma dada formação social e só podem ser compreendidos em relação a ela².

Uma noção tem sido básica na constituição da subjetividade nas sociedades contemporâneas: a de 'indivíduo'. Embora desvelada

GENTIL, H.S. "Individualismo e modernidade"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 83-101; jan./jun.1996

como categoria social historicamente construída, analisada e criticada exaustivamente em várias disciplinas, permanece, no entanto, fundamento implícito não só do senso comum como também de muitas elaborações filosóficas e científicas.

Na psicologia essa categoria aparece como pressuposto não refletido em muitas de suas formulações teóricas e na maioria de seus projetos de prática profissional. As discussões são travadas na dicotomia indivíduo/sociedade, em termos de natura/social, inato/ adquirido, etc. No entanto, transformações em curso nas sociedades contemporâneas têm obrigado a psicologia a repensar, na construção de seu objeto e de suas práticas, esse pressuposto.

Elevada ao nível de bandeira política e realidade econômica natural pelo liberalismo dos séculos XVII e XVIII, contestada pelo socialismo do século XIX, polemizada no modernismo do início do século XX e tendo seu fim alardeado na segunda metade deste século, a categoria 'indivíduo' faz parte, contudo, do imaginário social contemporâneo. Tem de ser considerada tanto na esfera do trabalho quanto na esfera política, tanto categoria de representação simbólica quanto forma de experiência. Tornou-se substrato básico na construção social da subjetividade, nos processos de socialização e formação de identidade. Se foi subsumida por algum tempo aos interesses de uma classe social, ressurgiu hoje como reivindicação política quase universal - paradoxalmente, ao mesmo tempo em que sua importância é cada vez menor na esfera da produção automatizada e na da política "mediatizada". Dissolução/ transformação da individualidade moderna "clássica", movimento que vai junto ao de transformação das sociedades ocidentais modernas.

Processo complexo, de múltiplas dimensões, engendrando novas formas de subjetividade. A elucidação da formação dessa subjetividade individualizada na modernidade ocidental, com a definição de algumas de suas características básicas, é o objetivo de uma parte deste trabalho. A outra pretende estabelecer o romance forma literária própria dessa mesma modernidade - como via de acesso privilegiada para a elucidação dessa subjetividade, de suas características, dilemas e transformações.

O romance *Os Buddenbrook*, de Thomas Mann, surge junto com o século XX. Escrito nos últimos anos do século XIX, entre 1897 e 1899, é publicado em 1901, alcançando logo grande sucesso de público e de crítica³. Está praticamente no centro deste período -

1890/1930 - em que muitos autores', com pequenas diferenças de localização, uns anos mais, uns anos menos, nos dizem que a modernidade toma consciência de si mesma, ou toma uma consciência "acentuada", "explosiva" de si mesma: movimentos, manifestos, projetos, definições programáticas, uma efervescência cultural sem par, abrangendo todas as áreas da atividade humana. Momento de "emergência dos contornos do modernismo e da modernidade das brumas da história", definirá Lefebvre⁵. Ainda que Thomas Mann permaneça distante de muitas das inovações das vanguardas de então no que diz respeito ao seu 'estilo', sua sensibilidade o faz incorporar à sua ficção muito do drama em curso.

O romance *Os Buddenbrook*⁶ é geralmente definido, em largos traços, como sendo a história da ascensão e decadência de uma família burguesa tradicional que não soube adaptar-se aos novos valores que o século XIX veio substituir aos antigos - a história se passa em meados do século XIX. No início, a atividade comercial no mercado de cereais convive com requintes aristocráticos de preservação de relações apenas com famílias "de bem", "tradicionais" na cidade, "com nome", reconhecidas - ainda que, como os próprios Buddenbrook, consolidadas pelo trabalho de geração após geração, com origem também no trabalho: o primeiro Buddenbrook de que se tem notícia era "mestre-alfaiate". Toda a história e a genealogia da família é cuidadosamente preservada e cultivada num grande caderno, onde todos os acontecimentos relativos a cada membro da família são fielmente registrados pelo chefe do momento.

O instante da narrativa que nos interessa destacar aqui registra o cônsul Buddenbrook reunido com a família no jardim, numa tarde quente de verão, para o chá - sua esposa bordando, seus filhos lendo, ele próprio com o jornal - quando o mordomo vem anunciar a chegada de um comerciante de Hamburgo para tratar de negócios. Traço característico de uma época e de um modo de viver, os escritórios da firma são junto da casa, são praticamente dependências dela.

O cônsul dispõe-se a recebê-lo ali, e ele chega cumprindo todos os rituais de saudação - "dizendo as coisas que seus pais gostariam de ouvir", acusaria Tony ao final da "visita" - elogiando tudo e todos ao redor, mostrando-se alguém de posses, em "sutilezas" tais como recusar o convite para se hospedar ali dizendo que ocupa "alguns aposentos do Hotel".

Depois desta troca social afável e formal, levanta-se para conversar

sobre negócios com o cônsul e parte em seguida. A impressão que deixa no cônsul e sua esposa é de um homem "agradável", "bem educado", "sociável", "bom cristão", enquanto Tony, a filha - que é quem mais nos interessa aqui - detestou-o em sua empáfia, em sua vontade de agradar, em suas suíças amarelas.

Grunlich, este o nome do comerciante de Hamburgo, passa a freqüentar a casa: um jantar no domingo, leituras à tarde com a consulesa, sempre distante de Tony, que lhe tem aversão e a mostra francamente.

Oito dias depois de sua partida para Hamburgo - o romancista é preciso nesta marcação do tempo - Tony desce pela manhã e, fora dos hábitos cotidianos da casa, se depara com o pai ainda na mesa do café. Chegara uma carta do Sr. Grunlich pedindo sua mão em casamento. À pergunta do pai sobre o que ela pensa, Tony explode em lágrimas, perplexa: "Que quer esse honrem de mim? Que lhe fiz eu? ... não o conheço nem um pouquinho..." Assustada, sem compreender, escuta perorações de sua mãe e de seu pai; dizem que ela é uma criança que não sabe o que quer e deve acreditar naqueles que lhe querem o bem. Acrescentam que o assunto é sério, muitas coisas devem ser ponderadas, ela tem tempo para pensar. Insiste bastante a mãe, concluindo:

"Mas devemos preveni-la de que uma ocasião como esta de encontrar a felicidade não aparece todos os dias e de que esse casamento é justamente o que lhe prescrevem o dever e a determinação. Sim, minha filha, sobre isto também tenho de chamar-lhe a atenção: o caminho prescrito pelo seu destino... Você bem sabe disso..."

"Sei - disse Tony, pensativo. - Claro - Tinha plena consciência das suas obrigações diante da família e da firma, e orgulhava-se dessas obrigações".⁷

A caminho de seu destino, Tony, de alegre e bem disposta tomase apática e melancólica, acabrunhada, abatida, emagrece a olhos vistos, até que seu pai mesmo decide que ela deve passar uma temporada na praia para se recuperar. Imediatamente lhe volta a alegria, de um dia para o outro está pronta para a viagem, pronta para deixar para trás as admoestações de todos para que se case com aquele homem que considera pedante e ridículo, que lhe causa tanta repugnância.

Já chega à casa na praia com o apetite refeito pela viagem, se alimenta com gosto e recupera a alegria de viver. Passeia na

companhia de um jovem estudante de medicina, filho do capitão do porto em cuja casa está hospedada. Ele, reconhecendo sua posição, mantém-se afastado quando ela encontra-se com outras pessoas das "famílias" distintas da cidade que ali também veraneiam. Acabam se apaixonando, timidamente, trocando promessas de amor e juras de felicidade - seladas por um Único e casto beijo quando a partida de ambos se aproxima.

Antes de partir Tony recebe uma carta do Sr. Grunlich que traz junto uma aliança. Ela as devolve - carta e aliança - indignada, ao pai, contando-lhe também de seu amor pelo rapaz e do compromisso que trocaram. De imediato uma severa carta do pai conclama-a a retornar e a ter juízo, com admoestações a que retornaremos logo mais.

Sem que ela saiba, o Sr. Grunlich, faz uma visita formal ao capitão do porto naquela noite, exigindo seus direitos de primazia e de posição. O pai do rapaz manda-o incontinentemente de volta à escola, sem permitir sequer que os dois jovens se despeçam fora de suas vistas. Tony volta para casa logo depois, chorando, repleta de saudades e ternas lembranças do jovem: imagens, palavras, jeito de falar, ocupam-na ao longo da viagem de volta.

Bem recebida pelos pais e irmãos, não escuta nem uma palavra sobre os fatos. Acorda cedo na manhã seguinte, folheia o caderno com a história da família, que, ao contrário do habitual, encontra aberto sobre a escrivaninha. Medita sobre as palavras do pai na carta..." como elos numa corrente..."

Retomemos um trecho desta carta, documento significativo, exemplar mesmo de uma ordem social não individualista:

"Nós, minha filha, não nascemos para aquilo que, com olhos imprevidentes, consideramos como a nossa pequena felicidade pessoal, pois não somos indivíduos livres e independentes, que vivem por si sós, mas sim elos de uma corrente. Não se poderia imaginar a nossa existência, tal como ela é, sem a lição daqueles que nos precederam. Foram eles que nos indicaram o rumo a seguir, da mesma forma por que eles mesmos tiveram de obedecer por sua vez, rigorosamente, sem olhar à direita nem à esquerda, a uma tradição venerável e respeitada. Parece-me que o seu caminho, há longas semanas, se estende diante de você, clara e visivelmente traçado. Não poderia ser minha filha, nem a neta do seu saudoso avô, nem sequer um membro digno de nossa família, se, obcecada pela teimosia e pela leviandade, tencionasse realmente seguir o seu próprio rumo desregrado."⁸

Tony folheia o livro em direção contrária, até a folha onde se encontra, registrada com diferentes caligrafias, toda a genealogia da família, desde o casamento do primeiro antepassado até o enlace de seu próprio pai, seu nome e o dos irmãos:

"Atrás do nome do filho mais velho já estava anotado que, na Páscoa de 1842, entrara como aprendiz na firma paterna. Durante muito tempo Tony olhou o seu próprio nome e o espaço livre que havia atrás dele. E então, subitamente, de um golpe " apanhou a caneta... e escreveu: Em 22 de setembro de 1845, ela contratou casamento com o Sr. Bendix Grunlich, comerciante de Hamburgo."⁹

Deixemos aqui a história. Não acompanharemos as negociações que se seguiram entre o pai e o pretendente em tomo do dote de setenta ou oitenta mil marcos... nem o triste destino de Tony... e da família Buddenbrook...

Deixemos de lado também o entrelaçamento entre a família e a firma, e suas consequências, característico de uma época ou de um modo capitalista já superado pelas sociedades anônimas...

Nos interessa aqui marcar este conflito experimentado por Tony entre suas inclinações pessoais e suas obrigações familiares, o seu pertencimento a uma cadeia da qual ela é apenas um elo, cadeia ou rede de relações que lhe dava identidade e prescrevia ações. O conflito é mais pleno de nuances do que é possível sugerir num resumo, ainda que extenso, como o que foi apresentado aqui. Não se reduz a sentimentos de um lado e obrigações de outro. Tony sente sua importância ligada à família, ao nome, aos cumprimentos que recebe pela cidade, na consideração com que é tratada. Ela pertence, de corpo e alma, àquela família. Ela é um elo na cadeia.

A ruptura dessa cadeia é que justamente caracteriza o que conhecemos hoje por individualismo. Iremos precisar este conceito ao longo do trabalho, mas tomemos aqui essa sua imagem como definição provisória: quando, acima das tradições veneráveis, das ligações com os ancestrais, do pertencimento a um grupo, se levanta a unicidade do indivíduo e esta é colocada em primeiro lugar na ordem de considerações a ser levada em conta; quando o que conta é "o seu próprio rumo" em detrimento do rumo dos antepassados e não são estes mais que indicam o rumo a ser seguido; quando não se trata mais de "obedecer rigorosamente uma tradição venerável e experimentada"; quando o indivíduo passa a olhar não só à esquerda

e à direita, mas procura por todos os lados; quando o caminho não está mais "clara e visivelmente traçado" e cada um tem de encontrar por si só seu próprio caminho - que o cônsul, coerentemente chama de "desregrado": não há realmente mais uma regra definida a priori; quando isso deixa de ser "obsessão", "leviandade" ou "teimosia" e aquela "pequena felicidade pessoal", diferentemente do que pensava o cônsul, deixa de ser algo para o que não nascemos e passa a ser, pelo contrário, algo muito importante, talvez mesmo o valor primeiro que dá sentido e em torno do qual se organiza a vida; então se trata de uma nova configuração social, uma nova ordem, um novo sistema de valores, indicada pelo conceito do individualismo, proposto por Louis Dumont¹⁰.

Nessa primeira imagem-definição salta aos olhos o seu caráter de oposição e de ruptura com uma tradição. Algo novo em oposição . a algo antigo.

Num primeiro momento podemos nos aproximar da idéia de modernidade através dessa polarização. Moderno seria tudo aquilo que se opõe a algo mais antigo: uso comum do termo, designando como moderno o presente, o atual, em oposição ao passado - nesse sentido, cada época tem sua própria modernidade, ou melhor, é sempre moderna em relação a seu passado, e o termo se torna, como adjetivo, sinônimo de contemporâneo. Também é moderno não só aquilo que é novo em oposição a algo antigo, como também aquilo que rompe com uma tradição - acentuando-se aqui o caráter de ruptura, e não apenas o de diferenciação -, rompe com algo consagrado pelo tempo, pelos costumes, pela repetição. No limite deste uso do termo, mas passando de adjetivo a substantivo e designando uma diferença e uma ruptura específicas, encontramos a já "clássica" definição de Baudelaire - o primeiro poeta propriamente "moderno"! - caracterizando a modernidade pela valorização do efêmero, do fugaz, do transitório, em detrimento do eterno, do permanente¹¹. Definição localizada, caracterizando uma sociedade e uma época específicas, tentando dar conta de sua singularidade, ou ao menos da singularidade de seus valores artísticos. Diz respeito às formações sociais que Max Weber vai designar como as "sociedades ocidentais capitalistas modernas".

Em Weber encontramos uma definição mais abrangente, por um viés mais sócio-histórico do que artístico: por modernidade ele entende, conforme a síntese de Rouanet, "o produto do processo de racionalização que ocorreu no ocidente desde o final do século

XVIII", incluindo: 1. a organização capitalista moderna da produção, com destaque para sua divisão do trabalho e cálculo racional de custos e benefícios; 2. a constituição do Estado Moderno; 3. a distinção de esferas axiológicas autônomas na esfera da cultura no processo de racionalização das visões de mundo: a ciência, a moral, a religião¹². Todas essas linhas participam, como veremos, da configuração do individualismo.

Georg Simmel, por outro ângulo, vai considerar como definindo a modernidade a conjunção de dois processos que ele localiza nos séculos XVIII e XIX: a urbanização - a concentração da vida nas grandes cidades - e a individualização - entendida como sendo, por um lado, a libertação do indivíduo de seus vínculos feudais, agrários e corporativos e, por outro, o livre desenvolvimento de suas potencialidades¹³.

Podemos dizer que todas aquelas dimensões apontadas por Weber confluem para um território - a grande cidade - e para um modo específico de experimentá-las - como indivíduos.

Mais recentemente, Marshall Berman propõe uma definição de modernidade situada ao nível da experiência que dela fazem os sujeitos, entendendo-a como sendo essa experiência em curso desde o século XVI, experiência que se estende por todo o planeta a partir do núcleo original na Europa Ocidental e diz respeito a todas aquelas dimensões já citadas. Em suas palavras:

"Existe um tipo de experiência vital- experiência de tempo e de espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida - que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei es e conjunto de experiências como "modernidade". Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma união paradoxal, uma unidade da desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como diz Marx, tudo que é sólido desmancha no ar."¹⁴

O modo fundamental como fazemos esta experiência é como

indivíduos, e isto é um traço característico, distintivo, deste mundo ocidental que experimentamos como moderno, onde podemos ser "modernos".

O que significa isto? O que significa dizer que experimentamos a modernidade como indivíduos? Isto não é óbvio? Não se vive, não se tem experiências, não se experimenta o mundo sempre como indivíduos? Não.

Imersos como estamos nessa cultura individualista, onde fomos socializados, onde cunhamos nossa identidade e onde encontramos permanente reafirmação prática cotidiana de nossos valores, nos é difícil perceber que esta "categoria do espírito humano", para usar uma expressão de Marcel Mauss¹⁵, o "indivíduo", não é inata e sim uma categoria construída histórica e socialmente; e mais, é um valor.

Para compreendermos a singularidade, a originalidade, o caráter Único de nosso modo de experimentarmos o mundo, e aceitar aquele não como resposta, temos de distinguir "dois sentidos da palavra indivíduo", tal como formulado por Dumont em suas pesquisas sobre a Índia¹⁶, com base teórica em Mauss e, mais longinquamente, em Comte:

1. "o sujeito empírico da palavra, do pensamento, da vontade, amostra indivisível da espécie humana, tal como o observador encontra em todas as sociedades";

2. "o sujeito moral, independente, autônomo, e assim (essencialmente), não social, tal como se encontra, sobretudo, em nossa ideologia moderna do homem e da sociedade"¹⁷.

É a constituição deste ser moral independente, autônomo, e, sobretudo, sua valorização acima de tudo, que constitui, ainda segundo Dumont, a ideologia das sociedades ocidentais modernas, o seu individualismo.

Sua natureza se torna clara em contraste com o holismo: neste a totalidade social é valorizada e o indivíduo humano é negligenciado ou subordinado. A ideologia individualista valoriza o indivíduo, o tem na conta de ser autônomo, e negligencia ou subordina a totalidade social. No pequeno trecho da história dos Buddenbrook com que abrimos este trabalho fica clara a ideologia holista: a família Buddenbrook - a totalidade social, no caso - é mais importante do que Tony - a parte - que é subordinada àquela, tem seu destino traçado por ela e não por suas razões individuais. Tony existe enquanto indivíduo empírico da espécie humana mas não tem autonomia, não tem independência para tomar seu próprio rumo.

o indivíduo é valor subordinado. O todo - a família, a firma, a sociedade - é o valor principal.

Castro e Araújo mostram, em belíssimo estudo¹⁸, como o nascimento dessa autonomia do sujeito quanto a seus próprios sentimentos, a sua valorização em detrimento do todo social, ainda era incipiente no momento em que Shakespeare escreve Romeu e Julieta - mito exemplar da contradição emergente entre o valor do indivíduo e o valor do todo (a totalidade social, expressa aqui pelo grupo social familiar). Tão incipiente que os dois encontram a morte ao final: não há lugar, ainda, para suas individualidades se sobreporem às famílias. No entanto, a presença do Príncipe ao final da história, impondo paz às famílias beligerantes, já anuncia a emergência dessa nova ordem no plano político: substituindo o poder das famílias surge o Estado Moderno, constituído, ao menos em tese, pela participação direta de indivíduos. Ou, como dirão os contratualistas dos séculos XVII e XVIII (Hobbes, Locke, Rousseau), por contrato entre "indivíduos" - para eles já a condição natural do homem, ou condição do homem no estado de natureza¹⁹.

Enquanto categoria do espírito humano, enquanto "valor", o indivíduo no sentido moral acima definido possui atributos e implicações, envolve condições. É isto que permite a Dumont afirmar o individualismo como ideologia distintiva das sociedades modernas: trata-se de uma 'configuração' de valores. Podemos resumir assim os traços principais que definem este 'indivíduo', ignorando os tempos históricos distintos em que se consolidaram cada um deles, procurando esboçar os contornos básicos dessa figura 20:

1. O primeiro traço diz respeito à liberdade. Está, a princípio, livre de vínculos obrigatórios, inclusive em relação à própria coletividade na qual vive. Isto implica em direito de escolha, liberdade de ação e de participação.

2. Igualdade. é considerado igual a todos os outros "humanos", independente de sua origem. Trata-se de uma igualdade ontológica e legal, implicando direitos inalienáveis, públicos, reconhecidos por todos.

3. Consciência individual acentuada. Razão própria, ou seja, desenvolve conhecimento e julgamento do mundo próprios. Emoções e sentimentos também próprios, singulares, únicos. Constitui uma subjetividade particular digna de atenção.

4. É considerado a unidade básica da sociedade, da qual participa

diretamente, sem mediações, com direito, ao menos teoricamente, de influenciar decisivamente em sua forma.

Em síntese, constitui uma subjetividade autônoma, que se identifica com os contornos do sujeito empírico da espécie, obrigada, por um lado, a definir por si mesma suas ações, seus próprios valores e seu sentido para o mundo; e, por outro, exigindo ser considerada em seus direitos e em sua singularidade quase absoluta.

Isto significa que o mundo humano não é mais uma totalidade de sentido em que cada membro da espécie encontra seu lugar já definido a priori. Cada um agora tem autonomia para se estabelecer onde puder, onde quiser e onde conseguir, atentando apenas aos ditames da própria razão, seguindo seus próprios sentimentos. Direitos e deveres surgem desse novo centro, o indivíduo, e não mais de uma ordem transcendental, sagrada, absoluta. A ordem transcendental, religiosa, cede lugar a uma ordem profana, natural, que o homem busca conhecer e dominar através da razão.

Se este processo pode ser, como vimos, caracterizado pela racionalização, encontramos como um de seus marcos o Discurso do Método de Descartes, de 1637, que estabelece os fundamentos de uma razão autônoma capaz de encontrar a ordem do universo por si mesma. Mas numa contemporaneidade pouco lembrada, para a qual nos chama a atenção Milan Kundera²¹, Cervantes escreveu e publicou o Dom Quixote em 1605/1615, iniciando a tradição do romance ocidental. Inaugurou com isto, ainda segundo Kundera, um outro projeto de investigação do mundo, um olhar lançado para o lado escuro da vida, aquele que não é iluminado pelo sol da razão "científica", o outro lado das "idéias claras e distintas" de Descartes, que, como é bem conhecido, exigia o afastamento das paixões, a serenidade da alma ... a velhice ...

Assim, o romance registra a experiência humana neste mundo que perde a referência totalizadora de sentido dada pela leitura religiosa do mundo, experiência que não é abarcada pela Razão que se desenvolve como filosofia e ciência a partir de então. Como nos diz Kundera com beleza e precisão insuperáveis:

"Quando Deus deixava lentamente o lugar de onde tinha dirigido o universo e sua ordem de valores, separado o bem do mal e dado um sentido a cada coisa, Dom Quixote saiu de sua casa e não teve mais condições de reconhecer o mundo. Este, na ausência do juiz supremo, surgiu subitamente numa terrível ambigüidade; a única Verdade divina se decompôs em centenas de

verdades relativas que os homens dividiram entre si. Assim, o mundo dos Tempos Modernos nasceu, e, com ele, o romance, sua imagem e modelo"²².

Vejamos algumas características desta forma literária que a tomam imagem e modelo dos "tempos modernos", nos detendo naquelas que dizem respeito ao individualismo e nos apontam perspectivas para a compreensão das formações da subjetividade próprias destes tempos.

Primeiro, o romance "procura retratar todo tipo de experiência humana" e apresenta a "vida cotidiana de pessoas comuns"²³. Ao contrário das formas literárias mais tradicionais, como a epopéia e a poesia lírica, não se atém a ideais nem a heróis que, por natureza, são especiais - trata do que Baudelaire denominou "heroísmo da vida moderna"²⁴, aquele do homem comum. Não trata de tipos genéricos, mas de pessoas específicas em circunstâncias específicas, localizadas no tempo e no espaço. Desenha sua "vida através do tempo"²⁵ num cenário descrito de forma "realista", pretendendo com isto uma certa autenticidade.

O sucesso desse tipo de empreendimento depende, como aponta o mesmo Watt²⁶, de "duas importantes condições gerais", próprias de "uma sociedade caracterizada por aquele vasto complexo de fatores independentes que se denomina individualismo":

1. "a sociedade deve valorizar muito cada indivíduo para considera-lo digno de sua literatura séria";
2. "deve haver entre as pessoas comuns suficiente variedade de convicções e ações para que seu relato minucioso interesse a outras pessoas comuns, aos leitores de romances".

Esta variedade de convicções e ações, esta heterogeneidade de experiências do mundo é própria das metrópoles e propiciada principalmente pela moderna divisão de trabalho capitalista, pela especialização exigida de cada indivíduo para sua sobrevivência, tanto material quanto espiritual.

"Para encontrar uma fonte de renda que ainda não esteja exaurida e para encontrar uma função em que não possa ser prontamente substituído, é necessário especializar-se em seus serviços. Esse processo promove a diferenciação, o refinamento e o enriquecimento das necessidades do público, o que obviamente deve conduzir ao crescimento das diferenças pessoais no interior desse público".²⁷

Daí decorre, segundo Simmel, junto com outras características da vida metropolitana, a "individualização de traços mentais e psíquicos que a cidade ocasiona". Simmel aponta ainda, como um dos principais paradoxos ou dilemas que se impõem à experiência que os sujeitos fazem deste que, para ele e seus contemporâneos, ainda era um novo mundo, a distância crescente entre o que ele chama de "espírito objetivo" - todas as realizações culturais materializadas, por exemplo, no saber acumulado nas bibliotecas - e o "espírito subjetivo" - o do sujeito concreto, individualizado, que já não assimila ou sequer acompanha todo o saber acumulado pela humanidade. Processo que só teve sua velocidade acelerada até os dias de hoje, com inúmeras consequências para a organização dessa subjetividade²⁸.

A este ainda se somam os paradoxos de que, por um lado, o aperfeiçoamento unilateral reclamado pela divisão do trabalho significa com freqüência a morte para o resto da personalidade e, por outro, à extrema valorização do indivíduo sob certos aspectos corresponde uma perda concreta de seu "peso" no direcionamento da vida coletiva ou, em outros termos, uma desimportância crescente do indivíduo, mais na vida prática concreta do que em sua consciência.

Uma outra maneira fecunda de compreendermos a especificidade da subjetividade própria desse mundo moderno, caracterizado, como vimos, como um mundo contingente abandonado por qualquer garantia de ordem transcendental, nos é oferecido pela noção de "herói problemático", com que Lukács distingue o romance da epopéia²⁹.

Na epopéia o herói enfrenta o mundo que, exterior a ele, lhe coloca obstáculos a serem ultrapassados e desafios a serem vencidos por sua ação. O herói age no mundo, num mundo que tem sentido e dá sentido à sua ação. O mundo e os fins de sua ação lhe são evidentes de imediato. Além disso, esse herói encarna toda a comunidade a que pertence, compartilhando com ela o significado do mundo e de sua ação nele³⁰.

O mundo do romance é outro. Entre a "alma", a subjetividade, e sua ação no mundo abriu-se um abismo. Os obstáculos a serem vencidos ou dobrados pelo herói não são mais apenas exteriores, o mundo não é um obstáculo objetivo a ser enfrentado com todas as forças da alma, o herói não enfrenta apenas o mundo lá fora. Instalou-

se "uma inadequação entre a alma e a obra, entre a interioridade e . a aventura". Isso porque, como vimos com outros termos em Kundera, "nenhum esforço humano se insere já numa ordem transcendental". O mundo deixou de ser uma totalidade significativa. O indivíduo deixou de ter o seu lugar assegurado ou assentado de princípio e suas ações deixaram de ser idênticas à sua alma. Esta oscila à beira de um abismo - sua própria interioridade - interrogando o mundo e a si mesma como problemas, como significações a serem procuradas, não dadas em lugar algum a priori. Eis o herói problemático. Num mundo sem Deus, sem ordem transcendente, nada é necessário, tudo se torna contingente, aberto a múltiplas possibilidades³¹.

O romance vai se constituir então numa investigação destas 'possibilidades de sentido' abertas, criando para a subjetividade sistemas de referência com base em situações concretas, explorando as reações possíveis de diferentes personagens em cada situação. Trabalhará principalmente com desdobramentos de personagens e situações no tempo, constituindo, em sua organicidade de obra, uma totalidade de sentido - ainda que relativa, enraizada no singular. Construção biográfica dotada de sentido, acena com isso para indivíduos que, em sua vida real, se vêem sem garantia de um fio condutor que a organize, permanentemente ameaçados em sua contingência - sua e do mundo.

Também aqui abrem-se questões que ainda constituem dilemas e desafios desta modernidade. Uma delas diz respeito àquela dimensão da consciência individual acentuada. Obrigado a encontrar o sentido do mundo a partir de sua própria experiência dele, o indivíduo voltou-se para a elaboração cada vez mais refinada de sua própria subjetividade, aprisionando-se cada vez mais em sua própria particularidade, exaltando a liberdade como liberdade para cultivar seus interesses particulares. Chegou-se, ao fim de um longo processo, no qual combinaram-se muitas outras linhas de força, à dissolução do sentido do público, como apontam, por exemplo, os trabalhos de Sennett e Lash³².

Se num primeiro momento da modernidade se constituiu um certo equilíbrio entre as esferas pública e privada, ainda que com um sentido totalmente diferente do original na Grécia clássica³³, este acabou esfumando-se na exacerbação crescente da importância da esfera privada.

Este fenômeno de várias faces e consequências é mais evidente

no cada vez menor investimentos dos sujeitos na política. Este processo tem outras linhas de força que não podem ser esquecidas - como, por exemplo, a indústria cultural - mas não pode ser pensado e resolvido no paradigma já clássico da alienação e suas conseqüentes conclamações a uma maior conscientização. Essa subjetividade individualizada, esse valor, o indivíduo, é uma realidade irrevogável, ao menos como significação imaginária social³⁴, e tem de ser levada em conta, em sua totalidade ambígua, na construção de novas formas de convivência política.

Paradoxalmente, a dissolução desse espaço público traz consigo também a dissolução de amplas possibilidades para o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo, já que ele perde o lugar próprio da convivência com seus iguais - diferentes, a possibilidade de troca e relativização que a heterogeneidade propicia. Este espaço desaparece tanto no espaço "abstrato" da convivência política propriamente dita, quanto no espaço "concreto" da convivência urbana, onde as ruas e os bulevares que a propiciavam são substituídos por viadutos e vias expressas³⁵. O recolhimento à subjetividade se materializa no recolhimento à interioridade das casas e até mesmo na distribuição do espaço interno delas, como indica Habermas³⁶. A subjetividade se individualiza, o indivíduo se isola.

Correlata dessa situação de isolamento é a condição básica do próprio leitor de romances. Diferente da poesia que pode, e até pede às vezes para ser lida em voz alta - podendo portanto, neste ato, ser compartilhada com outros - o romance exige recolhimento, solidão e silêncio para ser lido e degustado. Experiência singular, "só possível com a invenção da imprensa". Sinal inequívoco de sua modernidade, de sua contemporaneidade com a era da "reprodutibilidade técnica", para usar a bem conhecida expressão de Benjamin³⁷. Uma era de relação entre os homens mediada pela relação entre as coisas.

De uma outra era é a tradição oral - "da qual o romance não deriva e para a qual não entra" -, de uma outra era é o narrador, o contador de histórias, com o qual Walter Benjamin nos permite precisar mais algumas das características desta 'configuração' que procuramos mapear. Para Benjamin³⁸ a arte de narrar está associada a um processo de assimilação da história - ela é memorizada, podendo então ser recontada depois - que exige, por um lado, uma falta de explicação, uma concisão na transmissão; por outro, uma descontração, um esquecimento de si em tarefas como fiar ou tecer

enquanto se escuta, tarefas desaparecidas desse nosso mundo moderno. Tarefas artesanais como a própria narrativa:

"A narrativa, da maneira como prospera longamente no círculo do trabalho artesanal-agrícola, marítimo, e depois urbano - é ela própria algo parecido a uma forma artesanal de comunicação. Não pretende transmitir o puro 'em si' da coisa, como uma informação ou um relatório. Mergulha a coisa na vida de quem relata, a fim de extraí-la outra vez dela. E assim adere à narrativa. a marca de quem narra, como à tigela de barro a marca das mãos do oleiro. A tendência dos narradores é começarem sua história com uma apresentação das circunstâncias em que eles mesmos tomaram conhecimento daquilo que se segue, quando não as dão pura e simplesmente como experiência pessoal".³⁹

Mergulhada na experiência, a narrativa faz os ouvintes compartilharem dessa experiência do narrador e é ao mesmo tempo uma experiência compartilhada em ato, no ato mesmo de narrar e escutar. Uma forma de sociabilidade em extinção, o desaparecimento de uma faculdade que parecia inalienável: a de trocar experiências. Um "emudecimento". Dele participa o romance, substituindo a tradicional "moral da história" da narrativa pela interrogação do "sentido da vida", nos aponta ainda Benjamin. Uma forma literária que só poderia ter lugar numa sociedade individualista:

"O local de nascimento do romance é o indivíduo em sua solidão, que já não consegue exprimir-se exemplarmente sobre seus interesses fundamentais, pois ele mesmo está desorientado e não sabe mais aconselhar"⁴⁰.

Eis a Era Moderna... Um tempo de desorientação de e para quem vive, um tempo em que as referências estão em permanente transformação, ou em que a Única referência é justamente essa transformação permanente, em que a vida não é garantida ou orientada por nenhuma ordem transcendental. O indivíduo neste mundo está só, isolado e desorientado, sem lugar definido, buscando o sentido desse mundo e de si mesmo nele, balbuciando atrás de sua própria expressão. Personagem, autor e leitor de romance, e o próprio romance, são expressão dessa condição do mundo moderno"⁴¹.

GENTIL, H.S. "Individualismo e modernidade"
Psicologia & Sociedade; 8(1): 83-101; jan./jun.1996

Hélio Saltes Gentil é psicólogo e mestre em Sociologia da Cultura pela UFMG; ex-professor da FCH-FUMEC em Belo Horizonte, da Universidade Federal de Uberlândia e da FUNREI(IFES) em São João del Rei, é atualmente assessor da Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas - optante da UEMG em Varginha para criação de seu Centro de Pesquisa e Extensão.
Endereço: Caixa Postal 64, Varginha/MG. CEP 37002-970

ABSTRACT: (Individualism and modernity) Inside the problematic of the relationship between "social formations" and "formations of subjectivity", this work inquires into the category "individual" as a typical formation of modern western societies. Moreover, it presents how the typical literary form of these same societies - the novel - is also articulated with the category "individual", offers the possibility of taking the novel as a special way to reach the questions specific of this kind of subjectiveness.

KEY WORDS: social psychology, identity, modernity, individualism, individual, novel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no seminário "Dilemas e Perspectivas da Modernidade" promovido pelo DECIS-FUNREI, em São João del Rei, em novembro de 1990. Agradeço ao Prof. Ivan Vellasco, bem como a todos aqueles que participaram do evento, pelo convite, pela acolhida generosa e pela oportunidade de expor e debater algumas das idéias aqui contidas, permitindo-me precisá-las e mesmo refazer algumas das perspectivas iniciais.

² Como, por exemplo, coloca Ciampa sobre a questão da identidade: "O problema consiste em que não é possível dissociar o estudo da identidade do indivíduo do da sociedade. As possibilidades de diferentes configurações de identidade estão relacionadas com as diferentes configurações da ordem social." Ciampa, A.C. "Identidade", in Lane e Codo (orgs.), *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.72.

³ Hamilton, N. *Os Irmãos Mann*. Trad. Raimundo Araújo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.85-121.

⁴ Por exemplo: Karl, F.S. *O Moderno e o Modernismo*. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1988; Bradbury, M. e McFarlane, J. *Modernismo: Guia Geral 1890/ 1930*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁵ Lefebvre, H. *Introdução à Modernidade: Prelúdios*. Trad. J.C. de Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.04.

⁶ Nos servimos aqui da tradução brasileira de Herbert Caro, publicada pela editora

Nova Fronteira (2ªed., Rio de Janeiro, 1981).

⁷ Mann, Thomas Os Buddenbrook. 2ªed. Trad. Herbert Karo. Rio de Janeiro, 1981, p.104.

⁸ Mann, op.cit., p.144.

⁹ Idem, ibidem, p.150.

¹⁰ Cf. síntese em Dumont, L. O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

¹¹ Cf. os ensaios reunidos por Teixeira Coelho em Baudelaire, C. A Modernidade de Baudelaire. Trad. Suely Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; principalmente o ensaio "O pintor da vida moderna", p.159-212.

¹² Rouanet, S.P. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.231-2.

¹³ Simmel, G. "A Metrópole e a Vida Mental". Trad. Sérgio Marques dos Reis. In Velho, O.G.(org.) O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p.11-25.

¹⁴ Berman, M. Tudo que é sólido desmancha no ar. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p.15.

¹⁵ Cf. o ensaio de Marcel Mauss, "Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do "eu" em Mauss, M. Sociologia e Antropologia. Trad. Lamberto Puccinelli. São Paulo: EPU, 1974, vol. 1, p.207-241.

¹⁶ Dumont, L. Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações. Trad. Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo: Edusp, 1992. Sobre o individualismo, cf. particularmente a "Introdução", p.49-66.

¹⁷ Dumont, L. O Individualismo, op.cit., p.29.

¹⁸ Castro, E.B.V. e Araújo, R.B. "Romeu e Julieta e o nascimento do Estado" in Velho, G.(org.) Arte e Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p.130-169.

¹⁹ Que esta condição de indivíduo autônomo é sustentada pela sociedade e, mais ainda, por uma dada formação social específica, é demonstrada, por exemplo, pela análise que Hymer faz da figura paradigmática de Robson Crusoe, incluída na coletânea organizada por Canevacci, M. Dialética do Indivíduo. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.134-149. O fato de que este desenvolvimento do individualismo nas formações ocidentais modernas admite variações, incluindo combinações com a ordem tradicional que, ao menos em princípio, abole, é muito bem marcado pelo estudo que Roberto da Matta faz do Brasil considerando a distinção entre "indivíduo" e "pessoa". Cf. Da Matta; R. Carnavais, Malandros e Heróis. 3ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.13; 9-193. Também pode ser consultada com proveito a coletânea de ensaios de Velho, G. individualismo e Cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

²⁰ Rearranjamos aqui o quadro que Da Matta (op.cit., p.175) propõe como resumo das características das noções de indivíduo e pessoa, retomando algumas indicações das pesquisas de Louis Dumont e destacando o que interessa à questão da formação da subjetividade.

²¹ Em belo ensaio intitulado "A herança depreciada de Cervantes", incluído em Kundera, M. A Arte do Romance. Trad. Teresa Bulhões C. da Fonseca e Vera Mourão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p.9-23.

²² Kundera, op.cit., p.12.

²³ Watt, I. A Ascensão do romance. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.13 e p.55.

²⁴ Baudelaire, op.cit., p.23-27.

²⁵ Expressão de E.M.Forster em seu clássico Aspectos do Romance (trad.bras.: ed.Globo, Porto Alegre, 1972) retomada por Watt (op. cit., p.22). A questão do tempo é central nesta forma literária, sua matéria-prima básica num certo sentido.

²⁶ Watt, op.cit., p.55.

- ²⁷ Simmel, op.cit., p.22.
- ²⁸ Conforme apontamos em Gentil, H.S. "Racionalidade e Condição Humana no Mundo Moderno", trabalho apresentado na VIIª SEDIP, FUNREI, São João del Rei, dezembro de 1993.
- ²⁹ Lukács, G. Teoria do Romance. Trad. Alfredo Margarido. Lisboa, Presença, s.d.
- ³⁰ Cf. Lukács, op.cit. p.28, para uma definição sintética da "idade da epopéia" e p.73 ss. para esta relação do herói com sua comunidade.
- ³¹ "Mundo contingente e indivíduo problemático são realidades que se condicionam uma à outra." Lukács, op.cit., p.87; cf. desenvolvimento nas páginas seguintes.
- ³² Sennett, R. O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade. Trad. Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Lasch, C. A Cultura do Narcisismo. Trad. Ernani P. Moura. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- ³³ Cf. sobre esta diferença os trabalhos de Hannah Arendt, Entre o passado e o futuro (Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. 2ªed. São Paulo: Perspectiva, 1979) e A Condição Humana. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981).
- ³⁴ Conceito fundamental de Castoriadis, C. A Instituição Imaginária da Sociedade. Trad. Guy Reynard. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Uma discussão sobre seu sentido, relevância e possibilidades de uso se encontra em Gentil, H.S. Figuras do Imaginário num Romance Contemporâneo. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Cultura. Belo Horizonte, UFMG, 1988. E também, de forma mais sintética, em Gentil, H.S. "Projetos e utopias da sociedade brasileira através do romance", apresentado no VIº Encontro Nacional de Psicologia Social, ABRAPSO/UERJ, Rio de Janeiro, maio de 1991.
- ³⁵ Como o mostra, por exemplo, a sensível leitura que Berman faz das transformações do bairro do Bronx de Nova Iorque (Berman, op.cit., p.274-296). Discutimos seus desdobramentos em "Olhares: do pedestre ao automóvel", incluído em Gentil, H.S. Figuras do Imaginário num Romance Contemporâneo, op. cit., p.123-128. Outras perspectivas podem ser encontradas em Gentil, H.S. "A Experiência Urbana: apontamentos para a compreensão da vida nas cidades", trabalho apresentado no IIIº Encontro Mineiro de Psicologia Social, Belo Horizonte, UFMG, 1987.
- ³⁶ Habermas, J. Mudança Estrutural da Esfera Pública. Trad. Flávio Khoté. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p.60-68.
- ³⁷ No ensaio "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica" in Benjamin, W. Obras Escolhidas I. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.165-196.
- ³⁸ No ensaio "O Narrador - observações sobre a obra de Nikolai Leskow" In Benjamin et al. Textos Escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p.57-74. (col. Os Pensadores)
- ³⁹ Benjamin, op.cit., p.62-63.
- ⁴⁰ Benjamin, op.cit., p.60.
- ⁴¹ Por isso o romance pode ser tomado como via de acesso privilegiada para a compreensão da subjetividade neste mundo moderno. A questão que se coloca é a de como abordá-lo para que isto seja possível. Desenvolvemos uma proposta em Gentil, H.S. "O romance como expressão da modernidade: um campo de estudos para as ciências humanas". Trabalho apresentado na VIª SEDIP em novembro de 1992 e no Iº Encontro Mineiro de Ciências Humanas, Letras e Artes das Universidades Federais de MG, São João del Rei, maio de 1993.

PARADIGMAS, CORRIENTES Y TENDENCIAS DE LA PSICOLOGIA SOCIAL FINISECULAR

Marítza Montero

RESUMO: São examinadas as tendências de mudança de paradigma na psicologia social contemporânea, em direção a uma perspectiva que concebe o objeto de estudo da disciplina como uma construção coletiva, histórica e transitória, e questiona a objetividade científica como ideal utópico, visto que o pesquisador participa da construção social da realidade. Esta nova perspectiva coexiste com os demais modelos científicos (positivista, pós-positivista, teoria crítica e construcionista), e encontra expressão em um paradigma denominado de construção e transformação crítica. Este paradigma, que surgiu primeiramente na América Latina, inclui as correntes da psicologia da libertação, do fortalecimento e do iluminismo, e pretende colocar a psicologia social a serviço das transformações sociais demandadas pelas maiorias oprimidas, incorporando o conhecimento popular e os sujeitos de pesquisa como protagonistas ativos no processo de construção do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: psicologia social, paradigmas da psicologia social, tendências da psicologia social, teorias da psicologia social.

Se suele decir que al estar dentro del bosque, quien se aventuró, o perdió en él, no puede ver ese bosque como totalidad; no alcanza a aprehender su magnitud. Sólo ve árboles. Y sólo sabe que se halla en media de él, incapaz de conocer sus dimensiones y características. Por ello, las mejores descripciones suelen darselas quienes lo ven desde fuera. Y a la vez, esas descripciones carecen de las vivencias que da el contacto estrecho y continuo con un objeto de conocimiento. La perspectiva externa pierde capacidad de detallar y profundizar y la visión interna tiende a pecar de reduccionista. En tal situación se halla quien quiera describir el "estado actual" de una disciplina y tal es mi caso en relación con la psicología social.

Mi propia pertenencia al bosque de la psicología social, mi condición de psicóloga comprometida con determinadas posiciones teóricas, me convierten en sujeto sospechosa de parcialidad, de sesgo, de intención. Pero... , y esto es ya quizás un comienzo, una de las corrientes actuales del pensamiento social, cuya influencia se hace sentir en nuestra disciplina, considera que la inclinación, la intención, la tendencia, en tanto que temas humanos, están siempre presentes en el discurso. Asumo pues, lo inevitable y emprendo la tarea de intentar una descripción de las corrientes y tendencias actuales de la psicología social, consciente de que omisiones o distorsiones pueden ser hitos de la misma.

La psicología social, al igual que otras disciplinas de lo colectivo, vive momentos de profundos cambios. Tampoco escapan a esta situación las ciencias naturales, como ya lo han demostrado Prigogine y Stengers¹, así como muchos otros investigadores de uno u otro campo². Esto se debe a que el paradigma positivista, dominante hasta hace una década, parece haber agotado ya sus explicaciones y comienza a ser sustituido por un nuevo modelo de hacer ciencia.

Se habla así de un paradigma relativista cuántico caracterizado por la ruptura de la relación temporal entre causa y efecto; por el rechazo al determinismo a partir del principio de incertidumbre; por la concepción monista según la cual mundo exterior, cerebro y sujeto cognoscente no se hallan separados; por la concepción dinámica de la naturaleza y por el reconocimiento de la intervención del investigador sobre el fenómeno estudiado.

La psicología social comienza a evidenciar los síntomas del cambio a fines de la década pasada. Pero si bien los lineamientos que van a ser propugnados, tienen raíces que a veces pueden rastrearse hasta los orígenes mismos de la disciplina, su reconocimiento no ya como una forma vergonzante de hacer psicología, o como un movimiento rebelde, marginal y peligroso; sino como una vía legítima e igualmente científica sólo comienzan a hacerse públicos a mediados de los 80, haciendo eclosión en varias publicaciones simultáneas, tanto de habla hispana cuanto inglesa y francesa, y en dos continentes. Las obras de Lincoln y Guba³ en los EE.UU.; las obras de Parker y de Parker y Shotter⁴ en Inglaterra; la de Ibáñez⁵ en España y, entrando los 90, la de Martínez⁶ en Venezuela, así como nuestra propia contribución, iniciada en 1987 y recientemente publicada⁷, presentan los lineamientos de un nuevo paradigma.

Montero, M. "Paradigmas, comentes y tendencias de la psicología social finisecular"
Psicología & Sociedade; 8(1): 102-119; jan./jun.1996

Tal paradigma puede resumirse brevemente en los siguiente puntos:

1. Carácter histórico de los fenómenos psicosociales, los cuales pertenecen a un contexto temporal, cultural, espacial. Carácter relativo de la verdad.

2. Búsqueda del conocimiento, que no de la verdad, como objetivo de la ciencia. El conocimiento también es histórico y por ende, igualmente transitorio, perfectible y destinado a ser superado, enmendado, transformado y aun desechado y olvidado, en la medida en que deje de responder a las exigencias sociales.

3. La realidad es una construcción colectiva cotidiana, de carácter dialéctico, en la cual individuos y sociedad se transforman mutuamente en el curso de su inevitable interacción.

4. Los seres humanos son los actores fundamentales de ese proceso de construcción, tanto social como personal. Esas construcciones se expresan como elaboraciones de carácter simbólico y se transmiten mediante el lenguaje, en las redes que crean la intersubjetividad. Consecuencia de esto es el carácter activo y productor de conocimiento de los "sujetos" de la investigación, así como su derecho a intervenir en ello, a demandar el conocimiento de sus resultados. Se plantea entonces una relación dialéctica y horizontal, entre investigadores e investigados.

5. No existe "objetividad" en la ciencia. Ese ideal positivista ha probado ser una utopía. En la ciencia, en general, la presencia del/ la investigador/a, su selección del problema, su elección de sujetos, su determinación de las condiciones de observación y recolección de datos, así como de intervención, influyen en la construcción del objeto de conocimiento. No hay neutralidad en la ciencia. Somos parte del fenómeno y él es parte nuestra. Esto tiene inmediatas consecuencias metodológicas, abriendo el camino a métodos alternativos.

6. Como corolario de lo anterior, este paradigma propugna que el método sigue al objeto, nunca viceversa, lo cual conduce necesariamente al desarrollo de nuevos procedimientos, técnicas e instrumentos.

7. La investigación psicosocial debe incluir no sólo la perspectiva de las mayorías, sino también la perspectiva de las minorías, de la resistencia. No sólo la visión del promedio de la gente, o la de quienes detentan el poder establecido, sino también la de la oposición. El conflicto debe estudiarse entonces no como una disfunción, sino

como parte de un proceso de cambio, reconociendo la natural existencia de disparidades. Admitir, en consecuencia, que la ciencia, al igual que el sentido común, contiene contradicciones y que de ellas surge un nuevo conocimiento.

8. El estudio de la ideología como objeto psicosocial, en tanto que fenómeno humano, entendiéndola en su acepción falseadora, ocultadora, destinada al mantenimiento social de la hegemonía de ciertas ideas.

9. El interés por los procesos de transformación, por el cambio, descentrando la atención de la stásis social, ya que la sociedad esencialmente dinámica.

10. Crítica a los modelos representacionistas que suponen la existencia paralela de dos realidades: una exterior y otra interior al sujeto, generando así la imposibilidad de comunicación entre ambos, debido al carácter engañoso de la percepción.

11. Interés por el estudio de la vida cotidiana y del sentido común como productor de significado, de conocimiento y de ideología.

De algunos de estos aspectos podemos decir que se inician tiempo atrás y que ya habían sido anunciados o denunciados de alguna manera, por los desarrollos psicosociales, sociológicos o antropológicos, marginales a la corriente dominante. Baste recordar los argumentos frecuentes en las ciencias sociales durante los años setenta, contra la objetividad como condición para la investigación científica de lo social; o la creación y uso de métodos cualitativos tales como la historia de vida; no sólo en la antropología, sino por psicólogos tales como Dollard⁸. O en el surgimiento y desarrollo de la psicología social comunitaria latinoamericana, que presenta muchos de los rasgos que caracterizan a este paradigma. Lo importante es que ya no son argumentados de manera aislada o defensiva ante la prepotencia de una forma de hacer ciencia, vista como la única posible, sino que son reconocidos como parte de otro modelo de producción de conocimiento.

Por otra parte, la presencia de un nuevo paradigma no anula la existencia de otros. No consideramos como lo hizo Kuhn⁹, que la ciencia avanza por revoluciones. Como lo demuestran las ciencias sociales, varios modelos coexisten y aquel predominante ejerce su imperio hasta que su capacidad explicativa se erosiona, se fatiga y cede el lugar primordial a otros con mayor capacidad de respuesta. Pero el modelo saliente, así como otros modelos rivales pueden seguir resistiendo y aun resurgir y ser renovados.

Montero, M. "Paradigmas, comentarios y tendencias de la psicología social finisecular"
Psicología & Sociedade; 8(1): 102-119; jan./jun.1996

Quadro 1

COMPARACION DE CUATRO PARADIGMAS CIENTÍFICOS

Base: Egon Guba, The Alternative Paradigm Dialog. Sage, 1991.

<i>Paradigmas</i>	<i>Ontología</i>	<i>Epistemología</i>	<i>Metadología</i>
Positivista	Realista. Generalizaciones atemporales y acontextuales	Dualista-objetivista. Investigador distante. Exclusión de valores y de la subjetividad.	Experimental-manipulativa. Preguntas e hipótesis a priori
Post-Positivista	Realista crítica. Reconoce imperfección de mecanismos sensoriales e intelectivos.	Objetividad modificada. "Ideal regulador" indica intención. Apoyo en tradición crítica. Comunidad crítica.	Experimental-Manipulativa modificada. Identificación y corrección de imbalances.
Teoría Crítica	Realista crítica.	Subjetivista. Valora la investigación inmediata.	Dialógica-transformativa. Eliminación de la falsa conciencia. Energización. Concientización
Construccionista	Relativista. Múltiples realidades.	Subjetivista Investigador y objeto investigado en una sola entidad monista.	Hermeneutica-dialéctica. Producción y refinación hermenéutica y comparación y contraste dialéctico. Generación de construcciones con consenso substancial.

Montero, M. "Paradigmas, corrientes y tendencias de la psicología social finisecular"
Psicología & Sociedad; 8(1): 102-119; jan./jun.1996

Ahora bien, el término paradigma ciertamente no parece ser uno de los mas claros en la literatura científica, el propio Kuhn, según Masterman¹⁰, lo usa con 21 connotaciones diferentes. Munné¹¹, desde el campo de la psicología, propone reservar la noción de paradigma para definir conjuntos coherentes y relativamente autónomos de premisas referentes a modelos del ser humano; en tanto que la concepción de ciencia y sus modelos serían metaparadigmas. Personalmente he definido el concepto de paradigma como un modelo constituido por un conjunto sistemático de ideas, que presenta relaciones e interpretaciones acerca de la actividad humana, de sus productores, de su génesis, de sus efectos sobre los seres humanos y sobre la sociedad, señalando modos de hacer preferentes para conocerlos¹².

La pluralidad paradigmática de la psicología social se evidencia en el análisis que hace Guba¹³. Para ese autor, en este momento estarían coincidiendo cuatro paradigmas en nuestra disciplina: el positivista, el post-positivista, especie de corrección o actualización del anterior; la teoría crítica, de origen frankfurtiano, y el construccionismo (ver cuadro 1).

Como se puede ver, Guba caracteriza dichos modelos en función de sus aspectos ontológicos, epistemológicos y metodológicos. Es decir, la naturaleza de lo cognoscible; la naturaleza de la relación entre quien conoce y lo cognoscible, y la forma en que se busca el conocimiento. Esta propuesta da buena cuenta de lo que ocurre en el campo psicosocial estadounidense, y probablemente también en el campo anglosajón en general. Quizás también para la psicología social francesa, pero para América Latina no nos parece adecuado.

En efecto, si observamos las descripciones que presenta, creemos que si bien en nuestro continente encontramos trabajos que pueden perfectamente encajar en alguno de esos modelos, también encontramos una corriente que no se adecúa a ninguno ya que rompe con la tradición positivista en cualquiera de sus expresiones; no puede ubicarse en la teoría crítica puesto que postula aspectos que podrían ser catalogados como construccionistas; ni en el construccionismo, puesto que se caracteriza por formas de pensamiento y de acción críticas. Y a la vez, no se trata de un híbrido o de la producción de una colección de retazos, sino que responde a una situación social concreta y está produciendo concepciones teóricas específicas.

Esto nos lleva a proponer la existencia de otro paradigma, de otro modelo del ser humano, que de cuenta de esta tendencia

Montero, M. "Paradigmas, comentarios y tendencias de la psicología social finisecular"
Psicología & Sociedade; 8(1): 102-119; jan./jun.1996

latinoamericana, y que podría llamarse, hasta encontrar una mejor denominación, "construcción y transformación crítica", ya que en algunos de los movimientos psicosociales surgidos en nuestro continente podemos decir que hay una clara orientación hacia la transformación social, pero no como revolución prefabricada, ni como verdad evangelizadora, sino como una construcción colectiva llevada a cabo por sujetos de una realidad, cuya manifestación debe ser cambiada, sustituida, a partir del examen crítico de la misma, también llevado a cabo por las personas que la sufren. Agreguemos pues este nuevo paradigma al ya anterior y veamos como puede ser analizado en función de la ontología, epistemología y metodología (ver cuadro 2).

El análisis indica que el realismo ontológico predomina en los tres primeros paradigmas y el relativismo en los dos últimos. El dualismo epistemológico (sujeto-objeto) es propio de los paradigmas marcados por el positivismo, pero cede lugar al subjetivismo predominante en los tres siguientes. En cuanto a la metodología, el método experimentalmanipulativo, igualmente propio del positivismo, da paso a los métodos dialógico-transformativos de la teoría crítica; al método dialéctico-hermeneutico del constructivismo, y al método dialógicotransformativo-dialéctico, de la construcción y transformación crítica.

CORRIENTES O TENDENCIAS ACTUALES EN LA PSICOLOGÍA SOCIAL

Partiendo de estos cinco paradigmas, examinaré algunas de las principales expresiones teórico-metodológicas, de la actualidad, que se insertan en ellos. Esto significa que sobre la psicología social tradicional, ubicada en el paradigma positivista, y que continúa la línea de los años 50, 60, 70, no diré nada aquí. Ella constituye el marco o telón de fondo, contra el cual destacan las nuevas tendencias, y de hecho, el modelo positivista ortodoxo pervive, en estado puro, en muy pocos lugares.

Sin embargo, las corrientes que se ubican en el paradigma neopositivista, constituyen un intento de puesta al día o de renovación del paradigma dominante hasta hace unos 20 años. Ubicadas en este campo encontramos al menos tres corrientes que gozan de popularidad y que han sido sumamente productivas en la psicología social, en cuanto a la abundancia de estudios tanto de campo cuanto experimentales:

Montero, M. "Paradigmas, corrientes y tendencias de la psicología social finisecular"
Psicología & Sociedade; 8(1): 102-119; jan./jun.1996

Quadro 2
Paradigma de la construcción y transformación crítica

Mencionaré en primer lugar la corriente de la conducta racional, cuya influencia se hace sentir en numerosos campos teóricos, dando lugar a las llamadas teorías utilitarias, entre las cuales cabe mencionar la teoría del actor racional¹⁴, la teoría de la elección racional¹⁵ y la prospect theory¹⁶.

Otra corriente es el sociocognoscitismo, cuyas raíces se hallan en las teorías del equilibrio y en las teorías relativas a los procesos mediadores, de los años 50-60; pero del cual son precursoras la filosofía de Husserl, de Merleau-Ponty y la psicología de Piaget. Dentro de esta corriente podemos ubicar las teorías de la atribución, las teorías de los guiones, de los esquemas o de los marcos, que buscan explicar la conducta en función de estructuras cognoscitivas desarrolladas en el aprendizaje, suministradoras de encuadres o guías para la acción de los individuos. Igualmente la teoría de las motivaciones sociales, que busca explicar las atribuciones de causalidad. Asimismo, hay una corriente, que plantea el estudio de los procesos cognoscitivos en función del modelo de procesamiento de información, dándole un enfoque computacional.

Montero, M. "Paradigmas, comentarios y tendencias de la psicología social finisecular"
Psicología & Sociedad; 8(1): 102-119; jan./jun.1996

Una tendencia más reciente liderada por Varela¹⁷ plantea a la cognición como un proceso cuya función principal es hacer emerger la significación y que está ligado estrechamente a la historia vivida. Esta tendencia rechaza el representacionismo presente en las anteriores manifestaciones de la corriente cognoscitiva y puede decirse que configura una teoría de transición hacia el construccionismo.

A su vez, el conductismo social igualmente ha sido remozado, mostrando la influencia kantoriana, que lleva incluso a redefinir el objeto de la ciencia como la acción, el movimiento, la energía¹⁸. Así, la línea de la Psicología Interconductual propugna una concepción monista, dinámica, del estudio de la conducta.

El paradigma de la teoría crítica ha tenido una influencia destacada en la psicología social, particularmente en las líneas que Munne¹⁹ llama de las "psicologías sociales marginadas". Dentro de esta corriente podemos ubicar la psicología social marxista, el freudomarxismo; la corriente latinoamericana que podríamos denominar psicología social marxiana para el cambio social²⁰, y una psicología social que suele ser llamada crítica, en el sentido de que se centra en el examen de la ideología, de sus causas y de sus efectos psicológicos y de los procesos culturales producidos por las relaciones económicas de poder, que no constituye un movimiento homogéneo, sino más bien la asunción del calificativo crítica por diversos autores, en diversos lugares y momentos, durante los últimos 20 años. La diferencia entre su carácter crítico y el que es también evidente en ciertas líneas construccionistas o en el paradigma de la construcción y transformación crítica, es que en esta corriente se lo asume como una forma de protesta y diferenciación en relación con la psicología al uso bajo el paradigma positivista. En esta corriente podemos ubicar la psicología radical postulada inicialmente por Phil Brown²¹. Esta denominación actualmente ha sido adoptada por un movimiento liderado por Isaac Prilleltensky y Dennis Fox, quienes sin embargo hacen una psicología ubicable en otro paradigma. En los años 80 encontramos trabajos como los de Wexler²² y los recopilados por Henriques²³, en los cuales la influencia de la Escuela de Frankfurt es evidente en cuanto plantean la necesidad de estudiar la ideología y sus efectos en los individuos y en la vida social.

Dentro de este paradigma se puede incluir alguna de la psicología marxista, la menos ortodoxa, en el sentido de que apoyándose en los escritos de Marx y Engels (Manuscritos económico-filosóficos de 1844; Ideología Alemana, p.e.), hacen una lectura crítica de las

Montero, M. "Paradigmas, comentarios y tendencias de la psicología social finisecular"
Psicología & Sociedad; 8(1): 102-119; jan./jun.1996

condiciones socioeconómicas y de sus efectos psicológicos en los individuos, propugnando que todo cambio en tal sentido, pasa por un cambio del sistema de relaciones económicas de producción. Las expresiones de esta corriente se presentan fundamentalmente en la Psicología europea occidental (Seve²⁴) y en algunos países Latinoamericanos (México, Colombia, Venezuela, o los trabajos de Gonzalez Rey en Cuba). La psicología social soviética cae, por su método y enfoque, en el paradigma positivista y aunque ejerció su influencia en la psicología cubana, no puede decirse que haya constituido una corriente autónoma en la disciplina; si bien la influencia de Vigotsky, rescatado del injusto silencio que le cubrió por varias décadas, se ve hoy en algunas tendencias americanas²⁵.

TEORÍAS DE TRANSICIÓN

Entre el neopositivismo, la teoría crítica y el constructivismo, encontramos algunas teorías que no encajan con propiedad en ninguna de esas clasificaciones. Dos ejemplos, además del ya citado sociocognoscitivismo propuesto por Varela²⁶ ilustran este campo, ambos de importancia, puesto que constituyen corrientes de gran impacto en la psicología social europea desarrollada de fines de la década del 70 hasta hoy. Se trata del modelo de las representaciones sociales y de la psicología etogénica.

La teoría de las representaciones sociales constituye un buen ejemplo de lo que podría considerarse una fase de transición hacia el nuevo metaparadigma de la ciencia. Su creador, Serge Moscovici, un psicólogo de gran influencia e importancia en Europa, introduce en su teoría elementos propios de la nueva concepción de la ciencia, a la vez que conserva nexos con la línea dominante tradicional, con la cual sin embargo busca romper y a la cual critica. Pero, como suele ocurrir en la familia, una cosa es romper con ella y otra seguir acarreado una cierta carga genética.

El modelo de las representaciones se origina a inicios de los años '60, simultáneamente con las teorías del equilibrio, con las cuales guarda algunos puntos de semejanza, por lo cual Ibáñez ha llegado a calificarlo de "negativo de la teoría de la disonancia cognoscitiva"²⁷. Sin embargo, la propuesta de Moscovici sólo comenzará a ser conocida a mediados de la década del 70, llegando a su mayor popularidad en los 80. Moscovici retoma la idea de

Montero, M. "Paradigmas, comentarios y tendencias de la psicología social finisecular"
Psicología & Sociedad; 8(1): 102-119; jan./jun.1996

hacer una psicología del sentido común, propugnada por Heider en las afias 30, pero perdida en su tránsito hacia las EE.UU.. La acompañia del énfasis en el estudio de la vida cotidiana, postulando asimismo la necesidad de estudiar el conflicto; hacer dellenguaje el campo fundamental de estudio, y dar relevancia a las procesos de cambio mas que al equilibrio y la conformidad. A la vez conserva la estructura cognoscitiva tripartita propia de las teorías del equilibrio (conación, cognición, emoción) y el método experimental, aunque no desdefia el uso de la encuesta. Conserva asimismo el dualismo, lo cual se refleja en el hecho de que las representaciones sociales son construcciones hechas por las individuos, expresadas a través dellenguaje, que reconstituyen el mundo exterior al sujeto. En este sentido, podria decirse que esta teoria es pre-construccionista y post-cognitivista.

A su vez, la psicología etogénica o de la acción de Harré, Clarke y De Carlo es una corriente que igualmente reacciona contra la psicología tradicional, planteando el carácter creador de sentido de las seres humanos, revalorando igualmente el sentido común, la racionalidad del mismo y el interés por ellenguaje cotidiano, a fin de analizar los episodios para revelar las estructuras acto/acción. Sus ideas centrales son: 1. El control consciente de la acción se apoya en "subrutinas" no conscientes. 2. La psicología debe estudiar las "jerarquías constitutivas", en las cuales las partes de un nivel se convierten en conjuntos del siguiente, y 3. El pensamiento constituye una actividad social basada en la conversación. El análisis de la conversación pondrá de manifiesto las estructuras dellenguaje y, a partir de ellas, las líneas depensamiento que guían la acción. El este caso, podriamos también decir que se trata de una teoría postcognitivista, pero no que sea pre-construccionista, a pesar de sus relaciones con la henneneutica, debido fundamentalmente a su concepción del relativismo y de la racionalidad del sentido común.

El paradigma construccionista presenta un enfoque epistemológico monista, segun el cual no hay separación entre el sujeto y el objeto del conocimiento. De hecho, Fernández Christlieb²⁸ manifiesta que la realidad no es sino una construcción producida en el lenguaje por cada persona. O como dice Derrida no existe nada mas aliá del texto. Como movimiento teórico tiene su origen en la obra de las franceses Michel Foucault²⁹ y Jacques Derrida³⁰, quienes plantean la necesidad de descubrir la vía de operación de las relaciones de poder que estructuran las formas sociales en el

Montero, M. "Paradigmas, comentes y tendencias de la psicología social finisecular"
Psicología & Sociedade; 8(1): 102-119; jan./jun.1996

mundo actual, en el primer caso, y la necesidad de hacer una lectura de textos sistemáticos, que permita revelar sus contradicciones internas, los significados reprimidos u obviados, en el segundo caso. Es decir, deconstruir para mostrar cómo se ha construido una realidad. En una tercera acepción, el construccionismo trata de resaltar aspectos distintos a los que se presentan explícitamente en el discurso³¹.

Al postular que la realidad es una construcción cotidiana de las personas, también lo es la ciencia. Y el lenguaje es el campo de construcción por excelencia. Los trucos y estratagemas, las estrategias y formas de comunicación que en él se emplean, sirven para argumentar diferentes puntos de vista, ocultando o resaltando según los intereses de las personas. Entonces, la psicología social debe tratar con textos y prácticas, por lo cual el discurso debe ser su campo de estudio.

En su versión socioconstruccionista, rechaza la dicotomía o dualidad entre sujeto y objeto, así como la preexistencia al conocimiento de ese binomio, por lo cual el representacionismo queda excluido. Al argumentar que todo conocimiento es una construcción, mal puede haber una representación en el cerebro, más o menos correcta, de alguna realidad externa al sujeto. Por lo tanto, la idea del cerebro como sede del conocer es igualmente rechazada; así como lo es también la verdad como un criterio absoluto. La verdad, para esta corriente, es relativa y cambiante³².

Su influencia tanto en el campo anglosajón cuanto en el hispanoparlante es notoria. Sin embargo, no se trata de ninguna manera de un movimiento monolítico. Desde los primeros artículos definitivamente construccionistas de Gergen, a inicios de los 80, hasta la psicología discursiva de Edwards y Potter en 1992, el movimiento ha tenido oportunidad de desarrollar diversas subtendencias. Encontramos así la línea socioconstruccionista de Gergen³³ y de Ibáñez³⁴, al lado de la línea retórica, con énfasis en la argumentación en el discurso, cuyo representante más prominente es Michael Billig³⁵. Hay también una línea claramente hermenéutica, que busca el sentido del discurso, la cual tiene un bien conocido representante en Fernández Christlieb³⁶. A ella se une la línea de la psicología discursiva³⁷, centrada en el análisis del discurso, de la cual participan Wetherell, Litton, Potter y Edward, entre otros. Sobre estas tendencias es posible decir que sus principales centros de ubicación académica se reparten entre la Universidad de Loughborough, en Inglaterra; la Universidad Autónoma de Barcelona, en España;

Montero, M. "Paradigmas, comentarios y tendencias de la psicología social finisecular"
Psicología & Sociedad; 8(1): 102-119; jan./jun.1996

Swarthmore College, en los EE.UU. y el Laboratorio de Psicología Social de la U.N.A.M., en México. Otra expresión de gran impacto y amplio campo de expresión y aplicación, es la llamada Escuela de Ginebra, entre cuyos representantes principales están Mugny, Doise y Papastamou quienes inician sus líneas de investigación a partir del modelo representacionista, para luego evolucionar hacia concepciones constructivistas.

Finalmente, una nueva corriente está surgiendo en América Latina: la Psicología Colectiva. Tendencia que ubicándose bajo los postulados epistemológicos del constructivismo y la hermenéutica, plantea a una redefinición de la psicología de lo colectivo, fundada a inicios de siglo y abandonada en pos de otras tendencias más individualistas, que constituyeron lo que hoy se conoce como Psicología Social. Para Fernández Christlieb, propulsor de este movimiento, esta psicología consiste en "el punto de vista que insiste que la conciencia o el comportamiento no brota de los individuos, sino más bien al revés, a saber, que los individuos se encuentran dentro de la conciencia"³⁸. Y por eso es colectiva, ya que la conciencia de la realidad es una construcción colectiva de conocimiento.

En el paradigma de la construcción y transformación crítica incluiré las siguientes corrientes: La psicología de la liberación, y las psicologías del fortalecimiento y del iluminismo. Estas corrientes han surgido en la América Latina, en ella se han desarrollado o están iniciando su desarrollo, y si bien no desdenan la influencia de teorías europeas o estadounidenses (algo bien difícil en un mundo marcado por la globalización), puede decirse que su constitución es claramente latinoamericana. Es necesario añadir que ambas corrientes se entremezclan y comparten muchos principios y fundamentaciones, por lo cual la distinción es más de énfasis en lo político para la psicología de la liberación y más de estar centrada en el desarrollo y fortalecimiento de comunidades en el caso de las expresiones consideradas como psicología del iluminismo o ilustración, y de la psicología del fortalecimiento.

La psicología de la liberación es una corriente apenas incipiente, cuyo origen puede ser datado con absoluta precisión, en 1986, con un trabajo pionero de Ignacio Martín-Baró, publicado en el Boletín de Psicología de la Universidad Centroamericana "José Simeón Canas": Hacia una psicología de la liberación, donde aparece el primer esbozo de esta tendencia. Las ideas allí expresadas vuelven a aparecer, más desarrolladas, en 1987 en una conferencia titulada

Montero, M. "Paradigmas, corrientes y tendencias de la psicología social finisecular"
Psicología & Sociedad; 8(1): 102-119; jan./jun.1996

"Retos y perspectivas de la psicología latinoamericana", dictada en la Universidad de Costa Rica y luego, en 1989, en la Universidad de Guadalajara, y cuyo texto ha sido incluido en una recopilación de 1991³⁹. La línea iniciada por Martín-Baró ha sido retomada y ampliada en otros centros académicos centroamericanos⁴⁰, norteamericanos⁴¹ y sudamericanos⁴².

Los postulados básicos de esta corriente son:

1. La incorporación en la psicología social de la perspectiva de las mayorías desposeídas, del punto de vista de la resistencia y de las minorías oprimidas⁴³.

2. Iniciar, como decía Martín-Baró⁴⁴, una praxis que contribuya a transformar al hombre y a la sociedad, reconociendo sus potencialidades negadas.

3. Construcción de una identidad social que permita a los pueblos latinoamericanos desarrollar una conciencia de su ser histórico, poniendo en acción esas potencialidades⁴⁵.

4. Incorporar el conocimiento popular, al reconocer que las personas son constructoras de cultura y de formas de saber⁴⁶.

5. Incorporar a los sujetos de investigación a la investigación como protagonistas activos del proceso de construcción del conocimiento que ella implica. Esto supone la participación popular y la autogestión.

Es interesante hacer notar que las expresiones norteamericanas de esta corriente, surgidas en Canadá, provienen de un investigador de origen latinoamericano (Isaac Prilleltensky, argentino de nacimiento) trasladado a ese país. En su estado actual, hay algunas propuestas de modelos de explicación teórica⁴⁷, unidas a una praxis que se funde con otras de las corrientes pertenecientes a este paradigma: la psicología del fortalecimiento o de la potenciación y la psicología del iluminismo, que alimentan a la psicología social comunitaria latinoamericana. Asimismo, al lado del carácter liberacionista, en algunas propuestas se hace énfasis en la condición de sujeción o subordinación de ciertos grupos sociales: oprimidos⁴⁸, colonizados⁴⁹.

Sobre esta rama de la psicología no me extenderé aquí, justamente por ser una con la cual estoy comprometida y sobre la cual y dentro de la cual he escrito en otros lugares y ocasiones. Baste decir que surge en la América latina a mediados de la década del 70, simultáneamente en varios países del continente y con postulados que la diferencian claramente de la que se comenzara a hacer diez años

Montero, M. "Paradigmas, contenidos y tendencias de la psicología social finisecular"
Psicología & Sociedade; 8(1): 102-119; jan./jun.1996

antes en el subcontinente estadounidense. Su orientación se dirige fundamentalmente a lograr que el centro del control y del poder se ubique en las comunidades muchas veces desposeídas y carentes de vías para expresar sus necesidades y desarrollar sus recursos. Propone la unión de teoría y praxis; la inclusión del estudio de la ideología; la participación, autogestión y organización popular; a la vez que un rol de agente o catalizador del cambio social para los psicólogos; la construcción de formas de conciencia e identidad social movilizadoras de la crítica y la transformación, logradas en procesos de construcción social, e incorpora las formas populares del conocimiento como elementos para la construcción de nuevas expresiones del saber⁵⁰.

Como toda clasificación, la que aquí he presentado refleja mi propia concepción de la psicología, si bien, algunos colegas encuentran puntos de acuerdo con ella. También, al ser un proceso de categorización, lo es necesariamente de reducción, pues privilegia ciertas expresiones, manifestaciones y postulados dominantes, en detrimento de otros menos resaltantes. Por otra parte, la complejidad, riqueza y dinamismo del campo abordado no ayuda a hacer de esta tarea algo fácil. Si algo se evidencia en las líneas que anteceden es la dificultad de catalogar las tendencias que actualmente configuran la Psicología Social. Cada investigadora, cada estudioso de la disciplina, seguramente tendrá su propio ordenamiento del dominio psicosocial; el presente, sólo reclama el mérito de haber sido producido desde el campo de batalla, y como hemos visto, el panorama actual de la psicología social refleja un proceso de cambio y a la vez muestra una intensa y dinámica actividad. Diferentes paradigmas, diferentes corrientes surcan esta disciplina como ríos caudalosos, y en ese sistema, en ese delta de la ciencia, también nuestro continente está haciendo una contribución.

Maritza Montero é professora na Universidad Central de
Venezuela. Fax 482. 752.23.14.
E-mail: mmontero@dino.conicit.ve.

ABSTRACT: (Paradigms, currents and tendencies of the social psychology at the end of the century) The paradigm shift in contemporary Social Psychology is examined. This shift is expressed by a theoretical perspective that conceives the

Montero, M. "Paradigmas, corrientes y tendencias de la psicología social finisecular"
Psicología & Sociedad; 8(1): 102-119; jan./jun.1996

subject of the discipline as a collective historical and transitory construction, and discusses scientific objectivity as an utopian ideal, since researchers also participate in the social construction of reality. This new perspective presently shares space with other scientific models, such as positivism, post-positivism, critical theory and constructionism, and is expressed in a paradigm called critical construction and transformation. This paradigm, originated mainly in Latin America, includes trends such as liberation, empowerment, and enlightenment psychology, and considers that social psychology must be at the service of social transformation demanded by the oppressed, thus incorporating knowledge produced in everyday life where research subjects are active protagonists in the process of knowledge construction.

KEY-WORDS: social psychology, paradigms in social psychology, trends of social psychology, theories in social psychology

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ¹ PRIGOGINE, I. y STENGHERS, I. "La nueva alianza". Madrid, Alianza, 1990.
- ² BRIGGS, F. D. y PEAT, J. "Espejo y reflejo (del caos al orden)". Barcelona, Geelisa, 1990; BALLANDIER, G. "El desorden (ta teoría del caos en las ciencias sociales)". Barcelona, Gedisa, 1989; HACKING, I. "La domesticación del azar". Barcelona, Geelisa, 1991; MARTÍNEZ, M. "El paradigma emergente". Barcelona, Gedisa, 1993. ORTIZ, J. R. "La lógica del caos". Caracas, Kapelusz, 1991.
- ³ LINCOLN, Y. Y GUBA, E. (coords). "Naturalist inquiry". Beverly Hills. Sage, 1995; GUBA, E. The alternative paradigm dialogo In: GUBA, E. (comp.) "The paradigm dialog". Newbury Park, Sage, 1991.
- ⁴ PARKER, I. "The crisis in modern social psychology and how to end it. Lonelon, Routledge, 1989; PARKER, I. y SHOTTER, J. (comps.) "Deconstructing social psychology". London, Sage, 1990.
- ⁵ IBÁÑEZ, T. "El conocimiento de la realidad social". Barcelona, Sendai, 1989.
- ⁶ MARTÍNEZ, M. "El paradigma..." op. cit.
- ⁷ MONTERO, M. "Permanencia y cambio de paradigmas en la construcción del conocimiento científico". Interacción. Social, V. 3, pp. 11-24, 1993; MONTERO, M. Un nuevo paradigma para la psicología social: reflexiones desde el quehacer en América Latina. In: MONTERO, M. (coord). "Construcción y crítica de la psicología social". Barcelona, Anthropos, p. 27-48, 1994.
- ⁸ DOLLARD, J. "Criteria for the life history". New Haven, Yale University Press, 1935.
- ⁹ KUHN, T. "Las revoluciones científicas". México, FCU, 1971.
- ¹⁰ MASTERMAN, M. La naturaleza de los paradigmas. In: LAKATOS, I. y MUSGRAVE, A. (eds.) "La crítica y el desarrollo del conocimiento". México, Grijalbo, 1975.
- ¹¹ MUNNÉ, F. "Entre el individuo y la sociedad". Barcelona, PPU, 1989.
- ¹² MONTERO, M. "Un nuevo paradigma para la psicología social..." op. cit. p. 30.
- ¹³ GUBA, E. "The alternative paradigma..." op. cit.
- ¹⁴ MONROE, K. R. "Psychology and rational actor theory". Political psychology. v. 16,

nº 1, p. 1-22, 1995.

¹⁵ RIKER, W. H. "The political psychology of rational choices theory". *Political psychology*, v. 16, nº 1, p. 23-44, 1995.

¹⁶ KAHNEMAN, D. y TVERSKY, A. Prospect theory: an analysis of decision under risk. *Econometrica*, v. 47, p. 263-91, 1979; LEVY, J. S. "An introduction to prospect theory". *Political Psychology*, v. 13, nº 2, p. 171-86, 1992.

¹⁷ VARELA, F. "Connaître. Les sciences cognitives. Tendances et perspectives", Paris, Seuil, 1989.

¹⁸ ROCA, J. "Problemas filosóficos de la psicología interconductual". Barcelona, Institut Nacional d'Educació Física de Catalunya, 1992.;

¹⁹ MUNNÉ, F. "Entre el individuo y la sociedad..." op. cit.

²⁰ LANE, S.M.T. Y SAWAIA, B. *Psicología ¿ ciencia o política?* En: MONTERO, M. (coord.) "Acción y discurso (problemas de psicología en América Latina). Caracas, Eduven, 1991; LANE, S.T.M. et al. "Psicología social: o homem em movimento". São Paulo, Brasiliense, 1982.

²¹ BROWN, P. "Radical psychology". New York, Academic Press, 1975.

²² WEXLER, P. "Critical social psychology". Boston, Routledge & Kegan Paul, 1983.

²³ HENRIQUES, J.; HOLLWAY, W.; URWIN, C.; VENN, C. y WALKERDINE, V. (comps.) "Changing the subject". London, Methuen, 1982.

²⁴ SEVE, L. "Marxismo y teoría de la personalidad". Buenos Aires, Amorrortu, 1972.

²⁵ BRUNER, J.S. "Actos de significado (mas allá de la revolución cognitiva)". Madrid, Alianza, 1991; LANE, S.M.T. Y SAWAIA, B. "Psicología ¿ ciencia o política?...". op. cit.

²⁶ VARELA, F. "Connaître. Les sciences de la vida..." op. cit.

²⁷ IBÁÑEZ, T. "Ideologías de la vida cotidiana". Barcelona, Sendai, 1988.

²⁸ FERNÁNDEZ CHRISTLIEB, P. La lógica epistémica de invención de la realidad. Conocimiento, realidad e ideología. Avepso, Caracas, nº 6, p. 19-36.

²⁹ FOUCAULT, M. "Les mots et les choses". Paris, Gallimard, 1966.

_____. "la arqueología del saber". México, Siglo XXI, 1970.

_____. "Surveiller et punir". Paris, Gallimard, 1975.

³⁰ DERRIDA, J. "De la gramatologie". Paris, éditions de Minuit, 1972.

³¹ PARKER, L Y SHOTTER, J. op. cit.

³² IBÁÑEZ, T. "La construcción del conocimiento desde una perspectiva socioconstruccionista. Conocimiento, realidad y ideología". Avepso. Caracas, p. 37-48.

³³ GERGEN, K. "Toward transformation in social knowledge". New York, Springer, 1982.

_____. "The social constructionist movement in modern psychology". *American Psychologist*, v. 40, nº 3, p. 266-75.

_____. y DAVIS, K. E. Ceds.) "The social construction of the person". New York, Springer, 1985.

³⁴ IBÁÑEZ, T. "El conocimiento de la realidad social..." op. cit.

_____. "la construcción del conocimiento..." op. cit.

³⁵ BILLIG, M. "Arguing and thinking (a rhetorical approach to social psychology)". Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

_____. "Ideology and opinion". London, Sage, 1991.

_____. "Talking of the Royal Family". London, Routledge, 1992.

³⁶ FERNÁNDEZ CHRISTLIEB, P. "la Psicología colectiva un fin de siglo mas tarde". Barcelona, Anthropos, 1995.

_____. "La lógica epistémica de invención de la realidad. Conocimiento, realidad e ideología". Caracas, Avepso, nº 06, p.19-36.(en prensa)

³⁷ EDWARDS, D. Y POTTER, J. "Discursive psychology". London, Sage, 1992.

- ³⁸ FERNANDEZ CHRISTLIEB, P. "La psicología colectiva..." op. cit.
- ³⁹ PACHECO, G. Y JIMÉNEZ, B. (recop.) "Ignacio Martín Baró. Psicología de la liberación". Guadalajara, Universidad de Guadalajara, 1991.
- ⁴⁰ DOBLES; I. "Psicología de la liberación: dificultades de una búsqueda". San José, Universidad de Costa Rica, (s/f). inédito.
- ⁴¹ PRILLELTENSKY, L "Psychology of oppression. 4a Reunión bienal de la sociedad para la investigación y acción comunitaria". Williamsburg, A.P.A., 1992.
- ⁴² MONTERO, M. Psicología de la liberación. Propuesta para una teoría psicosociológica. En: RIQUELME, H. (coord.) "Otras alternativas, otras vías de acceso". Caracas, Nueva sociedad, p. 133-50, 1992; QUINTERO, M. P. "Psicología del colonizado". Mérida; U.L.A., 1994.
- ⁴³ PRILLELTENSKY, L "Psychology of oppression..." op. cit.
- MARTÍN-BARÓ, I. Bacia una psicología de la liberación Boletín de Psicología, U.C.L.A., 1986.
- _____. Retos y perspectivas de la psicología en América Latina. En: PACHECO, G. Y JIMENEZ, B. (comps.) "Ignacio Martín-Baró. Psicología de la liberación para América Latina". Guadalajara, Universidad de Guadalajara, ITESO, P. 51-80, 1987. MONTERO, M. "Psicología de la liberación..." op. cit.
- ⁴⁴ MARTÍN-BARÓ, I. Hacia una psicología de la liberación..." op.cit.
- ⁴⁵ MONTERO, M. "Psicología de la liberación..." op. cit.
- ⁴⁶ MARTÍN- BARÓ, L "Retos e perspectivas dela psicología en America Latina..." op. cit.; MONTERO, M..." Un nuevo paradigma para " op. cit.
- ⁴⁷ MONTERO, M. "Psicología de la liberación" op. cit.; PRILLELTENSKY, L. "Psychology of oppression..." op. cit.; QUINTERO, M. P. "Psicología del colonizado ..." op. cit.
- ⁴⁸ PRILLELTENSKY, L "psychology of oppression..." op. cit.
- ⁴⁹ QUINTERO, M. P. "Psicología del colonizado..." op. cit.
- ⁵⁰ SERRANO-GARCÍA, I. y ROSARIO COLLADO, W. (coords.) "Contribuciones puertorriqueñas a la psicología social comunitaria". San Juan de Puerto Rico, EDUPR, 1992; MONTERO, M. "La psicología comunitaria: orígenes, principios y fundamentos teóricos". Revista Latinoamericana de Psicología, V. 16, n° 03, 1984; OLAVE, R.M. Y ZAMBRANO, L. (comps.) "Psicología comunitaria y salud mental en Chile". Santiago, Univ. Portales, 1993.

OS CURSOS DE PSICOLOGIA E OS PROGRAMAS DE PSICOLOGIA SOCIAL: ALGUNS DADOS DO BRASIL E DA AMÉRICA LATINA

Pesquisa financiada pelo CEPE-PUC/SP e com a colaboração do CRP-06

Sergio Ozella

RESUMO: Foram estudados documentos enviados por 56 escolas do Brasil e 15 da América Latina. Foram considerados, no que se refere aos cursos: localização, dependência administrativa, data de criação, número de vagas e de professores e objetivos dos cursos. Quanto à disciplina Psicologia Social foram considerados: os períodos em que são oferecidos, os professores, os objetivos, os conteúdos, as obras e os autores mais utilizados. Os dados permitiram uma comparação entre a situação do Brasil em 1983 e 1993, e uma comparação entre Brasil e América Latina em 1993. Os resultados apresentam um incremento no número de cursos nos últimos dez anos, uma semelhança no aspecto da distribuição e da dependência administrativa. A mudança mais importante, no caso do Brasil e, entre 1983 e 1993, se deu no que se refere aos objetivos, particularmente, na disciplina Psicologia Social, assim como nos conteúdos e linha teórica utilizados. Na comparação com a América Latina, apesar de se notar alguma semelhança, alguns pontos foram discrepantes, particularmente, quanto ao conteúdo e aos autores utilizados na Psicologia Social. Notou-se falta de intercâmbio entre o Brasil e a América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: psicologia social, cursos de psicologia social, psicologia social brasileira, psicologia social latino-americana.

Meus estudos sobre a formação em psicologia e, particularmente, na área de psicologia social iniciaram-se na década de 80 quando da elaboração de minha tese de doutorado O Ensino da Psicologia Social no Brasil: um estudo sobre o pensar e o agir de seus professores ¹.

Naquela oportunidade trabalhei com documentação enviada pelas

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

escolas de psicologia de todo o país, cobrindo mais de 90% das instituições de ensino. Além do material documental, entrevistei 95 professores de psicologia social. Do momento da coleta dos dados à sua análise e elaboração do relatório final houve um espaço de tempo tão longo que corri o risco das informações se tornarem desatualizadas.

Desta forma, tão logo encerrado aquele trabalho me dispus a desenvolver um projeto que possibilitasse a atualização dos dados e, numa perspectiva de continuidade, ampliasse o âmbito dos estudos na área. Nesse sentido, incluí no projeto uma investigação dos cursos de psicologia da América Latina.

Apesar de ampliar o universo de estudo, por motivos práticos e facilmente compreensíveis, restringi o método de investigação apenas ao material documental, excluindo as entrevistas diretas com os professores, que se tornavam inviáveis dentro da amplitude do projeto em questão.

Os resultados obtidos com minha pesquisa anterior, apesar de não muito animadores, indicavam alguns caminhos alternativos para a psicologia social no Brasil e uma preocupação com a situação dessa área do conhecimento na época. Além disso, no momento mais intenso de minha coleta de dados - entre 1984/1985 - iniciava-se uma incrementação de publicações e produção de autores brasileiros e latino-americanos na psicologia social. Essa produção, sem dúvida, poderia marcar e alterar os rumos tanto da psicologia como da psicologia social e não apareceram nas minhas análises. Essa situação aumentou ainda mais minha disposição de atualizar e ampliar o estudo concluído em 1991.

Caberia aqui uma apresentação mais detalhada dos estudos realizados no Brasil e no resto da América Latina a respeito dos cursos e currículos da psicologia, da história e tendências da psicologia social enquanto área de conhecimento ou da atuação e dos próprios caminhos e descaminhos da psicologia. Entretanto, o espaço não nos permitirá grandes vôos e, portanto, apenas citarei alguns estudos para localizar o leitor e orientá-lo na busca de outras referências.

As décadas de 70 e 80 foram ricas em estudos sobre esses temas, a partir da questão da "crise da psicologia social" desencadeada nos anos de 70. Apesar disso, pouco se produziu no sentido de conhecer o ensino da psicologia e, no meu caso especial, da psicologia social. Infelizmente, através de pesquisa bibliográfica, particularmente

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

através de periódicos de psicologia, encontrei um recesso nos estudos nestas áreas. Não se encontram mais preocupações em refletir o estado da psicologia e seu ensino, tanto na América Latina como no Brasil, como se após tantas preocupações ela estivesse navegando em águas calmas, o que não me parece ser o caso.

No Brasil, durante a década de 70, os Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada publicaram muito material a respeito da situação da psicologia e da psicologia social. Na década de 80, particularmente no final da década, a revista da ABRAPSO, Psicologia e Sociedade também produziu muita coisa sobre o papel e a função social, a formação e a organização da categoria do profissional em psicologia.

No que se refere a estudos e autores podemos citar, especificamente, em uma rápida pincelada, alguns trabalhos interessantes no Brasil. Tendo como temática currículo, ensino e formação em Psicologia²: S.M. Pavlon e S.A.Carlos, S. Weber e T.N. Carraher, C. Piccinini, C.S.Hutz e W.B. Gomes, e M.L.Kato e S. Ozella. Trabalhando também o ensino, mas enfatizando o ensino da Psicologia Social: S. Ozella³. Apresentando uma discussão sobre os caminhos e as tendências da Psicologia Social no Brasil, encontramos⁴ A.R. Almeida, M.A.V. Leme e S.T.M. Lane.

Nos outros países da América Latina são apresentadas algumas propostas para os currículos de Psicologia por M.T. Lartigue e C. Harrsch⁵. Estudando a situação da psicologia e/ou da psicologia social, fazendo um histórico da duas áreas, ou ainda, apresentando tendências no continente ou em seus países indicamos⁶: na Argentina, R. Ardilla, no México, Dias-Guerrero, na Venezuela, M. Montero, em El Salvador I.-Martín-Baró. Acrescentamos ainda G. Marin e T. Ibáñez.

A INVESTIGAÇÃO

O levantamento das escolas de psicologia no Brasil e na América Latina seguiram caminhos diversos e com conseqüências também diferentes.

No caso do Brasil, partindo da experiência adquirida na pesquisa anterior, consultei os Conselhos Regionais de Psicologia e consegui uma relação bastante completa e atualizada das escolas de psicologia de todo o país. Elas totalizaram 103 instituições.

No caso da América Latina, devido ao grande número de países,

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" Psicologia & Sociedade; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

não consegui identificar algum órgão que tivesse a informação sobre as escolas tanto no nível latino-americano quando por país. A solução encontrada foi entrar em contato com os adidos culturais dos consulados existentes em São Paulo ou nas embaixadas localizadas no Distrito Federal. Foi um trabalho intenso e com um sucesso apenas parcial. Grande parte desses órgãos não tinham informações corretas e muito menos atualizadas sobre os cursos de Psicologia existentes em seus países. Geralmente, indicavam instituições (universidades públicas ou privadas) mas não sabiam informar se elas ofereciam ensino em psicologia. Apesar disso, consegui listar um total de 71 instituições com as quais me comuniquei solicitando informações sobre os cursos de psicologia e os programas de psicologia social.

Feito o levantamento inicial, endeecei uma correspondência na qual esclarecia os objetivos da pesquisa e solicitava a documentação e informações necessárias para a realização da mesma. Esse processo durou quase todo o ano de 1993 e foram enviadas cartas em março/abril e reenviadas em setembro/outubro.

O resultado desse procedimento foi a resposta de 56 instituições do Brasil e de apenas 22 da América Latina, sendo que somente 15 puderam ser incluídas no estudo. As outras 7 ou não enviaram as informações solicitadas ou não possuíam cursos de psicologia. No caso do Brasil, todas as regiões foram cobertas. No caso da América Latina trabalhamos com os dados de instituições da Argentina, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Guatemala, México, Paraguai e Peru. Não enviaram o material Bolívia, Costa Rica, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Cabe aqui um registro. Apesar do pouco retorno, consideramos que, com algumas exceções, as instituições que colaboraram com nosso estudo são, particularmente, comprometidas com uma visão crítica da psicologia e, principalmente, da psicologia social. Se isso, de alguma forma, pode ter enviesado os dados, não deixa de ser significativo enquanto tendência de uma vanguarda na área na América Latina.

Por problema de espaço não divulgamos as instituições que fizeram parte de nossa amostra; entretanto, essa informação, e outras que o leitor considerar necessárias, encontram-se à disposição dos interessados, bastando entrar em contato com os editores desta revista.

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

RESULTADOS

A apresentação dos resultados segue a seguinte ordem:

- distribuição dos cursos de psicologia pelo país e comparação com os dados de 1983.
- distribuição dos cursos no Brasil por região, considerando a dependência administrativa.
- uma visão geral de vários aspectos comparando Brasil e América Latina
- objetivos dos cursos de psicologia (Brasil x América Latina)
- objetivos dos programas de psicologia social (Brasil x América Latina)
- conteúdos dos programas de psicologia social (Brasil x América Latina)
- obras/autores mais citados no programa de psicologia social (Brasil: 1983/1993)
- obras/autores mais citados no programa de psicologia social (América Latina).

Procurou-se sempre fazer uma comparação entre as duas possibilidades permitidas pelo estudo: entre os dados do Brasil de 1983 e de 1993 ou entre os dados do Brasil e da América Latina 1993.

DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE PSICOLOGIA

Através dos totais da tabela 1 podemos perceber que a distribuição dos cursos de psicologia pelas regiões administrativas permaneceram as mesmas durante os últimos dez anos. A grande concentração permanece na região Sudeste (mais da metade dos cursos), seguida a grande distância pelas regiões Sul e Nordeste, e com menor participação do Centro-Oeste e Norte.

O número de cursos de psicologia no Brasil teve um aumento de 39,2% no período de 1983 a 1993. Na tabela 1 encontram-se dados que explicitam a distribuição dos cursos por regiões e dependência administrativas nos dois momentos abarcados por este estudo, e que esclarecem a situação do aumento do número destes cursos.

Apesar de, em números absolutos, as regiões Sudeste e Sul apresentarem um maior incremento dos cursos de psicologia (14 e 7 respectivamente), em termos relativos o aumento se concentrou

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

Tabela 1

Distribuição dos cursos de Psicologia por regiões e dependência administrativa
Brasil - 1983/1993

Região/Dep. Administr.	NORTE	NOR-DESTE	CENTRO ESTE	SUDES-TE	SUL	TOTAL
PUBL. 1983	1	5	2	10	5	23
1993				11	5	28
PRIV. 1983	2	8	2	34	8	51
1993	-	7	2	37	11	56
CONF. 1983	1	5	2	-	-	Leiga 28
1993	-	-	-	-	-	Conf. 23
TOT. 1983	1	2	2	10	4	19
1993	1	12	4	44	13	74
1993	4	15	6	58	20	103

N.74 (1983) / N.103 (1993)

nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste (300%, 53.8% e 50% respectivamente). No que se refere à dependência administrativa, apesar das regiões Norte e Nordeste terem recebido instituições da rede pública, no quadro geral, e particularmente nas regiões Sudeste e Sul, a rede privada ampliou o número de cursos de psicologia com uma participação marcante das instituições ligadas a ordens religiosas (confessionais).

Esses dados demonstram que durante a década de 80 repetiu-se a expansão da rede privada de ensino no terceiro grau verificada na década de 70, com uma participação quase insignificante do ensino oficial. Essa tendência já presente também nos outros níveis, incluindo desde escolas infantis até o segundo grau, parece que se concretizará na década de 90 nos cursos de pós graduação, particularmente, *latu sensu*.

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

BRASIL - AMÉRICA LATINA: ALGUMAS COMPARAÇÕES INICIAIS

Há uma equivalência entre Brasil e América Latina no que se refere à localização geográfica das instituições estudadas no sentido de uma maior concentração nas capitais ou regiões metropolitanas (regiões que circundam as capitais, apesar de independentes administrativamente), um pouco mais acentuada na América Latina.

Quanto à distribuição dos cursos pelas redes privada e pública, apesar de em ambos predominar a rede privada, na América Latina a concentração é um pouco menor. No caso do Brasil há um domínio da rede privada (41 em 56 escolas), enquanto na América Latina ele se coloca em 9 dos 15 cursos investigados.

No que se refere à época de criação dos cursos de psicologia, apenas três instituições iniciaram suas atividades nos anos 50, no Brasil. A grande concentração se deu na década de 70 quando foram criados 27 dos cursos, na esteira da grande expansão do ensino universitário, dominada pela rede privada. No caso da América Latina, os cursos de psicologia também iniciaram na década de 50 e, apesar de não termos muitos dados para confirmar, aparecem cinco de treze escolas investigadas criadas na década de 70, o que aponta para uma tendência, já que apenas três o foram na década de 60 e, somente uma na de 80.

a quadro de professores nos cursos de psicologia apresentou alguma dificuldade de caracterização pois as informações enviadas não foram muito claras. No caso do Brasil, a maior parte das instituições informou a categoria funcional, outras deram essa informação acrescida da titulação e outras, ainda, apenas a titulação. Por outro lado, as instituições da América Latina praticamente informaram apenas as categoria funcional.

Dos 49 cursos de psicologia no Brasil, que nos informaram sobre este item, 28 possuem entre 20 e 39 professores. Apenas a região Sudeste apresenta casos de instituições com mais de 60 professores. A média fica em 41,7 professores por escola. Na América Latina a distribuição se apresenta bastante dispersa com uma concentração de 4 escolas com menos de 20 professores e de três escolas com mais de 60 professores entre as onze instituições que nos informaram sobre este item. A média fica em 46,8 professores por curso.

A partir de um quadro teórico de Categoria Funcional composto de auxiliar de ensino, assistente mestre, assistente doutor,

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun. 1996

adjunto, titular, os professores ocupam, no Brasil, primordialmente, a posição de assistente (sem especificação - em todas as regiões, seguida de auxiliar de ensino (com maior concentração na região Norte) e titular, (também mais concentrado na região Norte). Quanto à titulação, as instituições criaram a categoria especialista (provavelmente equivalente a curso *latu sensu*) e enquadraram nela cerca de um terço do seu corpo docente, seguida da "categoria" graduado e do mestre compondo (ambas um outro terço), enquanto o terço final se caracteriza por uma mistura que inclui desde Doutores a docentes em processo de titulação em vários níveis.

No caso da América Latina as informações dizem respeito apenas à categoria funcional e se distribuem, igualmente e com maior frequência, entre adjuntos, titulares e assistentes.

Nas 56 instituições pesquisadas o número total de vagas anuais oferecidas foi de 7126, o que daria um total aproximado de 13 mil vagas numa projeção para as 103 escolas atualmente existentes no Brasil, com uma média de 126 vagas/escola.

Aproximadamente metade das escolas oferecem um número entre 50 a 100 vagas. Se aumentar a faixa para 50 a 200 vagas, o índice percentagem sobe para 44 das 56 das instituições estudadas. A média, considerando-se a dependência administrativa das escolas de psicologia, seria de 58 vagas nas escolas da rede pública, 154 nas instituições privadas e 148 vagas nas escolas confessionais (pertencentes, também à rede privada).

No caso da América Latina as informações foram muito reduzidas nesse aspecto, mas aparece um índice de 4 entre as 5 que enviaram essa informação, oferecendo de 50 a 100 vagas anuais.

OBJETIVOS DOS CURSOS DE PSICOLOGIA

A tabela 2 apresenta os objetivos dos cursos de psicologia do Brasil e da América Latina enviados pelas instituições. Dentro de um quadro do ensino dominado pela rede privada, em geral com objetivos muito mais empresariais do que educacionais, essa "carta de intenções" pode parecer contraditória senão apenas um documento burocrático e portanto, deve ser considerado com parcimônia.

O objetivo mais citado, formar profissionais, tanto no Brasil quanto na América Latina, parece atender aos interesses pro-

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

Tabela 2
Objetivos do curso de Psicologia - Brasil e América Latina

Objetivos	BRASIL	AMÉRICA LATINA
Formar profissionais	34 (1)*	6 (1)
Desenvolver responsabilidade e compromisso social/político/ético	23 (2)	5 (2)
Desenvolver capacidade para o trabalho científico e de pesquisa	16 (3)	3 (4)
Propiciar serviço de Extensão à comunidade	13 (4)	4 (3)
Desenvolver atitude crítica sobre teorias/ atuação e realidade social	12 (5)	3 (4)
	N.25	N.10

* os números entre parênteses referem-se à ordenação do objetivo

Alguns Destaques

Destaques	BRASIL	AMÉRICA LATINA
Incentivar o trabalho preventivo	4	3
Destacar a importância do Estudo interdisciplinariedade	6	3
Atentar para os estudos e atuação voltados para a realidade do país	6	5

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

fissionalizantes de uma instituição privada. Não que esse aspecto devesse ser colocado em segundo plano, apesar de vir atenuado pelo objetivo seguinte desenvolver responsabilidade e compromisso social/político/ético, nas duas regiões. Mas deveria vir acompanhado de uma preocupação na formação do cidadão socialmente comprometido com sua área profissional e a serviço da comunidade. Sem dúvida, esses itens aparecem nos objetivos subseqüentes, se bem que em posições inferiores, principalmente aqueles que visam propiciar serviço à comunidade, ou desenvolver atitude crítica, ou ainda, atentar para estudos e práticas voltadas para a realidade do país e, significativamente, no caso da psicologia incentivar o trabalho preventivo. Em todos esses casos esses objetivos são mais freqüentes nos cursos da América Latina do que no Brasil.

Talvez os últimos objetivos estejam presentes devido ao alto índice de instituições ligadas a ordens religiosas que, pelo menos ética e moralmente, sejam mais sensíveis a esses aspectos na formação profissional do cidadão. Entretanto, a simples citação deles pode indicar alguma perspectiva mais otimista do papel das escolas superiores na preparação de profissionais não preocupados apenas com aspectos técnicos da sua atuação futura.

É interessante notar que apesar de não haver muita diferença no que se refere à ordem em que os objetivos são colocados (apesar de haver alguma), eles estão melhor distribuídos no caso da América Latina do que no Brasil. Além disso, a preocupação com a formação de profissionais voltados para a realidade do próprio país, acompanhada da necessidade de prestar serviços à comunidade, parece ser um dado muito marcante nas instituições latino-americanas e pouco presente nas brasileiras e que denota uma diferença significativa na visão de um profissional, principalmente na área de humanidades.

A DISCIPLINA PSICOLOGIA SOCIAL

A psicologia social é uma disciplina obrigatória oferecida nos cursos de psicologia social e que, tanto no Brasil quanto na América Latina, apresenta características semelhantes enquanto localização na grade curricular. É uma disciplina que se distribui pelo currículo, mas com alta concentração no segundo ano ou nos terceiro e quarto semestres. Geralmente é oferecida em dois semestres, mas varia entre um e quatro períodos. Do mesmo modo, a grande maioria

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

dos cursos oferece quatro créditos por período para a disciplina, mas isto também varia entre dois e oito créditos no período ..

O número de professores da disciplina também varia muito, mas apresenta alguma diferença entre o Brasil e a América Latina. Enquanto no Brasil a frequência entre um e dois professores é de 40 das 55 instituições, ela cai na América Latina para seis e aumenta, no caso de mais de dois professores, para oito entre as nove escolas que nos informaram sobre este aspecto.

OBJETIVOS DOS PROGRAMAS DE PSICOLOGIA SOCIAL

Os programas (disciplinas) de psicologia social, como foi dito acima, em geral são divididos em Psicologia Social I e Psicologia Social II, quando oferecidos em dois semestres. Para organização dos dados considereei como Psicologia Social II os objetivos que constavam nesse e nos outros programas subseqüentes (Psicologia social III, Psicologia Social IV, etc - quando obrigatórios - apesar de serem casos pouco freqüentes).

Os objetivos levantados são uma somatória dos citados em Psicologia Social I e Psicologia Social II e o registro, como em um ou em outro, resultou da maior frequência em um deles. Por exemplo, se o objetivo transmitir conceitos básicos aparece com 20 citações em Social I e com 5 citações em Social II, ele teria um total de 25 citações (que definiria a ordem de sua colocação) e seria registrado como um objetivo mais freqüente em Social I.

Os resultados apresentados na tabela 3 mostram uma tendência comum no Brasil e na América Latina no que se refere aos objetivos dos programas de psicologia social, particularmente nos quatro objetivos principais. Entretanto, essa tendência se concretiza de maneira diferente nos dois casos. No Brasil nota-se uma propensão a transmitir uma nova concepção de psicologia social, seguida da intenção de estimular uma visão e atuação crítica e reflexiva e, em quarto lugar, transmitir fundamentos e conceitos de psicologia social. Já na América Latina esses três objetivos não são priorizados entre si, encontrando-se no mesmo nível: todos em primeiro lugar. Isto pode significar que apesar de considerar importante uma nova concepção em psicologia social e estimular a visão crítica, os países da América Latina consideram também importante os fundamentos e conceitos da psicologia social (em geral os tradicionais), para, talvez, com base neles construir uma nova disciplina. No caso do

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

Tabela 3
Objetivos dos programas de Psicologia Social - Brasil e América latina

<i>Objetivos</i>	<i>Programa</i>	<i>Brasil</i>	<i>América Latina</i>
TRANSMITIR uma nova concepção de psicologia social (homem como produto social/ psicologia social transformadora)	Psicologia Social I	34 (1)	8 (1)
ESTIMULAR visão crítica e PROPICIAR atuação crítica e reflexiva	Psicologia Social I	31 (2)	8 (1)
IDENTIFICAR campos de atuação da psicologia social e ANALISAR formas de atuação do psicólogo	Psicologia Social II	26 (3)	7 (2)
TRANSMITIR fundamentos e conceitos de psicologia social	Psicologia Social I	22 (4)	8 (1)
ANALISAR categorias fundamentais da psicologia social (materialismo histórico)	Psicologia Social I	12 (5)	-

<i>Destaques</i>	<i>Programas</i>	<i>Brasil</i>	<i>América Latina</i>
DESTACAR a importância da interdisciplinariedade	Psicologia Social I	2	4
INCENTIVAR o treino em pesquisa	Psicologia Social I e II	9	2
PREPARAR profissionais comprometidos com a comunidade/país	Psicologia Social I e II	6	5

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

Brasil, parece que esses conceitos e fundamentos, apesar de não serem abandonados de todo, têm uma menor importância e são superados pela necessidade de inovar na disciplina. Entretanto, como veremos no próximo item, na prática os professores não consideram pouco importante os conceitos e fundamentos da Psicologia Social e, talvez, tenham se preocupado mais em marcar os objetivos da disciplina na direção de uma nova concepção.

Além desses objetivos, que são mais específicos da Psicologia Social I, aparece, com alto índice, uma preocupação com os campos e as formas de atuação do psicólogo. Nessa mesma direção, mas com menor frequência, a preparação de profissional comprometido com a comunidade, que havia sido destacado como objetivo do curso de psicologia, se concretiza na Psicologia Social II. Ressalte-se que essa preocupação é mais marcante nos cursos da América Latina do que no Brasil, apesar do alto índice brasileiro em propiciar atuação crítica do aluno.

Finalmente, outras discrepâncias entre Brasil e América Latina surgem com o destaque para a interdisciplinaridade, maior na América Latina, e o treino em pesquisa, no qual o Brasil se mostra um pouco mais preocupado, apesar de que em ambos os casos o índice parece insuficiente, principalmente para programas que pretendem uma visão crítica, uma nova concepção e uma atuação mais comprometida, o que, convenhamos, não se concretiza sem pesquisa.

De qualquer maneira, comparando-se com os objetivos do programa de Psicologia Social, identificados em 1983, no Brasil, nota-se uma grande alteração, já que naquela oportunidade eram destacados principalmente: a transmissão dos conceitos e fundamentos básicos da psicologia social, a discussão de temas relevantes de estudo dessa disciplina, alguma preocupação com a formação do profissional e a estimulação de uma visão crítica, mas sem muita consistência em termos de um conteúdo que permitisse uma concretização dessa perspectiva.

CONTEÚDOS DOS PROGRAMAS DE PSICOLOGIA SOCIAL

Os dados registrados na tabela 4 são expressivos ao se comparar o Brasil e a América Latina e, de alguma maneira, vêm confirmar as pequenas diferenças encontradas nos objetivos colocados acima. Ambos priorizam, enquanto conteúdos importantes dos programas a conceituação, histórico e relações com áreas afins. Quanto ao

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

Tabela 4
 Conteúdos dos programas de Psicologia Social - Brasil e América latina

Conteúdos	Programa	Brasil	América Latina
Conceituação, histórico e relações com outras áreas	Psicologia Social I	54 (1)	13 (2)
Dimensão histórica e ideológica da psicologia e do homem	Psicologia Social I e II	41 (2)	5 (10)
Comunicação, linguagem e representação social	Psicologia Social I e II	40 (3)	8 (7)
Processos grupais	Psicologia Social I e II	39 (4)	14 (1)
Identidade social	Psicologia Social I	33 (5)	8 (7)
Consciência (social)	Psicologia Social I	31 (6)	2 (13)
Organizações e instituições	Psicologia Social II	29 (7)	6 (9)
Metodologia da pesquisa	Psicologia Social I	28 (8)	5 (10)
Aplicações da psicologia social e prática do psicólogo	Psicologia Social II	28 (8)	9 (6)
Atitudes e mudanças de atitudes	Psicologia Social I	27 (9)	14 (1)
Percepção e processos cognitivos	Psicologia Social I	25 (10)	12 (3)

N.54 N.14

* os números entre parênteses referem-se à ordenação dos conteúdos

Alguns Destaques

Destaques	Programas	América Latina
Interação social	5	11 (4)
Socialização	22 (13)	10 (5)
Comunicação de massa e publicidade	25 (10) - Cognitivismo	9 (6)
Agressão e violência	20 (14)	9 (6)

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

destaque de quais conceitos e fenômenos devem ser ressaltados, percebe-se uma diferença que parece marcar a discrepância citada anteriormente. Os programas da América Latina destacam conceitos e processos vinculados a uma psicologia social mais tradicional com raízes na formação originária dos Estados Unidos como atitudes e mudança de atitude, processos grupais, percepção e processos cognitivos. Além desses, com índices menores, mas com origem semelhante surgem interação social, socialização, comunicação de massa e publicidade e agressão e violência.

Com exceção de processos grupais, esses conteúdos têm índices bem inferiores, quando se considera os programas de psicologia social do Brasil. Eles são substituídos, em nível de importância, por processos que têm ocupado espaço nos autores que se preocupam com uma "nova concepção de psicologia social", como por exemplo dimensão histórica e ideológica da psicologia e do homem, comunicação, linguagem e representação social, identidade social e consciência social. Dois desses conceitos e fenômenos mereceram algum destaque nos programas da América Latina: comunicação, linguagem e representação social e identidade social.

Ainda devem ser lembrados alguns conteúdos que aparecem, prioritariamente, nos programas de Psicologia Social II (tanto no Brasil como nos outros países da América Latina): organizações e instituições, metodologia de pesquisa e aplicação da psicologia social e praxis do psicólogo.

Das citações sobre os conteúdos emergiu uma comparação que parece interessante para entender os rumos da psicologia social no Brasil. A comparação pode ser feita entre o cognitivismo e uma nova concepção de psicologia social com base no materialismo histórico.

O cognitivismo teve 176 citações (812 possíveis), se incluirmos dentro dele os conceitos de consciência (31 citações) e linguagem e representação social (40 citações), mesmo considerando que as concepções sobre cognitivismo possam ser diferentes para os estudiosos desses fenômenos. Se forem retirados esses três conceitos e se remeter às concepções mais clássicas do cognitivismo, as citações diminuem para 105.

Por sua vez, a psicologia materialista histórica apresenta 233 citações incluindo-se a ligação que a maioria dos programas fazem entre essa concepção e psicologia/trabalho (24 citações) e psicologia comunitária (9 citações). Caso esses fenômenos sejam

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

eliminados, sobram 190 citações.

Em síntese, se mantivermos apenas conceitos e categorias stricto sensu vinculados a cada uma das correntes teóricas teríamos uma distribuição de 12,9% para o cognitivismo e 25,8% para o materialismo histórico.

Apesar de serem dados secundários, parece ficar claro a presença maior, na atualidade, de uma preocupação com uma forma alternativa de psicologia social, o que, aliás, vem confirmar os objetivos colocados acima.

OBRAS E AUTORES UTILIZADOS NOS PROGRAMAS DE PSICOLOGIA SOCIAL - BRASIL/AMÉRICA LATINA

As observações feitas no final da sessão anterior se concretizam e se explicitam através das obras e autores citados nos programas, particularmente no caso do Brasil. Atentando para o quadro 1, fica clara, novamente, a formação de dois grupos bastante distintos: de um lado, autores vinculados ao cognitivismo e do outro, autores, de alguma forma comprometidos com o materialismo histórico.

Dos autores citados se colocam no primeiro grupo: A. Rodrigues, H. Krüger, S. Asch, J.L. Freedman, D. Krech e W.W. Lambert/W.E. Lambert, que, se não se identificam totalmente com o Cognitivismo, têm em comum uma psicologia social marcada pela escola positivista.

Do segundo grupo fariam parte, S.T.M. Lane, A.c. Ciampa, B.P. Pariguin, M.Chauí, A. Heller e J.H. Leontiev, que compartilham com uma visão de homem como um ser social e historicamente construído.

Além disso, se atentar para os dados de 1983 e de 1993 e a frequência em que as obras foram citadas, percebe-se uma inversão na direção do materialismo.

Se tomar como referência apenas os autores dos dois grupos acima (e as obras citadas pelos programas) nota-se uma frequência em 1983 de 175 citações dentro do cognitivismo e apenas 38 dentro do materialismo histórico. Em 1993 acontece uma distribuição diferente - cognitivismo 101 e materialismo histórico 150 citações. Uma diferença de mais de 300% em favor do cognitivismo se transformou em uma diferença pró materialismo de quase 50%.

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

Quadro 1
Obras e autores mais citados nos programas de
Psicologia Social 1983/1993· Brasil

Obras e Autores	1993 - N. 56	1983 - N.74 / Class.1983	
1. Lane, S.T.M. & Codo, W. <i>Psicologia Social: o homem em movimento</i>	63	-	-
2. Rodrigues, A. - <i>Psicologia Social</i>	36	54	1º
3. Lane, S.T.M. - <i>O que é Psicologia Social</i>	28	22	5º
4. Ciampa, A.C. - <i>A estória do Severino e a história da Severina</i>	18	-	-
5. Kruger, H. - <i>Psicologia Social</i>	14	-	-
6. Rodrigues, A. - <i>Aplicações da Psicologia Social</i>	13	10	14º
7. Chauí, M. - <i>O que é ideologia</i>	12	-	-
8. Pariguin, B.P. - <i>A Psicologia Social como Ciência</i>	11	16	9º
9. Freedman, J.L. et all - <i>Psicologia Social</i>	10	36	3º
Asch, S. - <i>Psicologia Social</i>	10	29	3º
- Krech, D. et all - <i>O indivíduo na sociedade</i>	10	29	3º
- Lapassade, G. - <i>Grupos, Organizações e Instituições</i>	10	-	-
- Heller, A. - <i>O cotidiano e a história</i>	10	-	-

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

Tomando-se em conta as 34 obras citadas, com no mínimo cinco referências, e considerando-se a linha teórica ou o sistema psicológico a que elas pertencem, confirma-se essa tendência. As obras com teor positivista foram citadas 119 vezes (10 obras), com um índice de 29,4%, enquanto que as obras que partem de uma posição materialista histórica ou criticam a postura positivista, aparecem em 166 citações (12 obras), com um índice de 35,3%. Apesar de ser uma diferença pequena, se considerar a hegemonia do positivismo na psicologia e psicologia social, principalmente no Brasil, desde os anos 50, essa diferença adquire outro significado.

Merece destaque a alta presença dos autores brasileiros entre as 34 obras que tiveram até cinco citações. Não tenho dados quantitativos para a situação em 1983, mas, certamente, a presença de obras

Quadro 2
Obras e autores mais citados nos programas de Psicologia Social
1993 - América latina

Obras e Autores	Frequência de citações
1. Moscovici, S. -Psicologia Social	12
2. Rodrigues, A. - Psicologia Social	8
3. Salazar, J.M. et all - Psicologia Social	7
4. Martin-Baró, I. - Acción y ideología	6
5. Montero, M. - Psicologia político Latino-americana	5
- Jimenez, D.B. - Aportes críticos a lo Psicologia Latino-americano	5
Marin, L. - Psicologia Social Latino-americano	5

N.14

Obs. - com 4 citações: manuais clássicos de psicologia social

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

estrangeiras era muito forte, tanto na freqÜência quanto na influência, sobre os programas de psicologia social. Os dados de 1993 são bem mais otimistas. Os autores brasileiros impõem-se com 13 das obras com, no mínimo, cinco citações, enquanto obras originárias dos Estados Unidos, que têm mantido um alto índice de produção na área, aparecem com 10, e autores latino-americanos duas.

No caso da América Latina, como havia poucos dados e, portanto, menores possibilidades de altas freqÜências, foi feita uma primeira leitura, com as obras com no mínimo cinco citações e uma síntese com todas as obras presentes nos programas de psicologia social.

Da primeira leitura (quadro 2), outra boa surpresa emergiu dos dados. Apesar da obra de Serge Moscovici - Psicologia Social parecer como a mais lembrada nos programas de Psicologia Social, todas as outras são de autores latino-americanos.

Entretanto, considerando-se o total de obras citadas (59) notase, ainda, a grande presença da psicologia social importada dos Estados Unidos com um índice de 33 citações, seguida de autores ibero-americanos (latino-americanos e espanhóis) com 18 referências e, aparecendo, apenas 2 obras brasileiras.

ANÁLISE E CONCLUSÃO

Há que se alertar o leitor sobre as análises e conclusões que serão feitas nessa seção. Quero deixar claro que, pelos dados pouco representativos no que se refere à América Latina, meus comentários serão (e devem ser lidos assim) menos conclusivos e generalizados do que com os dados do Brasil, que além de apresentar mais elementos têm como respaldo um estudo que vem sendo realizado por mim desde um período de mais de dez anos. Seguirei nessa seção o mesmo roteiro apresentado nos "Resultados", assim como o mesmo procedimento, isto é, tentando uma reflexão comparativa entre a situação no Brasil em 1983 e 1993, e entre a situação brasileira e a latino-americana atualmente.

Tanto no Brasil quanto na América Latina a responsabilidade da formação dos profissionais em psicologia encontra-se nas mãos da rede privada de ensino, sendo que no caso brasileiro a situação parece ser mais preocupante. Claro que este quadro não se restringe às escolas de psicologia e, muito menos, ao ensino superior. No caso da psicologia a preocupação não se limita apenas a uma

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

reivindicação de cunho político-educacional na qual a educação deveria ser prioridade governamental (em todos os níveis). Poder-se-ia argumentar que o ensino superior, estando sob a responsabilidade da rede privada, permitiria ao Estado utilizar os recursos no ensino básico. Entretanto, não é o que ocorre por falta de uma política educacional mais responsável. Além disso, poder-se-ia considerar que o ensino superior, enquanto privilégio de poucos, estaria, coerentemente e adequadamente, bem situado sob a responsabilidade de iniciativa privada - como, aliás, comentariam alguns apressadamente, acontece nas nações mais afluentes.

Acontece que no Brasil essa tendência tem se mostrado exacerbada e sem nenhum controle. O índice percentual das escolas de psicologia da rede privada aumentou em aproximadamente 4%, enquanto as da rede pública diminuí na mesma dimensão. E esses são dados circunstanciais, pois a cada momento são solicitadas novas autorizações para aberturas de cursos que, em geral, são aprovadas por razões políticas e atendendo ao lobby dos empresários do ensino. Apenas para ilustrar: somente em São Paulo, quando fiz o levantamento dos cursos de psicologia, havia aproximadamente 30 pedidos de abertura de novos cursos.

Entretanto, quando argumento contra a situação atual, estou me atendo não apenas à expansão que não parou desde a década de 70, mas, principalmente à qualidade de ensino que se está oferecendo nas escolas de psicologia da rede privada. Vamos aos dados. Em 1983 eram abertas anualmente cerca de 7 mil vagas para os cursos de psicologia no país. Atualmente o número estimado encontra-se ao redor de 13 mil. A média das vagas oferecidas pela rede pública se manteve por volta de 50 enquanto as da rede privada passou de 130 para 150. A titulação do corpo docente também nos dá algumas referências sobre a qualidade do ensino. Com a expansão das escolas se dando de forma descontrolada não há possibilidade de ser acompanhada de uma preparação profissional do professor (e nem do psicólogo). Criou-se, principalmente nas regiões Sul e Sudeste (regiões teoricamente com melhores condições de preparar o profissional) uma categoria - especialista - que não se enquadra na carreira acadêmica do professor e que parece resultar de cursos avulsos, geralmente oferecidos pelas próprias instituições da rede privada para "titular" aqueles professores que não têm condições de cursar um programa de pós graduação.

Apesar desse quadro não muito animador, pelo menos teo-

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

ricamente, os cursos de psicologia apresentaram alguns avanços em termos de objetivos, que infelizmente, nesse estudo, não foi possível confirmar na prática dos professores. Mas, de qualquer forma, dão indícios de que com um corpo docente bem preparado existem perspectivas positivas para a formação do profissional em psicologia.

Como já foi colocado na seção de "resultados", nota-se uma semelhança entre os objetivos propostos tanto no Brasil quanto na América Latina, na direção de priorizar a formação do profissional (acentuado no caso do Brasil) acompanhada de uma preocupação em desenvolver um compromisso social, político e ético. No caso da América Latina existe, mais do que no Brasil, uma preocupação no sentido de que o profissional esteja atento a um conhecimento e uma atuação voltados para a realidade do país.

Do mesmo modo foi destacado naquela seção que esses objetivos podem estar sendo direcionados pelo fato de muitas das escolas privadas estarem ligadas a instituições religiosas que, pelo menos teoricamente, tem a responsabilidade moral de estar atentas aos pontos citados nos objetivos. Volto a afirmar que tais objetivos não puderam ser constatados na prática e, portanto, não temos confirmação de sua efetiva concretização.

Os objetivos identificados nos programas de psicologia social foram bastante animadores enquanto uma perspectiva crítica e transformadora na formação dos profissionais em psicologia, tanto no Brasil quanto na América Latina. Minha experiência enquanto professor, a literatura a respeito e os contatos com profissionais de outras áreas não permitem grandes vãos otimistas a respeito, mas, pelo menos na área de psicologia social houve grandes alterações nos últimos dez anos.

Depois de uma fase bastante confusa na década de 70, identificada como um momento de crise da psicologia social, na qual havia uma grande indefinição na área e, conseqüentemente, nos programas oferecidos nas escolas de psicologia, parece que alguns caminhos alternativos começam a se delinear. Um maior intercâmbio entre o Brasil e outros países, particularmente da América Latina. Uma maior conscientização dos problemas sociais enfrentados pelos países latino-americanos. Um incremento da produção científica crítica buscando encontrar soluções para problemas específicos do continente latino-americano. Uma fundamentação teórica com base em postulados e concepções de homem e de realidade social

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

alternativas à concepção positivista. Esses podem ser identificados como alguns dos aspectos que contribuíram para a mudança dos rumos da psicologia social como puderam ser percebidas nas seção de "resultados"~

Não se pode deixar de destacar o papel da professora Silvia T. M. Lane e do programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo nesse processo. A partir do lançamento de duas obras dessa autora e da sua atuação enquanto coordenadora do programa de Pós-graduação e como presidente da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social) a Psicologia Social brasileira passou a ter outra cara, e outra presença, dentro dos currículos dos cursos de psicologia.

Suas obras, como foi constatado nos dados sobre os autores mais importantes influíram, decididamente, na construção do teor dos programas de psicologia social. O programa de Pós-graduação participou com a formação de vários profissionais de outras regiões do Brasil, particularmente da região Nordeste, que vieram completar sua formação na PUC-SP. E a ABRAPSO, através dos vários encontros científicos, regionais e nacionais, que permitiram o intercâmbio entre os pesquisadores em psicologia social.

Concluindo, nota-se que tanto o Brasil quanto a América Latina, têm mostrado fôlego e disposição para encontrar seus próprios caminhos dentro da área da psicologia social. Isto fica claramente constatado no caso brasileiro e, apesar dos poucos dados, também se delineia nos cursos de psicologia da América Latina, apesar da grande influência ainda presente das posições mais tradicionais em outras áreas da psicologia, e mesmo da psicologia social. De qualquer maneira, é instigante e desafiador o caminho que se vislumbra nesta área do conhecimento e, pelos dados levantados nesse estudo, parece que grandes embates ainda serão travados e a vitória final vai depender dos esforços e da produção que cada uma das posições apresentar, mesmo considerando que, também na ciência, o avanço e a quebra de posturas institucionalizadas há muito tempo, sofrem percalços inimagináveis. É um desafio, sem a menor dúvida.

Sergio Ozella é doutor em psicologia social pela PUC-SP e professor do depto de Psicologia Social da Faculdade de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

ABSTRACT: (Psychology courses and social psychology programs in Brazil and Latin America) Documents from 56 Brazilian universities and colleges and from 15 Latin American universities were studied so as to analyze both general aspects of undergraduate psychology courses and the specific features of their social psychology content. General aspects focused included the date the course began to be offered, the geographical location of the University or College, number of students enrolled in the course and size of the teaching staff, as well as the course's main objectives. As far as specific social psychology contents are concerned, data have been gathered on the moment in the course that the contents are introduced, teacher's profile, main objectives, contents covered in the course and their bibliography. Results showed that Brazilian psychology courses increased in number in the last 10 years but their distribution country wide has remained practically unchanged. The main change in Brazil, from 1983 to 1993, was found in the objectives - and particularly in the objectives of the social psychology contents - as well as in their theoretical trends. Despite of some common aspects observed as result of a comparison between Brazilian and the other Latin American psychology courses, several differences were found, specially in relation to social psychology course contents and bibliography. A lack of interchange between Brazilian and other Latin American universities and colleges was also found.

KEY WORDS: social psychology, social psychology courses, Brazilian social psychology, Latin American social psychology.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹ OZELLA, S. O Ensino da psicologia Social no Brasil: um estudo sobre o pensar e o agir de seus professores. Tese de doutorado em Psicologia Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.

² PAVLON, S. M. & CARLOS, S. A. "Projeto: melhoria da formação do psicólogo". *Psico*, v. 6, n. 2, jul/dez. 1983, p. 17-26; WEBER, S. & CARRAHER, T. N. "Reforma curricular ou definição de diretrizes? Uma proposta para o curso de psicologia". *Psicologia*, v. 8, n. 1, p. 1-13, 1982; PICCINI, C. & colabs. "A formação do psicólogo no Rio Grande do Sul". *Psicologia: Reflexão e Crítica*, V. 4, n. 1/2, p. 71-90, 1989; HUTZ, C. S. & GOMES, W. B. "O perfil do professor universitário de psicologia no Rio Grande do Sul". *Psicologia: Reflexão e Crítica*, V. 2, n. 1/2, p. 61-67, 1987; OZELLA, S. & KATO, M.L. "A desarticulação entre a formação e as necessidades da sociedade". *Jornal do CR.P.*, ano 13, nº 83, p. 11, setembro de 1993.

³ OZELLA, S. "O Ensino de psicologia social no Brasil", op. cit.

⁴ ALMEIDA, A. R. "Tendências da psicologia social no Brasil". *Síntese*, v. 17, nº 47, p. 51-66, set./dez. 1989; LEME, M. A. V. S. "Caminhos e descaminhos da psicologia social". *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 5, nº 3, p. 269-276, ser/dez. 1989; LANE, S.T.M. "A Psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia". In:

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 120-143; jan./jun.1996

LANE, S.T.M. & CODO, W. Corgs.) *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo, Brasiliense, p. 10-19, 1989.

⁵ LARTIGUE, M. T. & HARRSCH, C. "Hacia el aprendizaje integral de la psicología". *Ensenanza y investigación en Psicología*, v. 7, n° 2, p. 248-264, jul/dec.1981.

⁶ ARDILLA, R. "Psychology in Latin America Today". *Annual Review of Psychology*, v.33, p. 103-122, 1982; DIAS-GUERRERO, R. "Contemporary psychology in Mexico". *Annual Review of Psychology*; v. 35, p. 83-112, 1984; MONTERO, M. "Fundamentos teóricos de la psicología social comunitária em Latinoamerica". *Boletín de la Asociación Venezolana de Psicología Social*, v. 5, n° 1, p. 15-22, abril, 1982; MARTÍN-BARÓ, L "El reto popular a la Psicología Social en América Latina". *Boletín de Psicología*, v. 6, n° 26, p.251-271, oct/dec., 1987; MARTÍN-BARÓ, I. "Hacia una Psicología Política latinoamericana". *Cuadernos de Psicología*, v. 11, n° 1, p. 5-33, 1991; MARIN, G. Ced.) *La psicología social en Latinoamerica*. México, Trilas, 1975; IBÁÑEZ, T. *Psicología social construccionista - selección de textos*. Jimenez-Domigues, B., México, Univ. de Guadalajara, 1994.

O PÓDIO DA NORMALIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA E A PSICOLOGIA SOCIAL

José Luiz Aidar Prado

RESUMO: O texto procura responder à pergunta: quais são as tarefas da psicologia social segundo a abordagem da teoria da sociedade desenvolvida por Jürgen Habermas? Em um primeiro momento apresentarei os conceitos básicos da teoria da ação comunicativa de Habermas e discutirei o âmbito da psicologia social nesse corte teórico. No momento seguinte, discutirei a noção de 'sujeito capaz de linguagem e de ação' - fundamental para a teoria habermasiana -, que se ampara no conceito de 'normalidade do uso da linguagem'. Como deve posicionar-se a psicologia social acerca desses pressupostos éticos da teoria habermasiana?

PALAVRAS-CHAVE: ação comunicativa, psicologia social, sujeito, normalidade, linguagem.

A questão central da teoria da sociedade poderia ser assim sintetizada: "O que é a sociedade e como se reproduz?". Há várias maneiras de se responder a esta questão, segundo incida o enfoque teórico sobre um ou outro aspecto do mundo social. A sociedade pode ser encarada:

- como reposição da cultura, em que os agentes do processo de entendimento ancoram-se na tradição cultural de saber compartilhado socialmente, para renová-la
- como um entrelaçamento de processos de interação social de grupos solidarizados por meio de instituições comunitárias
- como o espaço em que se dá a socialização dos indivíduos a partir da aquisição de identidade e personalidade

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

Habermas pretende em sua teoria da ação comunicativa apresentar uma teoria da sociedade que considere os três aspectos acima como interligados e interdependentes. Mas antes de entrar na explicitação dessa interdependência de abordagens, é preciso introduzir alguns conceitos dessa teoria.

MODERNIDADE, RACIONALIDADE E COMUNICAÇÃO

A teoria da ação habermasiana envolve o tratamento de três temas básicos: a modernidade, a racionalidade e a comunicação. Esses três motivos-chave procuram dar conta:

- da formulação de um diagnóstico de nossa época, dominada por um pensamento de tipo cognitivo-instrumental, encarnado nas práticas da tecnociência

- da crítica àqueles que consideram a modernidade como um projeto concluído e da conseqüente reabilitação do iluminismo (e de uma ética universalista) a partir de um conceito situado de racionalidade

- da tematização de uma racionalidade comunicativa constituída a partir dos conceitos de ação comunicativa e de mundo vivido (Lebenswelt), que tenha como base uma ética do discurso, contra a dominância do utilitarismo e da racionalidade instrumental no mundo cibernético dos sistemas

A idéia de razão em Habermas não se refere a um saber unificado e unificante sobre o mundo ou, em outras palavras, ao conhecimento ou à sua aquisição, mas à forma pela qual os agentes empregam socialmente a pluralidade dos conhecimentos disponíveis na prática cotidiana de suas ações. Assim, de partida Habermas distingue o modo estratégico/instrumental pelo qual a tecnociência controla o mundo objetivo, do modo comunicativo segundo o qual os participantes da interação dialogam sobre as situações concretas e problemáticas com que se defrontam no cotidiano. Esses interlocutores são intérpretes e não somente observadores. Eles interpretam uns os atos de fala dos outros, no sentido de alcançar entendimento e consenso.

No mundo inaugurado pela modernidade deu-se a separação das esferas de ação - ciência, direito e arte - passando cada campo a ser dirigido por normas próprias e independentes dos demais. Com a autonomia das esferas, a interação entre os homens se dá

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

não mais a partir dos valores e normas, como nas sociedades anteriores ao capitalismo, mas a partir de mecanismos técnicos que evitam o risco de desentendimento. Não é a linguagem o meio de coordenação de ações nos campos da ciência, da economia e de direito modernos, mas o mecanismo de integração sistêmica, realizado por regras instrumentais e meios 'deslinguisticados' como dinheiro e poder, que garantem a circulação de ações em uma rede instrumentalmente formalizada¹.

No campo produtivo da tecnociência aos agentes importa o desempenho e o controle de máquinas e sistemas que buscam objetivos concretos: a venda de produtos, a descoberta de uma nova vacina, a atuação de empresas em novos mercados, a aprovação de uma lei na assembleia estadual, a defesa de um criminoso no tribunal, o aumento da audiência da programação de uma emissora, a melhoria condicionada e rápida dos sintomas dos doentes, o aumento da produção e dos lucros de uma companhia, o aperfeiçoamento do sistema de arrecadação dos impostos federais. Segundo a racionalidade instrumental, em que vige o procedimento calculador, dado um objetivo, pode-se dimensionar diferentes alternativas para alcançá-lo, realizando um posterior balanço de custos e benefícios, a fim de optar pela via 'otimizada'.

Esta forma instrumental de racionalidade generalizou-se na modernidade, colonizando - na expressão de Habermas - o modo comunicativo de racionalidade, que perdeu sua força normativa. Assim, o sistema colonizou o mundo vivido. O que quer isto dizer? Que o modo calculador e utilitarista da tecnociência é empregado para decidir as ações humanas como se fossem fatos do mundo objetivo. A esfera da ação humana resulta sujeita exclusivamente aos imperativos de sistema. Veja-se por exemplo a questão da identidade, estudada por Habermas a partir de pesquisas com adolescentes. A construção da identidade dos jovens é tratada pelos especialistas como se fosse um problema técnico. O que é a abordagem técnica da identidade? Elabora-se um modelo de personalidade a alcançar e parte-se para jogos mentais de aquisição das competências exigidas por tal modelo. É o que fazem a psicologia comportamental e a psicologia empresarial. Partese do pressuposto de que o modelo a alcançar é um fim em si mesmo, e desconecta-se tal modelo da questão da socialização e da construção simbólica da identidade. É por esta razão que Habermas coloca em primeiro plano a categoria do sentido. A

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

teoria da ação comunicativa assume uma abordagem históricohermenêutica ².

Na teoria de sistemas define-se a meta a alcançar e caminha-se para ela. Um dos componentes do sistema exerce a função de controle que analisa o ambiente, ou seja, o fora-do-sistema, e vai realizando um sensoriamento de variáveis relevantes para esse controle. Quais são suas metas? O sistema está caminhando para tais metas? O ambiente mudou, exigindo mudanças correspondentes no funcionamento do sistema e de suas partes? Como se dá a relação entre os subsistemas que constituem o sistema como um todo? Em que momento se faz necessária a correção de rumos do míssil-sistema para que o objetivo seja atingido? Essa correção é o feedback, a realimentação, em que a leitura do mapa externo leva o departamento que exerce a função semiótica de leitura e seleção de "realidade" a propor as correções. O sistema busca reduzir a complexidade do ambiente através de sua leitura e sensoriamento seletivos de variáveis relevantes³.

Em um mundo completamente tecnificado a resposta sistêmica é certamente uma ação conservadora, na medida em que atua somente na direção de mais tecnificação, de mais controle, de mais desempenho mensurável, de mais cálculo e contabilidade, não despertando os falantes para a tematização de seus jogos de linguagem e para a construção de respostas responsáveis frente a seus atos.

De princípio trata-se em Habermas de recusar o approach biologicista da teoria sistêmica. Se os organismos biológicos são entendidos como mecanismos autoregulados, as sociedades deveriam ser tematizadas a partir de categorias simbólicas. As sociedades são espaços de busca intersubjetiva de sentido para a ação dos participantes comunicativos. Entre as categorias de comportamento e de ação, é preciso escolher a de ação para pensar a teoria da sociedade. Assim, a ação comunicativa parte de pressupostos diferentes daqueles da ação instrumental/estratégica. O telos habermasiano da linguagem é o entendimento, o que implica em dizer que a ação instrumental tende a uma espécie de 'deslinguistificação', a uma versão reduzida do que é possível na linguagem. Os falantes, ao dialogarem entre si, ou seja, ao apelar aos outros a fim de serem entendidos em seus atos de fala, estão submetendo seus ditos ao crivo da crítica, que poderá colocar em questão os respectivos pressupostos e pretensões de validade. Para chegamos a um acordo acerca de algo que se refere ao mundo objetivo dos

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

fatos, ao mundo social das normas ou ao mundo das expressões particulares dos falantes, é preciso que uma ação comunicativa se faça no terreno colonizado pela razão instrumental.

ALÉM DA METAFÍSICA

Em sua tentativa de elaborar uma teoria pós-metafísica, Habermas procurou dar conta da superação do conceito de sujeito autoconsciente constituidor de mundo, a partir do qual o social é a somatória das consciências monádicas. Privilegia-se nessa abordagem metafísica a relação do sujeito autoconsciente consigo mesmo. A ação comunicativa define-se, por outro lado, no espaço intersubjetivo, em que o ato de fala é a unidade mínima. A teoria dos atos de fala de Austin e Searle, que desempenha, importante papel na construção da teoria habermasiana, coloca a importância da linguagem para a realização de atos. A linguagem não serve exclusivamente para que os falantes façam referências semânticas ou predicções. Ao dizer "Fulano está aqui" estabeleço uma referência; ao dizer "Fulano é alto", faço uma predicção. Entretanto, ao dizer: "prometo comprar-te um chocolate", estou realizando uma promessa.

A linguagem serve também para que os falantes façam coisas como prometer, perguntar, expressar desejos, ordenar, sentenciar pessoas à prisão, proibir, etc. O que isso quer dizer? Que as frases ditas no cotidiano ultrapassam a relação semântica de fazer corresponder a cada palavra algo ou um estado de coisas no mundo dos fatos. Os homens agem ao falar, daí o acento na pragmática .. A unidade do sentido na linguagem não é a palavra, mas a frase, o ato de fala. Por trás do ato de fala não está o centro de uma intenção autoconsciente, mas no ato estão dois falantes que dialogam, criando um espaço intersubjetivo. O social é um tecido que já se constitui no supra-individual, para além de uma intenção autoconstituidora de sentidos.

Ao dizer "ordeno que você pare de bater em Pedro", eu estou fazendo algo ao enunciar esse ato de fala. O que faço? Eu ordeno. O que? Que o ouvinte pare de bater em Pedro, por meio da proposição "parar de bater em Pedro". O ato de fala poderia ser assim expresso: $F(p)$, onde F é a força ilocucionária dada na ação de ordenar e p é a proposição. Ao enunciar o dito eu efetivamente ordeno. É nesse sentido que o ato de fala é autoreferencial: algo é

realizado (performed) no próprio ato de enunciar. Esse é o componente pragmático do ato de fala. O componente semântico está dado na proposição: no ato de fala o falante A dirige-se ao interlocutor B, realizando a ação de ordenar que B faça algo. Faça o que? Pare de bater em alguém que se chama Pedro. Se a proposição for verdadeira, há uma pessoa chamada Pedro que efetivamente está sendo surrada por B. Ou seja, a proposição deve referir-se a algo que ocorre no mundo (B bate em Pedro). Esta verdade se refere a uma correspondência entre o enunciado e um estado de coisas do mundo. O componente ilocucionário, por outro lado, não implica uma verdade de correspondência. No campo pragmático, Habermas defende a idéia de uma verdade consensual, que se liga propriamente ao caráter jurídico - ou melhor seria dizer ético da linguagem.

Habermas salienta que o significado não é o conteúdo da representação. O ato de fala veicula ao mesmo tempo a intenção do falante, um estado de coisas e uma relação interpessoal. No exemplo acima a intenção de A é ordenar que B interrompa sua ação, o estado de coisas é dado pela ação de B ao bater em Pedro e a relação interpessoal dá-se no diálogo entre A e B. Aqui não se parte da constituição do mundo a partir do modelo mentalista em que um sujeito é conhecedor dos estados de coisas do mundo e os representa. Na filosofia da representação o mundo social constitui-se pela circulação das representações de cada sujeito. Para Habermas, porém, alguém só interpreta certa representação porque sabe uma língua e é capaz de formular atos de fala nessa língua. Ao dar a ordem a B, não basta que B compreenda as condições de êxito da proposição, mas deve aceitar o conteúdo jurídico do ato de A. A pode dar essa ordem a B? Ele tem autoridade para fazê-lo? B aceita essa pretensão de A? O ato de fala de A tem força normativa?

Habermas acentua o efeito de coordenação que tem o entendimento lingüístico a partir dessa força normativa veiculada na interlocução. Trata-se de um empuxo performativo, em que o ato de fala do emissor realiza uma ação, de pedir algo, por exemplo, empurrando o outro a uma resposta, a dar continuidade ao diálogo. Há uma conexão interna entre significado e validade. Os agentes emitem seus atos de fala e, ao falarem, pretendem que seus argumentos sejam válidos e aceitos pelo interlocutor. Este deve compreender o que foi dito, em termos de força ilocucionária e de conteúdo proposicional, e deve aceitar ou recusar a pretensão de

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

validade do primeiro, também com base em argumentos. Segundo Searle, falar uma linguagem é saber usar a linguagem para realizar comunicações. Assim, ao falar não estamos expressando proposições, mas realizando atos de fala em que expressamos proposições.

Falar uma linguagem é realizar atos de acordo com regras. Esse aspecto jurídico-normativo da teoria dos atos de fala é fundamental na teoria da ação comunicativa. Ele apóia a ética do discurso, em que Habermas retoma as posições kantianas. Assim, o imperativo categórico é recolocado sob a forma do princípio de universalização na perspectiva de uma ética formalista: "toda norma válida deve satisfazer à condição de que as consequências e efeitos laterais que decorrem previsivelmente do seguimento geral da norma para satisfação dos interesses de cada um, possam ser aceitos sem coação por todos os afetados"⁴. Há uma diferença básica: se no imperativo kantiano o agente se coloca monologicamente a validade universal de sua ação, em Habermas isso é realizado em uma argumentação real⁵, em que vários agentes colocam em questão a validade da norma proposta. A norma é aceitável se todos os afetados concordarem com ela, dentro de um discurso prático. Não se trata, nessa ética formalista do discurso de defender um tipo de bem a alcançar, mas de garantir que todos os atingidos pelos efeitos de uma ação possam aceitar a norma que justifica a realização dessa ação. Assim, quando B ouve o ato de fala de A, ele supõe que A seja responsável por esse ato.

O MUNDO VIVIDO

o mundo vivido é um conceito introduzido pelo último Husserl, a partir da fenomenologia e reformulado em termos de pragmática por Habermas. É um background lingüístico que constitui os horizontes das comunicações. Ele fornece o material lingüístico que permite aos falantes realizarem seus atos de fala. Este "material" refere-se:

- a estofos de cultura
- a formas institucionais, referentes à solidariedade dos grupos
- a competências individuais de personalidade

O que isto quer dizer? Que o mundo vivido é uma espécie de celeiro simbólico-imaginário de formas semânticas e pragmáticas inconscientes; os falantes quando tematizam algo do mundo objetivo

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

(fatos), do mundo social (normas) ou do mundo subjetivo (expressões) fazem-no a partir daquelas formas simbólicas não tematizáveis do mundo vivido. Habermas fala de um saber de fundo, implícito, de um solo familiar sobre o qual se apóia a "normalidade" de uma situação de fala. Manuel]. Redondo afirma⁶ se tratar daquilo a que se referem como solo ou fundamento de saber explícito e contra toda veleidade de fundamentação o pragmatismo com sua crítica da dúvida cartesiana, E. Husserl nA Crise das Ciências Europeias, M. Merleau-Ponty na Fenomenologia da Percepção, L. Wittgenstein em Sobre a certeza, J. Searle em The Background etc"⁷.

Os seres humanos "reproduzem sua vida social e cultural por meio do discurso no qual reivindicações de validade são necessariamente levantadas e no qual os sujeitos fazem a suposição recíproca da responsabilidade"s. O ouvinte reconhece, ao escutar o ato de fala do primeiro, o outro como fonte autônoma de uma pretensão ou reivindicação de validez (verdade do enunciado, retidão normativa ou veracidade expressiva).

Os grupos humanos se renovam a partir da atualização dessas formas simbólicas que criam horizontes para que os falantes-agentes realizem suas ações, resolvendo suas situações problemáticas por meio de interlocuções. Essas formas são pressupostos pragmáticos e semânticos que constituem um saber, um conjunto de certezas que não se pode tornar problemático e sempre é referido à situação. Estritamente, diz Habermas, essas certezas não constituem um saber.

Em obra posterior à teoria da ação comunicativa Habermas apresenta o mundo vivido como uma totalidade "com um centro e com limites indeterminados, porosos, que, contudo, não são limites que podem ser ultrapassados, mas limites que retrocedem. (...) O centro ao qual, antes de toda objetivação por operações de medida, confluem espaços sociais concêntricamente dispostos em profundidade e extensão e os tempos históricos tridimensionalmente distribuídos, é constituído pela situação de fala e não pelo meu corpo vivido em cada caso, como afirma a fenomenologia antropologizante"⁹. Isso não significa que o mundo vivido seja transparente. Ao contrário, ele é impenetrável, apresenta uma espessura (Dickicht). A estruturação de pressupostos de fundo, crenças, familiaridades e habilidades constitui "um conjunto de formas prévias e pré-reflexivas ou prefigurações daquilo que somente após a tematização nos atos de fala se ramifica e assume o significado de saber proposicional, de relação interpessoal ilocucionariamente estabelecida ou de

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

intenção do falante"¹⁰. O mundo vivido só surge para os participantes já interpretado, jamais em sua espessura revelada. É, portanto, um constante enigma.

O primeiro componente do mundo vivido é a cultura, que abastece os agentes com interpretações e crenças; sua renovação consiste na reposição e modificação do acervo de saber constituído pelas tradições. O componente institucional do mundo vivido é a sociedade, que abastece os falantes com ordenações legítimas que regulam a solidariedade grupal; sua renovação consiste na integração do laço social e na criação da solidariedade intergrupos. O componente personalidade refere-se à renovação das capacidades individuais de aquisição de linguagem; ela abastece os falantes-agentes com competências que permitem aos sujeitos tomar a palavra e participar de comunicações, buscando entendimento e afirmando sua identidade.

O mundo vivido é, portanto, para Habermas, o esteio simbólico garantidor de horizonte comunicativo, assumindo a tarefa na teoria daquilo que apóia a continuidade dos jogos racionais dialógicos que constituem as ações comunicativas. De que continuidade se trata? Da continuidade da tradição, da possibilidade de as ordenações legítimas estabilizarem as identidades de grupo e da socialização dos novos membros que surgem a cada geração, constituindo suas identidades pessoais. O agente é produto de tradições, de grupos solidários a que pertence e de processos de socialização e aprendizagem a que está submetido¹¹. A interação entre os agentes é o meio em que um mundo sociocultural da vida se reproduz.

O mundo vivido sofreu uma racionalização, descrita por Habermas segundo uma lógica evolutiva. Essa racionalização refere-se a uma diferenciação dos três componentes que, nas antigas sociedades eram indistintos. Deu-se

- um desacoplamento entre sistema institucional e imagens do mundo, separando cultura e sociedade
- uma ampliação do espaço de contingência no estabelecimento de relações interpessoais, separando personalidade e sociedade
- e uma renovação das tradições, cada vez mais dependente da capacidade inovadora dos indivíduos, separando cultura e personalidade.

O mundo vivido é a base de linguagem que possibilita o desenvolvimento de agentes que podem falar: de si, das normas que dirigem os jogos de que participam e dos fatos objetivos. Quando

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

algo falha na consistência dessa base, desse background, ocorrem as crises. De acordo com Habermas a colonização do mundo vivido pelo sistema tem provocado crises sérias na modernidade. Com a modernidade iniciou-se um processo de abstração e generalização, em que o agente se vincula ao normativo por meio do direito formalizado, minucando a ação comunicativa entendida como campo ético. A integração social se faz "cada vez menos pela mediação da religião e radica cada vez mais no processo lingüístico de formação de consenso"¹².

Há na competência interativa um núcleo universal (em termos de universais da fala), que Habermas desenvolve em conexão com a perspectiva de Piaget e Kohlberg, no sentido de uma lógica evolutiva. "Os supostos da ação comunicativa ficam então interpretados como núcleo universal dessa competência de interação e o sistema das quatro pretensões de validade como a base universal da fala"¹³. A partir dessa perspectiva evolutiva, Habermas conecta com a idéia weberiana de racionalização das imagens religiosas do mundo, transformando-a em racionalização do mundo vivido.

REDUÇÕES DO MUNDO VIVIDO

Nas diferentes abordagens da teoria da sociedade o mundo vivido é concebido de modo a que não é contemplada sua abrangência e sua complexidade estrutural. Geralmente, segundo Habermas, as estratégias de formação dos conceitos limitam-se a considerar apenas um dos três componentes estruturais do mundo vivido: cultura, sociedade ou personalidade. Habermas propõe que as ações comunicativas envolvam três aspectos, cada qual ligado a um dos componentes do mundo vivido:

- processos de interpretação em que se renova o saber cultural
- processos de interação social
- processos de socialização

Acompanhemos Habermas. Na teoria fenomenológica (Husserl e Schütz) é apresentado um conceito de mundo vivido restrito aos aspectos de entendimento, tornando-o minucado em termos culturalistas. "Segundo esta leitura, os participantes atualizam em cada campo convicções de fundo que tomam do acervo cultural de saber; o processo de entendimento serve à negociação de definições comuns da situação, e estas, por sua vez, devem ajustar-se às condi-

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

ções críticas que há de satisfazer o acordo para poder reputar-se fundado. (...) A reprodução do mundo vivido consistiria essencialmente em uma continuação e uma renovação da tradição, que se move entre os extremos da mera reiteração da tradição, por um lado, e de uma ruptura de tradições, por outro"¹⁴. Aqui a teoria da sociedade reduz-se a uma sociologia do conhecimento.

Esse conceito culturalista de mundo vivido é unilateral, pois a ação comunicativa não é somente um processo de entendimento: "os agentes, ao entender-se sobre algo no mundo, estão participando simultaneamente de interações por meio das quais desenvolvem, confirmam e renovam ao mesmo tempo suas pertinências a grupos sociais e sua própria identidade"¹⁵.

O mundo vivido pode resultar reduzido também em termos institucionalistas, o que ocorre quando se enfatizam os processos de interação social. Isso se dá na tradição sociológica que se desenvolve a partir de Durkheim: Para Parsons, por exemplo, o mundo vivido é chamado de societal community. A sociedade é aí o "componente estrutural que por meio das relações interpessoais legitimamente reguladas fixa o status, isto é, os deveres e os direitos dos membros do grupo. A cultura e a personalidade ficam convertidas em meros complementos funcionais da societal community. a cultura abastece a sociedade com valores que podem ser institucionalizados e os indivíduos socializados contribuem com motivações apropriadas, ajustadas às expectativas normatizadas de comportamento"¹⁶.

Outra possível redução é a que ocorre com a tradição que nasce com G. H. Mead. Aqui o mundo vivido é reduzido ao aspecto de socialização dos indivíduos. O mundo vivido é concebido então como milieusociocultural de uma ação comunicativa definida como jogo de papéis: "A cultura e sociedade só são levadas em consideração como meio dos processos de formação em que os atores se vem implicados ao longo de suas vidas. A teoria da sociedade experimenta aqui uma conseqüente contração que a converte em psicologia social"¹⁷.

Para Habermas é preciso, na teoria da sociedade, enlaçar esses três aspectos¹⁸:

- A reprodução cultural do mundo vivido. Quando surgem novas situações que os falantes devem resolver, o mundo vivido assegura a continuidade da tradição e uma coerência de saber que liga o novo ao velho. No caso de ocorrerem perturbações da reprodução cultural, manifestadas como perda de sentido, provêm crises, pois

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

os agentes não conseguem entender-se com os outros a partir de seu acervo cultural de saber.

- A integração social do mundo vivido. Esse aspecto refere-se à coordenação de ações e à estabilização das identidades de grupos, por meio da solidariedade dos membros. Assim, as novas situações que se apresentam no espaço social conectam-se com estados já existentes. Quando se dá a anomia, perturbação da integração social, os agentes não podem coordenar suas ações em novas situações, recorrendo às coordenações legítimas existentes. Nesse caso, diz Habermas, não bastam as pertinências legitimamente reguladas e fica escasso o recurso "solidariedade social".

- A socialização dos membros assegura a cada geração a aquisição de capacidades para agir e faz sintonia entre vidas individuais e formas de vida coletivas. Segundo Habermas, as capacidades interativas e os estilos pessoais de vida dependem da capacidade das pessoas para responder autonomamente por suas ações. Nos casos de perturbação (psicopatologias) as capacidades dos agentes não bastam para sustentar a intersubjetividade de situações de ação definidas em comum. Aqui o recurso "força do eu" se toma escasso.

A psicologia social deveria, assim, nessa óptica habermasiana, colocar-se como teoria da sociedade, não limitando-se, como fez Mead, a discutir os aspectos de socialização dos falantes, mas integrando-os aos temas da reprodução cultural e da integração social.

FORMAÇÃO E CAPACIDADE DO SUJEITO COMPETENTE

Passo agora a examinar o conceito de sUjeito capaz de linguagem e de ação, central para a teoria da sociedade de Habermas. Desde Reconstrução do materialismo histórico Habermas já afirmava a necessidade da formação para a constituição do sujeito capaz. Que capacidade se trata de adquirir? A de exprimir-se e de discutir com os demais com o fim de colocar suas posições, defendê-las com base em argumentos e ouvir as colocações de seus interlocutores. Essa comunicação não se refere, como vimos, somente aos aspectos cognoscitivos proposicionais, que ligam as palavras aos estados de coisas do mundo, mas também aos aspectos normativos, que dão consistência institucional e social às pretensões de validade individuais. Como

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

o falante adquire essa capacidade de participar das ações comunicativas?

Habermas afirma que essa capacidade é fruto de processos de desenvolvimento e de aprendizagem. Esses processos envolvem uma lógica evolutiva do desenvolvimento, ou seja, uma seqüência de estágios de desenvolvimento cada vez mais complexos. A passagem de um estágio a outro não se dá sem crises: "a solução de problemas específicos de uma fase do desenvolvimento é precedida por uma fase de desestruturação e, em parte, de regressão. Ter experimentado a solução produtiva de uma crise, ou seja, a superação dos perigos de traçados patológicos de desenvolvimento, é condição necessária para dominar crises subseqüentes"¹⁹. O processo se dá no rumo de uma autonomia crescente do eu em termos do mundo objetivo, do mundo social e do mundo expressivo.

O termo "identidade do eu" reserva-o Habermas para indicar a competência de um sujeito capaz de linguagem e de ação ao enfrentar determinadas exigências de consistência. Trata-se basicamente de competência que se forma em interações sociais e não apenas de uma capacidade cognoscitiva. "A identidade é gerada pela socialização, ou seja, vai-se processando à medida que o sujeito - apropriando-se dos universos simbólicos - integra-se, antes de mais nada, num certo sistema social, ao passo que mais tarde ela é garantida e desenvolvida pela individualização, ou seja, precisa-mente por uma crescente independência com relação aos sistemas sociais"²⁰.

Segundo Stephen White, "Habermas considera o trabalho de Piaget sobre cognição, o de Kohlberg sobre juízo moral, o de Chomsky sobre linguagem e seu próprio sobre pragmática universal como/ uma forma de todos contribuírem para a ampla meta de compreender competências universais nas dimensões inter-relacionadas da cognição, linguagem e interação. A obra de Kohlberg no desenvolvimento do juízo moral é de particular importância porque Habermas o vê como uma fonte potencial para corroborar evidência a favor de sua concepção discursiva da ética"²¹.

Habermas desenvolve uma lógica do desenvolvimento para afirmar a superioridade do estágio de consciência moral pós-convencional de Kohlberg. Na teoria de Kohlberg há, conforme escreve White, "formas universais sob a superfície de juízos morais substantivamente diferentes e essas formas podem ser ordenadas como um conjunto de estágios no desenvolvimento da capacidade do indivíduo para o julgamento moral. O estágio mais avançado requer juízos para se conformar a

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

critérios de procedimentos pós-convencionais similares àqueles elucidados na reconstrução de Habermas do discurso prático²². Cada estágio impõe novas operações cognitivas mais adequadas do que o precedente. Os estágios, apresentados como universais, referem-se a respostas criativas do sujeito.

A criança é introduzida em cada estágio às estruturas da ação comunicativa e a novas competências que lhe permitem tomar parte em interações incompletas, depois completas e finalmente nos discursos. No primeiro nível, pré-convencional²³, o que importa não são as intenções do agente, mas as consequências da ação. A pena para as faltas não se liga à infração individual de uma norma. A que serve a pena? Ela afasta "da coletividade os perigos que a ameaçam como consequência do crime. (...) A pena é espécie de expiação do delito contra a ordem sagrada"²⁴. Nessa fase, a criança responde a regras culturais e a noções como "bom" e "mau", interpretando-as segundo as consequências físicas ou hedonísticas da ação, como punição, recompensa, troca de favores, ou nos termos daquele que enuncia essas regras.

Nesse nível há dois estágios: 1. orientação por punição e obediência: "O que se faz para evitar punições e a inquestionada deferência para com o poder são avaliadas segundo o seu direito intrínseco, não em termos de respeito por um ordenamento moral posto como fundamento e sustentado pela punição e pela autoridade"; 2. orientação instrumental-relativista: "a ação justa consiste no que satisfaz instrumentalmente os próprios crescimentos e, ocasionalmente, os dos outros. As relações humanas são vistas em termos similares às de mercado. (...) A reciprocidade é uma questão de 'tu te inclinas a mim e eu me inclino a ti', e não de lealdade, gratidão e justiça"²⁵.

No segundo nível, convencional, o desvio das normas é avaliado em relação às intenções de um sujeito responsável por seu ato. A pena é relativa a uma ação culposa. Não se trata de refazer um estado anterior, mas de destruir a injustiça cometida²⁶. A criança aprende neste nível a interpretar papéis sociais, ou seja, aprende a tornar parte em interações como membro competente. Seu universo simbólico se amplia, passando a entender as ações como realizações de expectativas de comportamento generalizadas no tempo. Aqui a criança satisfaz as expectativas da família ou do grupo a que pertence, conformando-se e sendo leal a elas, identificando-se com o grupo e justificando a ordem.

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

Há dois estágios nesse nível: 3. Concordância interpessoal ou orientação 'bom moço-moça bem comportada': "um bom comportamento é o que agrada ou ajuda os outros e é por eles aprovado. (...) O comportamento é frequentemente julgado pelas intenções: o fato de que alguém tenha boas intenções, toma-se pela primeira vez, algo importante". Estágio 4: orientação lei e ordem: "há uma orientação no sentido de autoridade, dos papéis fixos e da manutenção da ordem social. O comportamento justo consiste em cumprir o próprio dever, em mostrar respeito pela autoridade e em manter a ordem social dada em nome dessa mesma ordem"²⁷.

O próximo nível é o pós-convencional, em que o jovem pode aprender a questionar a validade das normas de ação e de papéis sociais e o setor de seu universo simbólico se amplia, emergindo princípios segundo os quais podem ser julgadas as normas em conflito. Aqui se chegou ao nível discursivo, em que as questões práticas podem ser esclarecidas de modo argumentativo e se definem os princípios morais "que têm validade e aplicação independentemente da autoridade dos grupos ou das pessoas que os sustentam e do próprio indivíduo se identifique ou não com tais grupos"²⁸. De acordo com Habermas, a sociedade moderna exige um grau mais alto de generalização que as anteriores.

Nesse nível há dois estágios: Estágio 5: orientação legalista social-contratual: com acentuações utilitárias. "A ação justa tende a ser definida em termos de direitos individuais gerais e de standards que foram criticamente examinados pela (e encontraram aprovação da) sociedade em seu conjunto. (...) Com exceção do que foi concordado constitucional e democraticamente, o direito é questão de valores e opiniões pessoais. O resultado é uma acentuação do ponto de vista legal, mas com uma insistência em mudar a lei em função de considerações de utilidade social (ao invés de congelá-la, como no estágio 4). Fora do terreno legal, o livre acordo e o contrato são os elementos que determinam a obrigação"²⁹. Estágio 6: orientação no sentido de princípios éticos universais: "o que é justo é definido pela decisão tomada pela consciência, de acordo com princípios éticos autonomamente escolhidos, os quais apelam à compreensibilidade lógica, à universalidade e a consistência. Esses princípios são abstratos e éticos (a regra de ouro, o imperativo categórico); não são regras morais concretas, como os dez mandamentos. Em substância, são princípios universais de justiça, de reciprocidade e igualdade dos direitos humanos e de respeito

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

pela dignidade dos seres humanos como pessoas individuais³⁰.

Habermas introduz ainda um sétimo nível nessa escala de Kohlberg, para caracterizar a passagem de uma ética formalista dos deveres a uma ética universal da linguagem: aí "as interpretações dos carecimentos não são mais assumidas como dadas, mas como introduzidas na formação discursiva da vontade. A natureza interna, portanto, é deslocada para uma perspectiva utópica"³¹.

O cantinho de aquisição de identidade passa, portanto, por várias fases, até chegar a pessoa à capacidade de tematizar e discutir princípios. No primeiro nível, Habermas enfatiza que os agentes ainda não estão no universo simbólico. No segundo nível superpõe-se a sua identidade natural uma identidade de papel sustentada por símbolos. Os agentes aqui apresentam-se como pessoas de referência dependentes de papéis. No terceiro nível os portadores de papéis se transformam em pessoas, "que podem afirmar a própria identidade independentemente dos papéis concretos e de sistemas particulares de normas"³². Para Habermas o modo pós-convencional de consciência moral, encarna a realização, no mundo moderno, de um potencial racional presente na ação comunicativa. Este último nível indica a possibilidade, portanto, de um eu 'maduro' que pode participar da comunicação pública do ponto de vista de uma ética universal, realizando interpretações universalizadas de carecimentos. Segundo Habermas, "o modelo de uma identidade do eu não coercitiva é mais rico e exigente do que um modelo de autonomia desenvolvido exclusivamente sob o ponto de vista da moralidade"³³. É nesse rumo que Habermas propôs o sétimo nível na escala de Kohlberg.

A PSICANÁLISE HERMENÊUTICA: DO DIALETO AO USO PÚBLICO DA LINGUAGEM

Em *Conhecimento e Interesse*, livro de 1968, Habermas apresentava a psicanálise como exemplo disponível de uma ciência "que reivindica metodicamente o exercício autoreflexivo". A psicanálise, ao contrário da ciência imaginada pelos positivistas, combina a hermenêutica "com realizações que, a rigor, estavam reservadas ao domínio das ciências da natureza"³⁴. Um exame daquele texto pode auxiliar-nos a compreender a importância que tem a idéia de normalidade do uso de linguagem por parte do eu na ética discursiva de Habermas. Como o neurótico transforma seu eu dividido em um eu

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

de nível 7, capaz de usar de forma competente a linguagem nas ações comunicativas?

Os conjuntos simbólicos que a psicanálise tenta compreender estão adulterados por influências internas do falante. O psicanalista busca entender o sentido das mutilações de um texto perdido do analisando. É preciso esclarecer o sentido da corrupção enquanto tal, essa corrupção que faz com que o falante perca contato com uma parte de sua biografia, com uma parte de seu eu.

Segundo Habermas, a gramática da linguagem cotidiana não apenas regula o conjunto simbólico mas a "imbricação de elementos da linguagem, modelos de ação e expressões. Numa situação normal estas três categorias de expressão comportam-se de maneira complementar, de modo que aquilo que denominamos de expressão verbal encontra-se, por um lado, 'enquadrado' em interações e, por outro, ambas se adequam novamente a expressões..."³⁵.

No caso limite o jogo de linguagem pode desintegrar-se de tal modo "que as três categorias da expressão não mais concordam entre si: ações e expressões extraverbais desmentem agora o que é expressis verbis asseverado. Mas o sujeito que age desmascara-se tão somente frente aos outros, os quais com ele interagem e observam o seu desvio das regras da gramática, próprias ao jogo de linguagem"³⁶. São os outros, ou seja, a comunidade de comunicação, que podem apontar aquele que usa a linguagem de um modo privatista.

Há nessa situação que se desvia da normalidade de uso da linguagem uma discrepância entre ações e expressões. O falante se desentende, se ilude acerca de si mesmo. Os desvios, erros, deformações perturbam, portanto, o funcionamento normal de nossos jogos de linguagem. Os atos falhos "são indicadores do fato de o texto defeituoso revelar e, simultaneamente, encobrir as auto-ilusões do autor. Falamos de sintomas quando as inexatidões do texto são mais flagrantes e se situam na esfera do patológico"³⁷. Assim, há pequenos erros ou desvios e deformações mais pronunciadas, já definindo o campo propriamente patológico. De acordo com Habermas, a neurose distorce complexos simbólicos nas três dimensões mencionadas, atingindo "a expressão verbal (representação obsessiva), ações (compulsão à repetição) e expressão vivencial amalgamada com o corpo (sintomas histérico-somáticos)"³⁸. No caso da perturbação psicossomática já entramos fundo na escala da patologia: aí o sintoma está "de tal modo distante do texto original que seu caráter simbólico necessita, antes de mais nada, ser demonstrado

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

pelo trabalho interpretado como tal. Os sintomas neuróticos em sentido estrito localizam-se, por assim dizer, entre os atos falhos e as doenças psicossomáticas. (...) Os sintomas neuróticos são cicatrizes de um texto adulterado; o autor se depara com ele como se tratasse de um texto incompreensível"³⁹. As síndromes de histeria de conversão, a psiconeurose, as fobias são "casos patológicos limites de uma escala de comportamentos falhos que, em parte se localizam no interior da esfera normal e, em parte, expõem eles próprios os critérios para aquilo que vige como normal,"⁴⁰.

A escala normalidade-patologia, que vai do mais cotidiano ato falho, passando pelo sintoma até as doenças psicossomáticas, orienta, portanto, o trabalho do analista-hermeneuta, que procura classificar o tipo de perturbação, deformação, anormalidade, erro, desvio, distorção, adulteração, etc. Os adjetivos são variados e insistentes ao apontar a distância do paciente até o nível de normalidade do uso da linguagem⁴¹. Cindido de si mesmo, tendo perdido acesso a uma parte de si mesmo, o falante usa a língua de modo estranho, particularista. O que interessa aqui são as situações em que "devido a perturbações internas o texto de nossos jogos cotidianos de linguagem é interrompido por símbolos incompreensíveis"⁴². Isto ocorre porque isolados, esses símbolos "não obedecem às regras gramaticais da linguagem ordinária, às normas de ação e aos modelos de expressão, culturalmente sancionados". Os sintomas restringem "a margem de flexibilidade do discurso e da ação comunicativa" e podem "ser concebidos como resultados de um compromisso entre desejos recalçados, de proveniência infantil, e interdições de gratificações do desejo, impostas pela sociedade"⁴³.

Os símbolos ligados às necessidades reprimidas são excluídos da comunicação pública, de modo a provocar um curto-circuito na comunicação do falante consigo mesmo. "A linguagem privatizada dos motivos inconscientes está subtraída ao eu (...) como o resultado de que o eu se ilude forçosamente acerca de sua identidade nas conexões simbólicas que ele; conscientemente, produz"⁴⁴. Surge assim no eu, de acordo com a expressão de Habermas, uma "porção privatizada da linguagem excomungada"⁴⁵.

O texto normal pode ser visto no sonho. No sonho a parte perdida do eu comunica-se com os símbolos e motivos de ação recalçados, mas conforme uma linguagem privatista, não pública. Essa situação refere-se a uma "normalidade" porque ela é sinal de uma integração dos processos psíquicos, em que a censura não deforma conteúdos

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

simbólicos do eu. O analista deve procurar o conteúdo oculto do sonho sob a camada de conteúdo manifesto. Não se trata de "atingir o sentido de um possível texto deformado, mas o próprio sentido da deformação textual, a conversão de um pensamento onírico latente em um sonho manifesto"⁴⁶. A interpretação encara o percurso do trabalho do sonho, descamando os conteúdos de camadas mais superficiais para camadas mais profundas. "O que resta é uma camada mais profunda, com seus conteúdos simbólicos; esses resistem ao trabalho da interpretação"⁴⁷.

Na comunicação diurna há uma instância limitante que controla o falar e o agir e que relaxa seu funcionamento durante o sono. Esta instância de censura exclui da comunicação pública as representações e símbolos banidos e recalcados no inconsciente: o eu é "purificado dos representantes das exigências pulsionais indesejáveis, isto é, o texto (no qual o eu se compreende) é censurado"⁴⁸. A identidade desta porção censurada do eu é denegada, tornando-se para o eu "um dado neutro", sendo "reificada ao nível de um isto-aquilo"⁴⁹. O falante perde a capacidade de uso normal da língua, mas a defesa protege o falante dos conflitos que têm suas raízes na infância. No momento em que "símbolos isolados e motivos recalcados de ações podem ter acesso - contra a censura instalada, como este é o caso do sonho - ao material apto a chegar à consciência ou, como este é o caso nos sintomas das diversas neuroses, ter acesso ao domínio da comunicação pública e da interação habitual, eles vinculam o presente a constelações do passado"⁵⁰. Só então o sujeito aprende a ler-se na sua biografia ..

Qual é então a tarefa do analista? Ensinar o sujeito a compreender' a sua própria língua, a usá-la novamente de modo normal, de forma que todos os possíveis integrantes da comunidade de comunicação possam entendê-lo e responder a suas pretensões de validade. "Instruído pelo analista, o paciente aprende a ler seus próprios textos por ele mesmo mutilados e deformados, e a traduzir no discurso da comunicação pública os símbolos de um discurso disforme na linguagem privada. Tal tradução descerra para a memória, até aí bloqueada, as fases geneticamente importantes da história da vida, e torna o sujeito consciente de seu processo formativo: nesse sentido a hermenêutica psicanalítica não objetiva, como a hermenêutica das ciências do espírito, a compreensão de complexos simbólicos enquanto tais; o ato de compreender, ao qual ela conduz, é autoreflexão"⁵¹.

O sujeito retoma a capacidade de falar sua língua, a capacidade

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

de ser um sujeito capaz de linguagem e de ação, que estava comprometida pelas perturbações de linguagem a que estava submetido, perturbações essas que isolavam símbolos ligados a uma parte de sua biografia dentro de seu próprio eu. Os símbolos isolados e particularizados da comunicação pública provocavam uma privatização de seu conteúdo semântico⁵². É preciso salientar que a conexão entre a linguagem privada deformada e a linguagem pública não é rompida completamente, de modo que o dialeto deve ser traduzido para a linguagem pública "pela atividade semântico-analítica do terapeuta"⁵³.

Há, assim, na hermenêutica analítica, uma divisão de trabalho entre paciente e analista: enquanto o primeiro recorda, o segundo reconstrói aquilo que está esquecido a partir dos textos defeituosos⁵⁴. A análise é, portanto, nessa escultura hermenêutica, uma atividade de normalização do uso da linguagem, cultivada a partir da transferência, por meio de uma autoreflexão do paciente, que deve recuperar:

- a biografia perdida
- o uso da linguagem pública

Essa normalização é um processo de esclarecimento do paciente, portanto intelectual, por meio da mudança da dinâmica do recalque, em direção à reversão do processo de divisão psíquica. "A inteligência analítica é complementar ao processo formativo que se desencaminhou. Ela deve seu sucesso a um processo de aprendizagem compensatório, o qual reverte os processos de desintegração"⁵⁵. A normalização leva o paciente rumo a uma totalidade virtual: "A totalidade virtual, fendida pelo processo da separação, é representada pelo modelo da atividade própria à comunicação pura. De acordo com esse modelo, todas as interpretações relevantes para a práxis vital são a cada momento e com base no aparelho interiorizado da linguagem cotidiana irrestrita, acessíveis para uma comunicação pública isenta de coação, de modo que a transparência da biografia que rememora fica garantida"⁵⁶. A análise se dirige ao "restabelecimento de uma unidade corrompida"⁵⁷, de uma totalidade moral antes esfacelada⁵⁸, esta unidade é dada pela capacidade de ser um sujeito de linguagem, um falante capaz de expor autonomamente seus pontos de vista frente a interlocutores que problematizarão suas afirmações e pretensões de validade susceptíveis de crítica.

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

A IDÉIA DE UMA COMUNICAÇÃO "NORMAL"

Em um artigo de 1974, "Considerações sobre patologias da comunicação", Habermas desenvolve esse conceito de comunicação normal, partindo do pressuposto de que "a evolução da competência interativa dirige a escolha de controles internos de comportamento"⁵⁹. O gradiente entre juízo moral e as etapas da ação moral podem ser explicadas, de acordo com Habermas, como perturbações no processo de socialização. Essas perturbações são analisadas em dois planos: "no plano dos padrões patógenos do ambiente lingüístico relevante para a socialização e no plano das necessidades e controles do comportamento que se formam sob as condições de uma comunicação sistematicamente distorcida. (...) Às perturbações da comunicação familiar respondem intrapsiquicamente perturbações na comunicação entre partes do sistema da personalidade. A análise de tais desvios pressupõe o conhecimento de uma comunicação que se pode qualificar de normal"⁶⁰.

A normalidade não é conceito estatístico, que nada pode dizer das perturbações dos processos de socialização, nem é conceito clínico, que classifica as enfermidades somáticas e serve a um enfoque empírico, mas não ao enfoque da teoria da sociedade. O enfoque culturalista limita-se, por seu lado, àquilo que cada cultura coloca como normal, mas que Habermas critica por seu relativismo explícito. Para afastar-se dessa via, ele postula um conceito de normalidade invariante em relação à cultura, e portanto, normativo. Habermas recorre à lógica evolutiva de Piaget e Kohlberg para desenvolver esse conceito. A cada nível de desenvolvimento de consciência moral o sujeito pode lidar com conflitos de modo mais adequado, mantendo processos de entendimento também em situações de conflito; há a cada nível a ampliação da capacidade de juízo moral, aumentando a competência interativa. A elaboração consciente de conflitos significa, para Habermas, "uma elaboração de conflitos sob condições de uma comunicação não distorcida"⁶¹. O ápice dessa competência está no nível 7.

O entendimento pressupõe uma base de validade da fala. O falante ao emitir seu ato de fala supõe o cumprimento de pretensões universais de validade, ou seja, ele:

- expressa-se de modo inteligível
- fala algo, dá a entender algo
- expressa-se a si mesmo

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

- entende algo com outros

O entendimento é um processo em que falantes e ouvintes buscam superar a não compreensão e o mal-entendido, a não veracidade frente a si e frente aos demais, a não concordância, de modo que não se rompa a base comum de pretensões de validade que visam o reconhecimento recíproco dos interlocutores⁶². O dissenso se refere à situação em que "uma manifestação não se ajusta a uma norma comum reconhecida ou responde efetivamente a uma norma, cuja legitimidade se discute", ou ainda quando a manifestação "não se ajusta à identidade reconhecida do falante ou ao ideal do eu pelo qual se guia o falante, ou responde efetivamente a essa identidade, mas ela está colocada em questão"⁶³.

Habermas atribui um papel transcendental à base de validade da fala. Isto não quer dizer para ele ser "impossível um desvio com relação às exigências universais fundadoras de validade, de que a organização interna da fala fosse inviolável"⁶⁴. Não é este o caso. A chave para compreensão das patologias da comunicação lingüística está nas "sobrecargas da organização externa da fala que não podem senão ser desviadas até sua organização interna, o que produz, em consequência, uma distorção sistemática"⁶⁵. A idéia de distorção se refere ao pressuposto transcendental de Habermas em relação à organização interna da fala. "Caso seja violada a organização interna da fala, aparecem deformações patológicas dos padrões de comunicação. A patologia provém a meu entender da pressão de problemas que a organização externa da fala transmite à interna, com o consequente efeito de distorção"⁶⁶.

Segundo Habermas, a comunicação sistematicamente distorcida produz efeitos mais profundos do que a perturbação provocada por um comportamento anômico, que se expressa em desvios em relação a normas socialmente obrigatórias. "As comunicações distorcidas não violam normas de ação que por razões contingentes gozem de validade social, mas pressupostos universais da comunicação"⁶⁷. Quais são esses pressupostos universais da ação comunicativa?

1. os participantes da comunicação devem ser capazes de responder por seus atos

2. eles consideram-se mutuamente dispostos ao entendimento, atuando sobre a base de consenso sobre as pretensões de validade, com vistas a chegar a um consenso.

Assim, o falante que esteja disposto a entender-se com alguém

1. escolherá as expressões lingüísticas para que o ouvinte entenda

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

exatamente aquilo que ele quer que entenda; neste caso a frase deve estar bem construída gramaticalmente

2. formulará o conteúdo proposicional de modo que reflita uma experiência ou um fato (e o ouvinte possa compartilhar o saber do falante); neste caso o conteúdo proposicional deve concordar com a realidade

3. manifestará suas intenções de modo que a expressão lingüística reflita o que tem em mente (e o ouvinte possa fiar-se nisso); neste caso a intenção deve coincidir com o que ele tem em mente

4. executará o ato de fala de modo a cumprir as normas reconhecidas ou responda a imagens aceitas de si mesmo (e o ouvinte possa concordar com o falante)⁶⁸.

NORMALIDADE COMO PRESSUPOSTO TRANSCENDENTAL

A psicologia social e a teoria da sociedade têm certamente muito a aproveitar das discussões colocadas a partir da teoria da ação comunicativa de Habermas. Considero, entretanto, fundamental uma aproximação crítica, para que não se tome a fala do gato pela do tigre. Em Habermas o conceito de mundo vivido entendido como eticidade está colocado como a garantia de compreensão constitutiva da linguagem. Os homens falam para entender-se e só podem fazê-lo desde que cumpram certos pressupostos, que listamos no item anterior. Esses pressupostos são apresentados por Habermas como universais: nenhum falante pode negá-los sem cair em contradição/performativa. Sujeitos não competentes não estão mergulhados completamente na ação comunicativa. Sua competência está reduzida por patologias:

Essa navalha construída por Habermas ao separar fortemente entre normal e patológico na comunicação é um pressuposto metafísico que deve ser posto em questão. Aliás, a idéia original de Austin ao tematizar a força ilocucionária do ato de fala já estava comprometendo a teoria com essa navalha metafísica. O ato de fala do ator, por exemplo, é considerado por Austin como não-sério. Derrida fez a crítica desse tipo de separação entre atos normais e anormais, sérios e não-sérios, etc. Na imagem do uso normal da linguagem a teoria da ação comunicativa garante a distinção entre a linguagem de primeiro plano, ligada ao entendimento, e a de segundo escalão, em que o desvio da normalidade de uso da linguagem

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

circunda a linguagem como um fosso, vem de fora como ameaça. Pergunta Derrida: será que esse risco não é justamente constitutivo da linguagem e não um perigo vindo de fora? "A generalidade do risco admitida por Austin circunda a linguagem como uma espécie de fosso, um lugar de perdição externa que ela deveria evitar permanecendo em casa, em si, ao abrigo de sua essência ou telas? Ou esse risco é, ao contrário, justamente sua condição de possibilidade interna e positiva?"⁶⁹.

O que está em questão é justamente a denegação dos efeitos do inconsciente nas teorias de Austin e de Habermas. Este propõe-se a construir o conceito pós-metafísico de sujeito descentrado, realizando um movimento de descentramento da autoconsciência rumo à intersubjetividade, mas ao preço de manter uma centralidade fundamental, a que não comparece a idéia de inconsciente. Essa centralidade é organizada em torno da eticidade do mundo vivido, que abriga o telas comunicativo da linguagem. O normal-pragmático é estabelecido pelas condições universais da comunicação, e o que fica fora desse padrão é considerado patológico. Assim sendo, o contato com o patológico nada nos ensina sobre o normal, apenas confirma nosso ponto de partida. Na teoria habermasiana partimos do uso normal da linguagem para identificar o patológico e reintegrar o eu no processo ideal-normal de comunicação isenta de coações.

Quando o hermeneuta procura 'desenterrar' os símbolos excluídos da comunicação pública, é para trazê-las de volta ao consciente e à comunicação pública e normal de sujeitos capazes de linguagem e de ação. Quanto àqueles que a comunidade de comunicação considera idiossincráticos, deve-se tratá-las, consertá-las, adequá-las aos padrões normais do uso público da linguagem. Trata-se de uma pedagogia, aos moldes da egopsychology. O problema é que no mundo hi-tech tecnificado e fetichizado jamais podemos estar à vontade com os critérios de uma comunidade de comunicação esclarecida que julgue com isenção o que é e o que não é idiossincrático. Em que condições poderíamos erigir essa garantia macroética?

Nossa teoria deve contemplar, ao contrário, no mesmo plano diferentes efeitos de linguagem, entre os quais entendimento e ato falho. Nessa direção, ao realizar um ato de fala a própria intenção do falante já surge deslocada de si mesma, como se o dito não correspondesse completamente à intenção. Do mesmo modo, este dizer não é unívoco em relação ao eu. É o que Derrida denomina 'parasitismo'. O dito não é unívoco. Como um livro cheio de promes-

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

sas que o leitor vai folheando até surpreender-se com uma borboleta esmagada no meio do livro. A possibilidade da borboleta já deve estar inscrita no ato. dito puro.

O Freud de Habermas é o Freud do sonho, o Freud anterior à pulsão de morte. Ora, o que é a pulsão de morte senão a volta daquilo que insiste em destruir o sujeito, essa tendência de algo mortal que sempre reaparece no horizonte de um neurótico? Algo não simbolizado insiste em abocanhar o falante, seu corpo. Não como O símbolo excluído que se trata de trazer de volta à esfera normal da comunicação pública, mas como o não simbolizado que nos puxa ao abismo como um piano. É preciso dar conta disso, o que não é possível a partir da egopsychology pedagógica e ortopédica, pois esse tipo de abordagem não dá conta dos efeitos do inconsciente e do não simbolizado. O normalizador instaura uma situação de base e a partir dela constrói uma classificação/de modos de agir e falar, em que a maturidade civilizatória e ético-cognoscitiva culmina evolutivamente no estágio 7, pódio do eu inteiro, integral, não dividido, capaz e competente, que domina os sentidos produzidos trocados na comunicação.

Aqui cabe a pergunta de Lacan: será que o um é anterior à descontinuidade? O normal precede o inconsciente?⁷⁰ O um precede o recalçado? Ou a fenda é constitutiva da marca e do traço de linguagem? Isso levará Lacan à idéia de um Outro barrado, faltoso e só completo e totalizado no imaginário, que se poderia contrapor à idéia de um Lebenswelt garantidor de horizonte⁷¹.

Se por um lado, a psicologia social e a teoria da sociedade têm / muito a discutir a partir das teses de Habermas, principalmente no que se refere ao diagnóstico é à crítica da razão instrumental, por outro não devem deixar intocado esse fundamento da concepção de linguagem na teoria da ação comunicativa, talhado a partir da 'normalidade' de uso da linguagem, alcançada pelos falantes após a aquisição de uma maturidade pela via de um desenvolvimentismo, que é a própria base metafísica da ética do discurso de Habermas.

José Luiz Aidar Prado é doutor em comunicação e semiótica pela PUC-SP e bacharel em filosofia pela USP; é professor do Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP.

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

ABSTRACT: (The Podium of normality: considerations about the theory of communicative action and social psychology) The author presents a reply to the question: which are the tasks of social psychology from the point of view of Habermas' theory of society? First, the author presents the basic concepts of the theory of communicative action and discusses the field of social psychology from this approach. Then, he discusses the notion of competent subject of interaction, fundamental in the habermasian theory, which is based on the idea of normality of language use, How should social psychology position itself on these ethical presuppositions of habermasian theory?

KEY WORDS: communicative action, social psychology, subject, normality, language.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹ Oliveira, Manfredo de Ética e racionalidade moderna, São Paulo, Edições Loyola, 1993, p.14. Segundo esse autor, dá-se uma substituição da ética pelo direito no processo de regulação das ações sociais. O direito moderno não se vincula a motivações éticas: "ele funciona como mediação de demarcação de campos de arbítrio legítimo para pessoas jurídicas privadas e para o exercício público de cargos. (...) O direito não mais se radica nas estruturas tradicionais da comunicação, mas gera formas de relações sociais independentes do contexto normativo de comunicação das tradições culturais. A modernização da sociedade significa então o processo de marginalização da ação comunicativa e a constituição de contextos de ação regrados pelo direito positivo"(p. 16). A relação entre as pessoas é formalizada por essa nova rede sistêmica, mingando-se a base normativa da ação comunicativa. "É exatamente a separação típica da modernidade entre legalidade e moralidade que é condição de possibilidade da institucionalização do dinheiro e do poder e, portanto, da organização da economia e do poder numa perspectiva funcional. O desenvolvimento da sociedade moderna é, assim, a institucionalização das relações mercantis e do poder político através do direito positivo. Uma vez estabelecida a economia capitalista como subsistema de ação instrumental, ela não necessita mais de orientação de ordem ética. Literalmente a ética é substituída pelo direito, ou seja, os contextos de ação, eticamente neutralizados, podem ser separados legitimamente, por procedimentos formais, do estabelecimento e da fundamentação de normas"(p. 17).

² É preciso salientar que tanto nos enfoques hermenêuticos como nos estruturais há um modelo, ou melhor seria dizer uma 'idealização', que se expressa por exemplo no tema do final de análise: o que se espera do analisado? Como se dá a passagem de analisando a analisado? Essa idealização, contudo, apresenta status diverso em cada abordagem. Em ambas, porém, podemos localizar a insistência na importância de se pensar a ação humana a partir do mundo simbólico.

³ Habermas, J. La Lógica de las ciencias sociales. Madri, Tecnos, 1988. Nessa obra o autor afirma (p.312): "Luhmann não introduz as categorias 'sistema/ambiente' e 'complexidade' em termos formais, como por exemplo Ashby; interpreta-as desde o

PRADO, J.L.A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 144-173; jan./jun.1996

princípio conforme o modelo organismo-ambiente. Os sistemas são unidades estruturadas de forma invariável com relação ao tempo, que se manifestam em um ambiente complexo e em mudança, estabilizando uma diferença dentro/fora. O conceito de sistema que mantém seus limites refere-se, por conseguinte, tanto ao sistema como a suas relações de troca que se dão entre sistema e ambiente. A conservação do sistema entende-se como uma operação ordenadora do próprio sistema em relação com seu ambiente. O sistema, para poder subsistir, deve resolver a permanente tarefa de manter frente a um ambiente contingente, cuja dinâmica lhe é contrária, uma relativa invariabilidade de seus limites e sua estrutura. A conservação de sua estrutura é o problema supremo enfrentado pelo sistema; permanentes ameaças a seu patrimônio caracterizam tanto a relação do sistema com seu meio, como as operações sistêmicas tendentes a afastar esses perigos". Complexo é um "sistema que pode assumir ao menos dois estados que sejam compatíveis com sua estrutura". O ambiente é sempre mais complexo que o sistema. "A complexidade é " uma medida do número de eventos e de estados do mundo (complexidade do mundo) ou do número de estados de um sistema (complexidade própria). Os sistemas formam e mantêm, ao estabilizar seus limites, ilhas de menor complexidade; a ordem de um sistema é mais inverossímil que a de seu ambiente. Pertence às condições de conservação de um sistema a possibilidade de poder assumir um número suficiente de estados para adaptar-se às variações que experimenta o ambiente. Sua complexidade própria deve ser suficiente para possibilitar reações às mudanças do ambiente que afetam o sistema, mediante as quais este possa assegurar sua conservação. (...) Chamamos 'reduzida' à parte da complexidade do mundo, ou seja, à classe dos eventos relevantes para o sistema que ocorrem no mundo, que o sistema pode apreender e aos quais pode reagir com mudanças de estado correspondentes: este é então o ambiente operativamente dominado do sistema. Um sistema poderá resolver o problema de sua consistência quando suas operações seletivas bastarem para apreender e dominar operativamente o fragmento de mundo que seja efetivamente relevante para a conservação do patrimônio sistêmico. Do gradiente de complexidade entre mundo e sistema segue-se que os sistemas não podem ser compatíveis com qualquer ambiente. (...) O problema da conservação do patrimônio sistêmico deve ser solucionado mediante a apreensão e redução de uma suficiente proporção da complexidade do mundo. O comportamento do sistema pode ser interpretado, desde a perspectiva desse problema, como rendimento ou comportamento endereçado a solucionar problemas"(idem, ibidem).

⁴ Habermas, J. Escritos sobre moralidad y eticidad. Barcelona, Ediciones Paidós, 1991, p. 68.

⁵ Whyte, S. K. Razão, justiça e modernidade. São Paulo, Ícone Editora, 1995, p.56.

⁶ Redondo, M. J. "Introducción", in Habermas, J. Escritos sobre moralidad y eticidad. Barcelona, Ediciones Paidós, 1991, p. 16. Segundo Redondo, o conceito de mundo vivido é o que Hegel chama de eticidade (Sittlichkeit).

⁷ Redondo, M.J. Idem, p.13.

⁸ White, S. op. cit, p.59.

⁹ Habermas, J. Pensamiento postmetafísico, Madri, Taurus Ediciones, 1990, p.96,

¹⁰ Idem, ibidem.

¹¹ Redondo, M.J. Idem, p.13.

¹² Idem, p.16.

¹³ Idem, p.15.

¹⁴ Habermas, J. Teoría de la acción comunicativa. Madri, Taurus Ediciones, v.2, p.198.

¹⁵ Idem, ibidem.

¹⁶ Idem, p.199.

¹⁷ Idem, ibidem.

¹⁸ Idem p. 200. No trecho que se segue reproduzo inteiramente a apresentação de Habermas.

¹⁹ Habermas, J. Para a reconstrução do materialismo histórico. São Paulo, Brasiliense, 1983, p.53.

²⁰ Idem, p. 54.

²¹ White, op. cit., p.64.

²² Idem, ibidem.

²³ Sigo aqui a descrição que faz Habermas dos estágios de consciência moral de Kohlberg, em Para a reconstrução do materialismo histórico, op. cit., p.60 e 61.

²⁴ Oliveira, M. op. cit., p.15.

²⁵ Habermas, J. Para a reconstrução .", op. cit., p.60.

²⁶ Oliveira, M. op. cit., p.15.

²⁷ Habermas, J. Para a reconstrução ..., op. cit., p.60.

²⁸ Idem p.61.

²⁹ Idem, ibidem.

³⁰ Idem, ibidem.

³¹ Habermas, J. Para a reconstrução..., op. cit., p. 72. "Com efeito, nesse nível, a natureza interna não pode mais ser controlada segundo um princípio aplicado monologicamente, no interior de um quadro interpretativo fixado de modo natural-espontâneo pela tradição cultural, para ser depois dividida em partes constitutivas legítimas e ilegítimas, em deveres e inclinações. A natureza interna é fluidificada e tomada transparente na comunicação, na medida em que os carecimentos são - através de formas da expressão estética - mantidos em condição de poder se expressar linguisticamente, sendo liberados de seu caráter pré-lingüístico paleo-simbólico. Mas isso significa que a natureza interna não pode mais ser submetida, na pré-formação cultural que lhe é dada em cada oportunidade, as exigências colocadas pela autonomia do eu, obtendo ao contrário - graças à passagem através de um eu dependente - livre acesso às possibilidades de interpretação da tradição cultural. No medium constituído por comunicações formadoras de normas e valores, e penetradas por experiências estéticas, os conteúdos culturais herdados não são simplesmente os marcos com os quais modelar os carecimentos; ao contrário: em tal medium, os carecimentos podem buscar e encontrar as suas adequadas interpretações. Decerto, esse fluxo comunicativo exige sensibilidade, capacidade de liberar-se dos limites, das dependências: em suma, um estilo cognoscitivo indicado como dependência do campo que, em seu caminho para a autonomia, o eu inicialmente superou e substituiu por um estilo de percepção e de pensamento independente de um campo. Uma autonomia que retire do eu um acesso comunicativo à própria natureza interna é também sinal de não liberdade. A identidade do eu significa uma liberdade que - na intenção, se não de identificar, pelo menos de conciliar dignidade e felicidade - põe limites a si mesma" (p.72).

³² Idem, p.64.

³³ Idem, p.72.

³⁴ Habermas, J. Conhecimento e interesse. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 234.

³⁵ Idem, ibidem.

³⁶ Idem, ibidem.

³⁷ Idem, p.238.

³⁸ Idem, ibidem.

³⁹ Idem, ibidem.

⁴⁰ Idem, p.244.

⁴¹ A esse respeito ver Prado, J.L.A. Comunicação e gozo: teoria da linguagem em Habermas e Lacan. Tese apresentada em 1994 à PUC-SP. Naquele trabalho salientei

os termos empregados por Habermas para apontar o afastamento da condição transcendental de normalidade em termos de distorções da comunicação: o neurótico utiliza os símbolos de modo defeituoso (fehlerhaften), seu texto é adulterado (verderbten), apresentando mutilações (Verstümmelungen), é desfigurado (entstellten), seu comportamento é falho (Fehlhaltungen), o discurso é deformado (deformierten), revelando uma manifestação parcial (unvollständige) e distorcida (verzerrte) do sentido.

⁴² Habermas, J. Conhecimento e interesse, op. cit., p.244.

⁴³ Idem, ibidem.

⁴⁴ Idem, p.245.

⁴⁵ Idem, p.246.

⁴⁶ Idem, p.239.

⁴⁷ Idem, p.240.

⁴⁸ Idem, p.257.

⁴⁹ Idem, ibidem.

⁵⁰ Idem, p.244.

⁵¹ Idem, p.246.

⁵² Idem, p.258.

⁵³ Idem, ibidem.

⁵⁴ Idem, p.248.

⁵⁵ Idem, p.250.

⁵⁶ Idem, ibidem.

⁵⁷ Idem, p.251.

⁵⁸ Idem, p.253.

⁵⁹ Habermas, J; Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos. Madri, Cátedra, 1989, p.193.

⁶⁰ Idem, ibidem.

⁶¹ Idem, p.198.

⁶² Idem, p.199.

⁶³ Idem, p.205.

⁶⁴ Idem, p.207. Habermas distingue a organização externa da fala da organização interna. A fala se autonomizou em relação a outras formas de manifestação, frente ao contexto de ação, frente à realidade normativa da sociedade e frente à subjetividade do falante. Em consequência, há uma organização externa da fala, nas dimensões social, temporal e objetiva. Assim, e a participante "pode tratar de influir estrategicamente sobre a organização externa da fala para mudar o contexto normativo a seu favor. A autonomização da fala abre a possibilidade de fazer um uso estratégico dos meios próprios da ação comunicativa, sem violações das condições e obrigações anexas aos processos de formação de consenso"(p.206). A organização externa da fala "fixa normativamente, ou seja, mediante regulações de caráter institucional, como se decidem os problemas gerais de controle ou os problemas gerais de funcionamento de um sistema de comunicação lingüística" (idem). Por outro lado, a diferenciação da fala se reflete na organização interna da fala. Esta consiste na "regulação pragmáticouniversal das seqüências de atos de fala, que devido a seu caráter transcendental fraco não necessita do respaldo de normas sociais"(idem). Com a autonomização de uma esfera de produtos configurados gramaticalmente "surge a necessidade de ajuizar uma expressão como elemento de uma língua: uma expressão é ininteligível se não pertence ao conjunto de expressões bem formadas que podem gerar-se com a ajuda do correspondente sistema de regras gramaticais"(p.207). Com a diferenciação de conteúdos proposicionais, "surge a necessidade de julgar se uma proposição é verdadeira ou falsa; e se um objeto de que se enuncia algo pode ou não ser identificado, o que

significa: se a proposição poderia ser verdadeira, ou carece de sentido"(idem). Com a separação entre fala e background normativo, "surge a necessidade de ajuizar uma emissão ou manifestação dada no tocante a se atém a valores socialmente obrigatórios e cumpre as normas vigentes, sendo neste sentido correta (no sentido da pretensão de validade 'retidão'), ou se transgride estruturas estabelecidas de expectativas"(idem). Com a separação entre fala e subjetividade do falante, "surge a necessidade de ajuizar a intenção que o falante expressa para comprovar se o falante é veraz ou não veraz no que diz"(idem).

⁶⁵ Idem, p.208.

⁶⁶ Idem, ibidem.

⁶⁷ Idem, ibidem.

⁶⁸ Idem, p.209.

⁶⁹ Derrida, J. Limited Inc. Campinas, Papirus, p.30.

⁷⁰ Lacan O Seminário 11. Os quatro conceitos fundamentais de psicanálise. 4a. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990, p.30.

⁷¹ Ver Prado, J.L.A., op. cit. Na parte quatro é apresentada uma confrontação entre o Lebenswelte o Outro lacaniano.

A ORGANIZAÇÃO COMO FENÔMENO PSICOSSOCIAL: NOTAS PARA UMA REDEFINIÇÃO DA PSICOLOGIA DO TRABALHO¹

Peter K. Spink

RESUMO: A área da psicologia do trabalho encontra-se hoje fragmentada, com múltiplos temas sendo trabalhados de forma isolada e sem uma moldura que permita uma apreciação crítica dos fenômenos no seu todo. Diversos elementos e acontecimentos têm contribuído para esta situação, entre eles a falsa distinção entre psicologia teórica e psicologia aplicada, a adoção inicial de uma postura valorativa que vê a ação da psicologia como intrinsecamente positiva, e a falsa separação entre o determinismo técnico e a interação social do lado humano dos negócios. Considerando os dilemas que este contexto cria, a tendência de aproximar mais a psicologia do trabalho da psicologia social crítica é vista positivamente porque permite não somente outras óticas sobre fenômenos organizacionais e do trabalho mas também sobre formação e dinâmica do próprio campo em que ocorrem esses fenômenos. Um exemplo desta aproximação é dado a partir de uma análise da construção do conceito de organização e da maneira como esta vira "algo" dentro do qual o processo social se dá - em vez de ser vista como o próprio processo social.

PALAVRAS-CHAVE: história crítica da psicologia do trabalho, psicologia aplicada, construcionismo, psicologia social do processo organizativo.

INTRODUÇÃO

O que hoje é chamado de psicologia do trabalho é uma lista de tópicos tão vasta que perde qualquer significado específico e é difícil considerar como um conjunto. Por exemplo tanto no trabalho empresarial, público ou no terceiro setor (entidades e associações filantrópicas, não governamentais ou de representação) são estudadas questões de: ergonomia, saúde do trabalhador, organização do

SPINK, P. K. "Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 174-192; jan./jun. 1996

trabalho, seleção, treinamento técnico, orientação vocacional, motivação e satisfação, comprometimento, significado do trabalho, relações interpessoais, liderança e comportamento grupal, estilo gerencial, treinamento e desenvolvimento gerencial, clima e cultura organizacional, comunicação e organização informal, relações de trabalho, negociação sindical e análise organizacional e institucional.

Mesmo esta lista abreviada - na qual cada item é o ponto de partida para um micro-universo de tendências, métodos de pesquisa, pressupostos teóricos e valores sociais - demonstra que o termo psicologia do trabalho é tão descritivo quanto psicologia do fora-do-trabalho. Pior ainda, a multiplicação de elementos de atuação acontece sem nenhuma base teórica que sirva de moldura ou sem qualquer disputa teórica clara que possa servir como um diálogo de referência como, por exemplo, na área da psicologia clínica. Tão confuso é este tumulto de temas que não é de estranhar que a própria psicologia prefira deixá-lo sobreviver marginalmente no campo de recursos humanos, ou relegado a um tópico do quinto ano do curso de graduação e a uma experiência triste de estágio na área de seleção de pessoal. É raro encontrar psicólogos que fazem do terreno do trabalho seu foco substantivo; muito mais comum é ouvir que a presença neste campo se dá por razões instrumentais. Ora, não se pode criticar esta posição se o campo em si é de fato tão desconhecido; não é possível exigir que alguém fosse assumir algo se não há claras indicações de que este algo existe!

Durante um período buscou-se criar um espaço mais coerente e menos problemático a partir de um enfoque institucional e com uma maior atenção ao funcionamento psicossocial de hospitais, centros de saúde, escolas e creches. Coerente, porque a ligação da psicologia com o desenvolvimento, a aprendizagem e a medicina sempre foi muito presente; menos problemático porque não são indústrias com seus dilemas do capital. Esta abordagem teve seus limites por pelo menos três razões: primeira, instituição é uma categoria específica de organização simbólica ou do universo simbólico do elemento organizado², e não um sinônimo para organizações que prestam serviços sociais específicos; conseqüentemente foi difícil manter as restrições frente ao aumento de interesse em cultura organizacional que exigiu uma definição mais clara do que é instituição. Segunda, também nestes tipos de organização há cargos, carreiras, tarefas sendo alocados e tecnologias a serem operacionalizadas; a abordagem mais psicodinâmica e psicanalítica da análise institu-

SPINK, P. K. "Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 174-192; jan./jun.1996

Cional³ teve poucas ferramentas para um universo que também é sociotécnico. Finalmente, o capital e os dilemas e conflitos da relação capital-trabalho podem não estar explicitamente presentes, mas as instâncias de estado e governo e sua relação com a cidadania nas questões de política social são igualmente ou até mais complexas e problemáticas⁴.

Surge portanto a pergunta: o que fazer para diminuir a fragmentação e criar para esta área imensa uma possibilidade de atuação menos paradoxal? A resposta passa necessariamente pela compreensão do processo de fragmentação, e leva à proposição de uma nova unidade de análise psicológica que possa permitir o redimensionamento do campo como um todo: o processo organizativo enquanto fluxo de ações e significados sociais.

DESCONSTRUINDO O LADO HUMANO DA ORGANIZAÇÃO

A distinção inicial que precisa ser feita é entre uma fonte de problemas que precisam ser resolvidos, enquanto campo de uma psicologia aplicada, e um fenômeno que precisa ser compreendido e problematizado. A diferença fundamental entre estas duas posições está na proposição de que a segunda inclui a primeira enquanto foco de análise. Esta é a contribuição que uma aproximação maior com a psicologia social dita sociológica permite.

O reencontro na psicologia social com as diversas e às vezes divergentes teorias sobre a intersubjetividade no terreno da teoria social teve como consequência busca da contribuição da psicologia social à compreensão crítica da ação no âmbito societal. Se na Europa este processo se deu de maneira mais reflexiva a partir da década de 1960, com os comentários de Moscovici⁵, Israel e Tajfel⁶ e Harré⁷ entre outros, na América Latina ela se tornou mais radical, produto em parte da exacerbação de problemas sociais e das múltiplas consequências dos ajustes estruturais macroeconômicos⁸.

Na América Latina em geral, o débito para com a prática tinha assumido proporções tão alarmantes que muitos psicólogos preferiam agir a partir do senso comum diante da incapacidade das teorias psicológicas ortodoxas oferecerem um quadro de referência mais informado. Dado que também o lugar da discussão sobre o significado das questões sociais e as possíveis estratégias de ação se dava, conceitual e politicamente, nas ciências sociais, o resultado

SPINK, P. K. "Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 174-192; jan./jun.1996

foi uma saudável sociologização da psicologia social e uma rejeição de muito de seu conteúdo tradicional. Esta virada, às vezes exagerada pelo conflito que gerava, trouxe uma compreensão da complexidade do campo de processos sociais e serviu também para mostrar que o desafio de construir uma contribuição mais relevante não podia ser enfrentado com a simples psicologização de conceitos sociológicos e antropológicos. Seria necessário examinar a própria matriz conceitual da psicologia social em busca de elementos que permitissem uma complementaridade integrativa entre os conceitos de pessoa e processos sociais em vez do distanciamento provocado pelo binômio tradicional do indivíduo-sociedade⁹.

O resultado tem sido um avanço significativo da capacidade de compreender os eventos do dia-a-dia como uma prática intersubjetiva e socialmente relevante, base da produção e reprodução de processos sociais¹⁰. Começou-se a desfazer a noção, implícita na falsa separação do indivíduo e contexto, de que o empírico tem dois níveis - um nível psicológico e um nível sociológico. Como bem comentou Adorno¹¹:

"Sociologia e Psicologia, na medida em que funcionam isoladamente, caem frequentemente na tentação de projetar a divisão do trabalho intelectual no seu objeto de estudo. A separação da sociedade e da psique é uma falsa consciência: perpetua conceitualmente a divisão entre o sujeito vivo e a objetividade que governa os sujeitos mas que se deriva deles. Mas a base desta falsa consciência não pode ser removida por um mero dictum metodológico. As pessoas são incapazes de se reconhecer na sociedade e reconhecer a sociedade nelas, até porque estão alienadas umas das outras e da totalidade."

Se o lá fora é muito mais um cá entre nós, qualquer tentativa de estudar a atividade humana enquanto processo produzido e reproduzido socialmente exigirá a compreensão das condições de sua construção e continuidade. Estas condições só se tornarão disponíveis para análise na medida em que há um mirante a partir do qual é possível ler este movimento, de modo a compreender a dinâmica do campo em si¹². Ao ampliar o horizonte, começa também ser possível analisar suas crenças de constituição ou "core beliefs"¹³, seu conhecimento convencional ou paradigmas¹⁴ e suas representações de si mesmo e do seu objeto de estudo, sua identidade epistemológica¹⁵.

A ausência deste horizonte foi e continua sendo a grande

SPINK, P. K. "Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 174-192; jan./jun.1996

dificuldade para a psicologia do trabalho quando concebida como área separada. Seu certificado de nascimento, usando como referencial o livro de Hugo Münsterberg, publicado em 1913 e formalmente considerado o primeiro texto organizado sobre a tema, veio com o nome de “economic experimental psychology”. A intenção era de mostrar a contribuição da psicologia para um campo industrial em franca expansão, visto como alavanca de desenvolvimento econômico e social. A temática das consequências sociais deste desenvolvimento não era considerada por Münsterberg, e presume-se por seus colegas, própria de uma psicologia científica e portanto livre de valores.

"A psicotécnica econômica pode servir certos fins do comércio e da indústria, mas se estes são os melhores não é uma preocupação que deve pesar para o psicólogo"¹⁶

A visão de Münsterberg e outras é compreensível considerando que o momento foi da consolidação da razão científica objetiva e da criação na indústria de princípios claros de organização, oriundos da mecânica, que poderiam ser combinados num modelo correto e melhor. É fato que muitos destes princípios já estavam presentes de forma mais fragmentada (por exemplo nos trabalhos de Charles Babbage - A arte da Manufatura - em 1825 ou nas estradas de ferro)¹⁷, mas a sua consolidação nas sociedades de engenheiros e nas escolas de comércio e de administração na costa leste dos Estados Unidos aconteceu neste período. Para cada problema haverá uma solução racional e para os psicólogos esta proposição tomou-se o ponto de partida para a psicologia aplicada: a separação entre a construção experimental de uma base conceitual e a aplicação desta base a problemas específicos. A primeira atividade era própria da psicologia experimental e a segunda da psicologia aplicada. O caminho é de uma mão só - do campo teórico legitimado cientificamente para sua operacionalização num mundo que precisava ser organizado e melhorado.

Estes dois elementos, o cantinho unidirecional entre a teoria e a prática, e o determinismo da eficiência técnica ou da organização vista como uma máquina, se combinaram para produzir um campo fértil de expansão não-problemática. A análise clássica dos psicólogos deste período é de Baritz no seu livro Os criados do poder ¹⁸. A ‘Psychological Corporation’, conhecida até hoje como um dos

SPINK, P. K. "Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 174-192; jan./jun.1996

principais centros de publicação de testes psicológicos foi criada no início da década de 1920 para aplicar psicologia ao mundo dos negócios. Para muitos dos principais psicólogos da época envolvidos na criação de teorias e instrumentos para medir diferenças individuais, o mundo de negócios virou também um bom negócio. Qualquer possível tensão entre os valores do psicólogo e o novo campo em expansão foi aliviada por uma ideologia profissional e gerencial voltada à importância da satisfação pessoal para o indivíduo alocado num posto de trabalho que é melhor para suas habilidades. (Nota-se que as implicações por inverso não são especificadas). Para Münsterberg:

"ainda mais importante de que lucros comerciais de ambos os lados são os ganhos culturais à vida econômica da nação na medida em que todos podem ser levados ao lugar em que suas melhores energias podem ser demonstradas e sua satisfação pessoal obtida. A psicologia experimental econômica oferece nada menos de que a idéia inspiradora que o ajuste de trabalho e psique pode levar à troca da insatisfação no trabalho e depressão mental pela felicidade e harmonia interna perfeita"¹⁹.

Ideologias profissionais e gerenciais têm a tarefa de representação positiva da autoridade de mando frente a quem manda e a quem obedece, de tornar natural aquilo que não é natural e de fazê-lo de forma convincente²⁰. Desde o início a nova psicologia econômica tinha sua crença, que serviu de sustentação para o caminho unidirecional entre a psicologia científica produzida no laboratório e sua aplicação na indústria. A força desta crença pode ser vista num comentário do psicólogo inglês Bartlett que satirizou os psicólogos que se dedicaram à aplicação de testes vocacionais, como se fossem deuses, no ditado: "deus tem um plano para todos os homens e ele tem um também para você"²¹.

Faltou ainda algo mais para completar o campo, para torná-lo aparentemente dinâmico e saudável, pelo menos na superfície. Isso seria dado pela crescente preocupação com os custos sociais e humanos do avanço industrial, visto como inevitável. O determinismo tecnológico tinha criado o que Trist²² chamou de teoria da organização como uma máquina; pensou-se que o avanço industrial era inevitável e as características dos postos de trabalho seriam em grande parte determinadas pela tecnologia de produção. A psicologia poderia ter um papel de atenuar estas consequências.

SPINK, P. K. "Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 174-192; jan./jun.1996

Na Inglaterra durante a primeira guerra mundial, a demanda insaciável por armamentos fez com que o horário de trabalho nas fábricas de munição se estendesse cada vez mais. Noventa horas por semana era comum. A consequência foi um decréscimo na quantidade produzida e taxas cada vez mais altas de ausência por razões diversas incluindo doença. Preocupado, o governo da época criou o 'Health of Munition Workers Committee' em 1915 para: estudar e aconselhar sobre questões de fadiga industrial, horas de trabalho e outros assuntos que afetavam a saúde pessoal e a eficiência de trabalhadores em fábricas e oficinas de munição (termos de referência oficial)²³. Começava-se a discutir aquilo que um dos fundadores da psicologia industrial inglesa, C.S. Myers, chamou de: o lado humano do trabalho.

Nos Estados Unidos da América a trilha do lado humano passa pelas críticas do psicólogo australiano Elton Mayo à visão taylorista do homem econômico e sua proposição de que o trabalhador tem uma necessidade de se dar bem com os outros, de precisar do convívio e do contato social. Os estudos de Mayo, especialmente aqueles vinculados à consultoria que prestou ao programa de pesquisa da empresa Western Electric, parte do sistema Bell - AT&T, na sua fábrica de Hawthorne, Chicago, de 1924 a 1933²⁴, apontavam para a importância do terreno dos sentimentos e das relações humanas entre o gerente e seus trabalhadores; visão esta que seria consolidada por um executivo da Bell, Chester Barnard em seu livro: *As funções do executivo* (1938)²⁵. As empresas precisavam levar em consideração a dimensão social junto com a dimensão técnica porém as duas são diferentes e regidas por suas lógicas próprias. O lado técnico é necessário e termina a natureza dos postos e o perfil de seleção e treinamento técnico, entretanto seus exageros precisam ser mantidos sob controle pelo respeito exigido ao lado humano e aos processos de comunicação e liderança. O potencial de conflito entre as duas tendências parecia real, porém na prática não aconteceu e os dois subcampos acabaram por coexistir. Contrário à história mitificada, o movimento de Relações Humanas não marcou o fim da influência Taylorista, porque na divisão crescente das novas funções de pessoal, os dois nunca se cruzam.

A psicologia do trabalho nasce e cresce com esta dicotomia de raiz que incorpora, a partir de uma disputa interna e falsa entre os tecnicistas e os humanistas. A briga parece real, especialmente quando vocalizada pelos expoentes das modernas abordagens em

SPINK, P. K. "Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 174-192; jan./jun.1996

recursos humanos, mas a análise é somente superficial. Mantém-se um grande circo que nada mais é que um processo de desublimação repressiva (para entender o termo de Marcuse²⁶).

Tal como Münsterberg, Mayo também cuidadosamente traçou uma linha entre o social que lhe interessava e um social mais amplo. O historiador social Gillespie²⁷ tem cuidadosamente analisado a maneira em que os experimentos de Hawthorne foram trabalhados e re- trabalhados nas narrativas dos envolvidos num processo de construção social de significado. Torna-se claro que o local de trabalho social e colaborativo de Mayo era extremamente restrito no seu espaço; entrevistar trabalhadores sobre o que pensavam da organização era para satisfazer suas necessidades de se sentir Útil e não para ouvir ou usar o que era dito. Para Mayo, conflito industrial não tinha nenhuma razão de existir - seu mundo era colaborativo e conseqüentemente sua presença devia ser tratada pela psiquiatria. Gillespie cita um trabalho publicado por Mayo na Austrália, antes de chegar nos Estados Unidos, onde Mayo já começa a arguir que a pesquisa psicológica mostraria a irracionalidade e a desordem mental que geravam conflito social.

"Para qualquer psicólogo ativo é imediatamente óbvio que os teorias gerais de socialismo, anarquismo e similares são em grande parte as construções de fantasia do neurótico" ²⁸.

Não deve ser, portanto, uma surpresa descobrir que mais tarde, quando os resultados do estudo da montagem dos relays estavam sendo elaborados, o conflito - criado por duas das mulheres que tentaram negociar com a gerência melhores condições salariais e certos privilégios e que foram retiradas do experimento - seria esquecido e a razão de sua retirada dada como outra. As duas eram consideradas neuróticas e não adequadas para as condições do experimento. De maneira similar, o estudo dos homens na sala de fiação iria perder todo seu conteúdo mais crítico sobre a natureza da resistência à autoridade industrial e gerencial (resultado das observações sobre as discussões dos operários sobre a importância de manter um nível de produtividade suficiente, mas não demasiado) com o afastamento do projeto do antropólogo social W. Lloyd Warner. Afinal, o livro iria receber o nome de: A Gerência "e" o trabalhador ²⁹.

Até hoje esta capacidade de convívio dentro de um simulacro

SPINK, P. K. "Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 174-192; jan./jun.1996

de debate continua firme. O debate é sobre a divisão de um campo e não sobre a sua formação e significado no estudo da sociedade moderna; sobre seu papel naquilo que polanyi chamou de “grande transformação”³⁰. Continua a discussão dentro da moldura mas não da moldura em si. Arakcy Martins Rodrigues tem comentado como a ordem de tópicos em quase a totalidade dos cursos de psicologia do trabalho mostra bem esta incapacidade de problematizar o campo. Começa-se sempre com análise de cargos e seleção, as primeiras atividades da psicologia industrial, e segue-se numa ordem que reproduz a ordem cronológica da ampliação do campo até chegar ao desenvolvimento organizacional. Em momento nenhum se reflete sobre o significado, a intertextualidade temática que resulta destas idas e vindas. Afinal, os departamentos de administração de pessoal também seguem o mesmo processo - as áreas de rotinas trabalhistas, cargos e salários, seleção, treinamento técnico e desenvolvimento gerencial são sempre separadas e lá também há os progressistas e os tradicionais. Mesmo nas tentativas de criar um novo conceito de recursos humanos (o “Human Resource Management”), foi necessário manter separada a parte administrativa para permitir que a parte nobre mantenha a sua ideologia desenvolvimentista³¹.

A dificuldade em se questionar vem do pressuposto original. Psicologia é para ser aplicada ao campo do trabalho e de organizações, conseqüentemente assume-se que a problematização da psicologia é feita onde se faz a psicologia, não onde se aplica. Os dois são instâncias distintas. Ao agir dentro da ótica da separação entre teoria e aplicação, cai-se no terreno restritivo onde a preocupação social do psicólogo enquanto ser-no-mundo influencia o tipo de problema que quer resolver, mas a maneira de resolvê-la permanece presa àquilo disponível para aplicação. O mundo de trabalho e de organização é um campo de atuação e não um fenômeno a ser compreendido, porque na hierarquia implícita da ciência esse não é o papel do aplicador. Psicologia do trabalho é um assunto do quinto ano ou de cursos de pós-graduação no exterior; algo que um psicólogo pode fazer mas não como parte de sua identidade básica.

Nestas circunstâncias, se a psicologia, voltada cada vez mais ao estudo isolado de pequenos núcleos de variáveis, não oferece uma leitura problematizadora do fenômeno social, o resultado é um círculo vicioso inevitável. Uma fragmentação do terreno em pequenas áreas, cada uma das quais composta de pedaços de psicologia mal

SPINK, P. K. "Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 174-192; jan./jun.1996

costurados e engajados numa briga inócua que divide o conflito emocional numa dinâmica intergrup³², que é em si produto e reproduzidor de um fenômeno complexo que permanece, programaticamente, fora do alcance conceitual e do acesso emocional. A separação falsa entre a teoria e a prática que levou a psicologia a se conceber enquanto segmentos, nega a possibilidade de uma práxis voltada à compreensão ativa de um mundo social processual. Uma imagem negativa de um trabalho reduzido e preso à reprodução do capital sem opção de análise e ação completa o círculo, afastando o profissional do acadêmico.

Uma aproximação com a psicologia social neste momento da sua reconfiguração fornece diversas pistas para a reconcepção do campo, iniciando-se com o reconhecimento que o campo da psicologia do trabalho é parte do fenômeno do trabalho, ele é produto de suas circunstâncias e não alheio a elas. Entretanto, cabe aos psicólogos que militam no campo organizativo a tarefa mais difícil da legitimação do fenômeno de trabalho e das formas que a atividade humana assume com o espaço de pesquisa e produção de conhecimento não sobre o trabalho ou sobre as organizações, mas sobre a psicologia da vida associativa, a psicologia social - a psicologia. Cabe a estes rejeitar a falsa separação da teoria e da prática, do puro e do aplicado e sua hierarquização profissional implícita. Cabe também reconhecer que estas separações - que só foram rejeitadas explicitamente pelos ativistas da pesquisa-ação³³ compõem uma problemática mais profunda. Poder, dominação, ideologia, conflito social e de classe não habitam um espaço próprio alheio à academia; os campos do saber também têm seu cotidiano.

A ORGANIZAÇÃO ENQUANTO PRODUTO DISCURSIVO

Ao reassumir a psicologia enquanto campo de reflexão e não simplesmente de aplicação, é possível criar um mirante para a problematização inicial daquilo que talvez seja o elemento mais pernicioso desta triste história: o que é, afinal, esta tal organização sobre a qual todos parecem certos de sua existência enquanto fato real e dentro da qual o psicólogo e a psicóloga aplicam sua psicologia? A organização é um pressuposto básico que é tomado como óbvio - afinal organizações existem - para poder ir adiante na investigação de sua forma e natureza; seja de organizações boas

SPINK, P. K. "Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 174-192; jan./jun.1996

(sindicais, comunitárias) ou más (capitalistas, psiquiátricas). Mas será que este crença básica tem validade, quando vista pela ótica de uma psicologia social ativa e investigativa voltada à análise de ação social vista do lado do agente desta ação?³⁴ Será que organizações existem?

Durante muito tempo, e até pelo menos a década de 1930, organização, enquanto palavra 'descritora' foi sempre associada à necessidade de dar ou pôr ordem (ordenar) nas diversas ações que formavam o empreendimento industrial ou comercial e o serviço público. A arte de administrar foi erguida em volta de atividades tais como planejar, organizar, liderar e controlar; conseqüentemente a organização de atividades fez parte do empreendimento ou serviço e não era sua característica principal. Qualquer passagem pela arqueologia industrial inglesa mostra os portões de fábrica e prédios do século dezenove onde o empreendimento era claramente identificado: Fundação Soho, Tecelagem Bennet, Chapelaria ChristieMiller. Livros escritos no início do século discutiam a organização e administração da fábrica, ou do escritório, e ainda em 1974 George tinha isso a dizer ao resumir seu trabalho sobre a história do pensamento administrativo:

"quando os administradores tentam criar um ambiente físico e mental eles devem inculcar um certo grau de ordem no caos que a ignorância dos fatores ambientais ocasionaria. Esse processo de ordenação, envolvendo o planejamento, recebeu diversos nomes, sendo o mais comum de organização "³⁵.

Na antropologia da mesma época, organização era usada de maneira genérica para se referir aos processos sociais em agregações humanas, suas religiões, ritos, estrutura familiar e modo de vida. Ninguém duvidava que estes processos sociais tinham seu lado simbólico, como a citação de George deixa transparecer a partir do uso da expressão ambiente mental; tratava-se, porém, de um processo de ordenação no nível micro ou macro e não de algo em si.

Enquanto na linguagem do cotidiano este sentido básico de organização enquanto atividade ou ação processual ao alcance de todos continua simbolicamente presente até hoje (como na frase organizar uma festa), no terreno conceitual a situação é outra. Ao chegar na década de 1950, o processo de criação do campo profissional gerencial se consolida, exigindo um espaço delimitado

SPINK, P. K. "Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 174-192; jan./jun.1996

e ideologicamente legitimável de autoridade e competência³⁶. Expande-se também o campo profissional das ciências sociais para os níveis de meso-análise da sociedade, trazendo a necessidade de ter um algo para estudar. A palavra organização altera seu significado. Agora ela passa a ser um objeto a ser estudado, uma espécie de baú dentro do qual comportamentos podem ser observados, e cresce a discussão sobre suas características e seu gerenciamento. Cada vez mais livros aparecem mostrando como a organização é um fenômeno moderno e como as vidas de cada um são mais e mais dependentes de organizações. Os múltiplos elementos deste "novo algo" são separados e juntados num esforço de identificar as variáveis-chaves que afetam seu desempenho e demora muito pouco tempo para que o baú abstrato vire uma entidade concreta que tem comportamento próprio - quase que antropomórfico quando consideradas as referências à organização enxuta, à organização saudável, à organização que aprende

Ao ser conceitualizada cada vez mais com um "algo" em vez de ser compreendido enquanto processo, começa-se a fortalecer a subordinação simbólica da parte ao todo, visto com um todo separado. Organizações são "algo" e este "algo" tem partes; dado que o "algo" é maior do que a parte, o "algo" é mais importante. O comportamento, que é visto como uma parte, acontece dentro deste "algo", ou organização-todo. A estrutura é a estrutura do todo, da organização formalmente constituída - as ações do dia-a-dia são do mundo informal e mundano da parte. Segue portanto que o primeiro é "obviamente" a base do poder e o segundo da subserviência.

A presença desta representação social sobre a constituição da organização levou pessoas a pensar que não se pode fazer nada se não houver participação nas decisões centrais conseqüentemente, equacionando participação com a presença de representantes eleitos nos conselhos administrativos e negando a importância de mudanças no local de trabalho. A organização-todo não tem nenhum lugar para o cotidiano.

Porém, será que isso é um pressuposto válido, ou será que ao assumir a concretude da organização enquanto um todo, cai-se num erro tautológico? Ao supor que a organização é uma categoria clara e não problemática, interpretam-se os dados na mesma veia. Se a organização existe, portanto é obvio que a ação acontece dentro da organização. E se por acaso este "algo" não existir?

Desde os trabalhos pioneiros dos interacionistas simbólicos

SPINK, P. K. "Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 174-192; jan./jun.1996

dentro da linha aberta por G.H.Mead³⁷, e dos pesquisadores de campo lewinianos (por exemplo Barker e Wright³⁸), até as propostas etnometodológicas³⁹, e também o debate crítico dentro da antropologia da ação⁴⁰ ou da semiótica⁴¹, torna-se cada vez mais claro que o dia-a-dia, o cotidiano mundano, não é um vazio de restos aleatoriamente espalhados pelo chão mas, ao contrário, é o lugar onde a gente se reconhece como gente no sentido comunicativo⁴². Reconhece-se também que a capacidade de ordenar atividades e ações, de criar diferentes e novas formas de agir é uma característica essencialmente humana e que é esta a base que materializa os passos da humanidade no horizonte reconhecível do dia-a-dia, mesmo que os passos sejam contraditórios e seus significados confusos⁴³.

O dia-a-dia organizacional é onde se trabalha; parte esta cujo horizonte - ou limite - é socio-tecnicamente configurado (pelo espaço físico, maquinária, tarefas, horários, pressupostos de controle e práticas de interação). Nesta concepção, a ordem organizacional tem muito mais a ver com uma ordem negociada⁴⁴ entre cotidianos distintos - departamentos, áreas, salas de aula, repartições e lojas - e o . todo. é muito mais um residual, sem nenhuma característica homogênea. Nesta ótica, as organizações enquanto coisas reificadas como "algo" nada mais são do que a sombra projetada pelo cotidiano em movimento ou, talvez melhor, as pegadas deixadas pela passagem da ação enquanto atividade humana. A sombra inibe e a pegada convida, porém ambas são as consequências da ação e não sua origem.

Obviamente há exemplos de empreendimentos que se isolam por inserção ou opção⁴⁵, onde um texto organizacional busca ser hegemônico e diferenciador, criando uma cultura organizacional forte e marcante. Mas será que mesmo nestes casos o texto é de fato hegemônico ou, ao contrário, as pessoas reconhecem a sua presença enquanto autoridade ou discurso oficial enquanto utilizam outros recursos para o dia-a-dia⁴⁶. Vale lembrar o estudo clássico de Rosenhan⁴⁷ cujos pseudo-pacientes esquizofrênicos foram rapidamente diagnosticados como pesquisadores pelos demais pacientes internados. Também é comum em processos de introdução e integração de trabalhadores perceber que a maioria dos funcionários não presta atenção às aulas ou vídeos explicativos carregados com conteúdo simbólico e aguarda o início do trabalho para indagar ao vizinho como as coisas são feitas e quais as regras importantes.

SPINK, P. K. "Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 174-192; jan./jun.1996

TODOS E PARTES

Se as partes, ainda definidas de maneira aberta, são os lugares de residência, no sentido de atividade e ação, qual é o papel do todo? Há, simplificando, três opções possíveis.

A primeira começa com a noção de que o todo é algo fora da parte, a parte é dentro do todo. Nesta ótica, organizações são entidades separadas e as pessoas se comportam dentro delas de acordo com regras observáveis e teoricamente previsíveis. Organizações podem ser estudadas enquanto entidades que têm estruturas, tecnologias, culturas e ambientes; pessoas são diferentes e têm sua própria temática de estudo. Esta seria a opção da objetividade seguida pela grande maioria de pesquisadores nas áreas tradicionais da psicologia do trabalho.

A segunda começa com o mesmo princípio, mas reconhece que as pessoas têm uma tendência a construir seus próprios mundos, portanto é necessário relativizar o conceito para levar isso em consideração. Organizações existem de fato, só que as pessoas tendem a vê-las através de seus próprios olhos. Esta seria a opção da subjetividade e é onde se encontram os trabalhos sobre liderança e comunicação, de cultura organizacional e uma boa parte da psicologia dita institucional. Esta opção oferece uma divisão não problemática do campo entre os estudos administrativos da organização e os psicológicos das pessoas. Entretanto, a pessoa permanece firmemente na organização.

A terceira opção se inicia pela inversão do todo e parte, concebendo o todo dentro da parte e sem nenhuma existência própria. O todo nada mais seria do que um produto intersubjetivo transformado em pseudo real pelo seu efeito simbólico. A parte seria concebida enquanto horizonte local, dando concretude e base à intersubjetividade. Nesta opção de uma intersubjetividade radical, nada existiria além da parte. O que são chamadas organizações não seria nada mais do que coleções de partes, concentrações mais densas de processos cotidianos. Esta posição é compatível com a de Pagés⁴³, quando fala de organização enquanto sistema de mediações, ou conjunto dinâmico de respostas e contradições porque estes são elementos do cotidiano tornados pseudo-reais nas diversas narrativas de agrupamentos diferentes, que em si são produtos locais.

Se significação é uma espiral múltipla de narrativas simultaneamente presentes, o todo talvez nada mais seja do que uma meta-

SPINK, P. K. "Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 174-192; jan./jun.1996

narrativa. Se os atos de fala, os discursos e a retórica são produtos do dia-a-dia e não de um lugar mítico além da parte, e se é a partir desta ação processual que o eu nas suas versões se deriva⁴⁹, segue-se que a organização enquanto algo concreto é muito mais produto das contradições e conflitos deste mesmo cotidiano do que é produtora. Compreender organização enquanto representação é orientar a "análise para o terreno da política da realidade, para a interseção do mundo vital e sistema, e para os processos de colonização do primeiro pelo segundo, discutidos por Habermas na sua teoria de ação comunicativa⁵⁰. Nesta linha, há de se indagar se a preocupação da teoria administrativa recente em assimilar a palavra cultura não poderia ser mais um exemplo de processos que buscam dar ao universo reificado a aparência do universo consensual, para usar a distinção de Moscovici⁵¹.

A PSICOLOGIA SOCIAL DO FENÔMENO ORGANIZATIVO

Se a organização enquanto um todo não é mais que um rastro da atividade que já passou, uma sombra pálida de um fenômeno multidimensional que desaparece quando a luz é acesa, segue que estes empreendimentos diversos de todos os tipos funcionam não porque as pessoas são administradas e direcionadas, mas porque a concentração de processos que seus cotidianos representam serve de ímã para o uso das caixas coletivas de ferramentas organizativas mundanas desenvolvidas ao longo da história social. Em última análise, pessoas sabem se virar. A estrutura de uma firma, hospital, escritório ou ong é uma representação de ação congelada; de pouca importância no dia-a-dia de negociação de significado⁵². Ela pode apoiar ou restringir a ação processual pelo seu efeito simbólico enquanto mecanismo de mediação, mas não a produz nem reproduz; igual à pegada, ela tem algo a contar - só que é diferente daquilo que se está acostumado a ouvir.

Será que a reificação da organização dentro de uma ideologia gerencial moderna, refletida no aumento vertical da quantidade de "best sellers" e seminários, precisa ser compreendida como um processo onde a negação implícita presente na ênfase na importância do bom gerente (a incapacidade organizativa do não-gerente) aponta justamente para a presença contrária (a capacidade organizativa autóctone)? Ideologia nunca foi somente uma referência à direção

SPINK, P. K. "Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 174-192; jan./jun.1996

do poder mas também à direção do medo que o sustenta. Ao tornar natural a autoridade de alguém, desautoriza-se no mesmo tempo a autoridade do outro de quem ou do qual, enquanto conceito, se tem medo. A oferta da cidadania da organização reprime o exercício da cidadania que se deriva das contradições do dia-a-dia⁵³, como também a construção de uma cidadania limitada a direitos garante a manutenção de um estado. Conseqüentemente, e tal como a ideologia de assentamento humano representou o medo do não assentado cuja cultura e práticas igualmente complexas e morais desafiaram a lógica da vida assentada, o processo de colonização simbólica não se tornou ainda hegemônico e certas condições entre as quais a complexidade - poderia levar à desmistificação parcial do sistema enquanto metanarrativa frente às rupturas produzidas na parte.

Estas idéias estão também presentes em outras áreas de análise social, onde a noção de atividade processual que forma um cotidiano intersubjetivo vem sendo trabalhada durante algum tempo. Reconhece-se a presença de uma consciência prática das contradições presentes nestes significados como também a possibilidade de transcender parcialmente a consciência prática em relação a uma consciência discursiva⁵⁴. Admite-se a possibilidade das pessoas assumirem a agência do autor no ator social, porque a agência é própria da parte.

Ao reconfigurar a psicologia do trabalho enquanto ação processual a partir da psicologia social do fenômeno organizativo, abre-se a opção de reassumir a intervenção investigativa da pesquisa como base para um diálogo que apóia a agência do outro na alteração de práticas e formas de agir. O estudo do fenômeno organizativo e do trabalho tem muito a ganhar com sua proximidade à psicologia social- e talvez a psicologia social tenha algo a aprender também.

Peter K. Spink é professor do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC-SP e da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas

ABSTRACT: (The organization as a psycho-social phenomenon: Notes on the redefinition of work psychology). The field of work psychology has become

SPINK, P. K. "Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 174-192; jan./jun.1996

increasingly fragmented, with a variety of topics being addressed in isolation and without any broad critical appreciation of the phenomena as a whole. This is a result of many factors including the false distinction between theoretical and applied psychology, the initial adoption of a value frame that saw the contribution of psychology as intrinsically positive, and the false separation between technical determinism and the social interaction of the human side of business. Given the dilemmas that this situation raises, the recent tendency to seek a greater approximation between the area of work psychology and critical social psychology is important for it provides not only new models for thinking about different areas of the field but also the possibility of understanding the dynamics of the field itself. One example of the benefits of this new relationship is the possibility to understand organization not as "something" in which social processes take place but as social process in itself.

KEY WORDS: critical history of work psychology, applied psychology, constructionism, the social psychology of organizing.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no VI Encontro Nacional da ABRAPSO, no Rio de Janeiro.

² Douglas, M. *How institutions think*. Syracuse University Press, 1986.

³ Lourau, R. *A análise institucional*. Petrópolis, Vozes, 1975; Guirado, M. *Psicologia institucional*. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1987; Bleger, J. *Psicohigiene e psicologia institucional*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1984.

⁴ Spink, P.K. "Descentralização: luto ou luta". In: T. Fischeb (org). *Poder local: governo & cidadania*. Rio Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1993.

S Moscovici, S. *La psychanalyse: son image et son publico* Paris, Presses Universitaires de France, 1961.

⁶ Israel, J. e Tajfel, H. *Corgs) the context of social psychology*. London, Academic Press, 1972.

⁷ Harré, R. "Blueprint for a new science" In: Annistead Corg.) *Reconstructing social psychology*. Hannondsworth Middx., Penguin, 1974.

⁸ CEPAL. "Crisis and development in Latin America and the Caribbean". CEPAL Review, 26, August 1985.

⁹ Lane, S.T.M e Codo, W. *Psicologia social, o homem em movimento*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

¹⁰ Spink, M.J.P. Corg.) *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo, Brasiliense, 1993.

_____(org) *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo, Cortez, 1994.

¹¹ Adorno, T. "Sociology and Psychology". *New Left Review*, n° 46, 67-80, 1967.

¹² Bourdieu, P. *O Poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.

SPINK, P. K. "Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho" *Psicologia & Sociedade*; 8(1): 174-192; jan./jun.1996

- ¹³ Lakatos, I. "Falsification and the methodology of scientific research programmes". In: Lakatos e Musgrave (orgs). *Criticism and the growth of knowledge*. Cambridge University Press, 1970.
- ¹⁴ Kuhn, T. *The structure of scientific revolutions*. University of Chicago Press, 1970.
- ¹⁵ Fuller, S. *Social epistemology*. Indiana University Press, 1991.
- ¹⁶ Münsterberg, H. *The psychology of industrial efficiency*. Boston, Houghton Mifflin, 1913.
- ¹⁷ Chandler, A.D. *The visible hand: the managerial revolution in american business*. Cambridge, Harvard Univ. Press, 1977.
- ¹⁸ Baritz, L. *Servants of power*. New York, Wiley, 1960.
- ¹⁹ Münsterberg, H. op. cit. nota 16.
- ²⁰ Bendix R. *Work and Authority in Industry*. New York, John Wiley, 1956.
- ²¹ Hollway, W. *Work psychology and organizational behaviour: managing the individual at work*. London, Sage, 1991.
- ²² Trist, E.L. *A socio-technical critique of scientific management*. Tavistock Institute Doc. No. HRC 409, 1970.
- ²³ Blackler, E & Shimin, S. *Applying psychology in organizations*. London, Methuen, 1984.
- ²⁴ Mayo, E. *The human problems of an industrial civilization*. New York, Maemillan, 1933; Roethlisberger, F.J. & Dickson, W.G. *Management and the worker*. Cambridge Mass, Harvard University Press, 1939.
- ²⁵ Barnard, C. *the functions of the executive*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1938.
- ²⁶ Marcuse, H. *Eros and civilization*. Boston, Beacon Press. 1955.
- ²⁷ Gillespie, R *Manufacturing knowledge: a history of the Hawthorne experiments*. Cambridge University Press, 1991.
- ²⁸ Mayo, citado por Gillespie, R op. cit. nota 27.
- ²⁹ "A gerência e o trabalhador". In: Mayo, E. op. cit. nota 24.
- ³⁰ Polanyi, K. *the great transformation*, Boston, Beacon Press, 1944.
- ³¹ Guest, D.E "Human resource management and the american dream", *journal of Management Studies*, 27(4), 1990.
- ³² Higgin, G. & Bridger, H. "The psycho-dynamics of an inter-group experience". *Human Relations*, 17, pp. 391-446, 1964.
- ³³ Spink, P.K. "Pesquisa ação e a análise de problemas sociais e organizacionais complexos". *Psicologia*, 5(1), pp. 31-44, 1979.
- ³⁴ Spink, P.K. "O que é psicologia social". *Revista de Psicologia Social*, 6, PUC-SP, 1984.
- ³⁵ George, C.S. *História do pensamento administrativo*. São Paulo, Cultrix, 1974.
- ³⁶ Bendix, R. op. cit. nota 20; Anthony, P.D. *the ideology of work*. London Tavistock, 1977; Guillén, M.E *Models of Management: work, authority and organization in a comparative perspective*. University of Chicago Press, 1994;
- ³⁷ Strauss, A. (ed) *The social psychology of George Herbert Mead*. University of Chicago Press, 1956.
- ³⁸ Barker, RG. & Wright, H.E *Midwest and its children*. Evanston III., Row Peterson, 1955.
- ³⁹ Garfinkel, H. *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1967.
- ⁴⁰ Feldman Bianco, B (org) *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo, Global, 1987.
- ⁴¹ Barthes, P. *Mitologias*. São Paulo, Difel, 1982; Bahktin, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1990.
- ⁴² Wittgenstein, L *Philosophical Investigations*, Oxford, Blackwell, 1953; Habermas, J.

- The theory of communicative action. Vols 1,2, Beacon Press, Boston, 1984.
- ⁴³ Spink, P.K. "O resgate da parte". Revista de Administração USP, 26(2), pp. 22-31, 1991.
- ⁴⁴ Strauss, A. Negotiations: varieties, contexts, processes and social order, Jossey-Bass, 1978.
- ⁴⁵ Goffman, E. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo, Perspectiva, 1974; Pagés, M. B., M. de Gaulejac, V. e Descendre, D. O poder das organizações. São Paulo, Atlas, 1987.
- ⁴⁶ Bloch, M. "The Past and the Present in the Present". Man, 12(2), 1977.
- ⁴⁷ Rosenhan, D.L. "On being sane in insane places". Science, 79, pp. 250-258, 1973. ⁴⁸ Pagés, M. B. op. cit. nota 45.
- ⁴⁹ Wittgenstein, L. op. cit. nota 42; Blumner, H. Symbolic interactionism. New York, Ed. Prenticehall, 1969; Spink, M.J.P. A incredulidade frente às metanarrativas polissemia e intersubjetividade no debate epistemológico contemporâneo. PUC-SP Programa de Psicologia Social (no prelo) 1996.
- ⁵⁰ Habermas, J. op. cit. nota 42.
- ⁵¹ Moscovici, S. "Notes towards a description of social representations". European Journal of Social Psychology. 18, pp. 211-250, 1988.
- ⁵² Strauss, A. "The Hospital and its Negotiated Order". In: Friedson, (org) The hospital in modern society. New York, Free Press, 1963 ..
- ⁵³ Spink P.K. "Cidadania na organização e cidadania da organização: notas para a desconstrução de recursos humanos". In: Spink, M.J.P. A Cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo, Cortez, 1994.
- ⁵⁴ Giddens, A. Central problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis. London, Macmillan, 1979.

NORMAS GERAIS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

1. A revista *Psicologia & Sociedade* é publicada pela ABRAPSO, Associação Brasileira de Psicologia Social. Endereço para correspondência:

ABRAPSO - Comitê Editorial da Revista
Psicologia & Sociedade
R. Ministro Godói, 969, 4º andar, sala 4B03
Perdizes, São Paulo, SP, Brasil
CEP 05015-000 - Fone (fax): (011) 2630801

2. Os trabalhos enviados devem dirigir-se às seguintes seções da revista: a) artigos e ensaios, b) relatórios de pesquisa, c) comunicações, d) resenhas, e) resumos de teses e dissertações. Devem ser enviados sempre em disquete, com arquivos e tabelas digitados em Word for Windows, acompanhados de duas cópias em papel, obedecendo aos requisitos dos itens seguintes.

3. Os artigos e ensaios poderão ser encomendados pela própria revista ou enviados espontaneamente pelos autores. Em qualquer caso passarão pela avaliação do corpo de pareceristas e não devem ultrapassar 30 mil caracteres. Devem ser acompanhados de resumo em português e inglês, inclusive título, não excedendo 200 palavras cada. Não devem ser utilizadas formatações especiais do texto. As notas bibliográficas devem seguir as normas técnicas da ABNT e vir no fim do documento, sem utilização do recurso "nota de rodapé" do Word. Se o autor preferir usar este recurso, deverá copiar tais notas também em arquivo separado, como texto. As notas de rodapé serão publicadas sempre no final do texto, incluindo tanto a bibliografia citada como outros tipos de notas do autor. Exemplos de notas bibliográficas:

²¹ Para outras leituras, ver Souza, W. *Psicologia e literatura*, São Paulo, Editora Cinco, 1996.

²² Emmerly, W. *Time and honour*. New York, Harper Press, 1996, p. 321.

Caso existam referências bibliográficas nos textos para as demais seções deverão ser seguidas as mesmas instruções apresentadas acima.

4. Os relatórios de pesquisa, além do título, resumo, abstract e notas bibliográficas, devem apresentar a seguinte ordem: introdução, método (sujeitos, material, procedimento), resultados e discussão. (normas A.P.A.) Não devem ultrapassar 15 mil caracteres.

5. As resenhas poderão versar sobre publicações nacionais ou estrangeiras, deverão conter no máximo 7 mil caracteres e incluir: nome do livro, cidade, editora, número de páginas, nome do autor e do tradutor.

6. As comunicações podem incluir apresentações em eventos relevantes para a psicologia social. O autor deverá indicar o nome, local e data do evento. Não devem ultrapassar 2 mil caracteres.

7. Poderão ser enviados também resumos de teses e dissertações de psicologia social e áreas afins, contendo no máximo mil caracteres.

8. Os trabalhos dirigidos a qualquer uma das seções poderão ser escritos em português, espanhol, francês ou inglês.

9. Os autores não deverão empregar letras maiúsculas para conceitos e palavras como 'modernidade', 'humanidade', 'psicologia', 'filosofia', etc. Em caso de querer salientar expressões e conceitos; poderá ser adotado o itálico, mas jamais o negrito, o sublinhado ele.

10. O autor do trabalho deve informar os seguintes dados: nome completo, endereço e fone/fax para contato (favor indicar se prefere a não publicação de tais dados), e-mail, breve currículo acadêmico e profissional e instituição em que trabalha atualmente.

11. Casos excepcionais serão resolvidos pelo Comitê Editorial.

SELEÇÃO DE ARTIGOS

1. Os artigos devem ser inéditos no Brasil.

2. Cada trabalho será enviado a dois pareceristas escolhidos pelo Comitê Editorial da revista. Em caso de pareceres divergentes, será requerido um terceiro parecer. O autor de uma universidade é sempre avaliado por pelo menos um professor de entidade externa. Os pareceristas receberão o texto para análise sem o nome do autor. Os pareceres acompanhados de fundamentação, serão entregues por escrito pelo parecerista ao Comitê Editorial e devem informar se o texto foi:

aprovado para publicação sem alterações

aprovado para publicação com sugestão de alterações

não aprovado para publicação

3. O autor poderá solicitar, se desejar, o texto do parecer no caso do artigo ter sido recusado. Entretanto, o nome do parecerista permanecerá em sigilo.

4. No último número de cada ano da revista serão publicados os nomes dos pareceristas que realizaram a seleção dos artigos daquele ano, sem especificar quais textos foram analisados individualmente.

SIP

Sociedade Interamericana de Psicologia
Interamerican Society of Psychology
Sociedad Interamericana de Psicologia
Société Interaméricaine de Psychologie

PRIMEIRO ANÚNCIO

XXVI Congresso Interamericano de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
6 a 11 de julho de 1997

A Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP) foi fundada em 17 de dezembro de 1951 com o objetivo de proporcionar meios de comunicação direta entre os psicólogos das Américas e promover o desenvolvimento da disciplina no hemisfério ocidental. A sociedade ajuda a fomentar a investigação transcultural e o intercâmbio de acadêmicos e informações entre as Américas. A SIP está associada ao International Union of Psychological Science (TUPsyS) e sua diretoria inclui membros dos diversos países da América do Norte, Sul e Central.

A cada dois anos é realizado o Congresso Interamericano de Psicologia, buscando apresentar um panorama da Psicologia nas Américas e promover o intercâmbio de informações e idéias. Congressos recentes foram realizados em Miami, Uma, Santo Domingo, Quito, Caracas, La Habana, Buenos Aires, San José, Santiago do Chile e San Juan.

Tendo em vista que o Brasil sediará o próximo congresso, convidamos os colegas a enviar-nos sugestões sobre temas a serem desenvolvidos, formato do programa, convidados especiais e programação social e cultural. As sugestões podem ser enviadas até 30 de junho de 1996 para:

Correio eletrônico: sipcon97@org.usp.br

Fax: (011) 852 4062

Endereço: XXVI Congresso Interamericano de Psicologia

Caixa Postal 660655

CEP 05389-970, São Paulo, SP

Lembramos que os sócios da SIP recebem um desconto nos eventos científicos por ela promovidos, exemplares da Revista Interamericana de psicologia e do Boletim "The Interamerican Psychologist". Para maiores informações sobre como associar-se à SIP, entrar em contato com os organizadores do congresso nos endereços acima.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL
ABRAPSO

Regional Espírito Santo

Vice-presidente: Maria de Fátima Quintal de Freitas (UFES)
R. Natalina Daher Carneiro, 740/ap. 100/Bl. A
Jardim da Penha
CEP 29060-490 - Vitória/ES
Fone: (027) 325 6236
Fax: (027) 226 6836

Regional Minas Gerais

Vice-presidente: Karin Ellen von Smigay (UFMG)
R. Alumínio, 145 - Serra
CEP 30220-090 - Belo Horizonte/MG
Fone.: (031) 448 5069
Fax: (031) 448 5060

Regional Rio de Janeiro

Vice-presidente: Neide Pereira Nóbrega (UFRJ)
R. Marquês de São Vicente, 390/302 – Gávea
CEP 22451-040 - Rio de Janeiro/RJ
Fone: (021) 295 3208 ramais: 39/24/25
Fax:: (021) 274 7218

Regional São Paulo

Vice-presidente: Cecília Pescatore Alves (PUC/SP)
Av. Pompéia, 227/ap.84 - Vila Pompéia
CEP 05023-000 - São Paulo / SP
Fone/fax: (011) 873 2385

Regional Sul

Vice-presidente: Pedrinho Guareschi (PUC/RS)
Av. Ipiranga, 6681/ Instituto de Psicologia - PUC/RS
CEP 90619-900 - Porto Alegre/RS
Fone: (051) 339 1511 ou 339 1564 ramal: 3215

Núcleo Bauru

Coordenador. Sueli Terezinha Ferreira Martins
(Unesp/Bauru) Av. Central, 2-12 - Jd. Imperial
CEP 17053-160 - Bauru/SP
Fax: (0142) 30 4470

Núcleo Ceará

Coordenador. José Altamir Aguiar (Instituto Participação)
R. Vilebaldo Aguiar, 607/201 - Papicu
CEP-60150-210 - Fortaleza/CE
Fone: (085) 224 8655
Fax: (085) 262 1604

Núcleo Curitiba

Coordenador. Luiz Fernando Rolim Bonin
R. Mauá, 560/ap. 71 - Alto da Glória
CEP 80030-200 - Curitiba/PR
Fone: (041) 254 6740

Núcleo Florianópolis

Coordenador. Louise do Amaral Lhullier (UFSC)
UFSC - CFH - Dept. de Psicologia Trindade
CEP 88040-900 - Florianópolis/SC
Fone: (048) 231 9330
Fax: (048) 231 9751

Núcleo Itajaí

Coordenador: Cristina de França Chiaradia (UNIVALD)
R. José Marçal Dutra, 50/304 - Edf. Giuliano – Centro
CEP 88302-200 - Itajaí/SC
Fone.: (0473) 44 3557

Núcleo Londrina

Coordenador: Paulo Roberto de Carvalho
UEL - Campus Universitário - CCB - Dept. de Psicologia Social e
Inst.
CEP 86051-970 - Londrina/PR
Fone: (043) 371 4492

Núcleo Maringá

Coordenador: Marly Lamb (UEM)
R. João Luiz Dias, 659 - Bl. B/ap.402
CEP 87023-130 - Maringá/PR
Fone.: (044) 226 2727 ramal: 291
Fax:(044) 222 2754

Núcleo Mato Grosso do Sul

Coordenador: Sônia Grubits Gonçalves de Oliveira
Av. Mato Grosso, 759 - Centro
CEP 79002-231 - Campo Grande/MS

Núcleo Porto Alegre

Coordenador: Pedrinho Guareschi (PUC/RS)
Av. Ipiranga, 6681/ Instituto de Psicologia - PUC-RS
CEP 90619-900 - Porto Alegre / RS
Fone: (051) 339 1511 ou 339 1564 ramal: 3215